

José Fleurí Queiroz
Allan Francisco Queiroz

SUICÍDIO

É OU NÃO É CRIME?

Filosofia do Direito

(Terríveis Penalidades Futuras aguardam o suicida)

INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO
E AUXÍLIO AO SUICÍDIO. EUTANÁSIA

COMO SÃO TRATADOS PELO
CÓDIGO PENAL BRASILEIRO?

Causas, Conseqüências e Meios de Prevenção à Luz:

- 1) Da Doutrina Espírita (Allan Kardec) e
- 2) Do Código de Direito Natural Espírita (Projeto Comentado de José Fleurí Queiroz)



MUNDO JURÍDICO
EDITORA

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

“SUICÍDIO”:

É OU NÃO É CRIME?

(Terríveis Penalidades Futuras aguardam o suicida)

(INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO E AUXÍLIO

AO SUICÍDIO. EUTANÁSIA)

Como são tratados pelo CÓDIGO PENAL BRASILEIRO?

CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E

MEIOS DE PREVENÇÃO À LUZ:

1) da DOUTRINA ESPÍRITA – (ALLAN KARDEC)

e

**2) do CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA – (Pro-
jeto comentado de José Fleurí Queiroz)**

JOSÉ FLEURÍ QUEIROZ

ALLAN FRANCISCO QUEIROZ

Depoimento do co-autor Allan sobre o suicídio de um grande amigo.

A partir do momento em que o fúnebre fato, aparentemente inatingível e remoto, se tornou uma gélida realidade para mim e ao círculo social mais próximo, pude perceber a tamanha relevância do assunto, e me vi interessado em obter maiores informações sobre o mesmo.

Nunca imaginei que fatores internos desta índole, como a simples cogitação da idéia, pudessem ser tão sérios a ponto de mudar o dia-a-dia de uma pessoa, seu humor e todos os pormenores a fim de “preparar-se” para a consumação do ato de retirar a própria vida.

Este trabalho, levado a efeito em parceria com meu pai, que recentemente lançou o livro “Código de Direito Natural Espírita”, que, também, aborda o assunto, acredito ser de enorme relevância, pois trata-o de forma ampla, analisando os fatores físicos, morais e espirituais, em bases científicas (Ciência Espírita) e não se restringindo apenas hipotética e materialmente, servindo, assim, como uma eficaz forma de auxílio à prevenção ao suicídio.

Digo isto, porque os auxiliares psicológicos de hoje, materialistas em sua maioria, reduziram o universo mental da pessoa a cálculos químicos, receitando, para a reparação de problemas depressivos e emocionais, tratamentos com calmantes e drogas correlatas, deixando, muitas vezes, de lado, os principais fatores que realmente fundamentam os problemas de ordem psicológica e que levam a pessoa ao desânimo total: problemas espirituais e morais, que demandam forma bem diversa de medicação.

Assim sendo, esperamos, com este livro, colaborar eficazmente à prevenção de tamanha calamidade, que vem desafiando todas as filosofias, doutrinas e religiões, através dos tempos.

Allan Francisco Queiroz

05/10/2006

PRELIMINAR

A morte súbita de uma pessoa querida, de um grande amigo nosso, despertou no meu filho Allan a vontade de pesquisar a respeito do “Suicídio, suas causas, conseqüências e meios de prevenção”.

A cidade inteira se comoveu. Imaginamos o que poderia levar uma pessoa, principalmente um jovem, na flor da idade, com tudo ainda por concretizar na vida, a procurar no suicídio um remédio para seu desgosto. Pensamos no sofrimento dos pais, irmãos, que de repente são acordados de seu torpor ao ver que seu filho, seu ente querido estava tendo um sério problema e simplesmente não perceberam.

Assim, meu marido Fleurí, igualmente sensibilizado, sendo inspirado por Allan, decidiu que juntos pesquisassem e estudassem o assunto, em seus aspectos científico, filosófico e religioso, do que resultou esta obra na qual todas as interrogações têm respostas.

Lembrando aos que este livro estiverem folheando, se ouvirem de algum familiar, amigo, ou conhecido que pretende suicidar-se, tomem atenção para esse detalhe e ajudem essa pessoa, pois ela poderá, realmente, concretizar essa idéia. Mostre-lhe que há uma vida futura que devemos preservar e, principalmente, que nosso corpo é um templo divino, que Deus propiciou para que nós, Espíritos encarnados, pudéssemos evoluir em conhecimentos e moralidade. Lembrem-se de dar ouvidos a esses pobres seres que falam em suicídio, pois teriam parcela de responsabilidade e culpa, uma vez que não ignoravam suas intenções. Cubram de amor, de carinho e não as deixem sózinhas e procurem na oração a força para reconduzí-las à vida, para esta vida que, embora material, é uma etapa que devemos percorrer para nosso aprimoramento moral-espiritual, até que, enfim, alcancemos a Verdadeira Vida. Pois tudo não termina aqui.

Na leitura desta obra terão a oportunidade de conhecer em detalhes, se ainda não conhecem, que há real e melhor solução, sim, para os nossos sofrimentos e uma eficaz prevenção contra esse tresloucado e inútil gesto.

Domitila Meira de Vasconcellos – Esposa e mãe.

06 de outubro de 2.006.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO E RESUMO. (08)

PREÂMBULO. (11)

1 – Estatística de Suicídios – Revista Espírita – Allan Kardec, Julho/1862. (11).

2 – Estatísticas Sobre Suicídios. Um Caso de Saúde Pública. CVV. Centro de Valorização da Vida. Boletim de Outubro. “O Globo”, 8/8/2002 – CWAY – NET 02/01/2006. (16).

3 – Em Defesa da Vida (Dr. Paulo Lúcio Nogueira – Editora Saraiva, 1995). (17).

CAPÍTULO I

DOCTRINA ESPÍRITA: CIÊNCIA, FILOSOFIA E RELIGIÃO

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA. (30).

O Grande Desconhecido (30). Epistemologia Espírita (32). A Ciência Espírita (39)..A Filosofia Espírita (50). Resumo da Doutrina de Sócrates e Platão (51). Filosofia é..Espiritismo: O Que é Filosofia? (59). O Que é Espiritismo? (60). A Tradição Filosófica (62). A Religião Espírita. Religião em Espírito e Verdade (64).

CAPÍTULO II

DEUS, O SUPREMO LEGISLADOR

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA. (77)

Deus, o Supremo Legislador (77). Existência de Deus (77). Da Natureza Divina (79) Deus é a Suprema e Soberana Inteligência (79). Deus está em toda parte (82). A visão de Deus (85).

CAPÍTULO III

PENAS E GOZOS TERRENOS DESGOSTO PELA VIDA. SUICÍDIO. INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO E AUXÍLIO AO SUICÍDIO

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: Consumação e Tentativa. (88).

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA. (89).

O Suicídio e o Direito. O suicídio e as misérias e decepções do mundo. Co-responsabilidade. Induzimento ao suicídio. Suicídio e estado de necessidade (89). Suicídio para escapar à vergonha de uma ação má. Para impedir que a vergonha envolva os filhos ou a família. Para fugir à vergonha (90). Com a esperança de chegar mais cedo a uma vida melhor. Sacrifício da vida para salvar a de outros ou ser útil aos semelhantes. Sacrifício feito à custa da própria felicidade. Suicídio moral: abuso das paixões (91). O suicida moral é mais culpado que o suicida por desespero (91). Morte por imprudência (92). Mulheres que, em certos países, se queimam voluntariamente sobre os corpos de seus maridos. O que se mata na esperança de se juntar às pessoas queridas já mortas (92). O suicídio e as suas conseqüências (penalidades) sobre o estado do Espírito (93). A religião, a moral e todas as Filosofias condenam o suicídio como contrário à lei natural (94). O argumento espírita contra o suicídio é moral e biológico (94).

CAPÍTULO IV EUTANÁSIA

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.(95).
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA.(95).
Pena de morte imposta em nome de Deus. Sofrimento e eutanásia (96).

CAPÍTULO V PENAS E GOZOS FUTUROS

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA. (98).
O Nada. A Vida Futura (98). Crer em Deus, sem admitir a vida futura é um contrasenso.(98).
Intuição das Penas e dos Gozos Futuros (99). A dúvida, o medo e a esperança na hora da morte (99). Céticos, ou fanfarrões? (100). Sentimento inato de justiça e a intuição das penas e das recompensas futuras (100).Intervenção de Deus nas Penas e Recompensas (100). Deus é O PAI (100). Natureza das Penas e dos Gozos Futuros (101).Por que o homem faz idéias tão grosseiras e absurdas das penas e dos gozos da vida futura (102). Em que consiste a felicidade dos bons Espíritos? (102). O que se deve entender quando se diz que os Espíritos Puros estão reunidos no seio de Deus e ocupados em lhe cantar louvores? (102). Em que consistem os sofrimentos dos Espíritos inferiores? (103). A influência que os Espíritos exercem uns sobre os outros é boa? (103). A morte não nos livra da tentação? (103). Como procedem os maus Espíritos para tentar os outros Espíritos, se não dispõem do auxílio das paixões? (103). Mas para que servem essas paixões, se lhes falta o objeto real, pois são Espíritos que já deixaram os corpos físicos? (103). Quais os maiores sofrimentos a que os maus Espíritos se verão sujeitos? (104). As comunicações espíritas e o futuro real da alma após a morte (104). A doutrina do fogo eterno (104). O fogo eterno. OsEspíritos inferiores compreendem a felicidade do justo? (105). Ver os Espíritos que sofrem não é para os bons uma causa de aflição e, nesse caso, em que se transforma a sua felicidade assim perturbada? (105). Os Espíritos culpados na presença das vítimas (106).A alma depurada e a recordação de suas faltas (106). As provas futuras para a purificação completa (107). A felicidade dos Espíritos da mesma ordem (107). Primícias da felicidade espiritual, na Terra (107). Estado futuro do Espírito que temia a morte e daquele que a via com indiferença e até mesmo com alegria (107). Crença no Espiritismo e a sorte na vida futura (108). O Espiritismo e sua contribuição para a felicidade (108). Penas temporais: sofrimentos materiais e sofrimentos morais (108). Vicissitudes da vida e punição das faltas atuais (109). Reencarnação em mundos menos grosseiros (109). Mundos de existência menos material (109). O Espírito que progrediu na sua existência terrena pode, às vezes, reencarnar-se no mesmo mundo? (109). O que acontece com o homem que, sem praticar o mal, nada fez para se libertar da influência da matéria? (110). Serenidade aparente. Expição e Arrependimento. Duração das Penas Futuras (114).

CÓDIGO PENAL DA VIDA FUTURA (117). Regeneração. Arrependimento, Expição e Reparação (120). Penas Temporárias são castigos e remédios (125). Por que Deus não criou os seres já perfeitos? (126). Código Penal da Vida Futura: resumo em três princípios (127).

CAPÍTULO VI
DEPOIMENTOS DE SUICIDAS (ESPÍRITOS)
(Livro: “O CÉU E O INFERNO”. ALLAN KARDEC)

- 1 – O Suicida da Samaritana (deprimido pelo abandono). (128).
- 2 – O Pai e o Conscrito (suicídio do pai para eximir o filho de servir na guerra). (131).
- 3 – Louvest François-Simon (oprimido pela miséria, entregou-se à embriaguez). (133).
- 4 – Mãe e Filho (suicídio da mãe pensando em unir-se ao filho que morrera doente). (134).
- 5 – Duplo Suicídio Por Amor e Por Dever (para não traírem o dever conjugal). (137).
- 6 – Luís e a Pespontadeira de Botinas (um falso amor provocou o suicídio). (140).
- 7 – Um Ateu (materialista). (143).
- 8 – Feliciano (perdeu a fortuna). (147).
- 9 – Antonio Bell (Espírito obsessivo, vítima de assassinato, provoca o suicídio). (150).

CAPÍTULO VII
SUICÍDIOS
(REVISTA ESPÍRITA – ALLAN KARDEC)

- 1 – Problemas Morais. 1858/Novembro (154).
- 2 – Uma Semente de Loucura (Espiritismo previne contra a loucura e o Suicídio). 1860/Junho. (156).
- 3 -Uma Paixão de Além-Túmulo (Maximiliano V., de doze anos, suicida-se por amor). 1862/Maio. (157).
- 4 – O Padeiro Desumano – Suicídio (a mãe rouba um pão para dar aos filhos). 1862/Maio (161).
- 5 – Suicídio dos Animais. 1867/Fevereiro (163).
- 6 – Suicídio Por Obsessão. 1869/Janeiro (165).

CAPÍTULO VIII
CONCLUSÕES
PERFEIÇÃO MORAL

- 1 – PREVENÇÕES CONTRA O SUICÍDIO E TODOS OS MALES QUE INFELICITAM A HUMANIDADE. (167).

A PERFEIÇÃO MORAL
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

As Virtudes e os Vícios (167). Prática espontânea do bem (168). Indício mais característico da imperfeição: interesse pessoal (168). Prodigalidade irrefletida (168). Caridade desinteressada e egoísmo (168). Acumular riquezas apenas para os herdeiros (169). Há culpa em estudar os defeitos alheios? (170). Moral sem ações (171).

DAS PAIXÕES: Uso e abuso das Paixões. Limites de sua utilidade (171). A força de vontade e a vitória sobre as paixões (172). Paixões irresistíveis (172).

DO EGOÍSMO: Perfeição Moral e Egoísmo (173). O egoísmo e a educação (173). O egoísmo e as reencarnações dos Espíritos (173). O Egoísmo é a fonte de todos os vícios, como a Caridade é a fonte de todas as virtudes (176).

EGOÍSMO E ORGULHO: Causa, efeitos e meios de destruí-los (176). O Egoísmo tem origem no Orgulho (176). Egoísmo e Orgulho: obstáculos à paz, fraternidade, liberdade e igualdade (177). Meios de destruir o egoísmo e o orgulho: identificação do homem com a vida futura (178). Crença em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são os principais requisitos para destruir o orgulho (179). O orgulho, as desigualdades sociais e as vidas sucessivas (reencarnação) (180). Caridade, igualdade, fraternidade são leis naturais, como prova o Espiritismo (180). A Fé Cega e a Fé Raciocinada (181).

ESPIRITISMO: ELEMENTO MAIS POTENTE DE MORALIZAÇÃO E DE PREVENÇÃO CONTRA O SUICÍDIO (182).

CARACTERES DO HOMEM DE BEM: o verdadeiro homem de bem é o que pratica a LEI DE JUSTIÇA, DE AMOR E DE CARIDADE na sua mais completa pureza (182).

CONHECIMENTO DE SI MESMO (183): meio prático mais eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal E DO SUICÍDIO (183).

2 – SUICÍDIO: RESUMO DAS CONSEQÜÊNCIAS (Espírito Emmanuel) (185).

3.- PREVENÇÃO EFICAZ CONTRA O SUICÍDIO: CUMPRIMENTO DA LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE, QUE SE RESUME EM (187):

BIP (Benevolência para com todos, Indulgência para com as imperfeições alheias e Perdão das Ofensas) e

QUEQUEQUÊ (Querer para os outros o **que** queremos para nós).

BIBLIOGRAFIA (189)

SUGESTÃO PARA CONTRA-CAPA: Suicídio. Estatísticas (Wikipédia). Causa primeira do suicídio (Rev. Espírita. Allan Kardec): (190).

SUGESTÃO PARA DOBRAS DO LIVRO: (189)

1ª. dobra: Dados biográficos de José Fleurí Queiroz; (189)

2ª. dobra: Dados biográficos de Allan Francisco Queiroz. (189)

SUGESTÃO PARA MUDAR O TÍTULO DO 1º. LIVRO, EM CASO DE REEDIÇÃO: “A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER À LUZ DA FILOSOFIA E DO **DIREITO NATURAL ESPÍRITA**”

INTRODUÇÃO E RESUMO

“O Suicídio. Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio. Eutanásia”.

Qual o motivo do tema? Resposta: A identificação, acima de tudo o que já se disse e escreveu no meio jurídico, filosófico e religioso, das causas, consequências e meios de prevenção ao suicídio e desses outros procedimentos que com ele se identificam direta ou indiretamente.

Esse motivo teve sua origem em virtude do número preocupante de suicídios em nosso município, incluindo o de um jovem colega de nossa estima e, ainda, tentativas inúmeras, no mesmo sentido.

Movidos pela preocupação e curiosidade, iniciamos algumas pesquisas na Internet, em livros ao nosso alcance, indagações em Delegacias, Hospitais, Casas Funerárias, etc., onde pudéssemos colher informações mais precisas sobre o assunto e seu histórico, resultando nas Estatísticas e no extrato da magnífica obra “Em Defesa da Vida”, do Dr. Paulo Lúcio Nogueira, constantes do Preâmbulo deste trabalho.

Notamos a íntima ligação entre Suicídio, Induzimento, Instigação e Auxílio ao Suicídio e Eutanásia e, que, nossa legislação penal isenta o primeiro mas considera crime os demais procedimentos mencionados, embora, para estes últimos, persistam grandes polêmicas para a tipificação criminal, como bem destaca o ilustre Professor Dr. Paulo Lúcio Nogueira.

Observamos, também, que o tema Suicídio tem, através dos tempos, sido tratado de formas diferentes, em função dos hábitos, costumes, religiões, legislação, etc., ora visando apenas consequências fisiológicas (Ideologias Materialistas), ora as possíveis repercussões espirituais (Ideologias e Filosofias Espiritualistas, incluindo, principalmente, as Religiões), sem que, quaisquer dessas correntes filosóficas ou religiosas apresentasse, a contento e de forma racional e lógica, as causas dessa calamidade, os meios de prevenção e, muito menos ainda, nos segmentos espiritualistas, as repercussões para a Alma, ou Espírito.

Essa perplexidade conduziu-nos ao estudo do assunto, de forma mais aprofundada, na Doutrina Espírita, da qual somos simpatizantes, onde pudemos identificar, à saciedade, com apoio científico, filosófico e religioso, as razões e as consequências espirituais do suicídio, bem como e, principalmente, os meios de prevenção eficazes para o mesmo. Obviamente, considerando a afinidade com os outros proce-

dimentos, tudo o que se afirmar sobre o Suicídio é extensivo a eles, ressalvadas pequenas particularidades.

Essa convicção foi-nos proporcionada pelo estudo, principalmente, das obras básicas da Doutrina Espírita e Revista Espírita, todas de Allan Kardec, e do Código de Direito Natural Espírita, projeto de autoria de José Fleurí Queiroz, Editora Mundo Jurídico, 2006, que desenvolve e comenta o nosso tema que consta, originariamente, de “O Livro dos Espíritos”, de Allan Kardec.

Desta forma, apresentamos no Capítulo I, as características fundamentais da Doutrina Espírita em seu tríplice aspecto: Ciência, Filosofia e Religião, com a finalidade de proporcionar aos leitores leigos a possibilidade de conhecê-la, ao menos superficialmente.

Em seguida, no Capítulo II – “Deus: O Supremo Legislador”, mostra-nos o Espiritismo que o Universo tem uma Direção Monista, isto é, é administrado por uma Vontade Superior que legisla com Perfeita Unidade, Sabedoria e Justiça as realidades: Matéria e Espírito.

Prosseguindo, nos Capítulos III – “Penas e Gozos Terrenos. Desgosto Pela Vida”: “Suicídio, Induzimento, Instigação e Auxílio ao Suicídio”, e IV – “Eutanásia”, encontramos, resumidamente, como são tratados pelo nosso Código Penal e, principalmente, pelo Código de Direito Natural Espírita, identificando as causas que a eles conduzem, suas conseqüências materiais e espirituais e as primícias dos meios de prevenção.

No Capítulo V – “Penas e Gozos Futuros”, vemos que seu conteúdo abrange, também, além dos suicidas, todo o comportamento humano e o resultado, na Espiritualidade, do bem ou do mal praticados na Terra. Considerando a relevância do tema mantivemos, integralmente, o constante do Código de Direito Natural Espírita.

Nos Capítulos VI e VII – “Depoimentos de Suicidas (Espíritos)” -, reunimos os resultados das experiências científicas realizadas por Allan Kardec, com os médiuns da época, através das manifestações de inúmeros Espíritos de Suicidas, e que constam do livro “O Céu e o Inferno” e dos vários volumes da “Revista Espírita” (o laboratório de Allan Kardec), onde relatam as causas e as conseqüências materiais e espirituais dos suicídios levados a efeito, bem como as medidas preventivas que deverão adotar em reencarnações futuras, para que não haja reincidência.

Finalmente, nas “Conclusões”, destacamos, aqui, apenas, que o alvo de todos nós é a “Perfeição Moral”, através das vidas sucessivas, praticando o bem e evitando o mal; este, como causa principal do suicídio..., e, o bem, medicamento preventivo, por excelência.

Convidamos os leitores, livre-pensadores, a lerem integralmente este trabalho, meditem profundamente, recorrerem, também, às suas lembranças e verifiquem se a idéia do suicídio já não passou por suas cabeças. Pelo sim ou pelo não, sugerimos, ainda, a leitura e estudos das obras da Codificação Espírita, dos volumes da Revista Espírita – todos de Allan Kardec – e a consulta ao projeto de “Código de Direito Natural Espírita”, de José Fleurí Queiroz, elaborado com o propósito de fornecer subsídios a todos os intervenientes de nosso ordenamento jurídico para que contribuam no sentido de aproximar nosso Direito Positivo dos princípios da VERDADEIRA, PURA E COMPLETA JUSTIÇA! Outrossim, este Código trata, fartamente, de todos os aspectos jurídicos de todas nossas ações, além dos presentes temas, numa visão filosófico-moral que se enquadra, principalmente, na cadeira de “Filosofia do Direito”.

Esclarecemos a todos que, considerando a sutileza do tema, e a “fonte pura em que fomos beber”, evitamos comentários pessoais, por incompetência justificável e respeito à Superioridade Intelectual e Moral dos encarnados e desencarnados que participaram da elaboração da extraordinária DOUTRINA ESPÍRITA, e, por derivação da mesma, do CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA.

Encerramos, com agradecimentos aos que se interessarem e aprovarem o conteúdo que se apresenta e, mais ainda, aos que o desaprovarem e apresentarem críticas ponderáveis e construtivas, que redundem em benefício de todos.

PROLEGÔMENOS

1. - *ESTATÍSTICA DE SUICÍDIOS*

REVISTA ESPÍRITA. ALLAN KARDEC. – JULHO/1862.

(Edicel – Editora Cultural Espírita Ltda. São Paulo. Tradução de Júlio Abreu Filho. – Págs. 196 a 202)

Em o *Siécle* de ... de maio de 1862, lê-se:

“Na *Comédie sociale au dix-neuvième siècle* (Comédia social no século dezenove), novo livro que o sr. B. Gastineau acaba de publicar na Casa Dentu, encontramos esta curiosa estatística de suicídios:

“Calculou-se que desde o começo do século o número de suicídios na França não se eleva a menos de 300.000; e tal estimativa esteja talvez aquém da verdade, pois a estatística não fornece resultados completos senão a partir de 1836. De 1835 a 1852, isto é, num período de dezessete anos, houve 52.126 suicídios, ou seja a média de 3.066 por ano. Em 1858 contaram-se 3.903 suicídios, dos quais 853 mulheres e 3.050 homens; enfim,, segundo a última estatística que vimos no correr do ano de 1859, 3.899 pessoas se mataram, a saber 3.057 homens e 842 mulheres.”

“Constatando que o número de suicídios aumenta de ano para ano, o sr. Gastineau deplora em termos eloqüentes a triste monomania que parece haver-se apoderado da espécie humana.”

Um mal social: uma verdadeira calamidade.

Eis uma rápida oração fúnebre pelos infelizes suicidas. Entretanto a questão nos parece muito séria e merece um exame atento. Do ponto de vista em que se acham as coisas, o suicídio já não é um fato isolado e acidental: pode, a justo título, ser considerado como um mal social, uma verdadeira calamidade. Ora, um mal que regularmente arrebata de três a quatro mil pessoas anualmente a um país, e que segue uma progressão ascendente, não é devido a uma causa fortuita; terá uma causa radical, absolutamente como quando se vê um grande número de pessoas morrer do mesmo mal, o que deve chamar a atenção da ciência e a solicitude das autoridades. Em semelhante caso cifram-se a verificar o gênero de morte e o modo empregado para a executar, enquanto é negligenciado o elemento essencial, o único que poderia nos pôr a caminho do remédio: o motivo determinante de cada suicídio. Assim chegar-se-ia a constatar a causa predominante; mas, salvo circunstâncias muito características, acham mais simples e mais expedito lançá-los como sobrecarga à classe dos monômanos (alienação mental em que uma única idéia parece absorver todas as faculdades mentais do indivíduo) e dos maníacos.

Incontestavelmente há suicídios por monomania, realizados fora do domínio da razão, como, por exemplo, os que ocorrem na loucura, nas febres altas, na embriaguez. Nestes a causa é puramente fisiológica. Mas ao lado está a categoria, muito mais numerosa, dos suicídios voluntários, realizados

com premeditação e pleno conhecimento de causa. Certas pessoas crêem que o suicida jamais esteja no seu bom senso. É um erro de que partilhávamos outrora, mas que caiu ante uma observação mais atenta. Com efeito, é muito natural pensar que o instinto de conservação esteja na natureza, que a destruição voluntária seja contra a natureza e que, por isso, muitas vezes se veja o instinto triunfar no último instante sobre a vontade de morrer, de onde se conclui que, para realizar esse ato, é preciso ter perdido a cabeça. Sem dúvida muitos suicidas são nesse momento tomados por uma espécie de vertigem e succumbem a um primeiro momento de exaltação; se o instinto de conservação os empolga no último instante, como que despertam e se agarram à vida. Mas é muito evidente, também, que muitos se matam a sangue frio e com reflexão; e a prova está nas precauções calculadas que tomam, na ordem raciocinada que põem nos negócios, o que não é uma característica de loucura.

O suicida deseja que se saiba que se suicidou.

Faremos notar, de passagem, um traço característico do suicida: é que os atos desta natureza, realizados em lugares completamente isolados e desabitados, são excessivamente raros; o homem perdido no deserto ou no mar morrerá de privações, mas não se suicidará, mesmo quando não espere auxílio. Aquele que voluntariamente quer deixar a vida aproveita bem o momento em que está só para não ser obstado em seu desígnio, mas o faz de preferência nos centros populosos, onde seu corpo ao menos tem a chance de ser encontrado. Este pulará do alto de um monumento no centro da cidade, mas não do alto de um precipício, onde não ficaria traço de sua passagem; aquele enforcar-se-á no bosque de Bolonha, mas não iria fazê-lo numa floresta onde ninguém passa. O suicida não quer ser impedido, mas deseja que se saiba, mais cedo ou mais tarde, que se suicidou; afigura-se-lhe que essa lembrança dos homens o liga ao mundo que quis deixar, tanto é certo que a idéia do nada absoluto tem algo de mais apavorante que a própria morte. Eis um curioso exemplo em apoio desta teoria.

Por volta de 1815 um inglês rico foi visitar a famosa queda do Rheno; ficou de tal maneira impressionado, que voltou à Inglaterra, pôs ordem nos seus negócios e voltou, meses depois, para se precipitar na voragem. É, incontestavelmente, um ato de originalidade, mas duvidamos muito que ele se tivesse atirado na catarata do Niagara, sem que ninguém tivesse vindo a saber. Uma singularidade de caráter causou o ato; mas o pensamento de que iriam falar dele determinou a escolha do lugar e o momento. Se o seu corpo não tivesse que ser encontrado, ao menos sua memória não se apagaria.

Causas principais.

Em falta de uma estatística oficial, que desse a proporção exata dos diversos motivos de suicídio, não é duvidoso que os casos mais numerosos sejam determinados pelos reveses da fortuna, as decepções, os pesares de vária natureza. Neste caso o suicídio não é um ato de loucura, mas de desespero. Ao lado desses motivos, que poderiam ser chamados sérios, uns há que são evidentemente fúteis, sem falar do indefinível desgosto da vida, em meio aos prazeres, como o que acabamos de citar. O que é certo é que todos os que se suicidam só chegam a esse extremo, com ou sem razão, porque não estão contentes. Sem dúvida a ninguém é dado remediar esta causa primeira; mas o que é preciso deplorar é a facilidade com a qual os homens cedem, desde algum tempo, a esse arrastamento fatal. É isto, sobretudo, o que deve chamar a atenção e que, a nosso ver, é perfeitamente remediável.

Muitas vezes pergunta-se se há covardia ou coragem no suicídio. Incontestavelmente há covardia ante as provas da vida, mas há coragem em enfrentar as dores e angústias da morte. Estes dois pontos, parece, encerram todo o problema do suicídio.

A excitação do exemplo e a publicidade do suicídio podem ser contagiantes.

Por mais pungentes que sejam as crises da morte, o homem as afronta e as suporta, se excitado pelo exemplo. É a história do conscrito (recruta convocado para prestar serviço militar) que, sózinho, recuava diante do fogo da artilharia, ao passo que ficava eletrizado vendo que os outros marchavam sem medo. Dá-se o mesmo com o suicida: à vista dos que se libertam por esse meio dos aborrecimentos e dos desgostos da vida leva a dizer que em breve o momento está passado; aqueles que tivessem sido retidos pelo medo do sofrimento dizem que, desde que muitos assim o fazem, também podem fazer o mesmo; que é melhor sofrer uns instantes do que durante anos. É somente sob esse aspecto que o suicídio é contagiante. O contágio não está nos fluidos, nem nas atrações: mas no exemplo, que familiariza com a idéia da morte e com o emprego dos meios para a realizar. Isto é tão certo que quando se dá um suicídio de uma certa maneira, não é raro ver outros do mesmo gênero. A história da famosa guarita onde se enforcaram quatorze soldados, num certo período, não tinha outra causa. O meio lá estava à vista; parecia cômodo e, desde que tivessem a veleidade de acabar com a vida, o aproveitavam. A simples visão poderia fazer brotar a idéia. Tendo sido contado o caso a Napoleão, este mandou queimar a guarita fatal. O meio já não estava à vista. Então o mal cessou.

A publicidade dada aos suicídios produz sobre as massas o efeito da guarita: excita, encoraja, familiariza com a idéia e, até, a provoca. Sob esse ponto consideramos as descrições do gênero e que abundam nos jornais como uma das causas excitantes do suicídio: elas dão *a coragem de morrer*. Dá-se o mesmo com os crimes, com a ajuda dos quais se excita a curiosidade pública; produzem, assim, um verdadeiro contágio moral: jamais detiveram um criminoso; ao contrário, criaram mais que um.

As idéias materialistas. A incredulidade e a dúvida sobre o futuro.

Examinemos agora o suicídio de um outro ponto de vista. Dizemos que, sejam quais forem os motivos particulares, ele sempre tem o descontentamento como causa. Ora, aquele que está certo de não ser infeliz senão por um dia e de estar melhor nos dias seguintes, facilmente adquire paciência; só se desespera se não vir um termo para os seus sofrimentos. Que é, pois, a vida humana em relação à eternidade, senão um dia? Mas para aquele que não acredita na eternidade, que acredita que tudo acaba com esta vida, se se sentir acobardado pelo pesar e pelo infortúnio, só vê um termo na morte; nada esperando, acha naturalíssimo e, mesmo, muito lógico, abreviar os sofrimentos pelo suicídio.

A incredulidade, a simples dúvida quanto ao futuro, as idéias materialistas, numa palavra, são os maiores excitantes ao suicídio: elas dão *a covardia moral*. E quando se vêem homens de ciência apoiar-se na autoridade de seu saber, para se esforçarem por provar aos seus auditores ou leitores que nada devem esperar depois da morte, não é os ameaçar com essa consequência de que, caso sejam infelizes, nada têm que fazer de melhor do que se matarem? Que é o que lhes poderiam dizer para os desviar? Que compensação lhes podem oferecer? Que esperança lhes podem dar? Nada além do nada. Daí temos que concluir que se o nada é um remédio heróico, a única perspectiva, melhor é cair imediatamente do que mais tarde e, assim, sofrer menos tempo. A propagação das idéias materialistas é, pois, o

veneno que inocula em muitos a idéia do suicídio; e os que se tornam seus apóstolos assumem uma terrível responsabilidade.

A idéia falsa sobre o futuro. O Espiritismo prova a realidade da vida futura.

Contra isto talvez objetam que nem todos os suicidas são materialistas, de vez que há pessoas que se matam visando ir mais depressa para o céu e outras para unir-se mais cedo com os que amaram. É verdade, mas é, incontestavelmente, o menor número, coisa de que todos se convenceriam se houvesse uma estatística, feita conscienciosamente, das causas íntimas de todos os suicídios. Seja como for, se as pessoas que cedem a tal pensamento crêem na vida futura, é evidente que têm desta uma idéia falsa e a maneira por que a apresentam em geral não é suficiente para fazerem uma idéia mais justa. O Espiritismo não só vem confirmar a teoria da vida futura, mas prova-a pelos fatos mais patentes que se possam apresentar: o testemunho daqueles que nela se acham. Faz mais: ele no-la mostra sob cores tão racionais, tão lógicas, que o raciocínio vem em apoio da fé. Já não sendo permissível a dúvida, muda o aspecto da vida; sua importância diminui em razão da certeza que se adquire de um futuro mais próspero. Para o crente a vida se prolonga indefinidamente para além do túmulo. Daí a paciência e a resignação que naturalmente desviam a idéia do suicídio; daí, numa palavra, *a coragem moral*.

Punições: justiça divina distribuída com equidade.

Sob esse aspecto tem ainda o Espiritismo um outro resultado muito positivo e, talvez, mais determinante. Bem diz a religião que o suicídio é um pecado mortal, pelo qual se é punido. Mas como? pelas chamas eternas, nas quais não mais se acredita. O Espiritismo nos mostra os suicidas em pessoa, vindo dar conta de sua posição infeliz, mas com a diferença que as penas variam conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes, o que é mais conforme à justiça divina; que, em vez de serem uniformes, são a natural consequência da causa que provocou a falta, com o que não se pode deixar de aí ver uma soberana justiça distribuída com equidade. Entre os suicidas uns há cujo sofrimento, embora temporário, nem por isso é menos terrível e de natureza a dar a refletir a quem quer que se sinta tentado a partir daqui antes da ordem de Deus. Assim, tem o Espírita vários motivos como contrapeso à idéia do suicídio: *a certeza* de uma vida futura, na qual sabe que será tanto mais feliz quanto mais infeliz e resignado tiver sido na terra; *a certeza* de que, abreviando a vida, chega a um resultado absolutamente oposto ao que esperava; que se liberta de um mal para chegar a outro pior, mais longo e mais terrível; que não poderá rever no outro mundo os objetos de suas afeições, aos quais queria unir-se. Daí a consequência que o suicídio é contra os seus interesses. Assim, o número de suicídios obstados pelo Espiritismo é considerável. De onde se pode concluir que quando todo o mundo for Espírita, não mais haverá suicídios voluntários – o que acontecerá mais cedo do que se pensa. Comparando, pois, os resultados das doutrinas materialista e espírita, apenas do ponto de vista do suicídio, verifica-se que a lógica de um (ponto de vista) a ele (suicídio) conduz, ao passo que a lógica do outro (ponto de vista) dele (suicídio) desvia, o que é confirmado pela experiência.

As causas fisiológicas e as causas morais: o Espiritismo cura ambas.

Perguntarão se por esse meio se destrói a hipocondria (tristeza, melancolia), essa causa de tantos suicídios não motivados, desse insuperável desgosto da vida, que nada parece justificar? Esta causa é eminentemente fisiológica, ao passo que as outras são morais. Ora, se o Espiritismo só curasse estas,

já seria muito. A bem dizer, a primeira é do campo da ciência, à qual poderíamos abandoná-la, dizendo: Nós curamos aquilo que nos diz respeito. Por que não curais o que é da vossa competência? Contudo não hesitamos em responder à questão afirmativamente.

Evidentemente certas afecções orgânicas são alimentadas, e mesmo provocadas, pelas disposições morais. O desgosto da vida o mais das vezes é fruto da saciedade. O homem que tudo usou, não vendo nada além, está na situação do bêbado que, tendo esvaziado a garrafa e nada mais tendo, a quebra. Os abusos e os excessos de toda sorte conduzem forçosamente a um enfraquecimento e a uma perturbação das funções vitais. Daí uma porção de doenças cuja fonte é desconhecida, que são julgadas causativas, quando são consecutivas; daí uma sensação de langor, e de falta de coragem. Que é o que falta ao hipocondríaco para combater as suas idéias melancólicas? Um objetivo na vida, um móvel à sua atividade. Que objetivo pode ter se em nada crê? O Espírita faz mais do que acreditar no futuro: sabe, não pelos olhos da fé, mas pelos exemplos que tem à frente, que a vida futura, à qual não se subtrai, é feliz ou infeliz, conforme o emprego que faça da vida corpórea; que a felicidade é proporcionada ao bem que fizer. Ora, certo de viver depois da morte, e de viver muito mais tempo do que na Terra, é muito natural que pense em lá ser o mais feliz possível; além disso, certo de lá ser infeliz se não fizer o bem, ou mesmo se, não fazendo o mal, nada faz, compreende a necessidade de uma ocupação, o melhor preservativo contra a hipocondria. Com a certeza do futuro, tem um objetivo; com a dúvida, não o tem. É tomado pelo aborrecimento e acaba com a vida porque nada mais espera. Permitam-nos uma comparação, talvez banal, mas à qual não falta analogia. Um homem passou uma hora no teatro; pensa que a peça acabou, levanta-se e sai. Mas se souber que ainda vão representar coisa melhor e mais longa do que o que viu, ficará, mesmo que no pior lugar. A espera do melhor nele vencerá a fadiga.

Loucura e suicídio têm as mesmas causas: o remédio de uma é o remédio do outro.

As mesmas causas que conduzem ao suicídio também produzem a loucura. O remédio de um é o remédio da outra, conforme o demonstramos. Infelizmente, enquanto a medicina só levar em conta o elemento material, privar-se-á de todas as luzes que lhe traria o elemento espiritual, que representa um tão ativo papel num grande número de afecções.

O Espiritismo nos revela a causa primeira do suicídio: expiações de faltas de vidas passadas. Tendência á novo suicídio, como expiação.

Além disso o Espiritismo nos revela a causa primeira do suicídio – e só ele o poderia fazer. As tribulações da vida, por vezes são expiações de faltas de vidas passadas, e provas para o futuro. O próprio Espírito as escolhe, visando progredir; mas pode acontecer que, posto na obra, ache a carga muito pesada e recue na sua execução; é, então, que recorre ao suicídio, o que o retarda. Acontece ainda que um Espírito suicidou-se em precedente encarnação e, como expiação, é-lhe imposto, na seguinte, lutar contra a tendência para o suicídio. Se for vitorioso, progride; se for vencido, terá que recommençar uma vida talvez mais penosa ainda que a precedente, e deverá lutar assim até que haja triunfado, pois toda recompensa na outra vida é fruto de uma vitória, e quem diz vitória, diz luta. O Espírita encontra, pois, na certeza deste estado de coisas, uma força de perseverança que nenhuma outra filosofia lhe poderia dar. (ALLAN KARDEC).

2. - ESTATÍSTICAS SOBRE SUICÍDIOS

UM CASO DE SAÚDE PÚBLICA

**(CVV – Centro de Valorização da Vida. Boletim de Outubro.
“O Globo” – 08/08/2002 – CWAY NET – 02/01/2006)**

Avançam de forma preocupante as estatísticas sobre suicídio no Brasil e no mundo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o suicídio já é uma das três principais causas de morte das pessoas entre 15 e 44 anos, sendo que apenas no ano 2000 aproximadamente um milhão de pessoas se suicidaram no mundo.

No Brasil, conforme o relatório Mapa da Violência III, produzido pela Unesco com base em dados oficiais do Ministério da Saúde, os suicídios aumentaram 30,8% na última década, um crescimento superior ao dos óbitos por acidentes do trânsito no mesmo período. Merece registro o fato de os próprios pesquisadores considerarem esse crescimento abaixo da realidade, uma vez que as estatísticas escondem o preenchimento incorreto dos atestados de óbito ou sua adulteração, a pedido da família do suicida.

No entendimento dos técnicos do Ministério da Saúde, o suicídio já é considerado um problema de saúde pública que tem como principal causa a depressão. Essa doença (que, segundo a Organização Mundial de Saúde, atinge pelo menos 8% da população mundial – aproximadamente 15 milhões de brasileiros) tem os seus caprichos: é de difícil diagnóstico e os medicamentos indicados para combatê-la, os chamados antidepressivos, são caros demais para a maioria da população.

Ao contrário de países onde o suicídio também é um problema de saúde pública, o Brasil ainda não acordou para a necessidade de mobilizar recursos humanos e materiais para fazer frente a esses números. São raras as iniciativas nesse sentido, e um exemplo interessante é o do Dr. Felipe D'Oliveira, psiquiatra do Ministério da Saúde, que abriu no Hospital Philipe Pinel, em Botafogo, o primeiro serviço público de atenção ao suicídio, um ambulatório que é referência no atendimento a pessoas que tentaram se matar, a seus familiares e amigos.

Estima-se que, para cada caso de suicídio, um grupo de dez pessoas experimenta um trauma decorrente da culpa ou do sentimento de impotência diante do fato. Um outro problema é o preconceito que alguns veículos de comunicação têm em abordar o problema do suicídio.

É compreensível o cuidado que o assunto merece, evitando-se a exploração vulgar e sensacionalista do tema que poderia estimular, em alguns casos, a repetição do gesto desesperado. Mas omitir estatísticas, dados oficiais, serviços de apoio emocional e prevenção do suicídio significa desmobilizar um aparato que a sociedade só tem condições de acionar se devidamente informada e conscientizada a respeito do problema.

É uma premissa das políticas públicas na área de saúde que prevenção se faz com informação.

Portanto, é preciso dar visibilidade a projetos como o do doutor Fábio Barbiratto, da Santa Casa da Misericórdia, que vem ministrando palestras gratuitas nas escolas das redes pública e privada do Rio sobre depressão infantil, como diagnosticar e o que fazer. É urgente que se apoie a instalação de novos postos e a divulgação dos números dos telefones de serviços como o Centro de Valorização da Vida, que há 40 anos vem oferecendo gratuitamente auxílio às pessoas que sofrem de angústia, ansiedade e depressão.

Espalhados por 46 postos em todo o Brasil, o CVV recebe em média uma ligação a cada 33 segundos. Em países como os Estados Unidos, onde os índices de suicídio são superiores aos do Brasil, a prevenção tem justificado o aporte crescente de recursos para programas como o desenvolvido nas escolas da rede pública do Estado de Washington, onde foi aplicado um milhão de dólares no decorrer de apenas um semestre.

Como se sabe, os americanos são pródigos em produzir uma avalanche de estatísticas sobre quase tudo, inclusive suicídio, e o desenvolvimento de programas que mobilizam diversos setores da sociedade civil para o desafio da prevenção tem origem no conhecimento público desses dados. É preciso que o Brasil supere o tabu e o preconceito em relação a esse tema, e se assuma como um país onde o suicídio já é um problema de saúde pública.

3. - EM DEFESA DA VIDA

(Dr. Paulo Lúcio Nogueira. Magistrado aposentado.

Professor Titular da Faculdade de Direito de Marília. Editora Saraiva, 1995)

DO SUICÍDIO

1. Considerações gerais

Características do suicídio

A destruição de uma vida humana por outrem é *homicídio*, mas, se a própria pessoa põe fim à sua vida, comete *suicídio*.

Na Antigüidade, entre gregos e romanos, o suicídio era fato punível, pois tomava o caráter de violação de um dever para com outrem ou para com o Estado. Sobre o cadáver do suicida recaíam ou a pena de infâmia ou a prática de mutilação ou de outros tratamentos impiedosos.

Já na Idade Média foi a morte do homem em si que veio definir a posição do suicídio, tendo a influência religiosa passado a entender que a vida é um dom de Deus e que somente Ele pode tirá-la.

O direito canônico igualou o suicídio ao homicídio, privando o suicida dos sacramentos e até mesmo de sepultura eclesiástica.

Como ensina o cônego Oscar de Oliveira, “é no direito canônico verdadeiro delito, e como tal é punido pelo Código (Se o delito for consumado, isto é, com a morte, estatui este uma pena pela qual o suicida é privado de sepultura eclesiástica. Não é necessária pois sentença declaratória se o delito for *notório*). Se não se seguir a morte, *todos* (clérigos ou leigos) sejam afastados dos atos legítimos” (Oscar de Oliveira, *De delictis et de poenis*, Mariana, Ed. Cooperativa do Livro, 1951, p. 354).

O suicídio é a deliberada deserção da existência, que é eliminada pelo homem livremente.

(...) Para configuração do suicídio há necessidade de intenção deliberada de se matar, isto é, comportamento doloso. E o dolo precisa ser direto, pois mesmo as pessoas que, advertidas de certos perigos para a vida – como o consumo de bebidas alcoólicas, fumo etc., que acarretam graves danos à saúde -, persistem neles, não praticam o suicídio, embora alguns até cheguem a dizer que “fulano está se matando” porque não atende às ordens médicas.

Não se trata de suicídio, mas também não pode deixar de ser considerada uma conduta culposa do indivíduo, que, sabendo-se enfermo e proibido de certos vícios próprios da natureza humana, continua a alimentá-los. Embora o uso excessivo do álcool e de drogas possa levar ao suicídio, o que tem ocorrido com muita frequência ultimamente, não se pode dizer que o seu usuário o tenha praticado unicamente por esse motivo.

O suicídio também tem sido objeto de debates e reflexões ao longo da história; trata-se de questão delicada, complexa e sensível, pois o fato de alguém se matar, seja de que forma for, não deixa de ser um gesto trespouco.

Sanções aos suicidas e aos que instigam, induzem ou auxiliam

Quanto à sua punição, já dizia o Marquês de Beccaria: “O suicídio é um delito que parece não poder ser submetido a nenhuma pena propriamente dita; pois essa pena só poderia recair sobre um corpo insensível e sem vida, ou sobre inocentes. Ora, o castigo que se aplicasse contra os restos inanimados do culpado não poderia produzir outra impressão sobre os espectadores senão a que estes experimentarão ao verem fustigar uma estátua”. E continua: “Se a pena é aplicada à família inocente, ela é odiosa e tirânica porque já não há liberdade quando as penas não são puramente pessoais. Os homens amam demasiado a vida; estão ligados a ela por todos os objetos que os cercam; a imagem sedutora do prazer e a doce esperança, amável feiticeira que mistura algumas gotas de felicidade ao licor envenenado dos males que ingerimos a grandes tragos, encantam muito fortemente os corações dos mortais, para que se possa temer que a impunidade contribua para tornar o suicídio mais comum”. (Cesare Bonesana –Marquês de Beccaria -, *Dos delitos e das penas*, 4 ed., Atena, p.165).

É verdade que a época em que viveu Beccaria ficou distante no tempo, pois nos mais de duzentos anos transcorridos houve uma evolução espantosa, tanto dos costumes como do conhecimento.

Compreenderam os legisladores que a imposição de sanções ao suicida, assim como a pena de confisco de seus bens, não refletia a humanidade do direito de punir.

Como lembra Vicente Sabino Júnior, “o castigo recairia apenas sobre um corpo sem sensibilidade ou sobre pessoas inocentes, contrariando, neste caso, o princípio da individualização da pena. A apenação do suicida é inócua e nenhuma influência exercerá sobre os concidadãos do morto como exemplo capaz de impedir futuros atos iguais”. (Vicente Sabino Júnior. Cesare Beccaria e seu livro, Juriscredi, 1972, p. 126).

O suicídio deixou de ser punido como crime até mesmo com a proibição de sepultura eclesiástica, pois com a evolução dos costumes e as conquistas modernas percebeu-se que esse gesto, impenhado ou não, da criatura humana merece mais caridade do que punição. Por isso passou-se a punir o ato de outrem que *instiga, induz* ou *auxilia*, colaborando, moral ou materialmente, para que alguém se suicide.

Assim ensina Aníbal Bruno: “O sujeito pode fazer nascer no espírito de outrem a idéia de matar-se, induzindo-o a realizá-la, ou, já existente essa idéia, estimulá-la, instigando o paciente a levá-la a termo, ou pode, por fim, auxiliando a realização do suicídio”. (Aníbal Bruno. Direito Penal, Forense, t.4, p.134).

A forma mais comum de participação em suicídio é justamente o *auxílio* ou ajuda, principalmente para doentes incuráveis, quando se lhes fornecem meios ou medicamentos para abreviar suas dores e sofrimentos.

Eutanásia. Ortotanásia

Esse auxílio prestado a doentes terminais mesmo a pedido do enfermo não se confunde com a *ortotanásia*, que é o desligamento de aparelhos que sustentam uma vida artificial. Na *ortotanásia* há a participação ativa da pessoa que desliga os aparelhos, enquanto no *auxílio ao suicídio* alguém procura fornecer algum meio para que o próprio enfermo, com suas mãos, ponha fim aos seus padecimentos.

(...) A questão é que tanto na *ortotanásia* como no *suicídio*, médicos e enfermeiros procuram impedir o prolongamento das dores do enfermo desligando os aparelhos ou lhe fornecendo algum medicamento para tomar.

Também a *eutanásia ativa* praticada em doentes terminais pode confundir-se com o auxílio ao suicídio de doentes incuráveis, já que nos dois existe a intenção de, abreviando as dores, precipitar a morte do enfermo.

A verdade é que o suicídio é mais uma questão polêmica, principalmente em se tratando de doentes incuráveis ou terminais, que chegam a contar com o auxílio de enfermeiros ou médicos que, condoídos com o estado dos enfermos, procuram abreviar-lhes os sofrimentos e dores atroz.

Aspecto religioso

No entanto, sob o aspecto *religioso* não se admite nem se justifica o suicídio, mesmo em casos de enfermos com fortes dores, pois o sofrimento seria uma forma de purificação.

Como alerta Jacob Melo, “não podemos negar que as religiões podem – e devem – exercer uma grande força na formação de um caráter desprovido de orgulho. Para tanto, o esclarecimento da realidade da vida espiritual, onde nossa vida continuará ditosa ou constrangedora tanto quanto tenhamos agido nesse ou naquele sentido, e a reflexão acerca dos exemplos exarados desde a observação dos menores seres da criação até seus mais dignos representantes – mostrando-nos como tudo se encaixa de uma forma responsável e repercussiva – são responsabilidades intransferíveis” (Reformador, Federação Espírita Brasileira, abr. 1994, p. 21).

O homem precisa realmente de ensinamentos cristãos e orações diárias para fortalecer sua fé e crença nos desígnios de Deus, pois só amparado por alguma religião é que terá forças para enfrentar as dificuldades que encontrará nos caminhos da vida. E com a ajuda divina terá coragem para vencer as provações que lhe serão impostas para o cumprimento de sua missão terrena, vencendo as doenças e sofrimentos, que lhe estão reservados segundo suas próprias forças, pois Deus não exige mais do que não podemos dar.

3. A tentativa. O suicídio e o induzimento perante a lei. Págs.126/7.

Na Velha Roma punia-se o suicídio do soldado, pelo prejuízo causado ao Estado, bem como o suicídio do réu que escapava à punição. Ou ainda o suicídio do escravo, pelo prejuízo patrimonial causado ao senhor. A pena consistia na mutilação do cadáver.

Em Atenas o suicídio não era punido, mas por vezes até aconselhado, em face do pessimismo que invadia o espírito grego; para o homem, o melhor seria não ter jamais nascido.

O direito canônico punia o suicida com privação de sepultura religiosa, o que não mais ocorre, já que os cemitérios não são mais de propriedade da Igreja.

A punição do suicida não tinha razão de ser, pois recaíam sobre o seu corpo inanimado os castigos que lhe eram infligidos, assim como o confisco dos seus bens só prejudicava a seus descendentes, contrariando o princípio da individualidade da pena. Daí ser inútil qualquer punição ao suicídio, o que contraria mesmo os fins utilitários do direito de punir.

A nossa lei penal pune somente o induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122 do CP), com pena de dois a seis anos de reclusão, se o suicídio se consuma; e com pena de um a três anos de reclusão, se da tentativa resulta lesão corporal de natureza grave.

O mestre Néelson Hungria ensina que “quase nenhuma é a diferença entre *induzir e instigar*. *Induzir* significa persuadir ou levar alguém a praticar algum ato. *Instigar*, além desse mesmo significado, encerra também o de acoroçoar um desígnio. O *induzimento* pressupõe a *iniciativa* na formação da vontade de outrem, enquanto a *instigação* pode ter um caráter *secundário* ou *acessório*, ou de adesão e

estímulo a um propósito já concebido, para afastar hesitação ou perplexidade. *Auxiliar*, finalmente, é prestar assistência material, é *facilitar* a execução de um ato. Deve entender-se que o *auxílio*, na espécie, é prestado conscientemente no sentido de favorecer a execução do suicídio, mas sem confundir-se com esta. Se há *cooperação* direta no ato executivo do suicídio, o crime passa a ser de *homicídio*". (Nélson Hungria, Comentários, cit., v.5, p.226).

O auxílio pode tomar a forma de *ação* ou *omissão*, sendo que na omissão precisa haver uma relação de direito que crie a obrigação de custódia e assistência em face do suicida, um dever jurídico de impedi-lo. Assim, a mãe tem o dever de impedir o suicídio da filha, desiludida e transtornada; ou o enfermeiro que tem a seu cargo um paciente deprimido ou sofrendo fortes dores, que pensa em se matar, deve detê-lo.

A conduta omissiva, contudo, torna-se difícil de caracterizar, o que traz muitas incertezas, deixando, por isso, de ser punível. Aliás, há países que não punem a participação em suicídio.

Há realmente movimentos modernos no sentido de suavizar os padecimentos de enfermos terminais, auxiliando-os a ter uma boa morte, o que equivaleria à eutanásia ativa, que pode ser confundida com o auxílio ao suicídio.

A propósito, aliás, da recente tentativa de suicídio do delator do escândalo do orçamento da União, que tomou grande dose de remédio Atenol para baixar a pressão arterial, cortou os pulsos e tentou se enforcar pendurando-se no chuveiro quando soube da notícia da descoberta da ossada de sua mulher (ele era o principal suspeito de seu assassinato), o jornal *Folha de S. Paulo* entrevistou alguns juristas.

O professor Paulo José da Costa Jr. disse que quando o suicídio tentado não se consuma "o Estado deixa de punir para não agravar com a sanção penal a sorte de quem buscou a própria morte e não a alcançou" (*Folha de S. Paulo*, 5 dez. 1993).

O professor Antônio Chaves de Camargo também declarou que em outros países o auxílio ao suicídio, assim como o próprio ato, não é crime, e que considera "o direito brasileiro moralista; as pessoas têm livre arbítrio em relação ao próprio corpo".

Por sua vez, o professor de Medicina Legal da Universidade de São Paulo, José Lopes Zarzuela, disse que "o suicídio não apresenta nenhum interesse médico legal, mas a perícia precisa comprovar que o ato foi mesmo praticado por vontade própria da vítima".

A noção de que o suicídio é ato condenável tem origem religiosa, razão por que tem recebido sanções canônicas como a negação de sacramentos e de sepultura eclesiástica. Juridicamente, porém, o suicídio em si não é ato punível, pois não há razão em punir pessoa morta.

4. O suicídio e as religiões. Págs.128 a 130.

Em 1984, em São Paulo, determinada senhora e seu filho resolveram fazer greve de fome com o firme propósito de extinguirem a vida em face do desamparo em que se encontravam. O gesto dos dois sensibilizou a imprensa e a população

Na ocasião, o jornalista Osvaldo Peralva escreveu um artigo em que aborda a questão do suicídio sob diversos aspectos, cujos trechos passamos a reproduzir:

“Do ponto de vista religioso, é de lembrar que o Concílio de Arles, em 452, decretava que o suicídio era inspiração diabólica. Sob o aspecto legal era considerado crime na França até 1789, quando foi riscado do Código Penal. Na Inglaterra ainda o é. E na velha China o Código Ch’Ing só tolerava o suicídio quando provocado pelo sentimento de ódio ou de vergonha. Os muçulmanos reprovam o suicídio, considerando-o pior que o homicídio. Pelo menos no Irã e na Turquia, aos suicidas se recusam funerais religiosos”.

E continua o jornalista: “Do ângulo filosófico a frase mais conhecida e citada é a de Albert Camus, em seu *Le mythe de Sisyphe*. Para ele, ‘só existe um problema verdadeiramente sério: o suicídio. Julgar que a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à questão fundamental da filosofia’. O tema sempre preocupou escritores os mais eminentes; Montaigne e Nietzsche chegaram a glorificar o suicídio, enquanto Descartes o condenava de modo categórico. Já Goethe e Darwin mostravam-se compreensivos para com os que o praticavam” (*Folha de S. Paulo*, 29 set. 1984)

Segundo o professor de Teologia da Pontifícia Universidade Católica, Flávio Di Giorgi, “o suicida no judaísmo não é enterrado de acordo com o ritual normal do ‘kaddish’ e não vai para o cemitério normal, sendo enterrado à parte dos demais”. Diz ele que “o suicídio é fortemente condenado no Deuteronômio, que é o quinto livro do Pentateuco (conjunto dos cinco primeiros livros da *Bíblia*). A razão é que a religião judaica entende o suicídio como um crime dirigido a Deus, uma espécie de desafio em que o homem se declara senhor de sua própria vida”. Para ele, o mandamento “não matarás” incluiu também a ordem “não te matarás”.

Quanto ao Cristianismo, diz Di Giorgi que “o suicídio pode ser entendido como desesperança, que é considerada pecado grave. Mas há também uma norma de direito canônico segundo a qual ‘sobre as questões de foro íntimo nem a Igreja tem jurisdição’. Do ponto de vista subjetivo, o cristianismo não determina se a ação é moralmente imputável, ou seja, se é um pecado” (*Folha de S. Paulo*, 5 dez/1993).

O juízo da Igreja contra o mal da limitação da vida deriva da certeza cristã de que os homens não são os donos mas os administradores da vida. Por esta razão o Concílio declara: “Tudo o que for contra a vida, tal como qualquer tipo de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia ou suicídio, tudo quanto viola a integridade da pessoa humana... todas estas coisas e outras semelhantes são infâmias. Envenenam a sociedade humana. Contudo, causam mais prejuízo àqueles que as praticam do que àqueles que lhes sofrem as conseqüências. Além disso, são uma grave falta de respeito ao Criador (*Gaudium et Spes*. Declarações de conferências episcopais, in *A Igreja e o aborto*, Vozes, 1972, p. 11).

Também a doutrina espírita é contra o suicídio, manifestando-se de modo expresso o codificador Allan Kardec diante da pergunta: “Aquele que se acha desgostoso da vida, mas que não quer extinguí-la por suas próprias mãos, será culpado se procurar a morte num campo de batalha, com o propósito de tornar útil sua morte?”. Resposta: “Que o homem se mate ele próprio, ou faça que outrem o mate, seu propósito é sempre cortar o fio da existência; há, por conseguinte, suicídio intencional, se não de fato. É ilusória a idéia de que sua morte servirá para alguma coisa; isso não passa de pretexto para colorir o ato e escusá-lo aos seus próprios olhos. Se ele desejasse seriamente servir ao país, cuidaria de viver para defendê-lo; não procuraria morrer, pois que, morto, de nada mais lhe serviria. O verdadeiro devotamento consiste em não temer a morte, quando se trate de ser útil, em afrontar o perigo, em fazer, de antemão e sem pesar, o sacrifício da vida, se for necessário. Mas, buscar a morte com *premeditada intenção*, expondo-se a um perigo, ainda que para prestar serviço, anula o mérito da ação (S.Luís, Paris, 1860)”.

Outra pergunta: “Se um homem se expõe a um perigo iminente para salvar a vida de um de seus semelhantes, sabendo de antemão que sucumbirá, pode o seu ato ser considerado suicídio?”. Responde Kardec: “Desde que no ato não entre a intenção de morte, não há suicídio e, sim, apenas, devotamento e abnegação, embora também haja a certeza de que morrerá. Mas, quem pode ter essa certeza? Quem poderá dizer que a Providência não reserva um inesperado meio de salvação para o momento mais crítico? Não poderia ela salvar mesmo aquele que se achasse diante da bala de um canhão? Pode muitas vezes dar-se que ela queira levar ao extremo limite a prova da resignação e, nesse caso, uma circunstância inopinada desvia o golpe fatal. (São Luís, Paris, 1860. Allan Kardec, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, 77. ed., Ed. Federação Espírita Brasileira, 1944, p. 130).

Como se vê, todas as religiões são contra o suicídio, por se tratar de crime contra a vida, que é dádiva de Deus e que só por Ele pode ser tirada. Mesmo nos sofrimentos mais atrozos a criatura recebe do seu Criador forças necessárias para enfrentar suas dores e vencer esses momentos de provação e elevação. A cada ser Deus saberá dar forças necessárias para superar as dificuldades. Aliás, Ele sabe o que podemos ou não suportar. Por isso não se pode desanimar e, por pior que seja a crise, o homem não tem o direito de pôr fim à sua própria vida.

5. Suicídio e eutanásia. Págs. 130/131.

O professor Afrânio Peixoto lembra que Ferri assimilou homicídio e suicídio: “São duas manifestações de um mesmo estado, dois efeitos da mesma causa... o suicídio seria apenas homicídio transformado e atenuado”. E parte daí para estabelecer que, onde os homens não se matam, matam os outros; onde não são homicidas, são suicidas. Não é exato, e seria a discutir. Mas não seria, no caso assimilável ao suicídio, o homicídio ‘a pedido?’ (Afrânio Peixoto, *Criminologia*, Saraiva, 1953, p. 125).

Atualmente, a discussão pode ser transportada para a correlação existente entre *eutanásia* e *suicídio*, já que nos dois casos há auxílio ao enfermo para que ele morra sem sofrimento. Tanto num caso como noutro poderíamos ver a figura do suicídio mediante auxílio ou da eutanásia ativa, que ocorre com o fornecimento de algum medicamento para abreviar os padecimentos do enfermo.

Aliás, o já referido “doutor Morte” (Dr. Jack Kevorkian), que criou nos Estados Unidos a máquina para auxiliar os enfermos incuráveis a morrer, tem feito campanha a favor do “suicídio com as-

sistência médica” em doentes terminais, questão que tem provocado controvérsias: há aqueles que o apoiam, como também há os o acusam severamente (*O Estado de S. Paulo*, 3 dez. 1993).

Embora haja afinidade entre a morte do doente terminal e a do suicida sob o aspecto do *auxílio* de outrem, não se pode negar que há grande diferença entre os estados de saúde, pois um sofre dores físicas, enquanto o outro estaria mentalmente descontrolado.

Os suicidas se matam das mais variadas formas: com tiros na cabeça, peito, coração, enforcando-se, tomando doses excessivas de medicamentos, inalando gás, injetando tóxicos (*overdose*) etc. Se várias são as formas de suicídio, também os motivos são os mais diversos: alienação, dificuldades financeiras, amores, alcoolismo, sofrimentos físicos, mágoas etc.

Abordando o estado mental dos suicidas, comenta o mestre Flaminio Fávero que “não direi, como Esquirol, que ‘o homem não atenta contra os seus dias, senão quando está em delírio’, e que ‘os suicidas são alienados’ (*Memoire du suicide*), mas aplaudo convictamente os que insistem em chamar o suicida de anormal-psíquico. O instinto de conservação é uma força poderosa. Seu embotamento é mórbido. Quem deserta da vida não tem perfeita saúde mental. É verdade que o critério de normalidade somatopsíquica é relativo. Mas, dentro dessa relatividade está a maioria. O que aberrava disso, pois, é patológico. (Flaminio Fávero, *Medicina legal*, cit., v. 1. p. 257).

Tanto o estado mental do suicida como o do próprio doente terminal estão comprometidos, pois em sua consciência não se vai pedir o auxílio de alguém para morrer. As pessoas que pedem a morte quando estão *doentes* – e nessa circunstância é que há identidade entre eutanásia ativa e suicídio – já estão também com a saúde mental comprometida.

Já outros suicídios podem ocorrer por motivos vários que não sejam doenças incuráveis, mas que também se dão por perturbações mentais.

Ainda que haja diferença entre eutanásia ativa e suicídio, temos de admitir que ela é sutil, pois se tratam ambos de auxílio para obter uma boa morte.

Na forma de induzimento ou instigação a diferença é mais do que patente, mas na modalidade de auxílio fica certa dúvida a respeito do enquadramento do fato, pois se pratica a eutanásia em portador de algum mal incurável, mas pode-se também auxiliar um enfermo a morrer, dando-lhe determinado medicamento para tomar.

A diferença é visível; enquanto na eutanásia se executa a ação, pondo fim à vida de um portador de mal incurável, no auxílio ao suicídio se auxilia pessoa que esteja em pleno gozo de sua saúde mental; não há aqui os requisitos característicos da eutanásia, embora estes possam estar presentes no suicídio.

8. Direito de viver ou morrer! Págs. 135-137.

A morte é o nivelamento de todos os seres humanos, já que a única certeza que temos é que ninguém escapará dela. Daí por que se falar em direito de morrer seria verdadeira impropriedade, pois este é o único direito inalienável e intransferível.

Para muitas pessoas existe o medo da morte porque sempre tiveram informações erradas ou deformadas sobre a vida além dela. Durante muito tempo a doutrina católica ensinou que quem morre vai para o inferno, o paraíso ou o purgatório, segundo seu merecimento. E a idéia do inferno, ou mesmo do purgatório ardendo em brasas, sempre atemorizou as pessoas.

Modernamente, porém, existem outras concepções sobre a vida além da morte, o que traz aos seres humanos mais esperança e menos temor, embora ainda existam mistérios que a mente humana procura decifrar ou aceitar, para pacificação de suas próprias apreensões.

Na lição de Allan Kardec, “a morte não inspira ao justo nenhum medo, porque com a fé ele tem a certeza do futuro: a esperança lhe faz esperar uma vida melhor, e a caridade, da qual praticou a lei, dá-lhe a certeza de que não reencontrará, no mundo em que vai entrar, nenhum ser do qual deva temer o olhar”. E continua o codificador: “O homem moral, que se eleva acima das necessidades fictícias criadas pelas paixões, tem, desde este mundo, prazeres desconhecidos ao homem material. A moderação dos seus desejos dá ao seu Espírito calma e serenidade. Feliz pelo bem que fez, não há para ele decepções, e as contrariedades deslizam sobre sua alma sem deixar aí impressão dolorosa”.(Allan Karde, O Livro dos Espíritos, 7. ed., Instituto Difusão Espírita, 1992, p. 367).

O tema da morte está deixando de ser *tabu*, principalmente porque muitos jovens têm perdido a vida por intoxicação com drogas. Ainda há pouco a morte do roqueiro Kurt Cobain, líder da banda Nirvana, fez com que o assunto fosse discutido pela imprensa. Vários jovens que já haviam tentado o suicídio prestaram declarações.

Em reportagem sobre o assunto, Antonia Lemos e Rodrigo Leite entrevistaram jovens, forneceram recomendações e informaram que no ano passado foram registrados 333 suicídios no Brasil entre “teens” de quinze a dezenove anos e outros 1218 com pessoas entre vinte e vinte e nove anos (*Folha de S. Paulo*, 18 abr. 1994)

Entre as causas mais freqüentes de tentativa de suicídio – e de suicídio propriamente dito – estão os distúrbios psiquiátricos, sendo a depressão a maior culpada. Também o uso excessivo de álcool e de drogas pode levar ao suicídio.

Foram apontados ainda como causas de suicídio dúvidas com relação à personalidade, grandes perdas e conflitos com a família.

No entanto, jovens e adultos devem entender que o suicídio não é solução, pois, além de não resolver os problemas de quem o comete, só machuca quem está a seu redor, principalmente familiares e amigos, que sempre ficam inconformados.

Se a morte natural provocada por doenças entristece parentes e amigos, a morte brutal, resultante de suicídio, homicídio, desastre etc. choca muito mais, por ser inesperada. Não podemos, assim, conformar-nos diante do suicídio, porque isso contraria a própria natureza humana.

Já se admite, no entanto, como temos mostrado, o auxílio ao suicídio de doentes terminais que sofrem terríveis dores e que solicitam a alguém que os ajude a morrer; isso corresponde à eutanásia ativa, que consiste em ajudar a morrer alguém que esteja no fim da existência, preso a enfermidade incurável. Trata-se de reconhecer o direito de morrer com dignidade, sem sofrimento, o que pode ser alcançado com alguma medicação ou sem utilização de aparelhagem, que só serve para prolongar a vida vegetativa.

Outros, porém, insurgir-se-ão dizendo que o dom da vida só pode ser tirado por Deus, que a concedeu ao homem, e que Ele saberá dar a necessária fortaleza para que a pessoa acometida de padecimentos supere, como outros o fizeram, as suas dores, sem precisar abreviá-las.

Mas vai ganhando adeptos a corrente que defende o direito de morrer quando não se tem mais esperança de viver com utilidade e dignidade, sendo reconhecido o uso de narcóticos para aliviar as dores, mesmo que isso represente a antecipação do fim da vida.

9. Prevenções contra o suicídio. Págs.137-139.

De acordo com Almerindo Martins de Castro, “o suicídio é a maior desgraça que pode suceder ao Espírito. Ato de rebeldia insensata contra os desígnios da Providência, encarna o desespero do réu que se quer libertar, por fraqueza, do compromisso anterior que assumiu por seus erros. É uma afronta à Divindade, inútil e covarde”.

Conclui ele: “O suicídio é o começo do maior tormento que a criatura humana possa sofrer, porque continua viva (apesar de morto o corpo) e sem receber socorro, nem ter alívio do seu padecer, pois esse alívio só a seu tempo terá lugar. Ninguém pode alterar a ordem natural da vida. Cada ser nasce e morre naturalmente, dentro da evolução e do tempo que lhe corresponda. Essa é a lei do Universo. Louco, quem pretender lutar contra ela”. (Almerindo Martins de Castro, *O Martírio dos Suicidas*, 12. ed. Ed. Federação Espírita Brasileira, 1991, p. 63 e 209).

Essa visão do suicídio, sob a ótica da doutrina espírita, tem validade para qualquer credo, pois não há dúvida que o suicídio só se compreende como um ato tresloucado, de alguém que esteja realmente fora de si, pois pessoa mentalmente sã não põe de modo algum fim ao único bem que inegavelmente tem: a vida.

O suicídio provoca ainda mais polêmica quando um jovem põe fim à vida como solução dos seus problemas terrenos, esquecido de que o espírito continuará a viver. Angústias, decepções, tristezas, desejo de fugir da vida, nada disso é motivo coerente, pois são momentos passageiros.

Quando do suicídio do cantor Kurt Cobain, a *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem salientando como identificar um suicida em potencial, o que fazer se um parente ou amigo quiser se matar e também o que fazer se você sentir vontade de se matar.

Para identificar um suicida em potencial, deve-se “observar se a pessoa tem sintomas de depressão, tristeza constante, ansiedade, insônia, perda de apetite, pessimismo e dificuldade de se concentrar, falta de perspectiva – o que é diferente de uma tristeza temporária. Ficar atento a fatos importantes da vida da pessoa. Grandes perdas ou mudanças podem ‘precipitar’ uma tendência ao suicídio”.

Se um parente ou amigo quiser se matar, “ofereça ajuda médica ou psiquiátrica. Se necessário, leve a pessoa mesmo a contragosto. Mantenha a pessoa longe de armas de fogo, objetos cortantes, remédios como calmantes e lugares altos. Converse sobre a situação que a pessoa vive. Lembre-se de que a depressão tem cura e é passageira (com tratamento ela acaba em duas ou três semanas). Para a pessoa deprimida, entretanto, a sensação é de que jamais haverá solução. Não deixe a pessoa sozinha nem durante a noite. Além de ter seus atos vigiados, a pessoa vai se sentir querida e estimulada. Trate o tema com clareza e sem preconceitos”.

Se você sentir vontade de se matar, “procure ajuda antes, quando o problema está apenas no começo. Em casos de emergência (desespero ou compulsão ao suicídio) procure auxílio telefônico ou vá a um pronto-socorro procurar o psicólogo ou psiquiatra de plantão” (*Folha de S. Paulo*, 18 abr. 1994).

A verdade é que, apesar das advertências sobre as conseqüências horríveis do suicídio, o número de ocorrências tem aumentado, principalmente entre os jovens que se entregam ao vício das drogas. No entanto, apesar de considerações e reflexões sobre o assunto, advertências não têm surtido efeito, já que o ser humano continua desrespeitando as leis naturais sem justificativa alguma.

Almerindo Martins de Castro adverte ser “farta, eloqüente e autêntica a documentação que os Espíritos têm trazido aos da Terra, cientificando-os dos horrores que os esperam, se cometerem o crime do auto-homicídio”.

Aduz ainda: “Fora de preocupações e ambientes seitistas, têm surgido manifestações insuspeitáveis de Espíritos, que se identificam de maneira convincente, unânimes nas narrativas dos atrozos padecimentos reservados aos suicidas, quaisquer que hajam sido os móveis propulsores de tão desesperado e ilógico procedimento”. (Almerindo Martins de Castro, *O Martírio dos Suicidas*, cit. p. 58).

O suicídio como ato de coragem ou covardia ou mesmo de honra não se justifica de modo algum; partilhamos da idéia de que a pessoa que se mata deve estar realmente fora de si, descontrolada, passando por graves perturbações mentais.

10. Conclusões. Pág. 139.

O suicídio é crime contra a vida, embora, o morto não seja punido, o que, aliás, nem teria sentido.

Só o induzimento, a instigação e o auxílio ao suicídio são punidos pela nossa lei penal, com pena mínima de dois anos de reclusão, que admite o *sursis* (art. 122 do CP). A forma mais corrente que aparece é justamente através do auxílio, mas dependendo das circunstâncias essa hipótese pode ser confundida com a eutanásia, em que a pessoa ajuda um doente terminal portador de graves dores a

morrer. Aliás, nos EUA o “Doutor Morte”, como ficou conhecido o médico aposentado Jack Kevorkian, foi absolvido da acusação de ter ajudado um paciente a morrer. O julgamento, o primeiro neste tipo de caso, ocorreu no Estado de Michigan, meio-oeste dos EUA, que proíbe assistência ao suicídio. A defesa se baseou na tese de que ele não tinha o objetivo de ajudar o paciente a se matar, mas de aliviá-lo de sofrimentos.

Referido médico, que já orientou perto de vinte pessoas a morrer desde 1990, é o principal defensor do direito à eutanásia.

Como pudemos atestar, a questão é realmente complexa, delicada e polêmica, e, apesar de ter sempre merecido a atenção dos estudiosos, dificilmente será pacificada.

CAPÍTULO I

DOCTRINA ESPÍRITA:

CIÊNCIA, FILOSOFIA E RELIGIÃO

Este capítulo, o de abertura, pretende demonstrar, convincentemente, que a Doutrina Espírita é, ao mesmo tempo: Ciência, Filosofia e Religião, apesar dos protestos e negativas de alguns segmentos culturais. Estão reunidos nele alguns artigos e estudos que constam do Código de Direito Natural Espírita, projeto de José Fleuri Queiroz (Editora Mundo Jurídico, 2006), que foram rigorosamente selecionados da vasta literatura específica, a partir dos trabalhos do próprio Allan Kardec, em meados do século XIX, não deixando margem à dúvidas quanto ao tríplice aspecto do Espiritismo.

A nós, simplesmente, basta resumir que a Doutrina Espírita é Ciência porque foi estruturada através do processo experimental, na observação dos fatos, ou seja, manifestações dos Espíritos, tendo como instrumento os médiuns, dos quais Allan Kardec se serviu para coligir, questionar, selecionar racionalmente todas as respostas dadas pelos Espíritos Superiores, formando um corpo doutrinário.

É Filosofia, porque esse corpo doutrinário responde a todas as questões relativas à vida de todos os seres, levando ao conhecimento da Verdade, das Leis Naturais que regem a existência, informa de onde viemos, o que fazemos na Terra e o que nos aguarda o Futuro.

É Religião, porque afasta as superstições, os mitos, prova-nos a existência do Mundo dos Espíritos, da Imortalidade dos mesmos e o estado feliz ou infeliz em que se encontram, em virtude do bem ou mal praticados anteriormente e, acima de tudo, conduz o homem da fé cega à fé raciocinada na existência de Deus – Inteligência Suprema do Universo, Causa Primária de todas as coisas, Perfeição Absoluta em Justiça, Bondade e Misericórdia -, que atrai todas as criaturas para o seu seio.

Obviamente, indispensável se torna este Capítulo como sustentáculo ao propósito de demonstrar e provar que apenas a Doutrina Espírita dispõe de argumentos

racionais e inquestionáveis para explicar as causas e conseqüências do suicídio, do induzimento, instigação e auxílio ao mesmo, da eutanásia e, principalmente, a única que dispõe dos meios seguros e eficientes de prevenção a todos eles.

O Direito Natural Espírita, como não poderia deixar de ser, extrapola os limites do Direito Positivo, demonstrando, à saciedade, as penas e recompensas, além-túmulo, a que estão sujeitos os espíritos desencarnados em razão da conduta no bem, ou no mal, durante a existência terrena.

Quanto aos suicidas, pela descrição dos seus próprios espíritos, nos Capítulos VI e VII, terríveis penalidades e maiores sofrimentos os aguardavam, em completa oposição aos benefícios que esperavam obter, escapando das desgraças da vida física. Certamente, esses testemunhos servirão para desencorajar os presentes e futuros candidatos à tão frustrante mister, encontrando, ao mesmo tempo, no Capítulo VIII, os meios de prevenção, para se livrarem de tão ignóbil idéia.

Paremos aqui e acompanhem os autores abaixo, cujos artigos, como dito, constam do Código de Direito Natural Espírita, à cuja leitura e estudo recomendamos.

*

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(Projeto de José Fleurí Queiroz. Editora Mundo Jurídico

Editora e Distribuidora Ltda. Leme. SP. 2006.

1 – O GRANDE DESCONHECIDO – (Explicação de José Herculano Pires, em seu livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, Editora Paidéia, SP, 1^a edição, 1979, págs. 1-5) – Todos falam de Espiritismo, bem ou mal. Mas poucos o conhecem. Geralmente o consideram como uma seita religiosa comum, carregada de superstições. Muitos o vêem como uma tentativa de sistematização de credences populares, onde todos os absurdos podem ser encontrados. Há os que o aceitam como nova Goécia, magia negra da Antigüidade disfarçada de Cristianismo milagreiro. Grandes cientistas se deixaram envolver nos seus problemas e se desmoralizaram.

Outros entendem que podem encontrar nele a solução para todos os seus problemas, conseguir filtros de amor e os 13 pontos da Loteria Esportiva. E na verdade os seus próprios adeptos não o conhecem. Quem se diz espírita arrisca-se a ser procurado para fazer macumba, despachos contra inimigos ou curas milagrosas de doenças incuráveis. Grandes instituições espíritas, geralmente fundadas por pessoas sérias, tornam-se as vezes verdadeiras fontes de confusão a respeito do sentido e da natureza da doutrina. O Espiritismo, nascido ontem, nos meados do século 19, é hoje o Grande Desconhecido dos que o aprovam e o louvam e dos que o atacam e criticam.

Durante muito tempo ele foi encarado com pavor pelos religiosos, que viam nele uma criação diabólica para perdição das almas. Falar em fenômenos espíritas era pecado mortal, comprar passagem direta para o Caldeirão de Belzebu. Médicos ilustres chegaram a classificar o Espiritismo como fábrica de loucos. Quando começaram a surgir os hospitais espíritas para doenças mentais, alegaram que os espíritas procuravam curar loucos que eles mesmos faziam para aliviar suas consciências pesadas. E quando viram que o Espiritismo realmente curava loucos incuráveis, diziam que os demônios se entendiam entre si para lograr o povo.

Não obstante, o Espiritismo é uma doutrina moderna, perfeitamente estruturada por um grande pensador, escritor e pedagogo francês, homem de letras e ciências, famoso por sua cultura e seus trabalhos científicos e que assinou suas obras espíritas com o pseudônimo de Allan Kardec. Saber isso já é saber alguma coisa a respeito, mas está muito longe de ser tudo. Doutrina complexa, que abrange todo o campo do Conhecimento, apresenta-se enquadrada na seqüência epistemológica de: a) **Ciência** – como pesquisa dos chamados fenômenos paranormais, dotada de métodos próprios, específicos e adequados ao objeto que investiga, tendo dado origem a todas as ciências do paranormal, até à Parapsicologia atual e seu ramo romeno, que se disfarça sob o nome pouco conhecido de Psicotrônica, para não assustar os materialistas. b) **Filosofia** – como interpretação da natureza dos fenômenos e reformulação da concepção do mundo e de toda a realidade segundo as novas descobertas científicas; aceita Oficialmente no plano filosófico, consta do Dicionário Filosófico do Instituto de França; no Brasil, reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Filosofia, constando do volume Panorama da Filosofia em São Paulo, edição conjunta do Instituto e da Universidade de São Paulo, coordenação do Prof. Luiz Washington Vitta. c) **Religião** – como consequência das conclusões filosóficas, baseadas nas provas da sobrevivência humana após a morte e nas ligações históricas e genésicas do Cristianismo com o Espiritismo; considerado como a Religião em Espírito e Verdade, anunciada por Jesus, segundo os Evangelhos; religião espiritual, sem aparatos formais, dogmas de fé ou instituição i-

grejeira, sem sacramentos. d) **Essa seqüência** – obedece as leis da Gnosiologia, pelas quais o conhecimento começa nas experiências do homem com o mundo e se desenvolve nas ilações do pensamento humano dentro do quadro da realidade conhecida; como no Espiritismo essa realidade supera os limites da vida física, a moral se projeta no plano das relações do homem com a Divindade, adquirindo sentido religioso.

Colocado assim o problema, a complexidade do Espiritismo se torna facilmente compreensível. Tudo no Universo se processa mediante a ação e o controle de leis naturais, que correspondem à imanência de Deus no Mundo através de suas leis. Toda a realidade verificável é natural, de maneira que os espíritos e suas manifestações não são sobrenaturais, mas fatos naturais explicáveis, resultantes de leis que a pesquisa científica esclarece. O Sobrenatural só se refere a Deus, cuja natureza não é acessível ao homem neste estágio de sua evolução, mas o será possivelmente, quando o homem atingir os graus superiores de sua evolução. Todas as possibilidades estão abertas e franqueadas ao homem em todo o Universo, desde que ele avance no desenvolvimento de suas potencialidades espirituais, segundo as leis da transcendência. (...)

2 – EPISTEMOLOGIA ESPÍRITA – (Explicação de J. Herculano Pires no referido livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, págs. 71-82) – Na aparente simplicidade da sua forma escrita o Espiritismo abrange todos os campos do Conhecimento. Não o faz de maneira sistemática, mas espontânea, numa espécie de improvisação determinada pelas exigências do borbulhar dos fatos e da escassês do tempo. Kardec já estava com 50 anos de idade e não dispunha de recursos financeiros e meios técnicos, nem de auxiliares preparados para a execução da obra imensa e urgente que o desafiava. Estava só diante daquela erupção de fenômenos que tinha de controlar na formulação de uma doutrina que os tornassem acessíveis a todos. Dispunha apenas dos seus conhecimentos científicos, da visão pedagógica herdada de Rousseau e Pestalozzi, dos instrumentos humanos de pesquisa que eram as meninas Boudin, de 14 e 16 anos e dos recursos da sua didática, desenvolvidos nos Institutos que fundara e dirigira, nas obras que publicara e nos serviços prestados à Universidade de França como diretor de estudos. Valeu-lhe o seu temperamento calmo, ponderado, que lhe permitiu dominar as circunstâncias e organizar uma nova ciência apoiada em pesquisas dotadas de métodos próprios, entrosada nas exigências científicas da época, amparada numa instituição científica por ele mesmo fundada e pelos meios de divulgação, pesquisa de opinião e possibilidade de debates em plano mundial, que criou com suas obras e a fundação e manutenção da Revista Espírita. Uma epopéia cultural silenciosa, que não obstante expandiu-se em todas as direções culturais, abalando o mundo.

Essa façanha homérica não dispensou o auxílio clássico dos deuses – aqueles mesmos que Tales de Mileto dizia encherem o mundo em todas as suas dimensões – os Espíritos. Esses deuses, que ele humanizou ao invés de divinizar, enfunaram as velas do seu barco e o levaram, solitário, à conquista de mares e terras desconhecidas e envoltos nos mistérios de todas as mitologias e magias religiosas. Teve de enfrentar, como Ulisses, os báratros e os monstros do mar e os guerreiros entrincheirados nas muralhas das tróias culturais da Terra.

A Epistemologia Espírita, estudo e crítica do Conhecimento Científico à luz do Espiritismo, não é sequer mencionada na obra de Kardec, mas está nela integrada, é um dos problemas fundamentais da doutrina, indispensável à sua compreensão. Na Antigüidade, com algumas exceções do mundo clássico grego-romano (por exemplo: as observações empíricas dos filósofos gregos e posteriormente de Aristóteles), todo o Conhecimento Humano decorria das tradições religiosas e se processava por dedução. Com ou sem o esquema lógico aristotélico, os sábios serviam-se de um único instrumento de pesquisa, que era o silogismo. Só nos princípios do Século XIV surgiram na Itália as primeiras tentativas de interrogar a Natureza para se conhecer a realidade. Daí por diante a Ciência desenvolveu-se, através de penosos episódios históricos como os de Galileu e Giordano Bruno, pois qualquer descoberta que contrariasse a Bíblia era logo motivo de perseguições e condenações por heresia. Para se dar o passo lógico da dedução para a indução foram necessários quatro séculos. Basta lembrarmos o episódio de Descartes, que em seu Tratado do Mundo teve de usar um expediente curioso. Para dizer que a Terra girava em torno do sol, afirmou que a Terra era fixa no espaço, envolta na sua atmosfera, mas esta girava em torno do Sol. Apesar disso, Descartes acabou fugindo para a Holanda, país protestante, a fim de livrar-se das condenações da Igreja. Ele usava em seu emblema a palavra **caute**, significando a cautela que devia ter na exposição de suas idéias. Nesse ambiente opressivo a Ciência era uma erva daninha que só crescia às ocultas. No Século XVIII, chamado o Século de Ouro das Ciências, a opressão clerical se afrouxara na medida em que as invenções, mais do que as descobertas, lhes davam prestígio. No Século XIX a situação mudara bastante, mas só nos meados desse século o clima se tornara propício ao emprego atrevido do uso da indução científica, que consiste na pesquisa de vários fenômenos para deles obter-se a lei geral que os rege. Antes disso seria impossível a pesquisa espírita, que além de condenada em si mesma como profanação da morte, seria também condenada por contrariar a sabedoria infusa dos teólogos, procedente de Deus através da Bíblia e do milagre das intuições reveladoras. Apesar da liberdade já conquistada, a Inquisição Espanhola, não podendo condenar Kardec à fogueira, pois ele estava na França, condenou a sua obra e a queimou com todos os rituais da Inqui-

sição em Barcelona. Kardec comentou o fato na Revista Espírita, num artigo intitulado A Cauda da Inquisição, aproveitando o fato para rasgar mais amplamente a pesada cortina da censura eclesiástica no mundo. A França marchava na vanguarda da libertação, enquanto a cauda da opressão ainda se arrastava, erizada de ameaças e eivada de crimes, em Terras de Portugal e Espanha. Só na França seria possível, naquela fase de transição histórica e cultural, o desenvolvimento do Espiritismo. Não obstante, ali mesmo se ergueram as ondas de reação, sopradas pelos vendavais do fanatismo religioso, dos preconceitos culturais e do exclusivismo científico. Foi no estudo sereno dessa reação, em meio ao furor dos elementos desencadeados, que Kardec deu início à Epistemologia Espírita. Sózinho a princípio, eram ainda poucos os seus companheiros. Repetia-se no antigo e carismático solo das Gálias o mesmo quadro palestino de Jesus com seus poucos discípulos a enfrentar os poderes do mundo. O panorama histórico, porém, se modificara e Kardec podia usar com mais eficácia as armas da razão. O Renascimento preparara a França para aquele momento glorioso.

Kardec examina a posição epistemológica do Espiritismo na Introdução ao Estudo da Doutrina Espírita que abre O Livro dos Espíritos, obra fundamental da Doutrina. O Espiritismo é uma Ciência que se defronta com as outras ciências em pé de igualdade e não pode ser julgada pelos cientistas que não a conhecem. Os sábios são dignos de admiração e respeito, quando se pronunciam sobre o que sabem. Mas quando opinam sobre o que não sabem igualam-se ao vulgo, dando simples opiniões desprovidas de valor. O que vale na Ciência são os fatos e não as opiniões. Só é válido no campo científico o veredito das provas. A rejeição dos fatos **a priori** não tem valor científico, por mais reputado que o seja o cientista que emitiu um julgamento. E acrescenta: “Quando a Ciência sai da observação material dos fatos para apreciá-los e explicá-los, abre-se para os cientistas o campo das conjecturas. Cada um constrói o seu sistemazinho, que deseja fazer prevalecer e o sustenta encarniçadamente. Os fatos são o verdadeiro critério dos nossos julgamentos sem réplica. Na ausência dos fatos, a dúvida é a opinião do homem prudente.”

A posição de Kardec era assim de uma clareza e positividade absoluta. O Espiritismo nascia como Ciência, dentro dos quadros da evolução científica, e ao mesmo tempo assumia uma posição epistemológica realista, criticando os desvios individualistas à realidade objetiva. Aos que o criticaram alegando que o objeto de sua doutrina não era objetivo, Kardec lembrava que o conceito espírita de Espírito não era vago, indefinido, mas rigorosamente objetivo. “O Espírito é um ser concreto e circunscrito – afirmava – um ser real, definido, que em certos casos pode ser apreendido pelos nossos sentidos da vista, da audição e do tacto.” A natureza objetiva do Espírito

não podia ser confundida com a dos objetos lógicos, matemáticos ou mitológicos e imaginários, pois as suas manifestações permitiam a verificação científica de sua realidade objetiva e de sua capacidade de produzir efeitos materiais das mínimas às máximas proporções. Por isso o Espiritismo exigia atitude científica no seu estudo, pesquisas objetivas na comprovação das leis naturais que regem as suas relações com o mundo sensível e com os homens encarnados.

A dança das mesas e a dança das rãs - A maioria dos cientistas criticava o fato de o Espiritismo haver nascido da observação da chamada **dança das mesas**. Kardec perguntava se a movimentação espontânea de objetos materiais, rigorosamente constatada, era mais ridícula que a dança das rãs que dera a Galvani a possibilidade de descobrir a eletricidade. Negar esses fatos sem observá-los e pesquisá-los era anti-científico, revelava a persistência de preconceitos na Ciência e exigia, por isso mesmo, a pesquisa séria e metódica dos cientistas sérios. A Ciência da época se fechara sobre as suas conquistas primárias e com elas se julgava na posse do conhecimento total. Caíra num mecanicismo simplório e se alienava num solipsismo arrogante. Quando a Academia reconheceu a existência do Hipnotismo, Kardec lembrou, num artigo crítico e irônico da Revista Espírita, que o Sr. Magnetismo tentara numerosas vezes entrar na Academia pelas portas da frente, mas sempre rejeitado, até que resolveu trocar de nome e entrar pelas portas dos fundos, sendo bem recebido e adquirindo a sua desejada cidadania científica. A Ciência dava mais importância às aparências formais do que à substância. Kardec assinalava que o Espiritismo não era uma questão de forma, mas de fundo.

Sua crítica epistemológica desenvolveu-se implacável através dos anos sucessivos de pesquisa na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, que ele estruturara e dirigia como instituição científica de pesquisas. Quando os cientistas voltavam à carga contra o Espiritismo, Kardec declarava francamente a impotência da Ciência para opinar sobre questões que os cientistas simplesmente desconheciam. Respeitava os cientistas sérios e prudentes, mas não poupava os levianos e atrevidos que se julgavam, como ele dizia, monopolizadores do bom-senso e da verdade.

A Ciência Espírita e o aval dos sábios - Charles Richet, Prêmio Nobel de Fisiologia, reconheceu o seu valor e a sua capacidade de pesquisador, embora não aceitasse a Doutrina Espírita, que considerava precipitada. William Crookes aceitou a incumbência da Sociedade Dialética de Londres, de demolir o Espiritismo, e após três anos de pesquisas, com resultados assombrosos, proclamou a veracidade inegável dos fenômenos espíritas. A luta solitária de Kardec deu resultados inesperados: Os traba-

lhos de Friedrich Zöllner e do Barão Von Schrenk-Notzing na Alemanha, de Ernesto Bozzano e Chiaia na Itália, que dobraram a resistência férrea de Césare Lombroso, com várias materializações incontestáveis da mãe do grande antropólogo, o aparecimento da Metapsíquica, da Ciência Psíquica Inglesa, da antiga Parapsicologia Alemã, as pesquisas que levaram Friederic Myers a publicar seu tratado A Personalidade Humana e sua Sobrevivência, o desenvolvimento da Psicologia Experimental e por fim o aparecimento da Parapsicologia Moderna de Rhine e McDougal provaram a legitimidade da Ciência Espírita e da crítica epistemológica de Kardec. Mas como o Espiritismo não mudou de nome, conservando-se fiel à sua origem e a si mesmo, intransigente na sua clara e precisa posição epistemológica, não foi admitido na Academia nem recebeu a cidadania científica a que tinha e tem o mais absoluto e inegável direito. Kardec, que faleceu em 1869, não teve a oportunidade de ver, em vida, os lances mais importantes da sua vitória sobre o carrancismo e o radicalismo do mundo científico oficial.

Hoje, arrastada pela correnteza da evolução, a Ciência teve de mergulhar no oceano invisível dos átomos e suas partículas, da percepção extra-sensorial e do poder insuspeitado do pensamento, precipitando-se na voragem das pesquisas sobre a reencarnação, ao absurdo das múltiplas dimensões da matéria, dos mundos interpenetrados, da antimatéria, da pluralidade dos mundos habitados, da assustadora problemática filosófica da concepção existencial do homem, da realidade ontológica considerada como subjetividade pura e assim por diante, negando-se a si mesma para poder sobreviver como sobrevivem os homens e todas as coisas e seres, segundo Kardec afirmava.

Kardec podia opinar com autoridade sobre a Ciência, porque era professor de Ciências. Mas por isso mesmo negava à Ciência o direito de opinar sobre o Espiritismo, que ela não conhecia e os cientistas o encaravam através de preconceitos, numa atitude anticientífica. Sua rejeição ao juízo científico da época, nesse sentido, é um veredito: “A Ciência propriamente dita, como Ciência, é incompetente para se pronunciar sobre a questão do Espiritismo, e seu pronunciamento a respeito, qualquer que seja, favorável ou não, nenhum peso teria”. Essa declaração de incompetência é válida ainda hoje, quando vemos a Ciência confirmar o Espiritismo sem querer e sem o saber. A ignorância dos sábios a respeito, como dizia Kardec, não se modificou. A posição realista de Kardec prova a sua segurança absoluta no tocante à legitimidade das suas pesquisas. O Espiritismo se sustentava em suas bases experimentais e lógicas, sem necessitar de aprovações estranhas, mesmo porque essas aprovações não provinham de quem tivesse o conhecimento suficiente para opinar a respeito.

Por outro lado, a posição epistemológica do Espiritismo não podia ser criticada. Seu objeto era inegável: a realidade psíquica do homem e os fenômenos que a demonstravam através dos tempos. Seu método de investigação era perfeito e bem integrado nas exigências científicas, adequado ao objeto; a orientação das pesquisas era feita por um mestre capacitado e reconhecido como tal; os resultados obtidos eram interpretados com critério rigorosamente científico; a divulgação das experiências, observações e pesquisas era feitas através de órgão específico e especializado, com todas as informações e minúcias das ocorrências; nenhuma experiência conseguira cientificamente negar a realidade dos fenômenos ou contrariar a validade das interpretações. Se a Ciência não reconhecia a validade científica da pesquisa espírita, não era por desmenti-la ou pô-la em cheque com outras experiências, mas por simples atitude preconceituosa, que não podia pesar em considerações realmente científicas. Restava ainda o fato importante da comprovação dos fenômenos por cientistas eminentes da época e conhecidamente contrários ao Espiritismo.

As alegações de que o Espiritismo se apresentava à Ciência como um produto híbrido, em que problemas científicos, filosóficos e religiosos se misturavam, tornando-o indefinido, não passava de manobra, pois a seqüência natural dessas áreas, no plano do desenvolvimento cultural, corresponde exatamente ao esquema espírita. A magia primitiva corresponde ao fazer experimental, portanto à Ciência; a Filosofia era a concepção do mundo dada pela experiência em que se conjugam teoria e prática; a moral decorria do comportamento determinado pela mundividência e a religião surgia como imperativo das conquistas do saber adquirido. Toda a História do Mundo Antigo testemunhava isso. As próprias culturas teológicas fizeram esses caminhos. O Positivismo de Augusto Comte, que se apresentava como Filosofia Científica, seguiria o mesmo esquema da Teoria Geral do Conhecimento, acabando por desembocar na Religião da Humanidade. Epistemologicamente nada havia a censurar ou condenar no contexto do Espiritismo. Comentando a fatuidade humana, Kardec lembra que os homens mais sábios deixam-se embaraçar por coisas insignificantes. O que impediu a expansão do Espiritismo na Europa do século XIX, de maneira a poder renovar a velha criminosa concepção do mundo ainda hoje dominante, foi simplesmente o seu aspecto religioso. Como no Cristianismo Primitivo, o Espiritismo foi acolhido com ansiedade pelas camadas pobres da população, que o converteram por toda parte numa nova seita cristã. Nesse aspecto devocional as camadas superiores viam apenas o religiosismo popularesco, dotado da mesma fé ingênua de toda a religiosidade massiva. Contra essa avalanche de crentes humildes, predispostos ao beatismo, surgiram pequenos grupos de pessoas cultas, que lutaram muitas vezes com entusiasmo, mas acabaram cedendo à pressão dos preconceitos. Esses grupos se fecharam em socieda-

des de elite, desligados do povo, ou simplesmente desapareceram por falta de elementos dispostos ao trabalho árduo e à luta constante em defesa da doutrina. Padres e médicos aproveitaram-se disso para tentar asfixiar, acompanhados por pastores protestantes de produtivos rebanhos, o Renascimento Cristão. A palavra Cristianismo gera um estereótipo enriquecido pelo duplo prestígio das classes dominantes e das igrejas tradicionais. As corporações científicas e as associações profissionais de médicos representavam a reação científica e as igrejas cristãs a cólera divina, disparando os raios do Olimpo contra os renegados. Apesar desses fogos cruzados sobre as suas cabeças descobertas, os espíritas conseguiram compreender os princípios fundamentais da doutrina, na sua luta pacífica no desespero das guerras impiedosas.

A Ciência da atualidade comprova a veracidade do esquema de pesquisas da Ciência Espírita - Mas a atualidade nos oferece perspectivas inteiramente diversas das que predominaram até agora. Graças à sua própria ignorância do assunto, os cientistas entraram a fundo no esquema de pesquisas da Ciência Espírita e comprovaram a sua veracidade. Chegamos assim a um momento crucial. E se os homens não clamarem, como advertiu Jesus, as pedras clamarão. Na verdade já estão clamando, pois é precisamente do minério que se levanta sobre o mundo a alvorada da concepção atômica, dissipando as trevas da falsa cultura materialista, em que o espírito fora substituído pelo pó dos túmulos. O poder atômico é ao mesmo tempo ameaça e consolo. E está nas mãos dos homens para que eles decidam por si mesmos o que desejam ser. A opção do Espiritismo continua aberta para todos. Quem quiser semear bombas e destruição poderá fazê-lo, mas os que optarem pela semente da luz, da compreensão real do homem e do Universo, do verdadeiro sentido da vida e do destino superior da Humanidade, verão na concepção espírita a solução do Grande Enigma sobre o qual Léon Denis escreveu um dos seus livros mais profundos.

A crítica de Kardec à Ciência do seu tempo continua válida em nossos dias. A Epistemologia Espírita assemelha-se, neste momento, às profecias apocalípticas da Antiga Israel. Não é apenas uma crítica do Homem, pois é ele quem busca o Conhecimento e quem faz a Ciência. A estrutura científica nos dá a imagem do Homem, do seu fazer e de como ele a fez. Voltado para fora de si mesmo, estimulado pelo fascínio da Natureza, o homem esqueceu a sua própria natureza – a natureza humana – e coisificou-se. Esse “homem-coisa” perdeu-se no orgulho das suas conquistas materiais e rejeitou os anseios espirituais. Por isso desenvolveu a Técnica e atrofiou a Religião. A eclosão espírita do Século XIX foi desencadeada pelos Espíritos para despertar os homens da sua apatia espiritual, lembrando-lhe que a euforia material o levaria à própria destruição. Descartes já lembrara que é mais fácil conhecermos as coisas

exteriores do que a nós mesmos. Frances Bacon advertira que só atingimos o poder científico obedecendo a Deus. Mas Deus e suas leis foram considerados indignos do laboratório e jogados na sacristia, entregues à quinquilharia devocional das medalhas, escapulários, imagens para a idolatria e ameaças demoníacas.

Kardec estruturou a Ciência do Espírito e instituiu a pesquisa mediúnica, porque a mediunidade é a janela aberta no paredão dos fenômenos materiais para mostrar uma nesga do Infinito aos homens imantados ao finito. Sua crítica à Ciência é um ato de transcendência: liga-se em conflito à concepção do homem e do mundo, para que ambos recobrem a sua unidade e possam livrar-se da hipnose atômica. Mas os próprios espíritas, em geral, ao tentarem compreendê-lo, retornam às fontes mágicas do beatismo religioso, esquecidos de que religião sem ciência é superstição e ciência sem religião é loucura. Deus é a Fonte da Sabedoria e os homens a procuram na matéria. Esse engano vaidoso e fatal levou-nos à beira da destruição do planeta. O Espiritismo é um esforço para devolver-nos à condição humana, salvando-nos do robô. A Terra está sendo destruída pela técnica da voracidade sem limites. O Espiritismo nos oferece a única via de escape: a unidade do espírito em contraposição à fragmentação da matéria. Só a visão monista do mundo que Kardec nos oferece pode salvar-nos do caos.

4 – A CIÊNCIA ESPÍRITA

4.1 - O Espiritismo é uma Ciência Positiva – (Alocução do Sr. Allan Kardec aos Espíritas de Bruxelas e Antuérpia, em 1864 – Revista Espírita, Novembro de 1864, Editora Edicel, tradução de Júlio Abreu Filho, págs. 319-326) – (...) Minhas visitas aos centros espíritas, naturalmente, têm por objetivo principal ajudar os irmãos em crença em suas tarefas. Assim, as aproveito para lhes dar instruções que possam necessitar, como desenvolvimento teórico ou aplicação prática da doutrina, tanto quanto me é possível fazê-lo. O fim dessas visitas é sério e exclusivamente no interesse da doutrina; assim, não busco ovações, que nem são do meu gosto, nem do meu caráter. Minha maior satisfação é encontrar-me com amigos sinceros, devotados, com os quais a gente se pode entreter sem constrangimento e se esclarecer mutuamente, por uma discussão amistosa, em que cada um leva o contributo de suas próprias observações. Nessas excursões não vou pregar aos incrédulos; jamais convido o público para o catequizar. Numa palavra, não vou fazer propaganda: só apareço em reuniões de adeptos, nas quais meus conselhos são desejados e podem ser úteis; eu os dou de boa vontade aos que julgam deles necessitar; abstenho-me com os que se julgam bastante esclarecidos para os dispensar. Só me dirijo aos homens de boa von-

tade. Se nessas reuniões, excepcionalmente, se insinuam pessoas apenas atraídas pela curiosidade, ficarão desapontadas, pois aí nada encontrarão que as pudesse satisfazer; e se estivessem animadas de um sentimento hostil ou de denegrimto, o caráter eminentemente sério, sincero e moral da assembléia e dos assuntos aí tratados tiraria qualquer pretexto plausível para a sua malevolência. Tais são os pensamentos que explico nas diversas reuniões a que devo assistir, a fim de que se não equivoquem quanto às minhas intenções.

O Espiritismo tem sua fonte nos fatos da natureza: fatos positivos - Disse de começo que eu não era senão o representante da doutrina. Algumas explicações sobre o seu verdadeiro caráter naturalmente chamarão a vossa atenção para um ponto essencial que, até agora, não foi considerado suficientemente. Certo que, vendo o rápido progresso desta doutrina, haveria mais glória em dizer-me seu criador; meu amor-próprio aí encontraria seu crédito; mas não devo fazer minha parte maior do que ela é; longe de o lamentar, eu me felicito, porque, então, a doutrina não passaria de uma concepção individual, que poderia ser mais ou menos justa, mais ou menos engenhosa, mas que, por isso mesmo, perderia sua autoridade. Poderia ter partidários, talvez fazer escola, como muitas outras, mas certamente não teria, em poucos anos, adquirido o caráter de universalidade que a distingue. Eis um fato capital, senhores, que deve ser proclamado bem alto. Não: o Espiritismo não é concepção individual, um produto da imaginação; não é uma teoria, um sistema inventado para a necessidade de uma causa. Tem sua fonte nos fatos da natureza mesma, em fatos positivos, que se produzem aos nossos olhos e a cada instante, mas cuja origem não se suspeitava. É, pois, resultado da observação, numa palavra, uma ciência: a ciência das relações entre os mundos visível e invisível; ciência ainda imperfeita, mas que diariamente se completa por novos estudos e que, tende certeza, tomará posição ao lado das ciências positivas. Digo positivas, porque toda ciência que repousa sobre fatos é uma ciência positiva, e não puramente especulativa.

O Espiritismo vem mostrar uma nova lei, uma nova força da natureza, a que reside na ação do Espírito sobre a matéria - O Espiritismo nada inventou, porque não se inventa o que está na natureza. Newton não inventou a lei da gravitação: esta lei universal existia antes dele; cada um a aplicava e lhe sentia os efeitos, posto não a conhecessem. Por sua vez, o Espiritismo vem mostrar uma nova lei, uma nova força da natureza: a que reside na ação do Espírito sobre a matéria, lei tão universal quanto a da gravitação e da eletricidade, contudo ainda desconhecida e negada por certas pessoas, como o foram todas as outras leis no momento de sua descoberta. É que os homens geralmente sentem dificuldade em renunciar às suas idéias preconce-

bidas e, por amor-próprio, custa-lhes concordar que estavam enganados, ou que outros tenham podido encontrar o que eles próprios não encontraram. Mas como, em definitivo, esta lei repousa sobre fatos e contra os fatos não há negação que possa prevalecer, terão que render-se à evidência, como os mais recalcitrantes tiveram que o fazer quanto ao movimento da terra, à formação do globo e aos efeitos do vapor. Por mais que taxem os fenômenos de ridículos, não podem impedir a existência daquilo que é.

O médium: instrumento de pesquisa do Espiritismo - Assim, o Espiritismo procurou a explicação dos fenômenos de uma certa ordem e que, em todas as épocas, se produziram de maneira espontânea. Mas o que, sobretudo, o favoreceu nessas pesquisas, é que lhe foi dado o poder de os produzir e os provocar, até um certo ponto. Encontrou nos médiuns instrumentos adequados a tal efeito, como o físico encontrou na pilha e na máquina elétrica os meios de reproduzir os efeitos do raio. Compreende-se que isto é uma comparação e não uma analogia. Há aqui uma consideração de alta importância: é que, em suas pesquisas, ele não procedeu por via de hipóteses, como o acusam; não supôs a existência do mundo espiritual, para explicar os fenômenos que tinha sob as vistas; procedeu pela via da análise e da observação; ‘dos fatos remontou à causa e o elemento espiritual se apresentou como força ativa; só o proclamou depois de o haver constatado’.

O Espiritismo deverá provocar uma Revolução Moral que deve transformar a humanidade e mudar a face do mundo - Como força e como lei da natureza, a ação do elemento espiritual abre, assim, novos horizontes à ciência, dando-lhe a chave de uma porção de problemas incompreendidos. Mas se a descoberta de leis puramente materiais produziu no mundo revoluções materiais, a do elemento espiritual nele prepara uma revolução moral, porque muda totalmente o curso das idéias e das crenças mais arraigadas; mostra a vida sob um outro aspecto; mata a superstição e o fanatismo; desenvolve o pensamento e o homem, em vez de se arrastar na matéria, de circunscrever sua vida entre o nascimento e a morte, eleva-se ao infinito; sabe de onde vem e para onde vai; vê um objetivo para o seu trabalho, para os seus esforços, uma razão de ser para o bem; sabe que nada do que aqui adquire em saber e moralidade lhe é perdido, e que o seu progresso continua indefinidamente no além-túmulo; sabe que há sempre um futuro para si, sejam quais forem a insuficiência e a brevidade da presente existência, ao passo que a idéia materialista, circunscrevendo a vida à existência atual, dá-lhe como perspectiva o nada, que nem mesmo tem por compensação a duração, que ninguém pode aumentar à sua vontade, desde que podemos cair amanhã, em uma hora, e então o fruto de nossos labores, de nossas vigílias, dos co-

nhcimentos adquiridos estarão para nós perdidos para sempre, muitas vezes sem termos tido tempo de os desfrutar.

Repito, demonstrando o Espiritismo, não por hipótese, mas por fatos, a existência do mundo invisível e o futuro que nos aguarda, muda completamente o curso das idéias; dá ao homem a força moral, a coragem e a resignação, porque não mais trabalha apenas pelo presente, mas pelo futuro; sabe que se não gozar hoje, gozará amanhã. Demonstrando a ação do elemento espiritual sobre o mundo material, alarga o domínio da ciência e, por isto mesmo, abre uma nova via ao progresso material. Então terá o homem uma base sólida para o estabelecimento da ordem moral na terra; compreenderá melhor a solidariedade que existe entre os seres deste mundo, desde que esta se perpetua indefinidamente; a fraternidade deixa de ser palavra vã; ela mata o egoísmo, em vez de ser morta por ele e, muito naturalmente, imbuído destas idéias, o homem a elas conformará as suas leis e suas instituições sociais.

O Espiritismo conduz inevitavelmente a essa reforma. Assim, pela força das coisas, realizar-se-á a revolução moral que deve transformar a humanidade e mudar a face do mundo; e isto muito simplesmente pelo conhecimento de uma nova lei da natureza, que dá um outro curso às idéias, uma significação a esta vida, um objetivo às aspirações do futuro, e faz encarar as coisas de outro ponto de vista.

Os detratores do Espiritismo, quando o conhecerem, o aclamarão como um socorro providencial - Se os detratores do Espiritismo – falo dos que militam pelo progresso social, dos escritores que pregam a emancipação dos povos, a liberdade, a fraternidade e a reforma dos abusos – conhecessem as verdadeiras tendências do Espiritismo, seu alcance e seus inevitáveis resultados, em vez de o atacar, como o fazem, de lançar incessantemente obstáculos no seu caminho, nele vissem a mais poderosa alavanca para chegar à destruição dos abusos que combatem, em vez de lhes serem hostis, o aclamariam como um socorro providencial. Infelizmente, na sua maioria, crêem mais em si do que na Providência. Mas a alavanca age sem eles e apesar deles, e a força irresistível do Espiritismo será tanto melhor constatada quanto mais tiver que combater. Um dia deles dirão – o que não será para sua glória – o que eles próprios dizem dos que combateram o movimento da terra e dos que negaram a força do vapor. Todas as negações, todas as perseguições não impediram que estas leis naturais seguissem o seu curso, como todos os sarcasmos da incredulidade não impedirão a ação do elemento espiritual, que é, também, uma lei da natureza.

Considerado desta maneira, o Espiritismo perde o caráter de misticismo, que lhe censuram os detratores ou, pelo menos, os que não o conhecem. Não é mais a ciência do maravilhoso e do sobrenatural ressuscitada, é o domínio da natureza, enriquecido por uma lei nova e fecunda, uma prova a mais do poder e da sabedoria do Criador; são, enfim, os limites recuados do conhecimento humano.

Tal é, em resumo, senhores, o ponto de vista sob o qual se deve encarar o Espiritismo. Nesta circunstância, qual foi o meu papel? Não é nem o de inventor, nem o de criador. Vi, observei, estudei os fatos com cuidado e perseverança; coordenei-os e lhes deduzi as conseqüências: eis toda a parte que me cabe. Aquilo que fiz outro poderia ter feito em meu lugar. Em tudo isto fui apenas um instrumento dos pontos de vista da Providência, e dou graças a Deus e aos bons Espíritos por terem querido servir-se de mim. É uma tarefa que aceitei com alegria, e da qual me esforcei por me tornar digno, pedindo a Deus me desse as forças necessárias para a realizar segundo a sua santa vontade. A tarefa, entretanto, é pesada, mais pesada do que podem supô-la; e se tem para mim algum mérito, é que tenho a consciência de não haver recuado ante nenhum obstáculo e nenhum sacrifício; será a obra de minha vida até meu último dia, pois ante um objetivo tão importante, todos os interesses materiais e pessoais se apagam, como pontos diante do infinito.

4.2 – O Desenvolvimento Científico e a Ciência Espírita – (Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Ciência Espírita”, Editora Paidéia, 1ª. edição, 1979, Introdução) – A inquietação do mundo atual, na busca de novas soluções para os problemas humanos, abrange todos os setores de nossas atividades e teria necessariamente de afetar o meio espírita. Mas a nossa Doutrina não é uma realidade entranhada nas estruturas atuais. É um arquétipo carregado de futuro, um vir-a-ser que se projeta precisamente no que ainda não é, na rota das aspirações em demanda. Confundi-la com as estruturas peremptas deste momento de transição e querer sujeitá-la às normas e modelos do que já foi é tentar prendê-la no círculo vicioso dos abortos culturais. O Espiritismo, rejeitado pelo mundo agora agonizante, não é cúmplice nem herdeiro, mas vítima inocente desse mundo como Jesus e o Cristianismo o foram no seu tempo. Se não tomarmos consciência dessa realidade histórica, com a lucidez necessária, não saberemos como sair do labirinto em que o Minotauro nos espera. O fio de Ariadne da salvação está nessa tomada de consciência. Na verdade, não é o fio mitológico, mas o fio racional das proposições doutrinárias de Kardec, limpidamente científicas. A prova disso ressalta aos olhos dos estudiosos e dos pesquisadores experientes, que não se deixam levar pelo sopro da vaidade em seus precários balões de ensaio. Porque a hora é propícia às inovações nefelibáticas do tipo de Rabelais. Para an-

dar nas nuvens os nefelibáticos não precisam mais de subir ao céu, basta-lhes tomar o elevador de um arranha-céu. Não podemos adaptar o Espiritismo às exigências dos que negaram e negam a existência dos espíritos, aviltando o princípio inteligente e a razão nas correntes de Prometeu.

A Revelação Espiritual veio pelo Espírito da Verdade, mas a Ciência Espírita (revelação humana) foi obra de Kardec – Ele mesmo proclamou essa distinção e se entregou de corpo e alma ao trabalho científico, sacrificial e único de elaboração da Ciência Admirável que Descartes percebeu por antecipação em seus famosos sonhos premonitórios. Cientista, Pedagogo, diretor de estudos da Universidade de França, médico e psicólogo, ele se serviu de sua experiência e seu saber onímodo para organizar a Nova Ciência, que se iniciara desdobrando as dimensões espaciais e humanas da Terra. Em meados do século XIX, às portas do grande avanço científico do Século XX, os cientistas ainda não percebiam a sua total ignorância da estrutura real do planeta, de suas várias dimensões físicas e de sua população oculta. O peso esmagador da tradição teológica vendava os olhos da Ciência, que tinha de andar às cegas como a própria justiça humana. Essa Ciência, trôpega e bastarda, não obstante os seus pressupostos atrevidos, contava em seu seio com os pioneiros do futuro. À frente desses pioneiros se colocou Kardec, dotado de uma coragem assustadora, que lhe permitiu enfrentar com a insolência dos gênios todas as forças culturais da época. Graças à sua visão genial o solitário da Rua dos Mártires, conseguiu despertar os maiores cientistas do tempo para a realidade dos fenômenos espíritas, hoje estrategicamente chamados paranormais. Fundou a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas como entidade científica e não religiosa. Dedicou-se a pesquisas exaustivas e fundou a “Revista Espírita” para divulgação ampla e sistemática dos resultados dessas pesquisas. Sua coragem serviu de amparo e estímulo aos cientistas que, surpreendidos pela realidade dos fenômenos fizeram os primeiros rasgos na cortina de trevas que cercava as mais imponentes instituições científicas. Foi para contestá-lo e estigmatizá-lo como inimigo das Ciências, comparsa dos bruxos medievais, restaurador das superstições, que cientistas como Crookes, Schrenk-Notzing, Richet e outros resolveram atender aos apelos angustiados das Academias e Associações científicas. Dessa atitude corajosa resultou o escândalo das batalhas que romperam o impasse científico, revelando que o bruxo agia com o conhecimento e a segurança dos mais reputados cientistas. Era impossível desmenti-lo ou derrotá-lo. Kardec rompera definitivamente as barreiras dos pressupostos para firmar em bases lógicas e experimentais os princípios da Ciência Admirável dos sonhos de Descartes e das previsões de Frances Bacon.

Os fenômenos extrafísicos exigiam metodologia científica adequada ao objeto – A metodologia científica, minuciosa e mesquinha, desdobrou-se no campo do paranormal e aprofundou-se na pesquisa do inteligível com audácia platônica. Kardec não se perdeu, como Wundt, Werner e Fechner, no sensível das pesquisas epidérmicas do limiar das sensações. Percebeu logo que os métodos não podiam ser aplicados a fenômenos extrafísicos e estabeleceu o princípio da adequação do método ao objeto. Quando alguns membros da “Société Parisien” quiseram desviá-lo para a pesquisa biofísica das materializações, ele se recusou a fazê-lo, alegando que essa tarefa cabia aos especialistas das ciências materiais. Os objetivos que perseguia eram psicológicos e deu à Revue o subtítulo de “Jornal de Estudos Psicológicos”. Quando Zöllner, em Leipzig, realizou suas pesquisas psicofísicas com o ectoplasma e o problema da quarta-dimensão, tornou-se evidente que o mestre estava no caminho certo. Era preciso penetrar nos segredos da alma, deixando para os físicos as questões materiais. Sua firmeza metodológica denunciava o gênio de visão segura e posição inabalável. Ele criava, como declarou, a Ciência dos Espíritos, sua natureza, suas relações com a matéria e com os homens. Se não foi colocado oficialmente entre os pioneiros da Ciência, foi porque a sua posição era de rebeldia consciente e declarada contra o materialismo científico. Afirmava em seus escritos e palestras que os cientistas se empolgavam com o campo objetivo dos efeitos materiais, fugindo à pesquisa das causas profundas como o Diabo fogia da cruz. Mais tarde Richet, o fisiologista implacável, reconheceria o rigor das suas pesquisas, a firmeza da sua posição, sem as quais a Ciência não se libertaria da poeira da terra. Kant lhe opunha a barreira de sua autoridade ao afirmar que a Ciência só era possível no plano dialético. A proposição kantiana pesa até hoje na limitação das atividades científicas. Mas a audácia de Kardec o levou à vitória. Richet observou, numa carta histórica a Ernesto Bozzano, o grande metapsiquista italiano, que a posição kardeciana deste contrastava decisivamente com as “teorias que atravancam o caminho da Ciência”.

Kardec provara que as Ciências não deviam temer os fantasmas, mas enfrentá-los e explicá-los – As teorias podem ser as mais brilhantes – como observou Bozzano -, mas não podem prevalecer contra a realidade dos fatos. E Lombroso, que combatiera tenazmente a volta às superstições, acabaria se penitenciando do seu erro nas páginas da revista “Luce e Ombra”, de Milão. Os frutos da tremenda batalha kardeciana começava a modificar a mentalidade científica temerosa dos absurdos teológicos. Kardec provara que as Ciências não deviam temer os fantasmas, mas enfrentá-los e explicá-los. Nenhuma autoridade era mais elevada, para ele, do que a realidade dos fatos comprováveis pela experiência científica e objetiva das pesquisas. Os cientistas mais audaciosos aprenderam com ele a superar os condicionamentos do forma-

lismo acadêmico e enfrentar o mundo como ele é. Richet reconheceria no “Tratado de Metapsíquica”, que Kardec jamais fizera uma afirmativa que não tivesse sido provada pelas pesquisas. O criador da Ciência atual e de sua metodologia eficiente e eficaz, queiram ou não os alérgicos ao futuro, na expressão recente de Remy Chauvin foi precisamente Kardec, o homem do século XIX que revelou, numa batalha sem tréguas, estes dois princípios fundamentais da nossa mundividência: 1 – A realidade é una e indivisível, firmada na Unidade Pitagórica que se revela na multiplicidade da Década. 2 – Tudo se encadeia no Universo, sem solução de continuidade. Os que tentam fragmentar essa unidade orgânica estão presos às falíveis condições do sensorio humano.

A Ciência Admirável elaborada por Kardec (o “bruxo parisiense”) continua a pesar nas preocupações e no desenvolvimento da Ciência atual, que avança inelutavelmente sobre o seu esquema científico – No desenvolvimento atual das Ciências, muitas cabeças gregas e troianas formularão novas, fascinantes e complexas teorias, mas só prevalecerão as que forem sancionadas pelas profecias fatais de Cassandra. O fatalismo, no caso, não decorre da natureza trágica das previsões, mas da comprovação dos fatos. A figura de Kardec continua suspensa sobre o panorama científico atual como o orientador indispensável dos novos caminhos do conhecimento, na rota cósmica das constelações. Em recente congresso realizado em Moscou, provocado pelas controvérsias sobre a descoberta do corpo bioplásmico do homem, Kardec foi considerado como um racionalista francês do século XIX que antecipou diversas conquistas da tecnologia moderna. Nossos jornais noticiaram a realização desse congresso, mas os dados a respeito foram escassos. Pesava sobre o congresso a suspeição de atitudes que pudessem perturbar as relações entre a Ciência Soviética e os interesses básicos da ideologia fundamental do Estado. Na Romênia marxista a Parapsicologia mudou de nome, passando a chamar-se Psicotrônica, e isso com a finalidade declarada de aproximar das ciências paranormais os materialistas mais ferrenhos ou mais cautelosos, que não desejam ver-se envolvidos em complicações espíritas. Todos esses fatos provam que a Ciência Admirável elaborada pelo ‘bruxo parisiense’ continua a pesar nas preocupações e no desenvolvimento da Ciência atual, que avança inelutavelmente sobre o esquema científico de Kardec. Este é o fato mais significativo dos nossos dias, que os espíritas não podem ignorar. As próprias pesquisas da Astronáutica têm seguido – sem querer e sem saber – o esquema de Kardec na ‘Société Parisien’. Das comunicações mediúnicas de Mozart, Bernard Palissy, Georges e outras entidades, na Société, referindo-se à Lua, à Marte e Júpiter, até a remessa de homens à Lua e sondas soviéticas e norte-americanas à Marte e Júpiter, mostram que o mapa das incursões possíveis foi decalcado, de maneira inconsciente, mas evidente,

no mapa kardeciano. Além disso, as próprias descrições desses corpos celestes, feitas pelos espíritos comunicantes em Paris, que Kardec considerou com reservas, têm geralmente coincido com os dados atuais das pesquisas astronômicas. No tocante à Lua há um problema referente à sua posição na órbita em torno da Terra. Mas Kardec acentuou, no seu tempo, com o apoio do famoso astrônomo Flammarion, que os dados espirituais davam a única teoria existente na época sobre o problema. O esquema kardeciano não foi feito intencionalmente. Resultou de comunicações espirituais espontâneas, que Kardec recebeu com reservas, acentuando que esse fato não se enquadrava nas pesquisas da Societé e eram recebidos como curiosidades significativas, sujeitas a confrontos futuros no processo de desenvolvimento das Ciências.

Também nessa atitude evidencia-se o critério científico de Kardec, interessado nos casos gratuitos, mas reservando a sua verificação real ao futuro. Aos que, na época, entusiasmados com essa possível revelação de problemas cósmicos, diziam a Kardec que as utopias de hoje se realizam amanhã, Kardec respondia que deviam esperar a transformação da utopia em realidade para depois as aceitar. Os dados positivos, os fatos, a realidade evidente e a lógica de clareza meridiana eram os elementos preferenciais do seu trabalho. Suas obras nos mostram a limpidez clássica do pensamento francês. Era o mestre por excelência. Sua didática ressalta de toda a sua obra. Richet lhe censurou a aparente facilidade com que aceitava a realidade dos fenômenos mediúnicos e da vida após a morte, mas acabou reconhecendo que ele nunca fizera uma só afirmação que não estivesse respaldada pelas pesquisas.

Não dispunha dos recursos atuais da pesquisa tecnológica, mas tocou a verdade com a ponta dos dedos, como Tomé. Tudo quanto afirmou no seu tempo permanece válido até hoje. A instabilidade das hipóteses e das teorias científicas não existiu para ele. Os cientistas atuais não conseguiram abalar o edifício das suas conclusões. Giram ainda hoje como borboletas noturnas no fogo da sua verdade mil vezes comprovada em todo o mundo. Esse problema da comprovação é frequentemente levantado pelos contraditores da doutrina e até mesmo por adeptos pouco informados, que alegam a impossibilidade de repetição dos fenômenos para atender às exigências do método científico. Com esse velho chavão nas mãos, pensando haver descoberto a chave do mistério, declaram com ênfase que a Ciência Espírita não é ciência, mas apenas um apêndice espúrio da doutrina. Com isso agredem a competência de Kardec e de todos os grandes cientistas que, desde o século XIX até o presente, de Crookes a Rhine, submeteram os fenômenos às formas possíveis de repetição. Basta a leitura das anotações de Kardec em ‘Obras Póstumas’, o episódio do seu encontro com o fenômeno das mesas-girantes, para se ver a falácia dessa acusação. A impossi-

bilidade de repetição dos fenômenos espíritas implicaria a impossibilidade da pesquisa. Todos os anos da pesquisa sistemática, minuciosa e exaustiva de Kardec, e os anos de pesquisa exemplar de Crookes, Notzing, Gibier, Ochorowicz, Aksakof, Myers, Geley e Osty, e assim por diante, são displicentemente atirados no baú das antigüidades estúpidas. Foi por essa e por outras que Richet escreveu o seu livro ‘O Homem Estúpido’. A repetição de experiências é medida corriqueira em qualquer pesquisa. Os que lançam mão dessa alegação para negar a existência da Ciência Espírita nos dão a prova gratuita da sua incapacidade para tratar do assunto.

Houve interrupção no desenvolvimento da Ciência Espírita, alegam outros. Depois de Kardec ninguém mais pesquisou e os espíritas se entregaram a rememorar os feitos do passado. Se tivéssemos feito isso, simplesmente isso, já teríamos mantido viva a tradição doutrinária, vigorosamente apoiada em séries infindáveis de pesquisas mundiais, realizadas por nomes exponenciais das Ciências. Mas a verdade é que não houve solução de continuidade na investigação, mas simples diversificação das experiências em várias áreas culturais, acompanhada de renovações metodológicas. A Ciência Espírita projetou-se em direções diversas, desdobrou-se em outras coordenadas e deu nascimento a outras ciências. Atacada por todos os lados, por todas as forças culturais da época, a Ciência Espírita firmou-se nos seus princípios e multiplicou os seus meios de comunicação. A escassez do elemento humano interessado na busca da realidade pura não lhe permitiu a expansão necessária. O homem terreno continua ainda apegado aos interesses imediatistas e aos seus preconceitos, à sua vaidade sem razão e sem sentido. São poucas as pessoas de mente aberta e coração sensível, nesta humanidade egoísta e voraz. Esses elementos compreensivos e abnegados nem sempre dispõem de condições culturais suficientes para enfrentar a luta contra as fascinações do seu próprio passado e dos insufladores de idéias confusas e perturbadoras no meio espírita e nas áreas adjacentes. Mas tudo isso faz parte da lenta e difícil evolução humana. Estamos ainda nos arrancando dos instintos animais, dos mecanismos condicionados pelos milênios do passado genésico. O panorama atual do mundo nos dá a medida exata do nosso atraso evolutivo. O contraste chocante entre os pesados lastros da barbárie e as aspirações renovadoras do futuro, geralmente desprovidos de recursos materiais para realizações concretas urgentes, revelam a densidade do nosso karma coletivo.

Por isso a dor explode por toda a parte, em vagalhões enfurecidos. A dor aumentará, porque só ela pode arrancar os insensíveis de suas tocas. – A preguiça mental e a atração magnética do passado encarceradas em si mesmas, mostram-se incapazes de um gesto de grandeza em favor de realizações urgentíssimas. Por isso a

dor explode por toda a parte, em vagalhões enfurecidos. A dor aumentará, porque só ela pode arrancar os insensíveis de suas tocas. As leis da evolução são implacáveis e nada as deterá enquanto os homens não acordarem para o cumprimento dos seus deveres morais e espirituais. A Ciência Espírita está em nossas mãos e nos indica o roteiro a seguir. Mas nós a envolvemos em dúvidas e debates inúteis, ao invés de nos alistarmos em suas fileiras e de nos entregarmos generosamente ao seu estudo, à sua divulgação e à sua prática. Homens de recursos financeiros julgam-se agraciados por Deus para viverem ‘à tripa forra’, esquecidos das multidões de ignorantes, muitos deles ansiosos por elevação cultural, mas presos às grilhetas da chamada sociedade de consumo, que na verdade está consumindo o próprio planeta. Os privilégios sociais de uma ordem social estabelecida pela força e não pelo amor lhes dão a ilusão da graça divina. Desapareceram do mundo os antigos mecenas, que punham suas fortunas ao serviço da coletividade. Preferem socorrer os pobres com suas migalhas de sopas e assistências precárias, julgando que assim aumentam seu crédito nos Bancos da Eternidade. Não jogam com a caridade, mas com os cálculos de juros que não existem no Além. São os novos vendilhões do Templo, os cambistas da caridade fácil e supostamente rendosa. Chegarão no Além de mãos vazias e manchadas pelas nódoas da ambição desmedida e da insensibilidade moral.

A Ciência Espírita necessita de escolas, de Universidades, de bibliografias especializadas. Não pode contar com os recursos comuns da simonia, em que se banqueteiam as religiões pomposas e mentirosas. Não existe no mundo uma única Universidade Espírita, em que a Ciência Admirável possa manter e desenvolver os seus trabalhos de pesquisa científica. De vez em quando, um potentado se sente tocado pela intuição de uma entidade benévola e faz doações generosas a um médium ou a uma instituição de assistência social. O médium, se honesto e sensível, passa a doação para outras instituições de caridade. Os serviços culturais continuam à míngua, sustentados apenas pelos que dão seu tempo, sua vida e seu sangue para a sustentação da cultura espírita. Certas instituições gastam os seus recursos em aviltamento da Doutrina, com a produção de obras espúrias, a serviço da mistificação. Respondem por essa situação precária da Ciência Espírita todos os que preferem os juros bancários ao desenvolvimento cultural. A Ordem Divina é regida por Deus, mas a ordem humana é dominada pelo homem, no aprendizado da vida terrena. Se não conseguirmos despertar os homens para o urgente desenvolvimento da Ciência Espírita, nada mais teremos do que a cultura terrena em que vivemos, de olhos fechados para o alvorecer dos novos tempos. Não veremos o raiar da Era Cósmica, porque teremos voluntariamente enterrado a cabeça na areia, em pleno deserto, na hora das tempestades.

E o que faremos, de nossa ignorância espiritual, ante a proliferação das Universidades das subculturas materialistas? ...

6 – A FILOSOFIA ESPÍRITA

6.1 – Sócrates e Platão, Precursores da Doutrina Cristã e do Espiritismo – (Alocução de Allan Kardec na Introdução de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Edições FEESP, Tradução de José Herculano Pires).

Da suposição de que Jesus devia conhecer a seita dos Essênios, seria errado concluir que Ele bebeu nessa seita a sua Doutrina, e que, se tivesse vivido em outro meio, professaria outros princípios. As grandes idéias não aparecem nunca de súbito. As que têm a verdade por base contam sempre com precursores, que lhes preparam parcialmente o caminho. Depois, quando o tempo é chegado, Deus envia um homem com a missão de resumir, coordenar e completar os elementos esparsos, com eles formando um corpo de doutrina. Dessa maneira, não tendo surgido bruscamente, a doutrina encontra, ao aparecer, espíritos inteiramente preparados para a aceitar. Assim aconteceu com as idéias cristãs, que foram presentidas muitos séculos antes de Jesus e dos Essênios, e das quais foram Sócrates e Platão os principais precursores. Sócrates, como o Cristo, nada escreveu, ou pelo menos nada deixou escrito. Como o Cristo, teve a morte dos criminosos, vítima do fanatismo, por haver atacado as crenças tradicionais e colocado a verdadeira virtude acima da hipocrisia e da ilusão dos formalismos, ou seja, por haver combatido os preconceitos religiosos. Assim como Jesus foi acusado pelos Fariseus de corromper o povo com seus ensinamentos, ele também foi acusado pelos Fariseus do seu tempo – pois que os têm havido em todas as épocas – de corromper a juventude, ao proclamar o dogma da unicidade de Deus, da imortalidade da alma e da existência da vida futura. Da mesma maneira porque hoje não conhecemos a Doutrina de Jesus senão pelos escritos dos seus discípulos, também não conhecemos a de Sócrates, senão pelos escritos do seu discípulo Platão. Consideramos útil resumir aqui os seus pontos principais, para demonstrar sua concordância com os princípios do Cristianismo.

Aos que encararem este paralelo como uma profanação, pretendendo não ser possível haver semelhanças entre a doutrina de um pagão e a do Cristo, responderemos que a doutrina de Sócrates não era pagã, pois tinha por finalidade combater o paganismo, e que a doutrina de Jesus, mais completa e mais depurada que a de Sócrates, nada tem que perder na comparação. A grandeza da missão divina do Cristo não poderá ser diminuída. Além disso, trata-se de fatos históricos, que não podem ser es-

condidos. O homem atingiu um ponto em que a luz sai por si mesma de baixo do alqueire e o encontra maduro para a enfrentar. Tanto pior para os que temem abrir os olhos. É chegado o tempo de encarar as coisas do alto e com amplitude, e não mais do ponto de vista mesquinho e estreito dos interesses de seitas e de castas. Estas citações provarão, além disso, que, se Sócrates e Platão pressentiram as idéias cristãs, encontram-se igualmente na sua doutrina os princípios fundamentais do Espiritismo.

Resumo da Doutrina de Sócrates e Platão:

I – O homem é *uma alma encarnada*. Antes de sua encarnação, ela existia junto aos modelos primordiais, às idéias do verdadeiro, do bem e do belo. Separou-se deles ao encarnar-se, e, *lembrando seu passado*, sente-se mais ou menos atormentada pelo desejo de a eles voltar.

Não se pode enunciar mais claramente a distinção e a independência dos dois princípios, o inteligente e o material. Além disso, temos aí a doutrina da preexistência da alma; da vaga intuição que ela conserva, da existência de outro mundo, ao qual aspira; de sua sobrevivência à morte do corpo; de sua saída do mundo espiritual, para encarnar-se; e da sua volta a esse mundo, após a morte. É, enfim, o germe da doutrina dos anjos decaídos.

II – A alma se perturba e confunde, quando se serve do corpo para considerar algum objeto; sente vertigens, como se estivesse ébria, porque se liga a coisas que são, por sua natureza, sujeitas a transformações. Em vez disso, quando contempla sua própria essência, ela se volta para o que é puro, eterno, imortal, e, sendo da mesma natureza, permanece nessa contemplação tanto tempo quanto possível. Cessam, então, as suas perturbações, e esse estado da alma é o que chamamos de *sabedoria*.

Assim, o homem que considera as coisas de baixo, terra-a-terra, do ponto de vista material, vive iludido. Para apreciá-las com justeza, é necessário vê-las do alto, ou seja, do ponto de vista espiritual. O verdadeiro sábio deve, portanto, de algum modo, isolar a alma do corpo, para ver com os olhos do espírito. É isso o que ensina o Espiritismo. (Cap. II no.5.)

III – Enquanto tivermos o nosso corpo, e a nossa alma encontrar-se mergulhada nessa corrupção, jamais possuiremos o objeto de nossos desejos: a verdade. De fato, o corpo nos oferece mil obstáculos, pela necessidade que temos de cuidar dele; além disso, ele nos enche de desejos, de apetites, de temores, de mil quimeras e de mil

tolices, de maneira que, com ele, é impossível sermos sábios por um instante. Mas, se nada se pode conhecer puramente, enquanto a alma está unida ao corpo, uma destas coisas se impõe: ou que jamais se conheça a verdade, ou que se conheça após a morte. Livres da loucura do corpo, então conversaremos, é de esperar, com homens igualmente livres, e conheceremos por nós mesmos a essência das coisas. Eis porque os verdadeiros filósofos se preparam para morrer e a morte não lhes parece de maneira alguma temível. (*O Céu e o Inferno*, 1.^a parte, cap. 2.^o., e 2.^a parte, cap. 1.^o.)

Temos aí o princípio das faculdades da alma, obscurecidas pela mediação dos órgãos corporais, e da expansão dessas faculdades depois da morte. Mas trata-se, aqui, das almas evoluídas, já depuradas, não acontece o mesmo com as almas impuras.

IV – A alma impura, nesse estado, encontra-se pesada, e é novamente arrastada para o mundo visível, pelo horror do que é invisível e imaterial. Ela erra, então, segundo se diz, ao redor dos monumentos e dos túmulos, junto dos quais foram vistos às vezes fantasmas tenebrosos, como devem ser as imagens das almas que deixaram o corpo, sem estarem inteiramente puras, e que conservam alguma coisa da forma material, o que permite aos nossos olhos percebê-las. Essas não são as almas dos bons, mas as dos maus, que são forçadas a errar nesses lugares, onde carregam as penas de sua vida passada, e onde continuam a errar, até que os apetites inerentes à sua forma material as devolvam a um corpo. Então, elas retomam, sem dúvida, os mesmos costumes que, durante a vida anterior, eram de sua predileção.

Não somente o princípio da reencarnação está aqui claramente expresso, mas também o estado das almas que ainda estão sob o domínio da matéria é descrito tal como o Espiritismo o demonstra nas evocações. E há mais, pois, afirma-se que a reencarnação é uma conseqüência da impureza da alma, enquanto as almas purificadas estão livres dela. O Espiritismo não diz outra coisa, apenas acrescenta que a alma que tomou boas resoluções na erraticidade, e que tem conhecimentos adquiridos, trará menos defeitos ao renascer, mais virtudes e mais idéias intuitivas do que na existência precedente, e que, assim, cada existência marca para ela um progresso intelectual moral. (O Céu e o Inferno, 2.^a parte: exemplos.)

V – Após a nossa morte, o gênio (*daimon, démon*) que nos havia sido designado durante a vida, nos leva a um lugar onde se reúnem todos os que devem ser conduzidos ao *Hades*, para o julgamento. As almas, depois de permanecerem no *Ha-*

des o tempo necessário, são reconduzidas a esta vida, por numerosos e longos períodos.

Esta é a doutrina dos Anjos Guardiães ou Espíritos protetores, e das reencarnações sucessivas, após intervalos mais ou menos longos de erraticidade.

VI - Os demônios preenchem o espaço que separa o céu da terra; são o laço que liga o Grande Todo consigo mesmo. A divindade não entra jamais em comunicação direta com os homens, mas é por meio dos demônios que os deuses se relacionam e conversam com eles, seja durante o estado de vigília, seja durante o sono.

A palavra daimon, da qual se originou demônio, não era tomada no mau sentido pela antigüidade, como entre os modernos. Não se aplicava essa palavra exclusivamente aos seres malfazejos, mas aos Espíritos em geral, entre os quais se distinguem os Espíritos superiores, chamados deuses, e os Espíritos menos elevados, ou demônios propriamente ditos, que se comunicavam diretamente com os homens. O Espiritismo ensina também que os Espíritos povoam o espaço; que Deus não se comunica com os homens senão por intermédio dos Espíritos puros, encarregados de nos transmitir a sua vontade; que os Espíritos se comunicam conosco durante o estado de vigília e durante o sono. Substituí a palavra demônio pela palavra Espírito, e tereis a Doutrina Espírita; ponde a palavra anjo, e tereis a doutrina cristã.

VII – A preocupação constante do filósofo (tal como o compreendem Sócrates e Platão) é a de ter o maior cuidado com a alma, menos em vista desta vida, que é apenas um instante, do que em vista da eternidade. Se a alma é imortal, não é sábio viver com vistas à eternidade?

O Cristianismo e o Espiritismo ensinam a mesma coisa.

VIII – Se a alma é imaterial, ela deve passar, após esta vida, para um mundo igualmente invisível e imaterial, da mesma maneira que o corpo, ao se decompor, retorna à matéria. Importa somente distinguir bem a alma pura, verdadeiramente imaterial, que se nutre, como Deus, da ciência e de pensamentos, da alma *mais ou menos* manchada de impurezas materiais, que a impedem de elevar-se ao divino, retendo-a nos lugares de sua passagem pela terra.

Sócrates e Platão, como se vê, compreendiam perfeitamente os diferentes graus de desmaterialização da alma. Eles insistem sobre as diferenças de situação

que resultam para ela, de sua maior ou menor pureza. Isso que eles diziam por intuição, o Espiritismo o prova, pelos numerosos exemplos que nos põe diante dos olhos. (O Céu e o Inferno, 2^a. parte.)

IX – Se a morte fosse a dissolução total do homem, isso seria de grande vantagem para os maus, que, após a morte estariam livres, ao mesmo tempo, de seus corpos, de suas almas e de seus vícios. Aquele que adornou sua alma, não com enfeites estranhos, mas com os que lhe são próprios, somente poderá esperar com tranqüilidade a hora de sua partida para o outro mundo.

Em outros termos, quer dizer que o materialismo, que proclama o nada pós a morte, seria a negação de toda responsabilidade moral ulterior, e por conseguinte um estímulo ao mal; que o malvado tem tudo a ganhar com o nada; que o homem que se livrou dos seus vícios e se enriqueceu de virtudes é o único que pode esperar tranqüilamente o despertar na outra vida. O Espiritismo nos mostra, pelos exemplos que diariamente nos põe ante os olhos, quanto é penosa para o malvado a passagem de uma para a outra vida, a entrada na vida futura. (O Céu e o Inferno, 2^a. parte, cap. 1^o.)

X – O corpo conserva os vestígios bem marcados dos cuidados que se teve com ele ou dos acidentes que sofreu. Acontece o mesmo com a alma. Quando ela se despoja do corpo, conserva os traços evidentes de seu caráter, de seus sentimentos, e as marcas que cada um dos seus atos lhe deixou. Assim, a maior desgraça que pode acontecer a um homem, é a de ir para o outro mundo com uma alma carregada de culpas. Tu vês, Cálicles, que nem tu, nem Pólus, nem Górgias, poderíeis provar que se deve seguir outra vida que nos seja mais útil, quando formos para lá. De tantas opiniões diversas, a única que permanece inabalável é a de que *mais vale sofrer que cometer uma injustiça*, e que antes de tudo devemos aplicar-nos, não a parecer, mas a ser um homem de bem. (Conversações de Sócrates com os discípulos na prisão.)

Aqui se encontra outro ponto capital, hoje confirmado pela experiência, segundo o qual a alma não purificada conserva as idéias, as tendências, o caráter e as paixões que tinha na terra. Esta máxima: Mais vale sofrer do que cometer uma injustiça, não é inteiramente cristã? É o mesmo pensamento que Jesus exprime por esta figura: “Se alguém te bater numa face, oferece-lhe a outra.” (Cap. XII, Mateus, V: 38-42 e ns. 7 e 8.)

XI – De duas, uma: ou a morte é a destruição absoluta, ou é a passagem da alma para outro lugar. Se tudo deve extinguir-se, a morte é como uma dessas raras noites que passamos sem sonhar e sem nenhuma consciência de nós mesmos. Mas se a morte é apenas uma mudança, a passagem para um lugar em que os mortos devem reunir-se, que felicidade a de ali reencontrar os nossos conhecidos! Meu maior prazer seria o de examinar de perto os habitantes dessa morada, e dentre eles distinguir, como aqui, os que são sábios dos que crêem sê-lo e não o são. Mas já é tempo de partirmos, eu para morrer e vós para viver. (Sócrates a seus julgadores.)

Segundo Sócrates, os homens que viveram na terra encontram-se depois da morte e se reconhecem. O Espiritismo no-os mostra continuando suas relações, de tal maneira que a morte não é uma interrupção, nem uma cessação da vida, sem solução de continuidade, mas uma transformação.

Sócrates e Platão, se tivessem conhecido os ensinamentos que o Cristo daria quinhentos anos mais tarde, e os que o Espiritismo hoje nos dá, não teriam falado de outra maneira. Nisso, nada há que nos deva surpreender, se considerarmos que as grandes verdades são eternas, e que os Espíritos adiantados devem tê-las conhecido antes de vir para a terra, para onde as trouxeram. Se considerarmos ainda que Sócrates, Platão, e os grandes filósofos do seu tempo, podiam estar, mais tarde, entre aqueles que secundaram o Cristo na sua divina missão, sendo escolhidos precisamente porque estavam mais aptos do que outros a compreenderem os seus sublimes ensinamentos. E que eles podem, por fim, participar hoje da grande plêiade de Espíritos encarregados de vir ensinar aos homens as mesmas verdades.

XII – Não se deve nunca retribuir a injustiça com a injustiça, nem fazer mal a ninguém, qualquer que seja o mal que nos tenham feito. Poucas pessoas, entretanto, admitem esse princípio, e as que não concordam com ele só podem desprezar-se umas às outras.

Não é este o princípio da caridade, que nos ensina a não retribuir o mal com o mal e a perdoar aos inimigos?

XIII – É pelos frutos que se conhece a árvore. É necessário qualificar cada ação, segundo o que ela produz: chamá-la má, quando a sua conseqüência é má, e boa, quando produz o bem.

Esta máxima: “É pelos frutos que se conhece a árvore”, encontra-se textualmente repetida, muitas vezes, no Evangelho.

XIV – A riqueza é um grande perigo. Todo homem que ama a riqueza, não ama nem a ele nem ao que possui, mas ama uma coisa que é ainda mais estranha do que aquilo que ele possui. (Cap. XVI.)

XV – As mais belas preces e os mais belos sacrifícios agradam menos à Divindade do que uma alma virtuosa que se esforça por assemelhar-se a ela. Seria coisa grave que os deuses se interessassem mais pelas nossas oferendas do que pelas nossas almas. Dessa maneira, os maiores culpados poderiam conquistar os seus favores. Mas não: pois só são verdadeiramente retos e justos os que, por suas palavras e seus atos, cumprem o que devem aos deuses e aos homens. (Cap. X ns. 7 e 8.)

XVI – Chamo de homem vicioso ao amante vulgar, que ama mais ao corpo que à alma. O amor está por toda a natureza, e incita-nos a exercer a nossa inteligência: encontramos-lo até mesmo no movimento dos astros. É o amor que adorna a natureza com suas ricas alfombras; ele se enfeita e fixa a sua morada onde encontra flores e perfumes. É ainda o amor que traz a paz aos homens, a calma ao mar, o silêncio aos ventos e sono à dor.

O amor, que deve unir os homens por um sentimento de fraternidade, é uma consequência dessa teoria de Platão sobre o amor universal, como lei da natureza. Sócrates, tendo dito que “o amor não é um deus nem um mortal, mas um grande demônio”, ou seja, um grande Espírito que preside ao amor universal, esta afirmação lhe foi, sobretudo, imputada como crime.

XVII – A virtude não pode ser ensinada; ela vem por um dom de Deus aos que a possuem.

É quase a Doutrina cristã sobre a graça. Mas se a virtude é um dom de Deus, é um favor; pode perguntar-se por que ela não é concedida a todos. De outro lado, se ela é um dom, não há mérito da parte daquele que a possui. O Espiritismo é mais explícito. Ele ensina que aquele que a possui, a adquiriu pelos seus esforços nas vidas sucessivas, ao se livrar pouco a pouco das suas imperfeições. A graça é a força que Deus concede a todo homem de boa vontade, para se livrar do mal e fazer o bem.

XVIII - Há uma disposição natural, em cada um de nós, para nos apercebermos bem menos dos nossos defeitos, do que dos defeitos alheios.

O Evangelho diz: “Vês a aresta no olho do teu irmão, e não vês a trave no teu?” (Cap. X, Mateus, VII: 3-5 ns. 9 e 10.)

XIX – Se os médicos fracassam na maior parte das doenças, é *porque tratam do corpo sem a alma*, e porque, se o todo não se encontra em bom estado, é impossível que a parte esteja bem.

O Espiritismo oferece a chave das relações entre a alma e o corpo, e prova que existe incessante reação de um sobre o outro. Ele abre, assim, novo caminho à ciência: mostrando-lhe a verdadeira causa de certas afecções, dá-lhe os meios de combatê-las. Quando ela levar em conta a ação do elemento espiritual na economia orgânica, fracassará menos.

XX – Todos os homens, desde a infância, fazem mais mal do que bem.

Estas palavras de Sócrates tocam a grave questão da predominância do mal sobre a terra, questão insolúvel sem o conhecimento da pluralidade dos mundos e ao destino da terra, onde se encontra apenas uma pequena fração da Humanidade. Só o Espiritismo lhe dá solução, que é desenvolvida logo adiante, nos capítulos II, III e V (O Evangelho Segundo o Espiritismo.)

XXI – A sabedoria está em não pensares que sabes aquilo que não sabes.

Isto vai endereçado àqueles que criticam as coisas de que, freqüentemente, nada sabem. Platão completa este pensamento de Sócrates, ao dizer: “Tentemos primeiro torná-los, se possível, mais honestos nas palavras; se não o conseguirmos, não nos ocupemos mais deles e não busquemos mais do que a verdade. Tratemos de nos instruir, mas não nos aborreçamos.” É assim que devem agir os espíritas, com relação aos seus contraditores de boa ou de má fé. Se Platão revivesse hoje, encontraria as coisas mais ou menos como no seu tempo, e poderia usar a mesma linguagem. Sócrates também encontraria quem zombasse de sua crença nos Espíritos e o tratasse de louco, assim como ao seu discípulo Platão.

Por haver professado esses princípios, Sócrates foi primeiro ridicularizado, depois acusado de impiedade e condenado a beber cicuta. Tanto é certo, que as

grandes verdades novas, levantando contra elas os interesses e os preconceitos que ferem, não podem ser estabelecidas sem lutas e sem mártires.

6.2 – Princípios e regras socráticos – (Síntese elaborada por Carlos Toledo Rizzini em seu livro “Evolução Para o Terceiro Milênio”, Editora EDICEL, DF, Volume 1, 8ª. edição, 1990, págs. 285/6.) – Das exposições precedentes, extraídos dos três citados diálogos platônicos, pode-se, sem dificuldade, enunciar uma série de preceitos éticos e religiosos propostos por Sócrates, ao final de sua longa vida, após prolongada experimentação no trato com os seus semelhantes e em face da situação-teste representada pela acusação, julgamento, condenação e execução (notável semelhança com a vida e morte de Cristo).

I. CRÍTON (princípios morais) – 1. Guiar-se pela razão, usando o raciocínio. 2. Não se conduzir pela opinião da maioria, mesmo forçado, mas fazer o que julgar direito. 3. Respeitar os princípios aceitos como válidos, salvo se princípios superiores forem propostos e demonstrados. 4. Não levar em conta as possíveis conseqüências desagradáveis dos atos ditados pelos princípios prescritos pela razão. 5. Respeitar as leis vigentes; discordando delas, o certo é procurar outro lugar, com leis diferentes, para viver. 6. O primeiro princípio de ação é este: não prejudicar a ninguém e não pagar o mal com o mal – nem a si mesmo. 7. Pensar primeiro na justiça e, depois, nos interesses pessoais (cf. 10 e 15). 8. Cumprir a vontade de Deus.

II. APOLOGIA (idem) – 9. Obediência ao Poder Supremo, Deus acima de tudo. 10. Colocar, acima do temor da morte, a justiça e a virtude. 11. Cuidar do autoaperfeiçoamento através do conhecimento de si mesmo: procurar ser cada vez melhor mediante o esforço necessário. 12. Dar o devido valor aos bens materiais sem apegar-se a eles. 13. Revestir-se de humildade, reconhecendo a própria ignorância e não se julgando superior ao que é. 14. Respeitar os outros e a si mesmo, embora pondo a vontade divina acima de todos. 15. Promover o bem desinteressadamente.

III – FÉDON (princípios religiosos) – 16. a morte só é temível para quem viveu no apego à vida material, disputando prazeres, riquezas e honrarias. 17. Numerosos são os chamados e raros os escolhidos. 18. A sorte das almas boas, no além-túmulo é a melhor. 19. A única solução para os males humanos é tornar-se o melhor possível. 20. A alma nada mais leva consigo do que a formação moral que adquiriu em vida. 21. As almas materializadas, em virtude do seu modo de vida na Terra sofrem muito e precisam reencarnar. 22. É o próprio homem quem fabrica e reforça as cadeias do mal, às quais se prende voluntariamente. 23. Sendo a alma imortal, é grave

perigo não cuidar dela enquanto é tempo. 24. A grande regra de ação é esta: cuidar de si mesmo, realizando as tarefas por amor e esforçando-se para viver sem apego demasiado às coisas do mundo material.

6.3 – Filosofia e Espiritismo – (Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Introdução à Filosofia Espírita”, Edições FEESP, 1ª. edição, 1993, págs. 19-28).

I – O QUE É FILOSOFIA?

É comum ouvir-se de pessoas que não aceitam o Espiritismo a afirmação de que a Filosofia Espírita não existe. Conhecido professor brasileiro de Filosofia chegou a declarar numa entrevista à imprensa brasileira que “O Livro dos Espíritos” nada tem de filosófico. A mesma coisa acontece com o Marxismo. Papini esforçou-se, em toda a sua vida, para provar que Marx era um economista, e, portanto, não devia ser confundido com um filósofo. Como se um economista não pudesse e até mesmo não precisasse de filosofar. Sartre, pelo contrário, considera o Marxismo a única Filosofia do nosso tempo. As opiniões são contraditórias, mas isso não nos deve impressionar, pois opiniões não passam de palpites, de pontos de vista individuais, sujeitos às idiosincrasias de cada um. E Pitágoras, o criador do termo Filosofia, já afirmava que a Terra é a morada da opinião. Mais tarde, Descartes advertiu que o preconceito e a precipitação, dois vícios comuns da espécie humana, prejudicam o juízo e impedem a descoberta da verdade.

Um filósofo, um professor de filosofia, um pensador honesto e até mesmo uma simples criatura de bom-senso não podem negar a existência da Filosofia Espírita, a menos que não saibam o que essa palavra significa. Muito menos negar a natureza filosófica de “O Livro dos Espíritos”, que é um verdadeiro tratado de Filosofia. Veja-se, por exemplo, como Yvonne Castellan, que não é espírita, encara esse livro em seu estudo sobre o Espiritismo. Consulte-se o “Dicionário Técnico e Científico de Filosofia”, de Lalande. E leia-se o admirável ensaio de Gonzales Soriano, desafiadoramente intitulado “El Espiritismo es la Filosofia”.

São muitas as definições de Filosofia, mas a que subsiste como essencial é ainda a de Pitágoras: “Amor da Sabedoria”. Daí a exatidão daquele axioma: “A Filosofia é o pensamento debruçado sobre si mesmo.” Eis a descrição perfeita de um ato de amor: a mãe se debruça sobre o filho porque o ama e deseja conhecê-lo. A sabedoria é filha do pensamento, que a embala em seus braços, alimentando-a e fazendo-a cres-

cer. Assim, o objeto da Filosofia é ela mesma, não está fora, no exterior, mas dentro dela. Podemos defini-la como a relação entre o pensamento e a realidade. Essa a razão de Gonzales Soriano afirmar que o Espiritismo é a Filosofia. Relação, aliás, que ele demonstra filosoficamente em seu livro. O Espiritismo é, segundo sua definição, “a síntese essencial dos conhecimentos humanos aplicados à investigação da verdade.” É o pensamento debruçado sobre si mesmo para reajustar-se à realidade.

II – O QUE É ESPIRITISMO?

Respondida a pergunta sobre Filosofia devemos tratar ligeiramente da natureza do Espiritismo. E nada mais necessário do que isso, porque nada mais desconhecido em nosso mundo do que ele. Fala-se muito em Espiritismo, mas quase nada se sabe a seu respeito. Kardec afirma, na introdução de "O Livro dos Espíritos", que a força do Espiritismo não está nos fenômenos, como geralmente se pensa, mas na sua “filosofia”, o que vale dizer na sua mundividência, na sua concepção da realidade. Mas de onde vem essa concepção? Como foi elaborada?

Os adversários do Espiritismo desconhecem tudo a respeito e fazem tremenda confusão. Os próprios espíritas, por sua vez, na sua esmagadora maioria estão na mesma situação. Por quê? É fácil explicar. Os adversários partem do preconceito e agem por precipitação. Os espíritas, em geral, fazem o mesmo: formularam uma idéia pessoal da Doutrina, um estereótipo mental a que se apegaram. A maioria, dos dois lados, se esquece desta coisa importante: o Espiritismo é uma doutrina que existe nos livros e precisa ser estudada. Trata-se, pois, não de fazer sessões, provocar fenômenos, procurar médiuns, mas de debruçar o pensamento sobre si mesmo, examinar a concepção espírita do mundo e reajustar a ela a conduta através da moral espírita.

Assim, temos alguns dados: o Espiritismo é uma doutrina sobre o mundo, dá-nos a sua interpretação e nos mostra como nos devemos conduzir nele. Mas como nasceu essa doutrina, em que cabeça apareceu pela primeira vez? Dizem que foi na de Allan Kardec, mas não é verdade. O próprio Kardec nos diz o contrário. Os dados históricos nos revelam o seguinte: o Espiritismo se formou lentamente através da observação e da pesquisa científica dos fenômenos espíritas, hoje, parapsicologicamente, chamados de fenômenos paranormais. Os estudos científicos começaram seis anos antes de Kardec, nos Estados Unidos, com o famoso caso das irmãs Fox em Hydesville. Quando Kardec iniciou as suas pesquisas na França, em 1854, já havia uma grande bibliografia espírita, com a denominação de neo-espiritualista, nos Estados

Unidos e na Europa. Mas foi Kardec quem aprofundou e ordenou essas pesquisas, levando-as às necessárias conseqüências filosóficas, morais e religiosas.

“O Livro dos Espíritos” nos oferece a sùmula do trabalho gigantesco de Kardec. Mas se quisermos conhecer esse trabalho em profundidade temos de ler toda a bibliografia kardeciana: os cinco volumes da codificação doutrinária, os volumes subsidiários e mais os doze volumes da **Revista Espírita**, que nos oferecem o registro minucioso das pesquisas realizadas na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas. E precisamos nos interessar também pelos trabalhos posteriores de Camille Flammarion, de Gabriel Dellane, de Ernesto Bozzano, de Léon Denis (que foi o continuador e o consolidador do trabalho de Kardec).

Veremos, assim, que Kardec partiu da pesquisa científica, originando-se desta a Ciência Espírita; desenvolveu, a seguir, a interpretação dos resultados da pesquisa, que resultou na Filosofia Espírita; tirou, depois, as conclusões morais da concepção filosófica, que levaram naturalmente à Religião Espírita. É por isso que o Espiritismo se apresenta como doutrina de tríplice aspecto. A Ciência Espírita é o fundamento da Doutrina. Sobre ela se ergue a Filosofia Espírita. E desta resulta naturalmente a Religião Espírita. Muitas pessoas se atrapalham com isso e perguntam: “Como uma doutrina pode ser ao mesmo tempo, Ciência, Filosofia e Religião?” Mas essa pergunta revela a ignorância do processo gnoseológico. Porque, na verdade, o conhecimento se desenvolve nessa mesma seqüência e em todas as formas atuais de conhecimento repete-se o processo filogenético.

No Espiritismo, porém, esse processo aparece bem preciso, bem marcado por suas fases sucessivas, entrosadas numa seqüência lógica. Podem alguns críticos alegar que Kardec não partiu da pesquisa, mas da crença. Alguns chegam a afirmar que foi assim, que ele já acreditava nas comunicações espíritas antes de iniciar o seu trabalho de investigação. Mas essa afirmação é falsa, a suposição é gratuita. Basta uma consulta às anotações íntimas de “Obras Póstumas” e às biografias do mestre para se ver o contrário. Quando lhe falaram pela primeira vez em mesinhas falantes, Kardec respondeu como o fazem os céticos de hoje: “Isso é conversa para fazer dormir em pé”. Só deixou essa atitude cética depois de constatar a realidade dos fenômenos. Então pesquisou, aprofundou a questão e levou-a às últimas conseqüências, como era, aliás, de seu hábito, do seu feitio de investigador. Charles Richet lhe faz justiça (embora discordando dele) em seu **Tratado de Metapsíquica**.

Encarando a obra de Kardec pelo seu aspecto científico, sem os preconceitos que têm impedido a sua justa avaliação, ela nos parece inatacável. Alega-se que o seu método de pesquisa não era científico, mas foi ele o primeiro a explicar que não se podiam usar na pesquisa psíquica os métodos das ciências físicas. O desenvolvimento da Psicologia provaria, mais tarde, que Kardec estava com a Razão. Hoje, as pesquisas parapsicológicas o confirmam. No tocante ao aspecto filosófico, o desenvolvimento atual das investigações mostram a posição acertada do Espiritismo como doutrina assistemática, “livre dos prejuízos de espírito de sistema”, como declara “O Livro dos Espíritos”, utilizando a conjugação dos métodos indutivo e dedutivo para o esclarecimento da realidade em seu duplo sentido: o objetivo e o subjetivo. A Filosofia Espírita se apresenta como antecipação das conquistas atuais do campo filosófico e abertura de perspectivas para o futuro.

III – A TRADIÇÃO FILOSÓFICA.

A Filosofia Espírita se apresenta naturalmente integrada na tradição filosófica. Foi por isso que Kardec colocou, sobre o título de “O Livro dos Espíritos”, a indicação: “Filosofia Espiritualista”. Em “O Evangelho Segundo o Espiritismo” ele indica Sócrates e Platão como precursores do Cristianismo e do Espiritismo, sendo este o desenvolvimento histórico daquele. Mas podemos ir mais longe, demonstrando as múltiplas relações da Filosofia Espírita com as mais significativas escolas filosóficas do passado. Na verdade, a Filosofia Espírita se apresenta, para o investigador imparcial como o delta natural em que desemboca no presente toda a tradição filosófica. Essa convergência, porém, não se faz de súbito, não é um “arranjo”, como pretendem os adversários gratuitos do Espiritismo. Podemos ver “com os olhos” o processo de convergência delinear-se na própria História da Filosofia. Dos pitagóricos (com sua simbiose espiritual traduzida na doutrina da metempsicose), aos jônicos (com sua busca da origem única, da substância originária), aos eleatas (com a procura do Ser em seu sentido absoluto), até Plotino (o neoplatonismo investigando a “alma-viajora”), passando pela contribuição da doutrina de forma e matéria, de Aristóteles (antecipação da teoria espírita do perispírito), chegamos ao Renascimento. E é nesta fase que a confluência se define: primeiro com a rebelião de Abelardo, preparando o advento de Descartes; depois, com este, o pai do pensamento moderno, que escreveu o “Discurso do Método” sob inspiração do Espírito da Verdade; a seguir com Espinosa, que fez da “Ética” um livro precursor (em estrutura, substância e ligações históricas) de “O Livro dos Espíritos”.

A tradição histórica é o terreno vasto e profundo em que podemos descobrir as raízes da Filosofia Espírita. Mas, como vimos, essa tradição se prolonga até o mundo moderno que começou no Renascimento e veio findar na guerra de 1914-18. E depois, no mundo contemporâneo, reencontramos as conotações filosóficas do passado. No mundo moderno podemos lembrar as figuras centrais de Hegel e Kant, o primeiro com sua dialética da idéia (evolução do princípio espiritual através da matéria) e o segundo com sua teoria do númeno e do fenômeno e sua crítica da razão (correspondentes à teoria espírita da alma e matéria e a crítica da fé em Kardec). Na atualidade, as principais escolas filosóficas apresentam relações evidentes com a Filosofia Espírita. Estudaremos essas relações no prosseguimento deste trabalho. Mas convém destacar, desde logo, o paralelismo da corrente filosófica característica do pensamento atual com o Espiritismo. Paralelismo tanto mais evidente quanto se apresenta no tempo e no espaço (contemporaneidade), no método de abordagem dos problemas filosóficos (o enfoque ontológico existencial), e na procura da compreensão racional (humana e não teológica) da problemática da existência. É a corrente das Filosofias da Existência, que surgiu na mesma época do Espiritismo; na Europa, na mesma posição assistemática (Kierkegaard e sua aversão aos sistemas), com o mesmo processo de abordagem do Ser (através do ser humano na existência) e a mesma busca de transcendência na interpretação da natureza humana ou essência do ser.

Mas acontece com o Existencialismo o que Kardec assinalou no tocante às ciências materiais: o paralelismo com o Espiritismo vai até o limite da conceituação da “existência”. Depois desse limite o Espiritismo prossegue sozinho, investigando e aprofundando o problema das relações interexistenciais, que abre possibilidades de comprovação das antigas intuições sobre as existências múltiplas do ser. No Espiritismo essas intuições, que desde a antiga metempsicose egípcia, adotada pelos pitagóricos, até a ressurreição judaica e a teoria católica de ressurreição da carne se mantiveram no plano sobrenatural, transformam-se em conceitos racionais comprovados pela experiência e a investigação científica.

Chegamos, assim, a um ponto de contato da Filosofia Espírita com o panteísmo de Espinosa, que é o da negação do sobrenatural. A Filosofia Espírita não é panteísta, o que está explícito em “O Livro dos Espíritos”. Mas isso não impede que haja entre Espinosa e Kardec a concordância no tocante ao sobrenatural. Para a Filosofia Espírita o sobrenatural, segundo a concepção vigente até nossos dias, é apenas “o natural ainda não conhecido”, pois tudo quanto existe pertence à Natureza e tudo quanto estiver além da Natureza não é acessível ao nosso conhecimento (posição paralela à do criticismo kantiano). Esse conceito de Natureza no Espiritismo é um dos mais sig-

nificativos da Filosofia Espírita e a coloca numa posição de vanguarda perante o pensamento contemporâneo. Quando as ciências atuais se viram obrigadas a adotar a expressão “paranormal”, como substitutiva da expressão “sobrenatural”, nas investigações sobre a natureza humana, nada mais fizeram do que seguir a orientação firmada pelo pensamento espírita há mais de um século.

Como se vê, desta simples exposição inicial, é inegável a natureza de síntese da Filosofia Espírita. Ela representa um daqueles momentos de confluência de todas as conquistas culturais do homem para um delta comum, a que se refere Arnold Toynbee nos seus estudos sobre o desenvolvimento das civilizações. Ernst Cassirer, filósofo alemão contemporâneo, em seu ensaio “**A Tragédia da Cultura**”, analisa o processo de evolução cultural do homem através das civilizações sucessivas, demonstrando que as conquistas essenciais de cada época são transmitidas à outra por meio de concretizações, de formas sintéticas de expressão. O Espiritismo, como afirmaram Kardec, Léon Denis, Sir Oliver Lodge, Gustave Geley e Gonzales Soriano, entre outros, é a síntese cultural do nosso tempo. A Filosofia Espírita sintetiza em sua ampla e dinâmica conceituação todas as conquistas reais da tradição filosófica, ao mesmo tempo que inicia o novo ciclo dialético da nova civilização em perspectiva.

7. A RELIGIÃO ESPÍRITA: RELIGIÃO EM ESPÍRITO E VERDADE.
(Explicação de José Herculano Pires em seu livro “O Espírito e o Tempo”, Editora EDICEL, DF, 7ª. edição, 1995, págs. 159-170)

7.1 – O Espiritismo e as Religiões – A posição do Espiritismo, em face das religiões, foi definida desde o princípio, ou seja, desde a publicação de *O Livro dos Espíritos*. A terceira parte do livro tem o título de “Leis Morais”, e começa pela afirmação: “A Lei natural é a lei de Deus”, que equivale ao reconhecimento da unidade divina de todas as leis que regem o Universo. Note-se que Kardec e os Espíritos referem-se à lei de Deus no singular, como lei única, e nela incluem as leis morais, no plural. Assim, as leis morais são espécies de um gênero, que é a lei natural. Mas como esta não é a lei da Natureza, e sim a lei de Deus, não estamos diante de uma concepção monista natural, mas de uma concepção monista de ordem ética. As religiões, como fenômenos éticos, formas de educação moral das coletividades humanas, nada mais são do que processos diferenciados, segundo as necessidades circunstanciais e temporais da evolução, pelos quais as leis morais se manifestam no plano social.

Vejamos a explicação de Kardec, no comentário que fez ao item 617.a de *O Livro dos Espíritos*: “Entre as leis divinas, umas regulam o movimento e as relações

da matéria bruta: essas são as leis físicas; seu estudo pertence ao domínio da ciência. As outras concernem especialmente ao homem em si mesmo, e às suas relações com Deus e com os seus semelhantes. Compreendem as regras da vida do corpo, tanto quanto as da vida da alma: essas são as leis morais.” Dessa maneira, o Espiritismo nos oferece a visão global do Universo, num vasto sistema de relações, que unem todas as coisas, desde a matéria bruta até à divindade, ou seja, desde o plano material até o espiritual. As religiões, nesse amplo contexto, são como fragmentações temporárias do processo único da evolução humana.

Essa compreensão histórica permite ao Espiritismo encarar as religiões, não como adversárias, mas como formas progressivas do esclarecimento espiritual do homem, que atinge na atualidade um momento crítico, de passagem para um plano superior. Daí a afirmação de Kardec, feita em *O Livro dos Espíritos* e repetida em outras obras, particularmente em *O que é o Espiritismo*, de que este, na verdade, é o maior auxiliar das religiões. Auxiliar em que sentido? Primeiro, no sentido de fornecer às religiões, entrincheiradas em seus dogmas de fé, as armas racionais de que necessitam, para enfrentar o racionalismo materialista, e especialmente as armas experimentais, com que sustentar os seus princípios espirituais diante das ciências. Depois, no sentido de que o Espiritismo não é nem pretende ser uma religião social, pelo que não disputa um lugar entre as igrejas e as seitas, mas quer apenas ajudar as religiões a completarem a sua obra de espiritualização do mundo. A finalidade das religiões é arrancar o homem da animalidade e levá-lo à moralidade. O Espiritismo vem contribuir para que essa finalidade seja atingida.

Nisto se repete e se confirma o que o Cristo declarou, a propósito de sua própria missão, ao dizer que não vinha revogar a lei e os profetas, mas dar-lhes cumprimento. Como desenvolvimento natural do Cristianismo, o Espiritismo prossegue nesse mesmo rumo. Sua finalidade não é combater, contrariar ou destruir as religiões, mas auxiliá-las. Para auxiliá-las, porém, não pode o Espiritismo endossar os seus erros, o seu apego aos formalismos religiosos, a sua aderência às circunstâncias. Porque tudo isso diminui e enfraquece as religiões, expondo-as ao perigo do fracasso, diante das próprias leis evolutivas, que impulsionam o homem para além das suas convenções circunstanciais. O Espiritismo, assim, não condena as religiões. Considera que todas elas são boas – o que é sempre contestado com violência pelo espírito de sectarismo – mas pretende que, para continuarem boas, não estacionem nos estágios inferiores, já superados pela evolução humana.

Justamente por isso, o Espiritismo se apresenta, aos espíritos formalistas e sectários, como um adversário perigoso, que parece querer infiltrar-se nas estruturas religiosas e miná-las, para destruí-las. Era o que parecia o Cristianismo primitivo, para os judeus, gregos e romanos. Não obstante, os ensinamentos de Jesus não visavam à destruição, mas ao esclarecimento e à liberdade do pensamento religioso da época. Podem alegar os religiosos atuais que os espíritas os combatem às vezes com violência. O mesmo faziam os cristãos primitivos, em relação às religiões antigas. Mas essa atitude agressiva não decorre dos princípios doutrinários, e sim das circunstâncias sociais em que se encontram os inovadores, diante da tradição. Por outro lado, é preciso considerar que a agressividade das religiões para com o Espiritismo é uma constante histórica, determinada pela própria natureza social das religiões organizadas ou positivas. Nada mais compreensível que o revide dos espíritas, quando ainda não suficientemente integrados nos seus próprios princípios.

No capítulo segundo da terceira parte de *O Livro dos Espíritos*, item 653, temos a explicação e a justificação da existência das religiões formalistas. Kardec estuda, através de perguntas aos Espíritos, a lei de adoração, que é o fundamento e a razão de ser de todo o processo religioso. Desse diálogo resulta a posição espírita bem definida: **“A verdadeira adoração é a do coração.”** Não obstante, a adoração exterior, através do culto religioso, por mais complicado e material que este se apresente, desde que praticada com sinceridade, corresponde a uma necessidade evolutiva dos espíritos a ela afeiçoados. Negar a esses espíritos a possibilidade de praticarem a adoração exterior, seria tão prejudicial, quanto admitir que os espíritos que já superaram essa fase continuassem apegados a cultos materiais. A cada qual, segundo as suas condições evolutivas.

O princípio da tolerância substitui, portanto, no Espiritismo, o sistema de intolerância que marca estranhamente a tradição religiosa. As religiões, pregando o amor, promoveram a discórdia. Ainda hoje podemos sentir a agressividade do chamado espírito-religioso, na intolerância fanática das condenações religiosas. Por isso, Kardec esclareceu, em *“O Evangelho Segundo o Espiritismo”*, que o princípio religioso da doutrina não era o de salvação pela fé, e nem mesmo pela verdade, mas pela caridade. A fé é sempre interpretada de maneira particular, como a dogmática de determinada igreja a apresenta. A verdade é sempre condicionada às interpretações sectárias. Mas a caridade, no seu mais amplo sentido, como a fórmula do amor ao próximo ensinada pelo Cristo, supera todas as limitações formais. A salvação espírita não está na adesão a princípios e sistemas, mas na prática do amor.

7.2 – Panteísmo Espírita – Uma das acusações constantes formuladas ao Espiritismo pelos religiosos, e particularmente pelos teólogos, é a de panteísmo. Segundo afirmam, de modo geral, o Espiritismo seria uma concepção materialista do mundo, por confundir o Criador com a Criação. Já vimos que essa acusação é infundada. Ao tratar da Filosofia Espírita, verificamos que a cosmologia e a cosmogonia doutrinárias não permitem essa confusão. Anteriormente verificamos que o próprio Kardec dedicou um capítulo ao problema, em *O Livro dos Espíritos*, esclarecendo a posição do Espiritismo. Não obstante, convém analisarmos alguns aspectos da questão, para melhor definirmos o nosso pensamento a respeito.

Segundo a etimologia, e de acordo com o emprego tradicional do termo, panteísmo é uma concepção monista do mundo que pode ser traduzida na expressão: tudo é Deus. Espinosa foi o sistematizador filosófico dessa concepção. Deus é a realidade única, da qual todas as coisas não são mais do que emanações. Mas existe o chamado panteísmo materialista, não obstante a contradição dos termos. Segundo a concepção de D’Holbach, por exemplo, a realidade primária é o Mundo, e Deus é a suma do Mundo, ou seja, o resultado do conjunto de leis universais. Com razão se diz que não se trata propriamente de panteísmo, apesar do emprego tradicional da classificação. Essas duas formas de panteísmo são rejeitadas pelo Espiritismo.

Kardec argumenta, no comentário ao item 16 de *O Livro dos Espíritos*, que “não sabemos tudo o que Deus é, mas sabemos o que ele não pode ser” Forma precisa de definir a posição espírita. Deus não pode ser confundido com o mundo, da mesma maneira por que um artista não pode ser confundido com as suas obras. Assim como as obras exprimem a inteligência e a intenção pessoal do artista, nas várias direções seguidas pela sua inspiração, as obras de Deus o revelam ao nosso entendimento, mas não podemos confundi-las com o seu Autor. O Espiritismo, portanto, não pode ser considerado como nenhuma forma de panteísmo, no sentido absoluto que se dá ao termo.

Apesar disso, podemos dizer que existe uma forma de panteísmo-espírita, se entendermos a palavra em sentido relativo. Essa forma, porém, não é privativa do Espiritismo. Aparece em todas as concepções religiosas, pois todas as religiões consideram universal a presença de Deus, que se manifesta na natureza inteira e “está em todas as coisas”. É conhecida a afirmação do apóstolo Paulo, de que vivemos em Deus e nele nos movemos. Essa fórmula encontra correspondência no pensamento grego e no pensamento romano: o racionalismo dos primeiros e o juridismo dos segundos constituem sistemas de leis universais, presididos por uma inteligência suprema.

Quanto ao judaísmo, o providencialismo bíblico é uma forma ainda mais efetiva de panteísmo conceptual. Mas fora do âmbito da tradição ocidental vamos encontrar a mesma concepção, tanto nas religiões indianas, quanto na própria religião-filosófica ou civil do confucionismo, bem como entre os egípcios, os mesopotâmicos e os persas.

A presença universal de Deus é uma forma relativa de panteísmo, que nos mostra o Universo em relação estreita com Deus, a Criação ligada ao Criador. Mesmo no panteísmo espinosiano, é necessário compreendermos o panteísmo de maneira mais conceptual do que real, ou seja, num plano antes teórico do que prático. Porque Espinosa fazia a distinção entre o que chamava “natureza naturata”, ou material, e “natura naturans”, ou inteligente. Deus, para ele, era esta última, o que pode ser entendido, do ponto de vista espírita, como uma confusão entre o princípio-inteligente e Deus. Ou seja, Espinosa confundiu a segunda hipóstase do Universo, o Espírito, com a primeira, que é Deus. O Espiritismo não faz essa confusão, admitindo apenas a imanência de Deus no Universo, como conseqüência de sua própria transcendência.

Não é fácil compreendermos esse processo, sem uma definição dos termos. Mas quando procuramos examiná-los, tudo se torna mais claro. Imanente é aquilo que está compreendido na própria natureza, como elemento intrínseco, pertencente à sua constituição e determinante do seu destino. Dessa maneira, o panteísmo tem sido considerado uma teoria da imanência de Deus. Não obstante, a própria teologia católica considera as aspirações religiosas do homem como decorrência da imanência de Deus na alma. E o Cristianismo evangélico estabelece o princípio da imanência de Deus em nós mesmos. Como poderíamos entender, assim, a imanência daquilo que é transcendente, que está acima e além do mundo e dos homens?

Este problema tem provocado grande celeuma no campo teológico, mas a posição espírita é de tal maneira clara, que a podemos compreender sem maiores dificuldades. Kardec a colocou em termos de causa e efeito: não há efeito inteligente sem uma causa inteligente. Ora, se Deus é a inteligência suprema e causa primária de todas as coisas, a transcendência de Deus é a própria causa da sua imanência. Ou seja: Deus, como criador, está presente na Criação, através de suas leis, que representam ao mesmo tempo a ligação de todas as coisas ao seu poder e a possibilidade de elevação de todas as coisas à sua perfeição. A lei de evolução explica a imanência, como conseqüência lógica e necessária da transcendência. As disputas teológicas decorrem mais do formalismo em que o problema é colocado, do que das dificuldades lógicas ou filosóficas existentes no mesmo.

O panteísmo-espírita não seria mais, portanto, do que a consideração da presença de Deus em todas as coisas, através de suas leis, e particularmente na consciência humana. No item 626 de *O Livro dos Espíritos* vemos a afirmação de que as leis divinas “estão escritas por toda parte”. Esse o motivo por que: “todos os homens que meditaram sobre a sabedoria puderam compreendê-las e ensiná-las”. Reafirma ainda esse item: “Estando as leis divinas escritas no livro da Natureza, o homem pôde conhecê-las sempre que desejou procurá-las. Eis porque os seus princípios foram proclamados em todos os tempos, pelos homens de bem, e também porque encontramos os seus elementos na doutrina moral de todos os povos saídos da barbárie, mas incompletos, ou alterados pela ignorância e a superstição.” O relativismo panteísta está bem claro nesta proposição.

A presença de Deus, e portanto a sua imanência, não se restringe à consciência humana, mas estende-se a toda a natureza. Todas as religiões admitem esse princípio, de uma ou de outra forma, principalmente quando pretendem oferecer as provas da existência de Deus. O Espiritismo o esclarece de maneira simples e precisa, retirando-o da névoa das discussões teológicas e colocando-o sob a luz dos princípios lógicos. Ainda neste terreno controvertido, como vemos, o Espiritismo se apresenta com todo o seu poder de esclarecimento.

7.3 – Teologia Espírita – Falar de teologia espírita é escandalizar alguns setores doutrinários, que só compreendem o Espiritismo como filosofia de bases científicas e conseqüências morais. Mas num curso de introdução doutrinária não podemos fazer concessões nesse terreno. A palavra teologia tem um sentido etimológico e usual bastante conhecido e claro: é a Ciência de Deus, ou, numa interpretação mais humilde, o estudo de Deus. Não importa que a tradição católica a considere como a Ciência de Deus revelada pelo Cristo e conservada pela Igreja. Lalande a define assim: “Ciência de Deus, de seus atributos e de suas relações com o mundo e o homem.” Nessa acepção filosófica é que ela nos interessa, do ponto de vista espírita, e que dela não podemos prescindir para um conhecimento geral da doutrina.

Já vimos que “*O Livro dos Espíritos*” começa pela definição de Deus, e portanto como um tratado teológico. Sua primeira pergunta é esta: “O que é Deus?” E a primeira resposta dada pelos Espíritos está formulada como a pedra angular da teologia espírita: “Deus é a inteligência Suprema, causa primária de todas as coisas.” Todo o primeiro capítulo do livro básico do Espiritismo é dedicado ao estudo de Deus. Um capítulo teológico, portanto. Mas não ficamos nisso. A teologia espírita se estende por toda a codificação. E nem poderia ser de outra maneira, uma vez que o Espiritis-

mo, na sua condição de filosofia espiritualista, tem por fundamento a existência de Deus e suas relações com o homem.

Após a afirmação da existência, *O Livro dos Espíritos* trata do problema dos atributos de Deus. A seguir, das relações de Deus com o mundo e com os homens. Esse problema das relações vai ser amplamente desenvolvido por Kardec, não só na continuidade do livro básico, mas também nas demais obras da Codificação. Há alguns livros escritos especialmente para esclarecer o assunto, como *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, *A Gênese, os Milagres e as Predições* e *O Céu e o Inferno*. Livros teológicos, no pleno sentido da definição de Lalande, que nos dão toda a estrutura de uma teologia racional, abrindo perspectivas para desenvolvimentos em várias direções: o estudo da concepção de Deus através dos tempos, das relações dessa concepção com a moral; do desenvolvimento da mística espírita, ou seja, da experiência psicológica da prece e do conseqüente desenvolvimento do sentimento de Deus entre os espíritas; e assim por diante.

Vemos, pela simples citação dessas possibilidades, que dois problemas fundamentais da teologia clássica foram postos de lado: o da natureza de Deus e o da Criação do Mundo. Realmente, esses problemas são considerados pelo Espiritismo como limítrofes do incognoscível. Nesse ponto, aliás, o Espiritismo coincide com a posição de Espinosa, para quem Deus possuía dois atributos que conhecemos: o espírito e a matéria, e muitos outros que escapam às nossas possibilidades de conhecimento. Mas não é por não tratarmos desses problemas que podemos negar a existência de uma teologia espírita, racional, e livre do espírito de sistema, como afirmava Kardec, a respeito da filosofia espírita.

A teologia espírita é, portanto, a parte da doutrina que trata de Deus, que procura estudá-lo, dentro das limitações da nossa capacidade cognitiva. Começa com um axioma: a existência de Deus. Mas este axioma se evidencia de maneira matemática, por uma seqüência lógica que podemos seguir nesta afirmação: “Deus existe, não o podeis duvidar e isso é essencial.” (item 14 de *O Livro dos Espíritos*.) Analisando esta assertiva, encontramos o seguinte: 1º.) a afirmação pura e simples de Deus, como verdade suprema, que antecede a nossa razão e a ela se impõe; 2º.) a afirmação de um atributo de Deus, que é a sua existência, ou seja a sua imanência; 3º.) a afirmação de que não podemos duvidar dele e de sua existência, não porque estejamos proibidos de fazê-lo, mas porque há uma impossibilidade lógica de duvidar; 4º.) a afirmação de que “isso é o essencial”, ou seja, de que, no nosso estado atual de evolução, não precisamos de mais do que essa compreensão, que nos basta.

Poderíamos argumentar que essa posição teológica é absurda, principalmente quando falamos de uma teologia racional. Partimos de um dogma de fé, que se impõe à nossa consciência. Não se trata, porém, de um dogma de fé, e sim de um axioma matemático. As coisas evidentes se impõem pela sua própria evidência. Não podemos negar a existência de Deus, porque, como dizia Descartes, isso equivaleria a negar a existência do sol em nosso sistema planetário. Muito antes dos homens saberem o que era o sol, não podiam negá-lo. E hoje mesmo continuamos cercados de evidências que escapam à nossa inteligência. Apesar do grande avanço das ciências da vida, não sabemos o que é a vida. E todas as ciências partem sempre de axiomas, de evidências que lhes servem de base, e sobre as quais constroem os seus sistemas racionais, como as religiões constroem a sua dogmática. A posição espírita, portanto, nada tem de estranho. Está perfeitamente enquadrada nos limites gerais do conhecimento humano, sujeita aos mesmos princípios que regem o desenvolvimento das ciências, da filosofia e das religiões.

A teologia espírita implica ainda a existência da revelação. Nas relações entre Deus e o homem existe a possibilidade do diálogo. O homem pode receber informações de Deus a respeito de problemas que a sua razão não alcança. É o que vemos no item 20 de *O Livro dos Espíritos*, quando Kardec pergunta se é possível a revelação de coisas que escapam à investigação científica. Os Espíritos respondem: “Sim, se Deus o julgar útil, pode revelar aquilo que a ciência não consegue apreender.” E Kardec comenta: “É através dessas comunicações que o homem recebe, dentro de certos limites, o conhecimento do seu passado e do seu destino futuro.” Mas, por outro lado, existe a revelação humana, aquela que não é uma oferta de Deus ao homem, mas uma conquista deste, através de sua evolução. “A ciência lhe foi dada para o seu adiantamento, em todos os sentidos”, afirma o item 19, e Kardec reafirma em *A Gênese*, capítulo primeiro, essa duplicidade da revelação, considerada do ponto de vista espírita. Assim, pela sua própria natureza, ao mesmo tempo divina e humana, a teologia espírita confirma a sua racionalidade.

7.4 – Cristianismo e Espiritismo – A religião espiritual se define pela superação do social. Johann Heinrich Pestalozzi, mestre de Kardec, considerava a existência de três tipos de religião: a animal ou primitiva, a social ou positiva, e a espiritual ou moral. A esta última preferia chamar simplesmente moralidade, a fim de não confundí-la com as duas formas anteriores. Kardec recebeu dos Espíritos a confirmação dessa teoria pestalozziana. Todo *O Livro dos Espíritos* a confirma, ensinando uma religião pura, desprovida de exigências materiais para o culto, de investiduras sacerdotais, e conseqüentemente de organização social em forma de igreja. As comunicações

particulares que Kardec recebia, como já vimos, e que figuraram posteriormente em *Obras Póstumas*, acentuavam a importância espiritual da nova doutrina, como restabelecimento do Cristianismo em espírito e verdade. Em *O Evangelho Segundo o Espiritismo* o problema foi esclarecido em definitivo.

No item 673 de *O Livro dos Espíritos*, vemos como o problema da religião espiritual é colocado pelos Espíritos, de maneira incisiva, condenando o apego às exterioridades. É a seguinte a resposta dada a uma pergunta de Kardec: “Deus abençoa sempre os que praticam o bem. Amparar os pobres e os aflitos é o melhor meio de o homenagear. Já vos disse, por isso mesmo, que Deus desaprova as cerimônias que fazes para as vossas preces, pois há muito dinheiro que poderia ser empregado mais utilmente do que é. O homem que se prende à exterioridade e não ao coração, é um espírito de vista estreita: julgai se Deus deve se importar mais com a forma do que o fundo.”

No capítulo oitavo das “Conclusões” de *O Livro dos Espíritos* é o próprio Kardec quem declara: “Jesus veio mostrar aos homens a rota do verdadeiro bem. Por que Deus que o enviaria para relembrar a sua lei esquecida, não enviaria hoje os Espíritos, para novamente a lembrarem, e de maneira mais precisa, agora que os homens a esquecem, para tudo sacrificarem ao orgulho e à cupidez? Quem ousaria pôr limites ao poder de Deus e determinar os seus caminhos? Quem dirá que os tempos preditos não são chegados, como o afirmam os Espíritos, e que não alcançamos aquele em que as verdades mal compreendidas, ou falsamente interpretadas, devem ser ostensivamente reveladas ao gênero humano, para acelerar o seu adiantamento?”

No item 625 vemos a ligação direta que *O Livro dos Espíritos* estabelece entre Cristianismo e Espiritismo. Os Espíritos apontam Jesus como modelo que o homem deve seguir na Terra e Kardec comenta, de maneira incisiva: “Jesus é para o homem o tipo de perfeição moral a que a humanidade pode pretender na Terra. Deus no-lo oferece como o mais perfeito modelo, e a doutrina que ele ensinou é a mais pura expressão da sua lei, porque ele estava animado do espírito divino, e foi o ser mais puro que já apareceu sobre a Terra”.

A seguir, no item 627, a ligação histórica e espiritual se completa pela voz dos Espíritos: “O ensino de Jesus era freqüentemente alegórico, em forma de parábolas, porque ele falava de acordo com a época e os lugares. Faz-se hoje necessário que a verdade seja inteligível para todos. É preciso, pois explicar e desenvolver essas leis, tão poucos são os que as compreendem, e menos ainda os que as praticam. Nossa

missão é a de espertar os olhos e os ouvidos, para confundir os orgulhosos e desmascarar os hipócritas: os que afetam exteriormente a virtude e a religião, para ocultar as suas torpezas. O ensinamento dos Espíritos deve ser claro e sem equívocos, a fim de que ninguém possa pretextar ignorância, e cada um possa julgá-lo e apreciá-lo com sua própria razão. Estamos encarregados de preparar o Reino de Deus anunciado por Jesus, e por isso é necessário que ninguém possa interpretar a lei de Deus ao sabor das suas paixões, nem falsear o sentido de uma lei que é toda amor e caridade.”

O Espiritismo aparece, nesse trecho de *O Livro dos Espíritos*, como o continuador natural do Cristianismo, confirmando o que estudamos anteriormente a respeito. Sua missão é a de restabelecer o ensino do Cristo e efetivá-lo nos corações e nas consciências, já amadurecidas pela evolução, preparando assim o Reino de Deus, ou seja, levando o Cristianismo às suas últimas conseqüências. Assim, quando Kardec nos apresenta o Espiritismo como a religião em espírito e verdade, porque sendo o cumprimento da promessa do Consolador, em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, nada mais faz do que confirmar o que já havia sido anunciado em *O Livro dos Espíritos*.

No capítulo sexto de *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, comentando o advento do Consolador, Kardec assinala: “Assim, o Espiritismo realiza o que Jesus disse do Consolador Prometido: conhecimento das coisas, que faz o homem saber de onde vem, para onde vai e porque está na Terra; reevocação dos verdadeiros princípios da lei de Deus; e consolação pela fé e pela esperança.” A análise desse pequeno trecho oferece-nos, ao mesmo tempo, a confirmação da ligação histórica entre o Cristianismo e o Espiritismo, e os traços característicos da religião em espírito e verdade.

O Consolador vem para esclarecer os homens, e assim consolá-los através do conhecimento. Religião sem dogmas, sem culto exterior, sem sacerdócio, sem apego material, sem intenção de domínio político e social, pode explicar livremente ao homem que ele é um espírito em evolução, responsável direto pelos seus atos, e portanto pelos seus fracassos ou as suas vitórias. Pode dizer-lhe que, tendo vindo do mundo espiritual, voltará a esse mundo após a vida terrena, tão naturalmente como as borboletas se livram dos casulos, e lá responderá pelos seus erros e os acertos, sem a mediação de sacramentos ou cerimônias materiais de espécie alguma. Sua permanência na Terra pode também ser explicada sem alegoria, pela simples necessidade da evolução espiritual.

A reevocação dos verdadeiros princípios da lei de Deus equivale ao restabelecimento dos ensinamentos do Cristo. A palavra francesa do texto original é “rappel”, que tem sido traduzida por “lembrança”. A tradução mais fiel é a que oferece a idéia de restabelecimento, como o faz a palavra reevocação. Essa idéia está de acordo com o texto de Kardec e com a promessa do texto evangélico. Reevocar os verdadeiros princípios é lembrar, não apenas lembrar: “tudo aquilo que vos ensinei”, segundo a expressão do Evangelho de João. Relembrados os princípios esquecidos, deturpados pela ignorância e a vaidade humanas, a religião espiritual se restabelecerá em sua plenitude.

A conseqüência desse processo é naturalmente o restabelecimento da fé e da esperança. A fé, não mais dogmática, fruto de uma imposição autoritária, mas racional, e portanto consciente, como decisão livre do homem. E, por fim, a esperança na vida futura, que se apresenta como oportunidade renovada de reencetar o progresso espiritual. A “moralidade” de Pestalozzi se afirma, através das palavras do seu discípulo Rivail, no plano superior do ensino espiritual, como a forma mais pura de religião: aquela em que o homem age com plena consciência dos seus deveres, livre de ameaças e coações, ciente de que é ele mesmo o construtor do seu futuro.

O conceito de religião espiritual, atualmente, já não mais requer a diferenciação que Pestalozzi adotou. No tempo de Kardec ainda era necessário, principalmente numa obra de divulgação, como *O Livro dos Espíritos*, evitar a palavra “religião”. Hoje, a definição filosófica de religião superou as confusões anteriormente reinantes. O trabalho de Bergson sobre as fontes da moral e da religião colocou o problema em termos claros. A “religião estática” de Bergson é a religião social de Pestalozzi, como a “religião dinâmica” é a religião espiritual, ou moralidade.

A prova das razões por que Kardec evitou a palavra religião, para definir o Espiritismo, nos é dada pela sua própria confissão, no discurso que pronunciou na Sociedade Espírita de Paris, a primeiro de novembro de 1868: “Por que então declaramos que o Espiritismo não é uma religião? Porque só temos uma palavra para exprimir duas idéias diferentes, e porque, na opinião geral, a palavra religião é inseparável da palavra culto: revela exclusivamente uma idéia de forma, e o Espiritismo não é isso. Se o Espiritismo se dissesse uma religião, o público só veria nele uma nova edição, uma variante, se assim nos quisermos expressar, dos princípios absolutos em matéria de fé, uma classe sacerdotal com seu cortejo de hierarquias, de cerimônias e de privilégios; o público não o separaria das idéias de misticismo e dos abusos contra os quais sua opinião se tem levantado tantas vezes.”

Essas palavras de Kardec, ao mesmo tempo afirmam a natureza religiosa do Espiritismo, já implícita na própria Codificação, e negam a possibilidade de sua transformação em seita formalista. A religião-espírita reafirma, assim, pelas declarações do próprio Codificador, o seu sentido e a sua natureza espirituais, já evidentes no contexto doutrinário.

CAPÍTULO II

DEUS: O SUPREMO LEGISLADOR

Para atingirmos o alvo principal de nosso trabalho, ou seja, “Causas, Conseqüências e meios de prevenção ao Suicídio”, temos que recorrer, novamente ao “Código de Direito Natural Espírita” (de José Fleuri Queiroz) – resultante da extraordinária e magnífica Doutrina Espírita, de Allan Kardec -, onde relembramos que Deus estabeleceu uma Lei Única, Imutável, Perfeita que rege todo o Universo Material e Espiritual, denominada em “O Livro dos Espíritos” LEI NATURAL ou LEI DIVINA, subdividida em leis físicas e leis morais regendo, respectivamente, as propriedades e movimento da matéria bruta e o relacionamento do homem para com Deus, com o próximo e com ele próprio (corpo e espírito).

As Leis Morais ocupam todo o Livro Terceiro de “O Livro dos Espíritos”: Cap.I: A Lei Divina ou Natural; Cap.II: Lei de Adoração; Cap.III: Lei do Trabalho; Cap.IV: Lei da Reprodução; Cap.V: Lei de Conservação; Cap.VI: Lei da Destruição; Cap.VII: Lei de Sociedade; Cap.VIII: Lei do Progresso; Cap.IX: Lei de Igualdade; Cap.X: Lei de Liberdade e Cap.XI: Lei de Justiça, Amor e Caridade.

O cumprimento dessas leis gera recompensas presentes e futuras; entretanto, qualquer infração a elas, por menor que seja, é considerado crime perante Deus e sujeita à penalidade respectiva que apresenta conseqüências ao Espírito, através de sofrimentos físicos e morais que podem perdurar por muito tempo, estando encarnado, ou errante na vida espiritual, até que se arrependa, expie as faltas cometidas e repare o mal a que deu origem.

As causas principais das infrações às Leis Morais acima são o orgulho e o egoísmo que estimulam o abuso das paixões, retardando o progresso do Espírito. Esse abuso, como dito, é gerador de muito mal e, por conseqüência, leva às punições que, sobrecarregando o Espírito encarnado, pode levá-lo ao suicídio que, por sua vez, agravam-lhe os sofrimentos mais ainda e, deles, só se livrará, como acontece à todos os infratores, quando aprender a cumprir a Lei de Justiça, Amor e Caridade, que envolve todas as demais leis e tem o condão de conduzir o Espírito à Perfeição Moral, cujas condições estão descritas no Capítulo VIII deste trabalho, funcionando,

portanto, como único antídoto e preventivo contra o mal que se possa praticar e, em particular, o suicídio, um dos maiores crimes contra Deus.

*

(CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA)

“DEUS: O SUPREMO LEGISLADOR”

De todas as pesquisas que realizamos nos escritos de filósofos, teólogos, humanistas, cientistas materialistas e os raros cientistas espiritualistas que tentaram explicar “Deus”, não encontramos nada melhor que as conclusões de ALLAN KARDEC, o Codificador do Espiritismo, que a seguir apresentamos:

1 - Existência de Deus – (Explicação de Allan Kardec em seu livro “A Gênese”, Editora LAKE, SP, 17ª edição, 1994, tradução de Victor Tollendal Pacheco, apresentação e notas de J. Herculano Pires, págs. 44-46):

Sendo Deus a causa primária de todas as coisas, o ponto de partida de tudo, o eixo sobre que repousa o edifício da criação, é o ponto que importa considerar antes de tudo. Constitui princípio elementar que se julgue uma causa pelos seus efeitos, mesmo quando não se veja a causa. Se um pássaro que corta os ares for atingido por um projétil mortal, deduz-se que um hábil atirador o atingiu, mesmo que não se veja o atirador. Portanto, nem sempre é necessário ter visto uma coisa para saber que ela existe. Em tudo, é observando os efeitos que se chega ao conhecimento das causas.

Outro princípio igualmente elementar, tão verdadeiro que é admitido como axioma, é que todo efeito inteligente deve ter uma causa inteligente. Se perguntássemos quem é o construtor de um mecanismo engenhoso, que pensaríamos daquele que respondesse que ele se fez a si mesmo? Quando se contempla uma obra-prima da arte ou da indústria, diz-se que ela deve ter sido produzida por um homem de gênio, porque só uma alta inteligência poderia concebê-la. Reconhece-se, no entanto, que terá sido obra de um homem, porque se sabe que a coisa não está acima da capacidade humana; mas ninguém dirá que ela saíu do cérebro de um idiota ou de um ignorante, e menos ainda que ela seja o trabalho de um animal, ou o produto do acaso. Por toda parte se reconhece a presença do homem em suas obras. A existência dos homens antediluvianos não seria provada somente pelos fósseis humanos, mas, também, e com tanto mais certeza, pela presença nos terrenos da sua época, de objetos trabalhados

pelos homens; um fragmento de vaso, uma pedra talhada, uma arma, um tijolo, bastarão para atestar sua presença. Pela grosseria ou pela perfeição do trabalho, se reconhecerá o grau de inteligência e de aperfeiçoamento daqueles que a realizaram. Se, pois, caso vos encontrásseis num país habitado exclusivamente por selvagens e descobrisseis uma estátua digna de Fídias, não hesitaríeis em dizer que ela devera ter sido obra de uma inteligência superior à dos selvagens, pois estes seriam incapazes de havê-la produzido.

Pois bem! Lançando o olhar em torno de si, sobre as obras da Natureza, observando a providência, a sabedoria, a harmonia que preside a todas as coisas, reconhecemos que nenhuma há que não ultrapasse o mais alto alcance da inteligência humana. Ora, desde que o homem não as pode produzir, é que elas são o produto de uma inteligência superior à humanidade, a não ser que admitamos haver efeito sem causa.

A isto, alguns opõem o seguinte raciocínio: as obras ditas da Natureza são o produto de forças materiais que atuam mecanicamente, como consequência das leis de atração e repulsão; as moléculas dos corpos inertes se agregam e desagregam sob o império dessas leis. As plantas nascem, brotam, crescem e se multiplicam sempre da mesma maneira, cada uma em sua espécie, por força dessas mesmas leis; cada indivíduo é semelhante àquele de onde ele saiu; o crescimento, a floração, a frutificação, a coloração, são subordinados a causas materiais, tais como o calor, a eletricidade, a luz, a umidade, etc. O mesmo sucede com os animais. Os astros se formam pela atração molecular, e se movem perpétuamente em suas órbitas por efeito da lei da gravitação. Esta regularidade mecânica no emprego das forças naturais não indica uma inteligência autônoma. O homem movimentava seu braço quando quer e como quer; aquele, porém, que o movesse no mesmo sentido, desde seu nascimento até sua morte, seria um autômato; ora, as forças orgânicas da Natureza são puramente automáticas.

Tudo isso é verdadeiro; porém essas forças são efeitos que devem ter uma causa, e ninguém pretende que estas constituam a Divindade. Elas são materiais e mecânicas; não são inteligentes por si mesmas, o que ainda é verdadeiro; mas são postas em funcionamento, distribuídas, adequadas às necessidades de cada coisa, por uma inteligência que não é a do homem. A aplicação útil destas forças é um efeito inteligente que denota uma causa inteligente. Um pêndulo move-se com regularidade mecânica, e esta regularidade é que constitui seu mérito. A força que o faz agir é toda material e de nenhum modo inteligente; porém, que seria deste pêndulo se uma inteligência não houvesse combinado, calculado, distribuído o emprego dessa força, para o

fazer funcionar com precisão? Pelo fato de que a inteligência não está no mecanismo do pêndulo, e pelo fato de que ela não é visível, seria racional concluir que ela não existe? Ela é conhecida pelos seus efeitos. A existência do relógio atesta a existência do relojoeiro; a engenhosidade do mecanismo atesta a inteligência e o saber do relojoeiro. Quando um relógio vos dá, no momento necessário, a indicação do que tendes necessidade, algum dia terá vindo ao pensamento de alguém, dizer: Aí está um relógio bem inteligente?

Assim é com o mecanismo do Universo; **Deus não se mostra, mas afirma-se mediante suas obras.** A existência de Deus é, pois, um fato assente, não só pela revelação, mas também pela evidência material dos fatos. Os povos selvagens não tiveram revelação, e no entanto crêem instintivamente na existência de um poder sobre-humano. Eles vêem coisas que estão acima do poder humano, e por isso concluem que elas são provenientes de um ente superior à humanidade. Não são eles mais lógicos do que os que pretendem que tais coisas se fizeram a si mesmas?

2 - Da Natureza Divina – (Idem, págs. 46-50):

Não é dado ao homem sondar a natureza íntima de Deus. **Para compreender Deus ainda nos falta o sentido que não se adquire senão pela completa depuração do Espírito.** Mas, se o homem não pode penetrar o conhecimento de sua essência, desde que aceite sua existência como premissa, pode, pelo raciocínio, chegar ao conhecimento de seus atributos necessários, pois, vendo o que ele absolutamente não pode ser, sem deixar de ser Deus, deduz daí o que ele deve ser.

Sem o conhecimento dos atributos de Deus, seria impossível conhecer a obra de sua criação; esse é o ponto de partida de todas as crenças religiosas e é pelo motivo de que elas não se hajam referido a tais atributos, como ao farol que as poderia dirigir, que a maior parte das religiões tem errado em seus dogmas. As que não têm atribuído a Deus a onipotência, imaginaram muitos deuses; as que não lhe atribuíram soberana bondade, formularam um deus ciumento, colérico, parcial e vingativo.

3 - Deus é a Suprema e Soberana Inteligência.

A inteligência do homem é limitada, pois não pode fazer nem compreender tudo o que existe. A de Deus, abrangendo o infinito, tem que ser infinita. Se a supuséssemos limitada num ponto qualquer, seria possível conceber um ente ainda mais

inteligente, capaz de compreender e de fazer o que o outro não faria, e assim por diante até o infinito.

Deus é eterno, o que equivale a dizer que não teve começo, e não terá fim. Tivesse tido um começo, teria saído do nada. Ora, não sendo o nada coisa alguma, coisa nenhuma pode produzir. Ou então, teria sido criado por outro ser anterior; nesse caso, este ser é que seria Deus. Se lhe supuséssemos um começo ou um fim, poderíamos conceber um ser que teria existido antes dele, ou o qual poderia existir depois dele, e assim por diante, até o infinito.

Deus é imutável. Caso fosse sujeito a mudanças, as leis que regem o Universo não teriam estabilidade alguma.

Deus é imaterial, isto é, sua natureza difere de tudo **o que denominamos matéria**; de outra forma ele não seria imutável, pois seria sujeito às transformações da matéria. Deus não tem forma perceptível pelos nossos sentidos, sem o que seria matéria. Dizemos: a mão de Deus, o olho de Deus, a boca de Deus, porque o homem que não conhece senão a si mesmo, toma a si por termo de comparação de tudo o que não compreende. Estas imagens nas quais Deus é representado pela figura de um velho, com barbas compridas, são ridículas; elas têm o inconveniente de rebaixar o Ser supremo às mesquinhas proporções da humanidade; daí vai um passo, o emprestar-lhe as paixões da humanidade, o conceber um Deus colérico e ciumento.

Deus é todo-poderoso. Não tivesse a onipotência, seria possível conceber um ser mais poderoso, e assim por diante até que se encontrasse o ente que nenhum outro pudesse ultrapassar em poder e este é que seria Deus.

Deus é soberanamente justo e bom. A sabedoria providencial das leis divinas se revela nas menores coisas, assim como nas maiores, e essa sabedoria não permite duvidar de sua justiça ou de sua bondade. O infinito de uma qualidade exclui a possibilidade da existência de uma qualidade contrária que a diminuísse ou anulasse. Um ente **infinitamente bom** não poderia conter a mínima parcela de maldade; do mesmo modo, um objeto não pode ser de um negro absoluto, se tiver a mais ligeira nuance de branco, assim como não pode ser de um branco absoluto com a menor mancha preta. Deus não poderia ser ao mesmo tempo bom e mau, pois então, não possuindo nenhuma de tais qualidades no grau máximo, não seria Deus; todas as coisas seriam submetidas ao seu capricho, e não haveria estabilidade para nada. Ele não poderia ser senão infinitamente bom, ou infinitamente mau; ora, como suas obras tes-

temunham sua sabedoria, sua bondade e sua solícitude, necessariamente se conclui que, não podendo ao mesmo tempo ser bom e mau, sem cessar de ser Deus, deve ser infinitamente bom.

Deus é infinitamente perfeito. É impossível conceber Deus sem o infinito das perfeições, sem o que ele não seria Deus, pois sempre se poderia conceber um ente que possuísse aquilo que lhe faltasse. Para que algum ser não lhe possa ultrapassar, é necessário que ele seja infinito em tudo. Os atributos de Deus, sendo infinitos, não são suscetíveis de aumento nem de diminuição, sem o que não seriam infinitos e Deus não seria perfeito. Se retirássemos a menor parcela de um só de seus atributos, já não teríamos Deus, pois seria possível existir um ser mais perfeito.

Deus é único. A unidade de Deus é a consequência do infinito absoluto de suas perfeições. Um outro Deus não poderia existir senão com a condição de ser igualmente infinito em todas as coisas; pois se houvesse entre eles a mais ligeira diferença, um seria inferior ao outro, subordinado a seu poder, e não seria Deus. Se houvesse entre eles igualdade absoluta, isto equivaleria a existir, por toda a eternidade, um mesmo pensamento, uma mesma vontade, um mesmo poder; assim confundidos em sua identidade, isso não resultaria, na realidade, senão um só Deus. Caso eles tivessem atribuições especiais, um faria o que o outro não fizesse, e portanto não haveria entre eles igualdade perfeita, pois nem um nem o outro teria a soberana autoridade.

A ignorância do princípio das perfeições de Deus é que engendrou o politeísmo, culto de todos os povos primitivos; eles atribuíram divindade a todo poder que lhes pareceu estar acima da humanidade; mais tarde, a razão os conduziu a confundir estes diversos poderes num só. Depois, à medida que os homens compreenderam a essência dos atributos divinos, retiraram dos símbolos, que haviam criado, a crença que implicava na negação desses atributos.

Em resumo, Deus não pode ser Deus senão com a condição de não ser ultrapassado em nada por outro ente; pois, então, o verdadeiro Deus seria aquele que o ultrapassasse em qualquer assunto mesmo que não excedesse da espessura de um cabelo; para que tal não se dê, é preciso que ele seja infinito em todas as coisas. É por esta forma que, constatando-se a existência de Deus pelas suas obras, chega-se a determinar os atributos que o caracterizam, mediante simples dedução lógica.

Deus é, pois, **a suprema e soberana inteligência; é único, eterno, imutável, imaterial, onipotente, soberanamente justo e bom, infinito em todas as suas per-**

feições, e não pode deixar de ser assim. Tal é o eixo sobre o qual repousa o edifício universal; é o farol do qual os raios se estendem sobre o universo inteiro, o único que pode guiar o homem em sua pesquisa da verdade; ao segui-lo, não se extraviará nunca; e se tem se desencaminhado com tanta freqüência, é por não ter seguido o caminho que lhe é indicado. Tal é também o critério **infallível** de todas as doutrinas filosóficas e religiosas; para julgá-las, o homem tem um padrão rigorosamente exato nos atributos de Deus, e ele pode afirmar a si mesmo com certeza, que **toda teoria, todo princípio, todo dogma, toda crença, toda prática, que esteja em contradição com um só destes atributos, que tenda não só a anulá-los, mas simplesmente a enfraquecê-los, não pode estar com a verdade.**

Em Filosofia, em Psicologia, em moral, em religião, nada há de verdadeiro que não esteja conforme às qualidades essenciais da Divindade. A religião perfeita seria aquela da qual **nenhum artigo de fé** estivesse em oposição com estas qualidades, da qual todos os dogmas possam suportar a prova deste controle, sem dele receber nenhuma contradita.

4 – A Providência: Deus está em toda parte – (Idem, págs. 50-54; e, também, na Revista Espírita, ano 1866, mês de Maio, sob o título “Deus está em toda parte”, págs. 129-132, Editora EDICEL, SP, tradução de Júlio Abreu Filho):

A providência é a solicitude de Deus pelas suas criaturas. Deus está em toda parte, tudo vê, a tudo preside, mesmo às menores coisas: é nisto que consiste sua ação providencial.

“Como é que Deus, tão grande, tão poderoso, tão superior a tudo, pode imiscuir-se em detalhes ínfimos, preocupar-se com os menores atos e com os menores pensamentos de cada indivíduo? Essa é a pergunta que a si mesmo faz o incrédulo, de onde ele conclui que ao admitir a existência de Deus, sua ação não deve estender-se senão às leis gerais do universo; que o universo funciona por toda a eternidade em virtude destas leis às quais cada criatura está submetida em sua esfera de atividade, sem que seja necessário o incessante concurso da Providência.”

Em seu estado atual de inferioridade, os homens não podem compreender o Deus infinito, senão com enorme dificuldade, pois que eles mesmos são restritos e limitados, e, portanto, eles o consideram restrito e limitado como eles mesmos. A representação que dele fazem é a de um ente circunscrito, e fazem dele uma imagem à sua própria semelhança. Nos quadros que o pintam, sob traços humanos, não contri-

buem pouco à fomentação deste erro no espírito das massas, que nele adoram mais a forma que o pensamento. No conceito do maior número, é um soberano poderoso, sobre um **trono** inacessível, perdido na imensidão dos céus, e devido ao fato de que suas faculdades e suas percepções são restritas não compreendem que Deus possa ou ouse intervir diretamente nas pequenas coisas.

Na impotência em que se encontra o homem, de compreender a própria essência da Divindade, não pode fazer dela senão uma idéia aproximativa, com o auxílio de comparações necessariamente muito imperfeitas, mas que pelo menos podem mostrar-lhe a possibilidade daquilo que, à primeira tentativa, lhe parece impossível. Suponhamos um fluido bastante sutil para penetrar todos os corpos; este fluido, sendo não-inteligente, age mecanicamente, seguindo unicamente as leis materiais; mas se supusermos que este fluido seja dotado de inteligência, de faculdades perceptivas e sensitivas, agirá, não mais cegamente, mas com discernimento, com vontade e liberdade; ele verá, ouvirá e sentirá. As propriedades do fluido perispiritual podem dar-nos uma idéia. Por si mesmo, não é inteligente, eis que é matéria; mas é o veículo do pensamento, das sensações e das percepções do Espírito. O fluido perispiritual não é o pensamento do Espírito, mas sim o agente e o intermediário desse pensamento; como é ele que o transmite, de alguma forma está **impregnado** pelo pensamento, e dada a impossibilidade em que estamos de o isolar, parece-nos ser íntegro com o ar, de modo que podemos, por assim dizer, materializá-lo. Da mesma forma pela qual dizemos que o ar torna-se sonoro, poderíamos, tomando o efeito pela causa, dizer que o fluido se torna inteligente.

Quer seja assim, ou não, com o pensamento de Deus, isto é, quer ele atue diretamente, ou por intermédio de um fluido, para facilitarmos a compreensão à nossa inteligência, figuremo-lo sob a forma concreta de um fluido inteligente que enche o universo infinito e penetra todas as partes da criação: **a natureza inteira está imersa no fluido divino**; ou, segundo o princípio de que as partes de um todo são da sua mesma natureza, e têm as mesmas propriedades que o todo, cada átomo desse fluido, se assim podemos exprimir-nos, possui o pensamento, isto é, os atributos essenciais da Divindade, e já que tal fluido está em toda parte, tudo é submetido à sua ação inteligente, à sua previsão, à sua solicitude; não há um ser, por mais ínfimo que o possamos supor, que não seja saturado por ele, de alguma forma. Estamos assim constantemente na presença da Divindade; não há sequer uma de nossas ações que possamos subtrair à sua consideração; nosso pensamento está em incessante contato com seu pensamento, e é com razão que se diz que Deus jaz nas mais profundas dobras de nosso coração. **Estamos nele, como ele está em nós**, segundo a palavra do Cristo.

Para estender sua solicitude a todas as suas criaturas, Deus não tem, pois, necessidade de mergulhar seu olhar, do alto de sua imensidade; nossas orações, para serem ouvidas por ele, não têm necessidade de atravessar o espaço, nem serem proferidas com voz ressoante, pois, sem cessar, a nosso lado, nossos pensamentos repercutem nele. Nossos pensamentos são como os sons de um sino que faz vibrar todas as moléculas do ar ambiente.

Longe de nós o pensamento de materializar a Divindade; a imagem de um fluido universal não é evidentemente senão uma comparação, apenas adequada a dar uma idéia mais justa de Deus, que os quadros que o representam sob uma figura humana; ela tem por objeto fazer compreender a possibilidade de estar Deus em toda parte e de se ocupar de tudo. Temos incessantemente sob nossos olhos um exemplo que pode dar-nos uma idéia pela qual a ação de Deus pode exercer-se sobre as partes mais íntimas de todos os seres, e por conseguinte, como as impressões mais sutis de nossa alma chegam a ele. Extraímos-la de uma instrução dada por um Espírito, acerca desse assunto.

“O homem é o corpo. Neste universo, o corpo representará uma criação da qual o Espírito seria Deus. (Deveis compreender que aqui não se trata de uma questão de identidade, mas sim de analogia.) Os membros desse corpo, os diversos órgãos que o compõem, seus músculos, seus nervos, suas articulações, são outras tantas individualidades materiais, se assim o podemos dizer, localizadas num recanto especial do corpo; embora seja considerável o número de suas partes constitutivas, tão variadas e tão diversas em sua natureza, entretanto, ninguém duvida que o corpo não pode por si produzir movimentos, assim como uma impressão qualquer não pode ocorrer numa parte qualquer, sem que o Espírito tenha consciência de tal movimento ou de tal impressão. Há sensações diversas, simultâneas, em diversos lugares? O Espírito as registra todas, distingue-as, atribui a cada uma sua causa e seu lugar de ação, por intermédio do fluido perispiritual.

“Um fenômeno análogo ocorre entre a criação e Deus. Deus está em toda parte, na Natureza, como o Espírito está em toda parte, no corpo; todos os elementos da criação estão em constante relação com ele, como todas as células do corpo humano estão em contato imediato com o ser espiritual; não há, pois, nenhuma razão para que os fenômenos da mesma ordem não se produzam pela mesma forma, num e noutro caso.

“Um membro se agita; o Espírito o sente; uma criatura pensa; Deus o sabe. Todos os membros estão em movimento, os diversos órgãos são postos em vibração; o Espírito registra cada manifestação, as distingue e as localiza. As diversas criações, as diferentes criaturas se agitam, pensam, agem de modos diversos e Deus sabe tudo o que se passa e assinala a cada um o que lhe diz respeito. Igualmente se pode deduzir a solidariedade da matéria e da inteligência, a solidariedade de todos os entes de um mundo entre si, a solidariedade de todos os mundos, e a solidariedade, enfim, das criações e do Criador.” (Quinemant, **Société de Paris, 1867.**)

Compreendemos o efeito, já é muito; do efeito remontamos à causa, e avaliamos sua grandeza pela grandeza do efeito; porém sua essência íntima nos escapa, assim como acontece com a causa de uma quantidade de fenômenos. Conhecemos os efeitos da eletricidade, do calor, da luz, da gravitação; chegamos a calculá-los, e, entretanto, ignoramos a natureza íntima do princípio que os produz. Será pois, mais racional, negar o princípio divino, porque não o compreendemos?

Nada impede que se admita, pelo princípio de soberana inteligência, um centro de ação, um foco principal que irradia sem cessar, inundando o universo com seus eflúvios, tal como o sol faz com sua luz. Porém, onde está este foco? É o que ninguém pode dizer. É provável que ele não se encontre fixado sobre um ponto determinado, assim como sua ação não é também fixada, e que ele percorra incessantemente as regiões do espaço sem limites. Se simples Espíritos têm o dom da ubiqüidade, esta faculdade, em Deus, deve ser sem limites. Se Deus enche o Universo, poder-se-ia admitir, ainda, a título de hipótese, que tal foco não tem necessidade de se transportar, e que ele se forma sobre todos os pontos onde a soberana vontade julga ser seu propósito ali produzir-se, com o que se poderia dizer que ele está em toda parte, e em parte alguma.

Diante de tais problemas insondáveis, nossa razão deve humilhar-se. Deus existe: disso não poderemos duvidar.; é infinitamente justo e bom: isso é sua essência; sua solicitude se estende a tudo: compreendemo-lo. Ele não pode, pois, querer senão o nosso bem, e por isso devemos ter confiança nele: é o essencial. Quanto ao mais, procuremos ser dignos de compreendê-lo.

5 – A Visão de Deus – (Idem, págs. 54-56):

Já que Deus está em toda parte, por que não o vemos? Será que o veremos quando deixarmos a terra? Tais são as interrogações que diariamente se nos defron-

tam. A primeira, é fácil de ser respondida: nossos órgãos materiais têm percepções limitadas que os tornam impróprios à visão de certas coisas, mesmo materiais. É assim que certos fluidos escapam totalmente à nossa visão e a nossos instrumentos de análise e mesmo assim não duvidamos de sua existência. Vemos os efeitos da peste, e não vemos o fluido que a transporta; vemos os corpos se moverem sob a influência da força da gravitação e não vemos essa força.

As coisas de essência espiritual não podem ser percebidas por órgãos materiais; não é senão pela visão espiritual que podemos ver os Espíritos e as coisas do mundo imaterial; unicamente, pois, nossa alma pode ter a percepção de Deus. Ela o vê imediatamente após a morte? É assunto que somente nos pode ser ensinado pelas comunicações de além-túmulo. Por elas, sabemos que a visão de Deus não é privilégio senão das almas mais purificadas, e também que ao deixar o envoltório terrestre, poucas possuem o grau de desmaterialização para isso necessário. Uma comparação vulgar tornará o assunto facilmente compreensível.

Quem estiver no fundo de um vale, imerso numa bruma espessa, não vê o sol; entretanto, pela luz difusa, avalia a presença do sol. Se escala a montanha, à medida que sobe, a névoa se esclarece, a luz torna-se cada vez mais viva, porém ainda ele não vê o sol. Não é senão depois que o observador se elevou completamente acima da camada brumosa, que, ao se encontrar no ar perfeitamente puro, ele o vê em todo o seu esplendor.

Assim acontece com a alma. O envoltório perispiritual, se bem que seja invisível e impalpável aos nossos sentidos, é para a alma uma verdadeira matéria, ainda demasiado grosseira para certas percepções. Esse envoltório se espiritualiza à medida que a alma se eleva em moralidade. As imperfeições da alma são como camadas brumosas que obscurecem sua visão; cada imperfeição de que ela se desfaz é uma mancha a menos; porém, não é senão depois que ela se haja purificado completamente que goza da plenitude de suas faculdades.

Deus, sendo a essência divina por excelência, não pode ser percebido em todo o seu esplendor, senão pelos Espíritos que hajam alcançado o mais elevado grau de desmaterialização. Se os Espíritos imperfeitos não o vêem, não é que estejam mais afastados dele que os outros; tal como eles, como todos os seres da Natureza, estão mergulhados no fluido divino, como estamos na luz; apenas, suas imperfeições são como vapores que o furtam à sua visão: quando a névoa se houver dissipado, eles o verão resplandecer; para tal alcançar, não terão necessidade nem de subir, nem de ir

buscá-lo nas profundezas do infinito; estando a visão espiritual desembaraçada das membranas morais que a obscurecem, eles o verão em qualquer lugar em que se encontrem, mesmo que seja sobre a terra, pois ele está em toda parte.

O Espírito não se purifica senão com vagar, e as diversas encarnações são os alambiques em cujo fundo ele deixa, de cada vez, algumas de suas impurezas. Ao deixar seu envoltório corporal, não se despoja instantaneamente de suas imperfeições; é por isso que há muitos que, após a morte, não vêem Deus, tanto quanto não o viam enquanto eram vivos; porém, à medida que se depurem, têm dele uma intuição mais nítida; se eles não o vêem, já o compreendem melhor: a luz é menos difusa. Quando, pois, alguns Espíritos dizem que Deus os proíbe de responderem a tal pergunta, não é que Deus lhes apareça, ou lhes dirija a palavra para lhes proibir algo ou para lhes interditar de fazer tal ou qual coisa; porém eles o sentem; recebem os eflúvios de seu pensamento tal como a nós sucede com relação aos Espíritos que nos rodeiam com seus fluidos, embora não os vejamos.

Certo, pois, que nenhum homem pode ver Deus, com os olhos da carne. Se tal favor fosse concedido a alguns, isso não se daria senão num estado de êxtase, no qual a alma estará tão desligada dos laços materiais quanto possível durante a encarnação. Aliás, um tal privilégio não será concedido senão às almas de eleição, encarnadas em missão e não em **expição**. Porém, como os Espíritos da ordem mais elevada resplendem com um brilho deslumbrante, pode ocorrer que Espíritos menos elevados, encarnados ou desencarnados, impressionados com o esplendor que os rodeia, tenham acreditado ver o próprio Deus. O mesmo sucede quando um ministro é considerado em lugar do seu soberano.

Sob qual aparência Deus se apresenta aos que se hajam tornado dignos de tal favor? Será sob uma forma qualquer? Sob uma figura humana, ou como um foco resplandecente de luz? Isso é algo em que a linguagem humana se revela impotente para descrever, porque para nós não existe nenhum ponto de comparação que nos possa dar dele uma idéia; somos como cegos a quem em vão se procuraria fazer compreender o brilho do sol. Nosso vocabulário é limitado às nossas necessidades e ao círculo de nossas idéias; a linguagem dos selvagens não poderia reproduzir as maravilhas da civilização; a dos povos mais civilizados é demasiado pobre para descrever os esplendores dos céus; nossa inteligência é demasiado limitada para os compreender, e nossa visão demasiado fraca seria por eles ofuscada.

CAPÍTULO III

PENAS E GOZOS TERRENOS

DESGOSTO PELA VIDA

SUICÍDIO

INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO AO SUICÍDIO

(Itens 943 a 957 de “O Livro dos Espíritos”)

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

NOTA: Nosso Código Penal não considera crime o Suicídio. Entretanto, o Induzimento, instigação e auxílio ao Suicídio é crime sujeito à pena de reclusão de 2 a 6 anos, se o suicídio se consuma, ou reclusão de 1 a 3 anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave. (art. 122).

CONSUMAÇÃO E TENTATIVA: Consuma-se o crime com o resultado naturalístico, ou seja, a morte ou a lesão corporal de natureza grave. Embora teoricamente fosse possível a tentativa, nos termos do Código ela é inadmissível, exigindo-se para sua tipificação um dos resultados referidos. (Código Penal Interpretado, Julio Fabbrini Mirabete, Edit. Atlas, 3^a. ed. 2003, págs. 838 e 840)

O Suicídio é analisado, minuciosamente, por Allan Kardec em “O Livro dos Espíritos”, Livro Quarto (Esperanças e Consolações), Capítulo I (Penas e Gozos Terrenos), item VI – Desgosto Pela Vida: Suicídio e no Código de Direito Natural Espírita, projeto de José Fleurí Queiroz, na Parte Especial (Esperanças e Consolações), Capítulo I (Penas e Gozos Terrenos), itens 227 a 240: Desgosto Pela Vida – Suicídio – (Págs. 670 a 676), reproduzido aqui, na íntegra, com análises, desenvolvimentos e comentários de autores encarnados e desencarnados, conforme constam do referido Código.

Acompanhemos, pois, atentamente, o que se segue!

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(Autor: José Fleurí Queiroz. Editora Mundo Jurídico – Editora e Distribuidora Ltda. Leme. SP. 2006. Págs. 670-676)

Artigo 227 – O desgosto pela vida, que se apodera de alguns indivíduos, sem motivos plausíveis, é efeito da ociosidade, da falta de fé e geralmente da saciedade. Para aqueles que exercem as suas faculdades com um fim útil e segundo as suas aptidões naturais, o trabalho nada tem de árido e a vida se escoia mais rapidamente; suportam as suas vicissitudes com tanto mais paciência e resignação, quanto mais agem tendo em vista a felicidade mais sólida e mais durável que os espera.

O suicídio e o Direito

Artigo 228 – O homem não tem o direito de dispor da sua própria vida. Somente Deus tem esse direito. O suicídio voluntário é uma transgressão dessa lei. Apenas o louco que se mata não sabe o que faz. Os que se suicidam por desgosto da vida são insensatos; se trabalhassem, a existência não lhes teria sido tão pesada.

O suicídio e as misérias e decepções do mundo

Parágrafo único - Os suicidas que têm por fim escapar às misérias e às decepções deste mundo, são pobres Espíritos que não tiveram a coragem de suportá-las! Deus ajuda os que sofrem e não os que não têm forças nem coragem. As tribulações da vida são provas ou expiações. Felizes os que as suportam sem se queixar, porque serão recompensados! Infelizes, ao contrário, os que esperam uma saída nisso que, na sua impiedade, chamam de sorte ou acaso! A sorte ou o acaso, para me servir da sua linguagem, pode de fato favorecê-los por um instante, mas somente para lhes fazer sentir mais tarde, e de maneira mais cruel, o vazio de suas palavras.

Co-responsabilidade – Induzimento ao suicídio

Artigo 229 – Os que levaram o desgraçado ao suicídio sofrerão as consequências disso, porque responderão como por um assassinio.

Suicídio e estado de necessidade

Artigo 230 – O homem que se vê às voltas com a necessidade e se deixa morrer de desespero é também considerado como suicida; mas, os que causaram o suicí-

dio ou que o poderiam impedir são mais culpáveis que ele, a quem a indulgência espera. Não acrediteis, porém, que seja inteiramente absolvido se lhe faltou a firmeza e a perseverança e se não fez uso de toda a sua inteligência para sair das dificuldades. Infeliz dele, sobretudo, se o seu desespero é filho do orgulho; quero dizer, se é um desses homens em quem o orgulho paralisa os recursos da inteligência e que se envergonhariam se tivessem de dever a existência ao trabalho das próprias mãos, preferindo morrer de fome a descer do que chamam a sua posição social! Não há cem vezes mais grandeza e dignidade em lutar contra a adversidade, em enfrentar a crítica de um mundo fútil e egoísta, que tem boa vontade para aqueles a quem nada falta, e que vos volta as costas quando dele necessitais? Sacrificar a vida à consideração desse mundo é uma coisa estúpida, porque ele não se importará com isso.

Suicídio para escapar à vergonha de uma ação má

Artigo 231 – O suicida que tem por fim escapar à vergonha de uma ação má é tão repreensível como o que é levado pelo desespero. O suicídio não apaga a falta. Pelo contrário, com ele, aparecem duas em lugar de uma. Quando se teve a coragem de praticar o mal, é preciso tê-la para sofrer as conseqüências. Deus é quem julga. E, segundo a causa, pode às vezes diminuir o seu rigor.

Suicídio para impedir que a vergonha envolva os filhos ou a família

Artigo 232 – Aquele que se suicida tendo por fim impedir que a vergonha envolva os filhos ou a família não procede bem, mas acredita que sim, e Deus levará em conta a sua intenção, porque será uma expiação que a si mesmo se impôs. Ele atenua a sua falta pela intenção, mas nem por isso deixa de cometer uma falta. De resto, se abolirdes os abusos da vossa sociedade e os vossos preconceitos, não tereis mais suicídios.

232.1 – “**Suicídio para fugir à vergonha**”- Comentário de Kardec no item 949 de O Livro dos Espíritos:

Aquele que tira a própria vida para fugir à vergonha de uma ação má, prova que tem mais em conta a estima dos homens que a de Deus, porque vai entrar na vida espiritual carregado de suas iniquidades, tendo-se privado dos meios de repará-las durante a vida. Deus é muitas vezes menos inexorável que os homens: perdoa o arrependimento sincero e leva em conta o nosso esforço de reparação; mas o suicídio nada repara.

Suicídio com a esperança de chegar mais cedo a uma vida melhor

Artigo 233 – Aquele que tira a própria vida com a esperança de chegar mais cedo a uma vida melhor comete outra loucura. Que ele faça o bem e estará mais seguro de alcançá-la, porque, daquela forma, retarda a sua entrada num mundo melhor e ele mesmo pedirá para vir completar essa vida que interrompeu por uma falsa idéia. Uma falta, qualquer que ela seja, não abre jamais o santuário dos eleitos.

Sacrifício da vida para salvar a de outros, ou ser útil aos semelhantes

Artigo 234 – O sacrifício da vida quando tem por fim salvar a de outros ou ser útil aos semelhantes é sublime, de acordo com a intenção, e o sacrifício da vida não é, então, um suicídio. Mas Deus se opõe a um sacrifício inútil e não pode vê-lo com prazer se estiver manchado pelo orgulho. Um sacrifício não é meritório senão pelo desinteresse, e aquele que o pratica tem às vezes uma segunda intenção, que lhe diminui o valor aos olhos de Deus.

234.1 – “Sacrifício feito à custa da própria felicidade”- Comentário de Kardec no item 951 de O Livro dos Espíritos:

Todo sacrifício feito à custa da própria felicidade é um ato soberanamente meritório aos olhos de Deus, porque é a prática da lei de caridade. Ora, sendo a vida o bem terreno a que o homem dá maior valor, aquele que a ela renuncia pelo bem dos seus semelhantes não comete um atentado: é um sacrifício que ele realiza. Mas antes de o realizar deve refletir se a sua vida não poderá ser mais útil do que a sua morte.

Suicídio moral: abuso das paixões

Artigo 235 – O homem que perece como vítima do abuso das paixões que, como sabe, deve abreviar o seu fim, mas às quais não tem mais o poder de resistir, porque o hábito as transformou em verdadeiras necessidades físicas, comete um suicídio moral. Neste caso, é duplamente culpado. Há nele falta de coragem e bestialidade, e, além disso, o esquecimento de Deus.

O suicida moral é mais culpado que o suicida por desespero

Parágrafo único – O suicida moral, descrito acima, é mais culpado do que aquele que corta a sua vida por desespero, porque teve tempo de raciocinar sobre o seu suicídio. Naquele que o comete instantaneamente há às vezes uma espécie de

desvario que se aproxima da loucura; ‘o outro será muito mais punido’, porque as penas são sempre proporcionais à consciência que se tenha das faltas cometidas.

Morte inevitável à frente: abreviar de alguns instantes o sofrimento

Artigo 236 – Sempre se é culpado de não esperar o termo fixado por Deus. Assim, quando uma pessoa vê à sua frente uma morte inevitável e terrível, será culpada se abreviar de alguns instantes o seu sofrimento, por uma morte voluntária. Aliás, nunca haverá certeza de que o termo fixado por Deus tenha chegado, e de que não se pode receber um socorro inesperado no derradeiro momento. É sempre uma falta de resignação e de submissão à vontade do Criador e a consequência de tal ação será uma expiação proporcional à gravidade da falta, segundo as circunstâncias.

Morte por imprudência

Artigo 237 – Uma imprudência que compromete a vida sem necessidade não é repreensível. Não há culpabilidade quando não há a intenção ou a consciência positiva de fazer o mal.

Mulheres que, em certos países, se queimam voluntariamente sobre os corpos de seus maridos

Artigo 238 – As mulheres que, em certos países, se queimam voluntariamente sobre os corpos de seus maridos, não podem ser consideradas como se tendo suicidado, pois elas obedecem a um preconceito e geralmente o fazem mais pela força do que pela própria vontade. Acreditam cumprir um dever, o que não é característica do suicídio. Sua escusa está na falta de formação moral da maioria delas e na sua ignorância. Essas usanças bárbaras e estúpidas desaparecem com a civilização.

O que se mata na esperança de se juntar às pessoas queridas já mortas

Artigo 239 – Os que, não podendo suportar a perda de pessoas queridas, se matam na esperança de se juntarem a elas, não atingem o seu objetivo. O resultado para elas é bastante diverso do que esperam, pois em vez de se unirem ao objeto de sua afeição, dele se afastam por mais tempo, porque Deus não pode recompensar um ato de covardia e o insulto que lhe é lançado com a dúvida quanto à sua providência. Eles pagarão esse instante de loucura com aflições ainda maiores do que aquelas que

quiseram abreviar, e não terão para compensar a satisfação que esperam. (Ver itens 934 e seguintes de O Livro dos Espíritos).

O Suicídio e as suas conseqüências (penalidades) sobre o estado do Espírito

Artigo 240 – As conseqüências do suicídio são as mais diversas. Não há penalidades fixadas e em todos os casos elas são sempre relativas às causas que o produziram. Mas uma conseqüência a que o suicida não pode escapar é o desapontamento. De resto, a sorte não é a mesma para todos, dependendo das circunstâncias. Alguns expiam sua falta imediatamente, outros numa nova existência, que será pior do que aquela cujo curso interromperam.

240.1 – “**O suicídio e suas conseqüências. - considerações gerais**”- Comentário de Kardec no item 957 de O Livro dos Espíritos:

As conseqüências do suicídio não são sempre as mesmas. Há, porém, as que são comuns a todos os casos de morte violenta, e as que decorrem da interrupção brusca da vida. É, primeiro, a persistência mais prolongada e mais tenaz do laço que liga o Espírito e o corpo, porque esse laço está sempre em todo o seu vigor no momento em que foi rompido; enquanto que na morte natural se enfraquece gradualmente e em geral até mesmo se desata antes da extinção completa da vida. A conseqüência desse estado de coisas é o prolongamento da perturbação espírita, seguida da ilusão que, durante um tempo mais ou menos longo, faz o Espírito acreditar que ainda se encontra no número dos vivos. (Ver itens 155 e 165 de O Livro dos Espíritos).

A afinidade que persiste entre o Espírito e o corpo produz, em alguns suicidas, uma espécie de repercussão do estado do corpo sobre o Espírito, que assim ressentido, malgrado seu, os efeitos da decomposição, experimentando uma sensação cheia de angústias e de horror. Esse estado pode persistir tão longamente quanto tivesse de durar a vida que foi interrompida. Esse efeito não é geral; mas em alguns casos o suicida não se livra das conseqüências da sua falta de coragem e, cedo ou tarde, expia essa falta, de uma ou de outra maneira. É assim que certos Espíritos, que haviam sido muito infelizes na Terra, disseram haver se suicidado na existência precedente e estarem voluntariamente submetidos a novas provas, tentando suportá-las com mais resignação. Em alguns é uma espécie de apego à matéria, da qual procuram inutilmente desembaraçar-se, para se dirigirem a mundos melhores, mas cujo acesso lhes é interditi-

tado. ‘Na maioria é o remorso de haverem feito uma coisa inútil, da qual só provam decepções’.

240.1.1 - A religião, a moral e todas as Filosofias condenam o suicídio, como contrário à lei natural. Continuação do comentário de Kardec:

A religião, a moral, todas as Filosofias condenam o suicídio como contrário à lei natural. Todas nos dizem, em princípio, que não se tem o direito de abreviar voluntariamente a vida. Mas por que não se terá esse direito? Por que não se é livre de pôr um termo aos próprios sofrimentos? Estava reservado ao Espiritismo demonstrar, pelo exemplo dos que sucumbiram, que o suicídio não é apenas uma falta como infração a uma moral, consideração que pouco importa para certos indivíduos, mas um ato estúpido, pois que nada ganha quem o pratica e até pelo contrário. Não é pela teoria que ele nos ensina isso, mas pelos próprios fatos que coloca sob os nossos olhos.

240.2 – “O argumento espírita contra o suicídio é moral e biológico”- Comentário de José Herculano Pires (tradutor) em nota de rodapé no item 957 de O Livro dos Espíritos:

O argumento espírita contra o suicídio não é apenas moral, como se vê, mas também biológico, firmando-se no princípio da ligação entre o Espírito e o corpo. A morte, como fenômeno natural, tem as suas leis ‘que o Espiritismo revelou por meio de rigorosa investigação’. O sofrimento do suicida decorre do rompimento arbitrário dessas leis: é como arrancar à força um fruto verde da árvore. – As estatísticas mostram que a incidência do suicídio é maior nos países e nas épocas em que a ambição e o materialismo se acentuam, provocando mais abusos e excitando preconceitos. A falta de organização social justa e de educação para todos é causa de suicídios e crimes. Ver final do item 949: “...se abolirdes os abusos da vossa sociedade e os vossos preconceitos, não tereis mais suicídios”.

CAPÍTULO IV

EUTANÁSIA

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

Nota: Nosso Código Penal considera Homicídio privilegiado, matar alguém por relevante valor social ou moral:

Código Penal - Art. 121. Matar alguém: pena – reclusão de 6 a 20 anos. Parágrafo 1º. Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral (...) o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

A motivação do crime de homicídio pode fazer com que se caracterize o homicídio privilegiado. Atuando o agente motivado por relevante valor social, que diz respeito aos interesses ou fins da vida coletiva (humanitários, patrióticos etc.) praticará um homicídio privilegiado. A eutanásia (ação ou omissão que causa a morte, com a finalidade de evitar a dor) e a ortotanásia (em que se ministram remédios paliativos e se prevê acompanhamento médico, presença amiga e conforto espiritual até o óbito) têm sido reconhecidas como homicídio praticado por relevante valor moral, já tendo sido considerada lícita, em certas circunstâncias, p. ex., na Corte Constitucional da Colômbia. (Código Penal Interpretado. Júlio Fabbrini Mirabete, Ed. Atlas, 3ª. edição, 2003, págs.786 e 793).b

Tudo o que foi afirmado no início do Capítulo III, anterior, sobre o Suicídio, Induzimento e Auxílio ao Suicídio em relação ao “O Livro dos Espíritos” e “Código de Direito Natural Espírita”, aplica-se, igualmente, como preliminar deste Capítulo.

Tratemos, então, da Eutanásia:

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

Pena de morte imposta em nome de Deus

Artigo 206 – A pena de morte imposta em nome de Deus equivale a tomar o lugar de Deus na prática da justiça. Os que agem assim revelam quanto estão longe de compreender a Deus e quanto têm ainda a expiar. É um crime aplicar a pena de morte em nome de Deus, e os que o fazem são responsáveis por esses assassinatos.

206.1 – “**Eutanásia**” – Explicação do Espírito São Luís, Paris, 1860, constante do “Evangelho Segundo o Espiritismo”, cap.V, item 28:

‘Um homem agoniza, presa de cruéis sofrimentos. Sabe-se que seu estado é sem esperanças. É permitido poupar-lhe alguns instantes de agonia, abreviando-lhe o fim?’

- Mas quem vos daria o direito de prejudicar os desígnios de Deus? Não pode Ele conduzir um homem até à beira da sepultura, para em seguida retirá-lo, com o fim de fazê-lo examinar-se a si mesmo e modificar-lhe os pensamentos? A que extremos tenha chegado um moribundo, ninguém pode dizer com certeza que sou a sua hora final. A ciência, por acaso, nunca se enganou nas suas previsões? Bem sei que há casos que se podem considerar, com razão, como desesperadores. Mas se não há nenhuma esperança possível de um retorno definitivo à vida e à saúde, não há também inúmeros exemplos de que, no momento do último suspiro, o doente se reanima e recobra suas faculdades por alguns instantes? Pois bem: essa hora de graça que lhe é concedida, pode ser para ele da maior importância, pois ignorais as reflexões que o seu Espírito poderia ter feito nas convulsões da agonia, e quantos tormentos podem ser poupados por um súbito clarão de arrependimento.

O materialista, que só vê o corpo, não levando em conta a existência da alma, não pode compreender essas coisas. Mas o espírita, que sabe o que se passa além-túmulo, conhece o valor do último pensamento. Aliviai os últimos sofrimentos o mais que puderdes, mas guardai-vos de abreviar a vida, mesmo que seja em apenas um minuto, porque esse minuto pode poupar muitas lágrimas no futuro.

206.2 – “**Sufrimento e Eutanásia**” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro já citado “Religião dos Espíritos”, págs. 59/60:

Quando te encontres diante de alguém que a morte parece nimbar de sombra, recorda que a vida prossegue, além da grande renovação... Não te creias autorizado a desferir o golpe supremo naqueles que a agonia emudece, a pretexto de consolação e de amor, porque, muita vez, por trás dos olhos baços e das mãos desfalecentes que

parecem deitar o último adeus, apenas repontam avisos e advertências para que o erro seja sustado ou para que a senda se reajuste amanhã. Ante o catre da enfermidade mais insidiosa e mais dura, brilha o socorro da Infinita Bondade facilitando, a quem deve, a conquista da quitação. Por isso mesmo, nas próprias moléstias reconhecida-mente obscuras para a diagnose terrestre, fulgem lições cujo termo é preciso esperar, a fim de que o homem lhes não perca a essência divina. E tal acontece, porque o corpo carnal, ainda mesmo o mais mutilado e disforme, em todas as circunstâncias, é o sublime instrumento em que a alma é chamada a acender a flama de evolução.

É por esse motivo que no mundo encontramos, a cada passo, trajes físicos em figurino moral diverso: Corpos – santuários... Corpos – oficinas... Corpos bênçãos... Corpos – esconderijos... Corpos – flagelos... Corpos – ambulâncias... Corpos – cárceres... Corpos – expiações...

Em todos eles, contudo, palpita a concessão do Senhor, induzindo-nos ao pagamento de velhas dívidas que a Eterna Justiça ainda não apagou. Não desprezites, assim, quem se imobiliza na cruz horizontal da doença prolongada e difícil, administrando-lhe o veneno da morte suave, porquanto, provavelmente, conhecerás também mais tarde o proveitoso decúbito indispensável à grande meditação. E usando bondade para os que atravessam semelhantes experiências, para que te não falte a bondade alheia no dia de tua experiência maior, lembra-te de que, valorizando a existência na Terra, o próprio Cristo arrancou Lázaro às trevas do sepulcro, para que o amigo dileto conseguisse dispor de mais tempo para completar o tempo necessário à própria sublimação.

CAPÍTULO V

PENAS E GOZOS FUTUROS

Na mesma linha de esclarecimento dos Capítulos III e IV, anteriores, informamos que este tema consta de “O Livro dos Espíritos”, no Livro Quarto, Cap. II – Penas e Gozos Futuros -, assim como, no Cap. II, da Parte Especial do “Código de Direito Natural Espírita”, às págs. 677 a 707.

Outrossim, acrescentamos que aqui se apresentam todas as possibilidades de “colheitas” – felicidades ou infelicidades – do bem ou do mal semeados nesta e nas encarnações anteriores, ou seja, cumprimento ou infração às Leis Naturais, incluindo, obviamente, as desgraças terríveis que atingirão os Espíritos de suicidas.

Destacamos, portanto, como alerta, não apenas aos suicidas em potencial, mas a todos, a grande importância da leitura, estudo e reflexão deste capítulo, em particular, que propicia o conhecimento e a convicção racional do que deveremos encontrar na vida futura, da qual ninguém escapará. Quanto aos que ainda alimentam a idéia de acabar com a própria vida, identificarão, com mais clareza, o que lhes acontecerá, lendo os depoimentos dos próprios suicidas, nos capítulos VI e VII seguintes.

Sigamos, pois, os esclarecimentos à nossa frente!

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

I – O NADA. A VIDA FUTURA – (O Livro dos Espíritos – itens 958 e 959)

Artigo 241 – O homem repele instintivamente o nada, porque o nada não existe. O sentimento instintivo da vida futura lhe vem antes da encarnação; antes dela, o Espírito conhece todas essas coisas, e a alma guarda uma vaga lembrança do que sabe e do que viu no estado espiritual. (Ver item 393 – Esquecimento do Passado).

241.1 – “Crer em Deus, sem admitir a vida futura é um contrasenso”-
Comentário de Kardec no item 959 de O Livro dos Espíritos:

Em todos os tempos o homem se preocupou com o futuro de além-túmulo, o que é muito natural. Qualquer que seja a importância dada à vida presente, ele não pode deixar de considerar quanto é curta e sobretudo precária, pois pode ser interrompida a cada instante e jamais ele se acha seguro do dia de amanhã. Em que se tornará depois do instante fatal? A pergunta é grave, pois não se trata de alguns anos, mas da eternidade. Aquele que deve passar longos anos num país estrangeiro se preocupa com a situação em que se encontrará neste. Como não nos preocuparmos com a que teremos ao deixar este mundo, desde que o será para sempre?

A idéia do nada tem algo que repugna à razão. O homem mais despreocupado nesta vida, chegando o momento supremo, pergunta a si mesmo o que será feito dele e, involuntariamente, fica na expectativa.

Crer em Deus sem admitir a vida futura seria um contrasenso. O sentimento de uma existência melhor está no foro íntimo de todos os homens, e Deus não o pôs ali à toa.

A vida futura implica a conservação da nossa individualidade após a morte. Que nos importaria sobreviver ao corpo, se a nossa essência moral tivesse de perder-se no oceano do infinito? As conseqüências disso para nós seriam as mesmas do nada.

II – INTUIÇÃO DAS PENAS E DOS GOZOS FUTUROS - (Itens 960 a 962 de “O Livro dos Espíritos).)

Artigo 242 – A crença, que se encontra em todos os povos, nas penas e recompensas futuras, procede do pressentimento da realidade, dado ao homem pelo seu Espírito. Não é à toa que uma voz interior lhe fala, e seu mal está em não escutá-la sempre. Se pensasse bem nisso, com a devida freqüência, se tornaria melhor.

A dúvida, o medo e a esperança na hora da morte

Artigo 243 – No momento da morte, os sentimentos que dominam a maioria dos homens são: a dúvida para os céticos endurecidos; o medo, para os culpados; a esperança para os homens de bem.

Céticos, ou fanfarrões?

Parágrafo único – Há cétricos, apesar de a alma trazer para o homem o sentimento das coisas espirituais. Entretanto, são em menor número do que supomos. Muitos se fazem de espírito forte, durante esta vida, por orgulho, mas no momento da morte não se conservam tão fanfarrões.

243. 1 – “Sentimento inato de justiça e a intuição das penas e das recompensas futuras”- Comentário de Kardec no item 962 de O Livro dos Espíritos:

A conseqüência da vida futura decorre da responsabilidade dos nossos atos. A razão e a justiça nos dizem que, na distribuição da felicidade a que todos os homens aspiram, os bons e os maus não poderiam ser confundidos. Deus não pode querer que uns gozem dos bens sem trabalho e outros só os alcancem com esforço e perseverança.

A idéia que Deus nos dá de sua justiça e de sua bondade, pela sabedoria de suas leis, não nos permite crer que o justo e o mau estejam aos seus olhos no mesmo plano, nem duvidar de que não recebam, algum dia, um a recompensa e outro o castigo, pelo bem e pelo mal que tiverem feito. É por isso que o sentimento inato da justiça nos dá a intuição das penas e das recompensas futuras.

III – INTERVENÇÃO DE DEUS NAS PENAS E RECOMPENSAS – (Itens 963 e 964)

Todas as nossas ações são submetidas às Leis de Deus (Leis Naturais)

Artigo 244 – Deus se ocupa de todos os seres que criou, por menores que sejam; nada é demasiado pequeno para a sua bondade. Ele tem as suas leis, que regulam todas as nossas ações. Se as violarmos, a culpa é nossa. Quando um homem comete um excesso, Deus não exprime um julgamento contra ele, dizendo-lhe, por exemplo: tu és um glutão e eu te vou punir. Mas Ele traçou um limite: as doenças e, por vezes a morte, são conseqüências dos excessos. Eis a punição: ela resulta da infração da lei. Assim se passa em tudo.

244.1 – “Deus é O PAI”- Comentário de Kardec no item 964 de O Livro dos Espíritos:

Todas as nossas ações são submetidas às leis de Deus; não há nenhuma delas, sendo má, por mais insignificante que nos pareça, que não possa ser uma violação dessas leis. Se sofrermos as conseqüências dessa violação, não nos devemos queixar senão de nós mesmos, que nos fazemos assim os artífices de nossa felicidade ou de nossa infelicidade futura.

Essa verdade se torna sensível pelo seguinte apólogo:

“Um pai dá ao filho a educação e a instrução, ou seja, os meios para saber conduzir-se. Cede-lhe um campo para cultivar e lhe diz: Eis a regra a seguir e todos os instrumentos necessários para tornar fértil o campo e assegurar a tua existência. Dei-te a instrução para compreenderes essa regra. Se a seguires, o campo produzirá bastante e te proporcionará o repouso na velhice; se não a seguires, nada produzirá e morrerás de fome. Dito isso, deixa-o agir à vontade”.

Não é verdade que o campo produzirá na razão dos cuidados que se dispensar à cultura e que toda negligência redundará em prejuízo da colheita? O filho será, portanto, na velhice, feliz ou infeliz, segundo tenha seguido ou negligenciado a regra traçada pelo pai. Deus é ainda mais previdente, porque nos adverte a cada instante, se fazemos o bem ou o mal. Envia-nos Espíritos que nos inspiram, mas não os escutam. Há ainda outra diferença e é que Deus dá ao homem um recurso, por meio das novas existências, para reparar os seus erros do passado, ao passo que o filho de que falamos não o terá, se empregar mal o seu tempo.

IV – NATUREZA DAS PENAS E DOS GOZOS FUTUROS - (Itens 965 a 982 de “O Livro dos Espíritos”)

As penas e os gozos da alma após a morte têm alguma coisa de material?

Artigo 245 – As penas e os gozos da alma após a morte não podem ser materiais, desde que a alma não é de matéria. O próprio bom senso o diz. Essas penas e esses gozos nada têm de carnal e, por isso mesmo, são mil vezes mais vivos do que os da Terra. O Espírito, uma vez desprendido, é mais impressionável: a matéria não mais lhe enfraquece as sensações. (Ver itens 237 a 257 de O Livro dos Espíritos, muito importantes).

Por que o homem faz idéias tão grosseiras e absurdas das penas e dos gozos da vida futura?

Artigo 246 – O homem faz idéias tão grosseiras e absurdas das penas e dos gozos da vida futura em razão de sua inteligência não estar ainda suficientemente desenvolvida. A criança compreende da mesma maneira que o adulto? Aliás, isso depende também do que se tenha ensinado; é nesse ponto que há necessidade de uma reforma. Vossa linguagem é muito imperfeita para exprimir o que existe além do vosso alcance. Por isso foi necessário fazer comparações, sendo essas imagens e figuras tomadas como a própria realidade. Mas à medida que o homem se esclarece, seu pensamento compreende as coisas que a sua linguagem não pode traduzir.

Em que consiste a felicidade dos bons Espíritos?

Artigo 247 – A felicidade dos bons Espíritos consiste em conhecer todas as coisas; não ter ódio, nem ciúme, nem inveja, nem ambição, nem qualquer das paixões que fazem a infelicidade dos homens. O amor que os une é para eles a fonte de uma suprema felicidade. Não experimentam nem as necessidades, nem os sofrimentos, nem as angústias da vida material. São felizes com o bem que fazem. De resto, a felicidade dos Espíritos é sempre proporcional à sua elevação. Somente os Espíritos puros gozam, na verdade, da felicidade suprema, mas nem por isso os demais são infelizes. Entre os maus e os perfeitos há uma infinidade de graus, nos quais os gozos são relativos ao estado moral. Os que são bastante adiantados compreendem a felicidade dos que avançaram mais que eles e a ela aspiram, mas isso é para eles motivo de emulação e não de inveja. Sabem que deles depende alcançá-la e trabalham com esse fito, mas com a calma da consciência pura. Sentem-se felizes de não ter de sofrer o que sofrem os maus.

O que se deve entender quando se diz que os Espíritos Puros estão reunidos no seio de Deus e ocupados em lhe cantar louvores?

Artigo 248 – Quando se diz que os Espíritos puros estão reunidos no seio de Deus e ocupados em lhe cantar louvores, trata-se de uma alegoria para dar idéia da compreensão que eles têm das perfeições de Deus, pois o vêem e compreendem; mas, como tantas outras, não se deve tomá-la ao pé da letra. Tudo na Natureza, desde o grão de areia, canta, ou seja, proclama o poder, a sabedoria e a bondade de Deus. Mas não penseis que os Espíritos bem-aventurados estejam em contemplação na eternidade. Isso seria uma felicidade estúpida e monótona e, mais ainda, a felicidade do egoís-

ta, pois a sua existência seria uma inutilidade sem fim. Eles não sofrem mais as tribulações da existência corpórea: isso já é um gozo; depois, como já dissemos, conhecem e sabem todas as coisas e empregam proveitosamente a inteligência adquirida, para auxiliar o progresso dos outros Espíritos; essa é a sua ocupação e ao mesmo tempo um gozo.

Em que consistem os sofrimentos dos Espíritos inferiores?

Artigo 249 – Os sofrimentos dos Espíritos inferiores são tão variados quanto as causas que os produzem, e proporcionais ao grau de inferioridade, como os gozos são proporcionais ao grau de superioridade. Podemos resumi-los assim: cobiçar tudo o que lhes falta para serem felizes, mas não poder obtê-lo; ver a felicidade e não poder atingi-la; mágoa, ciúme, raiva, desespero, decorrentes de tudo o que os impede de serem felizes; remorsos e uma ansiedade moral indefinível. Desejam todos os gozos e não podem satisfazê-los. É isso o que os tortura.

A influência que os Espíritos exercem uns sobre os outros é sempre boa?

Artigo 250 – A influência que os Espíritos exercem uns sobre os outros é sempre boa de parte dos bons Espíritos. Mas os Espíritos perversos procuram desviar do caminho do bem e do arrependimento os que consideram suscetíveis de serem arrastados, e que muitas vezes eles levaram para o mal durante a vida terrena.

A morte não nos livra da tentação?

Artigo 251 – A morte não nos livra da tentação; mas a ação dos maus Espíritos é muito menor sobre outros Espíritos do que sobre os homens, pois aqueles não estão sujeitos às paixões materiais.

Como procedem os maus Espíritos para tentar os outros Espíritos, se não dispõem do auxílio das paixões?

Artigo 252 – Se as paixões não existem materialmente para os Espíritos, existem, entretanto, no pensamento dos Espíritos atrasados. Os maus Espíritos entretêm esses pensamentos, arrastando suas vítimas aos lugares onde deparam com essas paixões e com tudo o que as possa excitar.

252.1 – “Mas para que servem essas paixões, se lhes falta o objeto real, pois são Espíritos que já deixaram os corpos físicos?”

Assim é precisamente para o seu suplício: o avarento vê o ouro que não pode possuir; o devasso, as orgias de que não pode participar; o orgulhoso, as honras que inveja e de que não pode gozar.

Quais os maiores sofrimentos a que os maus Espíritos se verão sujeitos?

Artigo 253 – Não há descrição possível das ‘torturas morais’ que constituem a punição de certos crimes. Os próprios Espíritos que as sofrem teriam dificuldades em vos dar uma idéia. Mas seguramente a mais horrível é o pensamento de serem condenados para sempre.

253.1 – “**As comunicações espíritas e o futuro real da alma após a morte**”- Comentário de Kardec no item 973 de O Livro dos Espíritos:

O homem tem das penas e dos gozos da alma após a morte uma idéia mais ou menos elevada, segundo o estado de sua inteligência. Quanto mais ele se desenvolve, mais essa idéia se depura e se desprende da matéria; compreende as coisas de maneira mais racional e deixa de tomar ao pé da letra as imagens de uma linguagem figurada. A razão mais esclarecida nos ensina que a alma é um ser inteiramente espiritual e por isso mesmo não pode ser afetada pelas impressões que agem apenas sobre a matéria. Mas disso não se segue que esteja livre de sofrimentos, nem que não seja punida pelas suas faltas.(Ver item 237).

As comunicações espíritas têm por fim mostrar-nos o estado futuro da alma, não mais como uma teoria mas como uma realidade. Colocam sob os nossos olhos as vicissitudes da vida de além-túmulo, mas ao mesmo tempo no-las apresentam como conseqüências perfeitamente lógicas da vida terrena. E embora destituídas do aparato fantástico criado pela imaginação dos homens, nem por isso são menos penosas para os que fizeram mau uso de suas faculdades. A diversidade dessas conseqüências é infinita, mas pode-se dizer de maneira geral: cada um é punido naquilo em que pecou. Assim é que uns o são pela incessante visão do mal que fizeram; outros pelos remorsos, o medo, a vergonha, a dúvida, o isolamento, as trevas, a separação dos seres que lhes são caros etc.

A doutrina do fogo eterno

Artigo 254 – A doutrina do fogo eterno é uma imagem, como tantas outras, tomada pela realidade. O temor que ela inspira não tem bom resultado, pois não re-

freia aqueles que a ensinam. Se ensinais coisas que a razão rejeitará mais tarde, produzireis uma impressão que não será durável nem salutar.

254.1 – “O fogo eterno”- Comentário de Kardec no item 974-a de O Livro dos Espíritos:

O homem, incapaz de traduzir na sua linguagem a natureza dos sofrimentos dos maus Espíritos, após a morte, não encontrou para ela comparação mais enérgica que a do fogo, pois este é o tipo do suplício mais cruel e o símbolo da ação mais enérgica. É por isso que a crença no fogo eterno remonta à mais alta antigüidade e os povos modernos a herdaram dos antigos. É ainda por isso que, na sua linguagem figurada, ele diz: o fogo das paixões, queimar de amor, de ciúmes etc.

Os Espíritos inferiores compreendem a felicidade do justo?

Artigo 255 – Os Espíritos inferiores compreendem a felicidade do justo e é isso que os tortura, pois compreendem que estão privados dela por sua própria culpa. É por isso que o Espírito liberto da matéria aspira a uma nova existência corpórea, pois poderá abreviar, se for bem empregada, a duração desse suplício. É então que ele escolhe as provas que poderão expiar suas culpas. Porque, ficai sabendo, o Espírito sofre por todo o mal que fez ou do qual foi causador voluntário, por todo o bem que, tendo podido fazer, não o fez, e por todo o mal que resultar do bem que deixou de fazer. O Espírito errante não está mais envolvido pelo véu da matéria: é como se tivesse saído de um nevoeiro, e vê o que o distancia da felicidade; então sofre ainda mais, porque compreende quanto é culpado. Para ele não existe mais a ilusão: vê a realidade das coisas. O Espírito na erraticidade abrange na sua visão: de um lado, todas as suas existências passadas, e do outro, o futuro prometido, compreendendo o que lhe falta para atingi-lo. Como um viajante que chegou ao cume de uma montanha vê a rota percorrida e o que falta para chegar ao destino.

Ver os Espíritos que sofrem não é para os bons uma causa de aflição e, nesse caso, em que se transforma a sua felicidade assim perturbada?

Artigo 256 – Ver os Espíritos que sofrem não é para os bons uma causa de aflição, pois eles sabem que o mal terá um fim. E ajudam os outros no seu aperfeiçoamento, estendendo-lhes a mão; essa é a sua ocupação e um gozo quando obtêm êxito. O mesmo ocorre em relação à visão das dores e dos sofrimentos dos que lhes foram caros na Terra; pois sabem que os vossos sofrimentos são úteis para o vosso adianta-

mento, desde que os suporteis com resignação. Eles se afligem mais com a falta de coragem que vos atrasa do que com os sofrimentos que sabem ser passageiros.

Os Espíritos culpados na presença das vítimas

Artigo 257 – Os Espíritos não podendo ocultar-se reciprocamente os pensamentos, e todos os atos da vida sendo conhecidos, segue-se que o culpado está sempre na presença da vítima, e, não pode ser de outra maneira, como diz o bom senso. E, essa revelação de todos os atos repreensíveis e a presença constante das vítimas serão um castigo para o culpado, maior do que se pensa, até que ele tenha expiado suas culpas, seja como Espírito, seja como homem em novas existências corpóreas.

257.1 – “Quando estivermos no mundo dos Espíritos...”- Comentário de Kardec no item 977-*a* de O Livro dos Espíritos:

Quando estivermos no mundo dos Espíritos, todo o nosso passado estando descoberto, o bem e o mal que tivermos feito serão igualmente conhecidos. Em vão aquele que fez o mal tentará escapar à visão de suas vítimas; sua presença inevitável será para ele um castigo e um remorso incessante, até que tenha expiado os seus erros. O homem de bem, pelo contrário, só encontrará por toda parte olhares amigos e benevolentes.

Para o mau, não há maior tormento na Terra do que a presença de suas vítimas. É por isso que ele sempre as evita. Que será dele quando, no mundo dos Espíritos, e tiver-se dissipada a ilusão das paixões, compreender o mal que praticou, vendo os seus atos mais secretos revelados, sua hipocrisia desmascarada, e sem poder afastá-los da sua vista? Enquanto a alma do homem perverso é presa da vergonha, do pesar e do remorso, a do justo goza de perfeita serenidade.

A alma depurada e a recordação de suas faltas

Artigo 258 – A recordação das faltas que a alma tenha cometido, quando ainda imperfeita, não perturba a sua felicidade, mesmo depois que ela se depurou, porque ela resgatou as suas faltas e saiu vitoriosa das provas a que se submeteu com esse fim.

As provas futuras para a purificação completa

Artigo 259 – As provas que ainda terá de sofrer para terminar a sua purificação, não são uma preocupação penosa, que possa perturbar a sua felicidade. Entretanto, para a alma que ainda permanece maculada, sim. É por isso que ela não pode gozar de uma felicidade perfeita, senão quando estiver inteiramente pura. Mas para aquela que já se elevou, o pensamento das provas por que ainda tem de passar nada tem de penoso. A alma que chegou a um certo grau de pureza goza a felicidade; um sentimento de doce satisfação a envolve: sente-se feliz com tudo o que vê e que a rodeia; o véu se eleva, para ela, descobrindo os mistérios e as maravilhas da Criação, e as perfeições divinas se mostram em todo o seu esplendor.

A felicidade dos Espíritos da mesma ordem

Artigo 260 – A união dos Espíritos que se simpatizam pelo bem é para eles um dos maiores gozos, porque não temem ver essa união perturbada pelo egoísmo. Eles formam, no mundo inteiramente espiritual, as famílias do mesmo sentimento. É nisso que consiste a felicidade espiritual, como na Terra os homens se agrupam em categorias e gozam de um certo prazer quando se reúnem. A afeição pura e sincera que provam e de que são objeto é um motivo de felicidade, pois lá não há falsos amigos nem hipócritas.

260.1 – “**Primícias da felicidade espiritual, na Terra**”- Comentário de Kardec no item 980 de O Livro dos Espíritos:

O homem goza as primícias dessa felicidade do mundo espiritual, sobre a Terra, quando encontra almas com as quais pode confundir-se numa união pura e santa. Numa vida mais depurada esse prazer será infável e sem limites, porque ele só encontra almas simpáticas, que o egoísmo não tornou indiferentes. Pois tudo é amor na Natureza; o egoísmo é que o aniquila.

Estado futuro do Espírito que temia a morte e daquele que a via com indiferença e até mesmo com alegria

Artigo 261 – Há diferença, para o estado futuro do Espírito, entre aquele que temia a morte e aquele que a via com indiferença e até mesmo com alegria. Essa diferença pode ser grande; entretanto, ela em geral se apaga ante as causas que produzem esse medo ou esse desejo. Quem a teme ou quem a deseje pode ser impulsionado por

sentimentos muito diversos, e são esses sentimentos que vão influir no estado futuro do Espírito. É evidente, por exemplo, que aquele que deseja a morte unicamente por ver nesta o fim das tribulações, de certa maneira se queixa das provas que deve sofrer.

Crença no Espiritismo e a sorte na vida futura

Artigo 262 – Não é necessário fazer profissão de fé no Espiritismo, e crer nas manifestações, para assegurar nossa sorte na vida futura. Se a crença no Espiritismo fosse indispensável para assegurar nossa sorte na vida futura, todos os que não crêem ou que não puderam esclarecer-se seriam deserdados, o que é absurdo. ‘É o bem que assegura a sorte no futuro; ora, o bem é sempre o bem, qualquer que seja a via que a ele conduz’. (Ver itens 165 e 799 de O Livro dos Espíritos).

262.1 – “O Espiritismo e sua contribuição para a felicidade”- Comentário de Kardec no item 982 de O Livro dos Espíritos:

A crença no Espiritismo ajuda o homem a se melhorar ao lhe fixar as idéias sobre determinados pontos do futuro; ‘ela apressa o adiantamento dos indivíduos e das massas’, porque permite considerarmos o que seremos um dia; é, pois, um ponto de apoio, uma luz que nos guia. O Espiritismo ensina a suportar as provas com paciência e resignação, desvia o homem da prática dos atos que podem retardar-lhe a felicidade futura, e é assim que contribui para a sua felicidade. ‘Mas nunca se disse que sem ele não se possa atingi-la’.

V – PENAS TEMPORAIS – (Itens 983 a 989)

Sofrimentos materiais e Sofrimentos morais

Artigo 263 – É bem verdade que, reencarnada, a alma encontra nas tribulações da vida o seu sofrimento; mas apenas o corpo sofre materialmente. Dizeis em geral que o morto não sofre mais, mas isso nem sempre é verdade. Como Espírito, não sofre mais as dores físicas, mas segundo as faltas que tenha cometido pode ter dores morais mais cruciantes, e numa nova existência pode ser ainda mais infeliz. O mau rico passará a esmolar, e estará submetido a todas as privações da miséria; o orgulhoso, a todas as humilhações; aquele que abusa de sua autoridade e trata os seus subordinados com desprezo e dureza será forçado a obedecer a um senhor mais duro do que ele tenha sido. Todas as penas e tribulações da vida são expiações de faltas de outra existência, quando não se trata de conseqüências das faltas da existência atual.

Ao saídes daqui compreendereis bem. (Ver itens 273, 393 e 399 de O Livro dos Espíritos). O homem que se crê feliz na Terra porque pode satisfazer suas paixões é o que faz menos esforços para se melhorar. Em geral ele começa a expiar essa felicidade efêmera na própria vida que leva, mas certamente a expiará numa outra existência tão material como essa.

Vicissitudes da vida e punição das faltas atuais

Artigo 264 – As vicissitudes da vida não são sempre a punição das faltas atuais: são provas impostas por Deus, ou escolhidas por nós mesmos quando no estado de Espírito antes da nossa reencarnação, para expiar as faltas cometidas numa outra existência. Porque jamais a infração das leis de Deus, e sobretudo da lei da justiça, fica impune; se a punição não é feita nesta vida, o será necessariamente em outra. É por isso que aquele que é justo aos nossos olhos, vê-se freqüentemente atingido pelo passado. (Ver item 393 de O Livro dos Espíritos).

Reencarnação em mundos menos grosseiros

Artigo 265 – A reencarnação da alma num mundo menos grosseiro é a consequência de sua purificação. Porque à medida que os Espíritos se purificam vão se encarnando em mundos mais e mais perfeitos, até que se tenham despojado de toda matéria e lavado de todas as manchas, para gozarem eternamente da felicidade dos Espíritos puros, no seio de Deus.

265.1 – “Mundos de existência menos material”- Comentário de Kardec no item 985 de O Livro dos Espíritos:

Nos mundos em que a existência é menos material do que neste, as necessidades são menos grosseiras e todos os sofrimentos físicos são menos vivos. Os homens não mais conhecem as más paixões que, nos mundos inferiores, os fazem inimigos uns dos outros. Não tendo nenhum motivo de ódio ou de ciúme, vivem em paz porque praticam a lei de justiça, amor e caridade. Não conhecem os aborrecimentos e os cuidados que nascem da inveja, do orgulho e do egoísmo e que constituem o tormento de nossa existência terrena. (Ver itens 172 e 182 de O Livro dos Espíritos).

O Espírito que progrediu na sua existência terrena pode, às vezes, reencarnar no mesmo mundo?

Artigo 266 – O Espírito que progrediu na sua existência terrena pode reencarnar-se no mesmo mundo se não pôde cumprir a sua missão e ele mesmo pedir para completá-la numa nova existência. Mas isso não seria mais, para ele, uma expiação. (Ver item 173 de O Livro dos Espíritos).

O que acontece com o homem que, sem praticar o mal, nada fez para se libertar da influência da matéria?

Artigo 267 – O homem que, sem praticar o mal, nada fez para se libertar da influência da matéria não tendo dado nenhum passo na direção da perfeição, deve recommençar uma existência semelhante à que deixou. Fica estacionário e é assim que pode prolongar os sofrimentos de sua expiação.

Serenidade aparente

Artigo 268 - Há pessoas para as quais a vida flui numa serenidade perfeita; que, não tendo necessidade de fazer qualquer coisa para si mesmas, estão livres de cuidados e nada teriam a expiar de uma existência anterior. Essa serenidade, entretanto, em geral é mais aparente do que real. Podem ter escolhido essa existência, mas, quando a deixam, percebem que ela não as ajudou a progredir; então, como os preguiçosos, lamentam o tempo perdido. O Espírito não pode adquirir conhecimentos e se elevar senão por meio da atividade; se ele adormece na despreocupação, não adianta. É semelhante àquele que, de acordo com os nossos costumes, tem necessidade de trabalhar e vai passear ou dormir para nada fazer. Cada qual terá de prestar contas da inatividade voluntária durante a sua existência, essa inutilidade é sempre fatal à felicidade futura. A soma da felicidade futura está na razão da soma do bem que se tenha feito; a da desgraça, na razão do mal e dos infelizes que se tenham feito.

Influência negativa do caráter e conseqüências

Artigo 269 – As pessoas que, sem serem positivamente más, tornam infelizes, em virtude de seu caráter, todos os que as rodeiam, seguramente não são boas pessoas; e expiarão suas faltas pela visão daqueles a quem tornaram infelizes, cuja presença constituirá para elas uma exprobração. Depois, numa outra existência, sofrerão aquilo que fizeram sofrer.

VI – EXPIAÇÃO E ARREPENDIMENTO (Itens 990 a 1002)

O arrependimento no estado espiritual e corpóreo e conseqüências

Artigo 270 – O arrependimento se verifica no estado espiritual, mas pode, também, verificar-se no estado corpóreo, quando bem compreendemos a distinção entre o bem e o mal. A conseqüência do arrependimento no estado espiritual é o desejo de uma nova encarnação para se purificar; o Espírito compreende as imperfeições que o impedem de ser feliz e aspira a uma nova existência, onde possa expiar as suas faltas. (Ver itens 332 e 975 de O Livro dos Espíritos). A conseqüência do arrependimento no estado corpóreo é adiantar-se ainda na vida presente, se houver tempo para a reparação das faltas. Quando a consciência reprova e mostra uma imperfeição, sempre se pode melhorar.

Todos são acessíveis ao arrependimento

Artigo 271 – Não há homens que só possuem o instinto do mal, sendo inacessíveis ao arrependimento. Todos devem progredir sem cessar. Aquele que nesta vida só possui o instinto do mal, numa outra terá o do bem, e é para isso que ele renasce muitas vezes, pois é necessário que todos avancem e atinjam o alvo, uns com mais rapidez e outros de maneira mais demorada, segundo os seus desejos. Aquele que só tem o instinto do bem já está purificado, porque pode ter tido o do mal numa existência anterior. (Ver item 894 de O Livro dos Espíritos).

Reconhecimento das faltas, após a morte

Artigo 272 - O homem perverso, que durante a vida não reconheceu suas faltas, sempre as reconhecerá depois da morte e então sofre mais porque sente todo o mal que praticou ou do qual foi a causa voluntária. Entretanto, o arrependimento nem sempre é imediato. Há Espíritos que se obstinam no mau caminho apesar dos sofrimentos, mas cedo ou tarde reconhecerão haver tomado uma senda falsa e o arrependimento se manifestará. É para os esclarecer que os bons Espíritos trabalham e que vós mesmos podeis trabalhar.

Indiferença à própria sorte

Artigo 273 – Há Espíritos que, sem serem maus, são indiferentes à própria sorte, que não se ocupam de nada útil; estão na expectativa. Mas sofrem de acordo

com a situação e, como em tudo deve haver progresso, este se manifesta pela dor. Embora tenham o desejo de abreviar seus sofrimentos, não dispõem de bastante energia para querer o que poderia aliviá-los. Quantas pessoas entre vós preferem morrer na miséria a trabalhar?

Espíritos de arrependimento tardio

Artigo 274 – Os Espíritos vêem o mal que resulta de suas imperfeições. Entretanto, alguns agravam a sua posição e prolongam o seu estado de inferioridade, praticando o mal como Espíritos e desviando os homens do bom caminho. São os de arrependimento tardio que agem assim. O Espírito que se arrepende pode se deixar novamente arrastar ao caminho do mal por outros Espíritos ainda mais atrasados. (Ver item 791 de O Livro dos Espíritos).

A prece, o arrependimento e o orgulho

Artigo 275 – A prece só tem efeito em favor do Espírito que se arrepende. Aquele que, impulsionado pelo orgulho, se revolta contra Deus e persiste nos seus erros, exagerando-os ainda, como o fazem infelizes Espíritos, nada pode receber da prece e nada receberá até o dia em que uma luz de arrependimento o esclareça. Entretanto, vêem-se Espíritos de notória inferioridade que são acessíveis aos bons sentimentos e às preces feitas em seu favor, enquanto outros, que nos pareceriam mais esclarecidos, revelam um endurecimento e um cinismo a toda prova. (Ver item 664 de O Livro dos Espíritos).

275.1 – “**A morte não transforma o Espírito subitamente**”- Comentário de Kardec no item 997 de O Livro dos Espíritos:

Não se deve esquecer que pós a morte do corpo o Espírito não é subitamente transformado. Se sua vida foi repreensível é que ele era imperfeito. Ora, a morte não o torna imediatamente perfeito. Ele pode persistir nos seus erros, nas suas opiniões, em seus preconceitos até que seja esclarecido pelo estudo, pela reflexão e pelo sofrimento.

Expição no estado corpóreo e no estado de Espírito

Artigo 276 – A expiação se cumpre na existência corpórea, pelas provas a que o Espírito é submetido, e na vida espiritual pelos sofrimentos morais decorrentes do seu estado de inferioridade.

O arrependimento sincero e sua eficácia parcial

Artigo 277 – O arrependimento sincero durante a vida não é suficiente para extinguir as faltas e fazer que se mereça a graça de Deus: o arrependimento auxilia a melhora do Espírito, mas o passado deve ser expiado. Se, de acordo com isso, um criminoso dissesse que, tendo de expiar o seu passado, não precisa se arrepender, terá sua expiação mais longa e mais penosa.

Podemos, desde esta vida, resgatar as nossas faltas?

Artigo 278 – Podemos nós, já nesta vida, resgatar as nossas faltas, reparando-as. Mas não julguemos resgatá-las por algumas privações pueris ou por meio de doações após a morte, quando de nada mais necessitamos. Deus não considera um arrependimento estéril, sempre fácil e que só custa o trabalho de bater no peito. A perda de um dedo, quando se presta um serviço, apaga maior número de faltas do que o cilício suportado durante anos, sem outro objetivo que o bem de si mesmo. (Ver item 726 de O Livro dos Espíritos). O mal não é reparado senão pelo bem, e a reparação não tem mérito algum, se não atingir o homem no seu orgulho ou nos seus interesses materiais. De que serve restituir após a morte, como justificação, os bens mal adquiridos, que foram desfrutados em vida e já não lhe servem para nada? De que lhe serve a privação de alguns gozos fúteis e de algumas superfluidades, se o mal que fez a outrem continua o mesmo? De que lhe serve, enfim, humilhar-se diante de Deus, se conserva o seu orgulho diante dos homens? (Ver itens 720 e 721 de O Livro dos Espíritos).

O mérito das doações de após morte

Artigo 279 – Há algum mérito em se assegurar, após a morte, um emprego útil para os bens que deixamos. Isso vale mais do que nada; mas o mal é que aquele que só dá ao morrer, geralmente é mais egoísta do que generoso: quer ter as honras do bem sem lhe haver provado as penas. Aquele que se priva em vida tem duplo proveito: o mérito do sacrifício e o prazer de ver felizes os que beneficiou. Mas há sempre o egoísmo a dizer ao homem: o que dás, tiras dos teus próprios gozos. E como o egoísmo fala mais alto que o desinteresse e a caridade, ele guarda em vez de dar, sob o pre-

texto das suas necessidades e das exigências da sua posição. Ah! Lastimai aquele que desconhece o prazer de dar, porque foi realmente deserdado de um dos mais puros e suaves gozos do homem. Deus, submetendo-o à prova da fortuna, tão escorregadia e perigosa para o seu futuro, quis dar-lhe em compensação a ventura da generosidade, de que ele pode gozar neste mundo. (Ver item 814 de O Livro dos Espíritos).

Arrependimento tardio

Artigo 280 – Àquele que, em artigo de morte, reconhece as suas faltas mas não tem tempo de repará-las, não é suficiente arrepender-se. O arrependimento apres-a a sua reabilitação, mas não o absolve. Não tem ele o futuro pela frente, que jamais se lhe fecha?

VII – DURAÇÃO DAS PENAS FUTURAS – (Itens 1003 a 1009)

Lei Divina e duração dos sofrimentos na vida futura

Artigo 281 – A duração dos sofrimentos do culpado na vida futura não é arbitrária e, sim, subordinada às leis estabelecidas por Deus, que nunca age de maneira caprichosa. Tudo no Universo é regido por leis que revelam a sua sabedoria e a sua bondade.

Tempo necessário ao melhoramento

Artigo 282 – O que determina a duração dos sofrimentos do culpado é o tempo necessário ao seu melhoramento. O estado de sofrimento e de felicidade sendo proporcional ao grau de pureza do Espírito, a duração e a natureza dos seus sofrimentos dependem do tempo que ele precisa para se melhorar. À medida que ele progride e que os seus sentimentos se depuram, seus sofrimentos diminuem e se modificam. Para o Espírito sofredor, o tempo parece mais longo do que quando estava encarnado; o sono não existe para ele. Só para os Espíritos que atingiram um certo grau de purificação o tempo se apaga, por assim dizer, em face do infinito. (Ver item 240 de O Livro dos Espíritos).

Duração eterna dos sofrimentos do Espírito?

Artigo 283 – A duração dos sofrimentos do Espírito poderia ser eterna se ele fosse eternamente mau, ou seja, se jamais tivesse de se arrepender nem de se melhorar. Então, sofreria eternamente. Mas Deus não criou seres eternamente votados ao

mal. Criou-os apenas simples e ignorantes, todos devem progredir num tempo mais ou menos longo, de acordo com a própria vontade. Esta pode ser mais ou menos retardada, assim como há crianças mais ou menos precoces, mas cedo ou tarde ela se manifesta por uma irresistível necessidade que o Espírito sente de sair da sua inferioridade e ser feliz. ‘A lei que rege a duração das penas é, portanto, eminentemente sábia e benevolente, pois subordina essa duração aos esforços do Espírito, jamais lhe tirando o livre-arbítrio: se dele fez mau uso, sofrerá as conseqüências disso’. Há Espíritos cujo arrependimento é tardio, mas pretender que jamais se melhoram seria negar a lei do progresso dizer que a criança não pode tornar-se adulta. Há penas que podem ser impostas ao Espírito por tempo determinado; mas Deus, que não deseja senão o bem de suas criaturas, aceita sempre o arrependimento, e o desejo de se melhorar nunca é estéril.

283.1 – “Doutrina da eternidade das penas e das penas relativas”- Comentário de Kardec no item 1009 de O Livro dos Espíritos”:

Deseja-se incitar o homem ao bem e desviá-lo do mal pelo engodo das recompensas e o temor dos castigos, mas se esses castigos são apresentados de maneira que a razão repele não terão nenhuma influência. Longe disso, ele rejeitará tudo: a forma e o fundo. Que se lhe apresente, pelo contrário, o futuro de uma forma lógica e ele não o recusará. O Espiritismo lhe dá essa explicação.

A doutrina da eternidade das penas, no seu sentido absoluto, faz do Ser Supremo um Deus implacável. Seria lógico dizer-se que um soberano é muito bom, muito benevolente, muito indulgente, que não deseja senão a felicidade dos que o rodeiam, mas que ao mesmo tempo é invejoso, vingativo, de um rigor inflexível e que pune com o suplício máximo três quartas partes de seus súditos, por uma ofensa ou uma infração às suas leis, ainda mesmo aqueles que faliram por não as conhecer? Não seria isso uma contradição? Pois bem: Deus pode ser menos do que o seria um homem?

Outra contradição se apresenta neste caso. Desde que Deus tudo sabe, sabia então, ao criar uma alma, que ela teria de falir. Ela estava desde a formação destinada à infelicidade eterna? Isto é possível, é racional? Com a ‘doutrina das penas relativas’ tudo se justifica. Deus sabia, sem dúvida, que ela teria de falir, mas lhe dá os meios de se esclarecer por sua própria experiência e pelas suas próprias faltas. É necessário que ela expie os seus erros para melhor se firmar no bem, mas a porta da esperança jamais lhe será fechada, e Deus fez depender o momento da sua libertação dos esfor-

ços que ela fizer para o atingir. Eis o que todos podem compreender, o que a lógica mais meticulosa pode admitir. Se as penas futuras tivessem sido apresentadas dessa maneira, haveria muito menos céticos.

A palavra ‘eterno’ é quase sempre empregada na linguagem comum em sentido figurado, para designar uma coisa de longa duração e da qual não se prevê o termo, embora se saiba muito bem que esse termo existe. Dizemos, por exemplo, os gelos eternos das altas montanhas, dos pólos, embora saibamos, de um lado, que o mundo físico pode ter um fim, e de outra parte, que o estado dessas regiões pode modificar-se pelo deslocamento normal do eixo da Terra ou por um cataclismo. A palavra ‘eterno’, neste caso, não quer dizer duração infinita. Quando sofremos uma longa doença, dizemos que o nosso mal é eterno. Que há, pois, para admirar, se os Espíritos que sofrem desde muitos anos, desde séculos, e até mesmo de milhares de anos, também digam assim? Não nos esqueçamos, sobretudo, de que a sua inferioridade não lhes permite ver o termo da rota e eles crêem sofrer para sempre, o que é uma punição.

De resto, a doutrina do fogo material, das fornalhas e das torturas emprestadas ao Tártaro do paganismo está hoje completamente abandonada pela alta Teologia. Apenas nas escolas esses apavorantes quadros alegóricos são ainda apresentados como verdades positivas, por alguns homens mais zelosos do que esclarecidos. E isso muito erroneamente, pois as imaginações jovens, uma vez passado o terror, poderão aumentar o número dos incrédulos. A Teologia reconhece hoje que a palavra ‘fogo’ é empregada em sentido figurado, devendo ser entendida como fogo moral. (Ver item 974 de O Livro dos Espíritos). Os que, como nós, acompanharam as peripécias da vida e dos sofrimentos do além túmulo, por intermédio das comunicações espíritas, puderam convencer-se de que, por não terem nada de material, elas não são menos pungentes. A respeito mesmo da sua duração, alguns teólogos começam a admiti-las no sentido restritivo que indicamos acima e pensam que, de fato, a palavra ‘eterno’ pode referir-se às penas em si mesmas, como conseqüências de uma lei imutável e não na sua aplicação a cada indivíduo. No dia em que a religião admitir essa interpretação, bem como outras que são igualmente a conseqüência do progresso das luzes, reconduzirá ao seu seio muitas ovelhas desgarradas.

283.2 – “Princípios da Doutrina Espírita sobre as penas futuras”- Explicação de Allan Kardec, no livro O Céu e o Inferno, Editora Lake, S.Paulo, 8ª edição, 1997, revisada por João Teixeira de Paula, introdução de José Herculanô Pires, pgs. 69 e 70:

A Doutrina Espírita, no que respeita às penas futuras, não se baseia numa teoria preconcebida; não é sistema substituindo outro sistema: em tudo ela se apoia nas observações e são estas que lhe dão autoridade. Ninguém jamais imaginou que as almas, depois da morte, se encontrariam em tais ou quais condições; são elas, essas mesmas almas, partidas da Terra, que nos vêm hoje iniciar nos mistérios da vida futura, descrever-nos sua situação feliz ou desgraçada, as impressões, a transformação pela morte do corpo, completando, em uma palavra, os ensinamentos de Cristo acerca desta questão.

Preciso é afirmar que se não trata neste caso das revelações de um só Espírito, o qual poderia ver as coisas do seu ponto de vista, sob um só aspecto, ainda dominado por terrenos preconceitos. Tampouco se trata de uma revelação feita exclusivamente a um indivíduo que pudesse deixar-se levar pelas aparências, ou de uma ‘visão extática’ suscetível de ilusões, o que muitas vezes não passa de reflexo de exaltada imaginação. (Ver cap. VI, no. 7 e O Livro dos Espíritos, nos. 443 e 444).

Trata-se, sim, de inúmeros exemplos fornecidos por Espíritos de todas as categorias, desde os mais elevados aos mais inferiores da escala, por intermédio de outros tantos auxiliares (médiums) disseminados pelo mundo, ‘de maneira que a revelação deixa de ser privilégio de alguém, pois todos podem prová-la, observando-a, sem obrigar-se à crença pela crença de outrem’.

283.2.1 – “Código Penal da Vida Futura”-

Explicação de Allan Kardec, em continuação ao item 283.2 acima:

O Espiritismo não vem pois, com sua autoridade privada, formular um código de fantasia; a sua lei, no que diz respeito à alma, deduzida das observações do fato, pode resumir-se nos seguintes pontos:

Perfeições e Imperfeições: Conseqüências

1° - A alma ou Espírito sofre na vida espiritual, as conseqüências das imperfeições que não conseguiu corrigir na vida corporal. O seu estado, feliz ou desgraçado, é inerente ao seu grau de pureza ou impureza.

2° - A completa felicidade prende-se à perfeição, isto é, à purificação completa do Espírito. Toda imperfeição é, por isso, causa de sofrimento e de privação de gozo,

do mesmo modo que toda perfeição adquirida é fonte de gozo e atenuante de sofrimentos.

3° - ‘Não há uma única imperfeição da alma que não importe funestas e inevitáveis conseqüências, como não há uma só qualidade boa que não seja fonte de gozo’.

A soma das penas é assim proporcional à soma das imperfeições, como a dos gozos à das qualidades.

A alma que tem dez imperfeições, por exemplo, sofre mais do que a que tem três ou quatro; quando dessas dez imperfeições não lhe restar mais que a metade ou um quarto, menos sofrerá e gozará de inteira felicidade quando não tiver nenhuma. Também na Terra, quem tem muitas moléstias, sofre mais do que quem tenha apenas uma ou nenhuma, pela mesma razão, a alma que possui dez perfeições tem mais gozos do que outra menos rica de boas qualidades.

Lei do Progresso e Livre-arbítrio

4° - Em virtude da lei do progresso que dá à alma a possibilidade de adquirir o bem que lhe falta, como de despojar-se do que tem de mau, conforme o esforço e vontade próprios, temos que o futuro é franco às criaturas. Deus não repudia nenhum de seus filhos, antes os recebe em Seu seio à medida que atingem a perfeição, deixando a cada um o mérito das próprias obras.

5° - Dependendo o sofrimento da imperfeição, como o gozo da perfeição, a alma traz consigo o próprio castigo ou prêmio, onde quer que se encontre, sem necessidade de lugar circunscrito.

‘O inferno está em toda parte em que haja almas sofredoras e o céu igualmente onde houver almas felizes’.

A prática do Bem e do Mal: gozos e sofrimentos

6° - ‘O bem e o mal que fazemos decorrem das qualidades que possuímos. Não fazer o bem quando podemos é, portanto, o resultado de uma imperfeição. Se toda imperfeição é fonte de sofrimento, o Espírito deve sofrer não somente pelo mal que fez como pelo bem que deixou de fazer na vida terrestre’.

7° - O Espírito sofre pelo mal que fez, de maneira que, sendo a sua atenção constantemente dirigida para as conseqüências desse mal, melhor compreende os seus inconvenientes e trata de corrigir-se.

8° - Sendo infinita a justiça de Deus, o bem e o mal são rigorosamente considerados, não havendo uma só ação, um só pensamento mau que não tenham conseqüências fatais, como não há uma única ação meritória, um bom movimento da alma que se perca, mesmo para os mais perversos, por isso que constituem essas ações um começo de progresso.

Toda falta cometida é dívida que deve ser paga

9° - Toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída que deverá ser paga; se o não for em uma existência, sê-lo-á na seguinte ou seguintes, porque todas as existências são solidárias entre si. Aquele que se quita numa existência não terá necessidade de pagar segunda vez.

10° - O Espírito sofre, quer no mundo corporal, quer no espiritual, a conseqüência das próprias imperfeições. As misérias, as vicissitudes padecidas na vida corpórea, são oriundas das nossas imperfeições, são expiações de faltas cometidas na presente ou em precedentes existências.

Pela natureza dos sofrimentos e vicissitudes da vida corpórea, pode julgar-se a natureza das faltas cometidas em anterior existência e das imperfeições que as originaram.

11° - A expiação varia segundo a natureza e gravidade da falta, podendo, portanto, a mesma falta determinar expiações diversas, conforme as circunstâncias, atenuantes ou agravantes, em que for cometida.

Natureza e Duração do Castigo

12° - ‘Não há regra absoluta nem uniforme quanto à natureza e duração do castigo: a única lei geral é que, segundo o seu valor, toda falta terá punição bem como recompensa todo ato meritório’.

13° - A duração do castigo depende da melhoria do Espírito culpado. ‘Nenhuma condenação por tempo determinado lhe é prescrita’. O que Deus exige por termo de sofrimentos é um melhoramento sério, efetivo, sincero, de volta ao bem. ‘Desta

maneira, o Espírito é sempre o árbitro do próprio destino, podendo prolongar os sofrimentos pela pertinácia no mal ou suavizá-los e anulá-los pela prática do bem’.

Uma condenação por tempo determinado teria o duplo inconveniente de continuar o martírio do Espírito regenerado, ou de libertá-lo do sofrimento quando ainda permanecesse no mal. Ora, Deus que é justo só pune o mal enquanto existe e deixa de o punir quando não existe mais; por outras palavras, o mal moral, sendo por si mesmo causa de sofrimento, fará este durar enquanto existir aquele ou diminuirá de intensidade à medida que ele decresça.

14° - Dependendo da melhoria do Espírito a duração do castigo, o culpado que nunca melhorasse sofreria sempre e para ele a pena seria eterna.

15° - Uma condição inerente à inferioridade dos Espíritos é não lobrigarem o término da provação, acreditando-a eterna, como eterno lhes parece deva ser o castigo.

Observação: ‘Perpétuo’ é sinônimo de ‘eterno’. Diz-se o limite das neves perpétuas; o eterno gelo dos pólos; também se diz o secretário perpétuo da Academia, o que não significa que o seja na perpetuidade, mas unicamente por tempo ilimitado. ‘Eterno e perpétuo’ se empregam no sentido de ‘indeterminado’. Nesta acepção pode dizer-se que as penas são eternas, para exprimir que não têm duração limitada; ‘eternas’ são portanto para o Espírito que lhes não vê o fim.

Regeneração: Arrependimento, Expição e Reparação

16° - O ‘arrependimento’, conquanto seja o primeiro passo para a regeneração, não basta por si só: são precisas a ‘expição’ e a ‘reparação’.

‘Arrependimento, expiação e reparação’ constituem, portanto, as condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas conseqüências. O ‘arrependimento’ suaviza os travos (amarguras) da ‘expição’, abrindo pela esperança o caminho da reabilitação; ‘só a reparação’, contudo, pode anular o efeito destruindo-lhe a causa. Do contrário, o perdão seria uma graça, não uma anulação.

17° - O Arrependimento pode dar-se por toda parte e em qualquer tempo; se for tarde porém, o culpado sofre por mais tempo.

Até que os últimos vestígios da falta desapareçam, a expiação consiste no sofrimento físico ou moral que lhes são conseqüentes, ou seja na vida atual, ou seja na vida espiritual após a morte, ou ainda em nova existência corporal.

A ‘reparação’ consiste em fazer o bem àqueles a quem se havia feito mal. Quem não repara os seus erros numa existência por fraqueza ou má vontade, achar-se-á numa existência ulterior em contato com as mesmas pessoas que de si tiverem queixas e em condições voluntariamente escolhidas, de modo a demonstrar-lhes reconhecimento e fazer-lhes tanto bem quanto mal lhes havia feito. Nem todas as faltas acarretam prejuízo direto e efetivo; em tais casos a reparação se opera, fazendo-se o que se deveria fazer e foi descuidado; cumprindo os deveres desprezados, as missões não preenchidas; praticando o bem em compensação ao mal praticado, isto é, tornando-se humilde se tem sido orgulhoso, amável se foi rude, caridoso se foi egoísta, benigno se perverso, laborioso se ocioso, útil se foi inútil, frugal se intemperante, e-xemplar se não o foi. Assim progride o Espírito, aproveitando-se do próprio passado.

Reparação: princípio de rigorosa justiça

Observação – ‘Reparação é princípio de rigorosa justiça’. A necessidade da reparação é um princípio de rigorosa justiça, que se pode considerar verdadeira lei da reabilitação moral dos Espíritos. É uma doutrina que religião alguma ainda proclamou.

Algumas pessoas repelem-na porque acham mais cômodo o poder quitarem-se das más ações por um simples arrependimento, só dependente de palavras com auxílio de algumas fórmulas; contudo, libertas, por assim se julgarem, verão mais tarde se isso lhes bastava. Nós poderíamos perguntar: esse princípio não é consagrado pela lei humana e a justiça divina pode ser inferior à dos homens? E também mais, se essas leis se dariam por desafrentadas desde que o indivíduo que as transgredisse, por abuso de confiança, se limitasse a dizer que as respeita infinitamente?

Por que hão essas pessoas de vacilar perante uma obrigação que qualquer homem honesto se impõe, como dever, de acordo com as próprias forças?

‘Quando a perspectiva de reparação for inculcada na crença das massas, será um outro freio aos seus desmandos, e bem mais poderoso que o inferno e respectivas

penas eternas, uma vez que interessa à vida em sua plena atualidade, podendo o homem compreender a procedência das circunstâncias que a tornam penosa ou a sua verdadeira situação’.

Mundos Felizes e Mundos Inferiores

18° - Os Espíritos imperfeitos são excluídos dos mundos felizes, cuja harmonia perturbariam. Ficam nos mundos inferiores a expiarem as suas faltas pelas tribulações da vida e purificando-se das imperfeições até que mereçam a encarnação em mundos mais elevados, mais adiantados moral e fisicamente. Se se pode conceber um lugar circunscrito de castigo, é sem dúvida nesses mundos de expiação, em torno dos quais pululam Espíritos imperfeitos, desencarnados à espera de novas existências que lhes permitam reparar o mal, auxiliando-os no progresso.

Deus nunca abandona suas criaturas, por mais perversas que sejam

19° - Tendo o Espírito sempre o livre-arbítrio, o progresso por vezes se lhe torna lento, e muito tenaz a sua obstinação no mal. Nesse estado pode persistir anos e séculos, vindo por fim um momento em que a sua contumácia se modifica pelo sofrimento, e, a despeito de sua jactância, reconhece o poder superior que o domina.

Então, desde que se manifestam os primeiros vislumbres de arrependimento, Deus lhe faz entrever a esperança. Nem há Espírito, incapaz de nunca progredir, votado fatalmente à eterna inferioridade, o que seria a negação da ‘lei de progresso’, que providencialmente rege as criaturas.

20° - Quaisquer que sejam a inferioridade e a perversidade dos Espíritos, Deus nunca os abandona. Todos têm seu anjo de guarda (guia) que por eles vela, na persuasão de suscitar-lhes bons pensamentos, desejos de progredir e, bem assim, de espreitar-lhes os movimentos da alma, com o que os Espíritos se esforçam por reparar em uma nova existência o mal que praticaram. Contudo, essa interferência do guia faz-se quase sempre ocultamente e de modo que não haja pressão, pois que o Espírito deve progredir por impulso da própria vontade, nunca por qualquer sujeição.

O bem e o mal são praticados em função do livre-arbítrio e conseqüentemente sem que o Espírito seja fatalmente impelido para um ou outro.

Persistindo no mal, sofrerá as conseqüências por tanto tempo quanto durar a persistência, do mesmo modo que, dando um passo para o bem, sente-lhe imediatamente os efeitos.

Observação – Seria um erro supor que em virtude das leis de progresso, a certeza de atingir cedo ou tarde a perfeição e a felicidade pode estimular a perseverança do mal sob a condição do ulterior arrependimento: primeiro porque o Espírito inferior não se apercebe do termo da sua situação; e segundo porque, sendo ele o autor da própria infelicidade, acaba por compreender que de si depende o fazê-la cessar: que por tanto tempo quanto perseverar no mal será infeliz; finalmente, que o sofrimento será intérmino se ele próprio não lhe der fim. Seria pois um cálculo negativo, cujas conseqüências o Espírito seria o primeiro a reconhecer. Se, pelo contrário, de conformidade com o dogma das penas irremissíveis, lhe fosse interdita qualquer esperança, ele não teria nenhum interesse na prática do bem, uma vez que ela lhe não proporcionaria proveito.

Diante dessa lei cai por terra a objeção acerca da presciência divina, pois Deus criando uma alma sabe, com efeito, se ela, em virtude do livre-arbítrio, fará dele bom ou mau uso, como sabe que será punida pelo mal que praticar, mas sabe também que esse castigo temporário é o meio de fazê-la compreender o erro, entrando no bom caminho, cedo ou tarde. Pela doutrina das penas eternas se conclui que Deus sabe que essa alma pecará e portanto está previamente condenada a torturas infinitas.

Responsabilidade Pessoal e Solidária das faltas

21^o - A responsabilidade das faltas é inteiramente pessoal, ninguém sofre por alheios erros, salvo se a eles deu origem, quer provocando-o pelo exemplo, quer não os impedindo quando poderia fazê-lo.

Assim o suicida é sempre punido: mas aquele que por maldade leva um indivíduo ao desespero e daí ao suicídio, sofrerá pena maior ainda.

Diversidade da natureza das punições

22^o - Conquanto infinita a diversidade de punições, algumas há inerentes à inferioridade dos Espíritos, e cujas conseqüências, salvo pormenores, são pouco mais ou menos idênticas.

A punição mais imediata, sobretudo, entre os que se acham ligados à vida material em detrimento do progresso espiritual, consiste na lentidão do desprendimento da alma, nas angústias que acompanham a morte e o despertar na outra vida, na conseqüente perturbação que pode prolongar-se por meses e anos.

Naqueles que ao contrário têm pura a consciência e na vida material já se acham identificados com a vida espiritual, desprendidos das coisas materiais, o transcurso é rápido, sem abalos, quase nula a turbação e o despertar tranqüilo.

23° - Um fenômeno mui freqüente entre os Espíritos de certa inferioridade moral é o acreditarem-se ainda vivos, podendo a ilusão prolongar-se por muitos anos, durante os quais eles experimentarão as necessidades, os tormentos e perplexidades da vida.

24° - Para o criminoso, a presença incessante das vítimas e das circunstâncias do crime é um suplício cruel.

25° - Espíritos há mergulhados em densa treva: outros se encontram em absoluto insulamento no Espaço, atormentados pela ignorância da própria posição, como do destino que os aguarda. Os mais culpados padecem torturas mais pungentes por não lhes entreverem um termo.

Alguns são privados de ver os seres queridos, e todos, geralmente, passam com intensidade relativa pelos males, pelas dores e privações que a outrem ocasionaram. A situação perdura até que o desejo de reparação pelo arrependimento lhes traga a calma para entrever a possibilidade de porem, por eles mesmos, um fim à situação.

26° - Para o orgulhoso relegado às classes inferiores é suplício ver acima dele colocados, cheios de glória e bem-estar, os que na Terra desprezara. O hipócrita vê desvendados, penetrados e lidos por todo o mundo os seus mais secretos pensamentos, sem que os possa ocultar ou dissimular; o sensual na impotência de os saciar, tem desejos e tentações; vê o avaro o esbanjamento inevitável do seu tesouro, enquanto o egoísta, desamparado de todos, sofre as conseqüências da sua atitude terrena; outro terá fome e ninguém lha saciará; outro mais terá sede e ninguém o dessedentará; o Espírito não terá mão compassiva alguma que lhe aperte as mãos; nenhuma voz amiga que o console; 'na vida terrena só pensou em si e por isso ninguém pensará nele nem lhe lamentará a morte'.

Reparação da falta no presente, evita ou atenua sofrimentos futuros

27° - O único meio de evitar ou atenuar as conseqüências futuras de uma falta está no repará-la, desfazendo-a no presente. Quanto mais nos demormos na reparação de uma falta, tanto mais penosas e rigorosas serão no futuro as suas conseqüências.

28° - A situação do Espírito, no mundo espiritual, não é outra senão aquela por si mesmo preparada na vida corpórea.

Mais tarde outra encarnação lhe é facultada para novas provas de expiação e reparação, com maior ou menor proveito, dependentes do seu livre-arbítrio; e se ele não se corrige, terá sempre u'a missão a recomençar, sempre e sempre mais acerba, de maneira que pode dizer-se que 'aquele que muito sofre na Terra, muito tinha a expiar'; e os que gozam uma felicidade aparente, em que pesem os seus vícios e inutilidade, pagá-la-ão mui caro em ulterior existência. Nesse sentido foi que Jesus disse: - Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados (Ver "O Evangelho Segundo o Espiritismo", cap. V).

29° - A misericórdia de Deus é infinita, sem dúvida, mas não é cega. O culpado que ela atinge não fica exonerado, e, enquanto não houver satisfeito à justiça, sofre a conseqüência de seus erros. Por infinita misericórdia, devemos ter que Deus não é inexorável, deixando sempre viável o caminho da redenção.

Penas Temporárias são castigos e remédios

30° - Subordinadas ao arrependimento e à reparação dependentes da vontade humana, as penas por temporárias, constituem ao mesmo tempo castigos e 'remédios' auxiliares à cura do mal. Os Espíritos em prova não são pois quais galés por algum tempo condenados, mas como doentes de hospital que sofrem de moléstias resultantes da própria incúria e ficam às voltas com meios curativos dolorosos de que precisam, esperando alta tanto mais pronta quanto mais estritamente observadas as prescrições do solícito médico assistente. Se os doentes, pelo próprio descuido de si mesmos, prolongam a enfermidade, o médico nada tem que ver com isso.

É na vida corpórea que o Espírito repara o mal de anteriores existências

31° - Às penas que o Espírito experimenta na vida espiritual se juntam as da vida corpórea, que são conseqüentes às imperfeições do homem, às suas paixões, ao mau uso das suas faculdades e à expiação de presentes e passadas faltas. É na vida corpórea que o Espírito repara o mal de anteriores existências, pondo em prática resoluções tomadas na vida espiritual. Assim se explicam as misérias e vicissitudes mundanas que, à primeira vista, parecem não ter razão de ser. Justas são elas portanto e servem para a nossa caminhada rumo à perfeição. (Ver Cap. V , O Purgatório, no livro O Céu e o Inferno, de Allan Kardec).

Por que Deus não criou os seres já perfeitos?

32° - Deus, dizem, não daria prova maior de amor às suas criaturas, criando-as infalíveis e, por conseguinte, isentas dos vícios inerentes à imperfeição? Para isso fora preciso que Ele criasse seres perfeitos, nada mais tendo a adquirir, quer em conhecimentos, quer em moralidade. Deus poderia certamente fazê-lo e se o não fez é porque em sua sabedoria quis que o progresso constituísse lei geral. Os homens são imperfeitos, e sendo-o, estão sujeitos a vicissitudes mais ou menos penosas. Já, pois, que o fato existe, devemos aceitá-lo. Inferir dele que Deus não é bom nem justo fora insensata revolta contra a lei.

Injustiça haveria, sim, na criação de seres privilegiados, mais ou menos favorecidos, fruindo gozos que outros porventura não atingem senão pelo trabalho, ou que jamais pudessem atingir. Ao contrário, a justiça divina patenteia-se na igualdade absoluta que preside à criação dos Espíritos, todos têm o mesmo ponto de partida e nenhum se distingue em sua formação por melhor aquinhoado; nenhum cuja marcha progressiva se facilita por exceção: os que chegam ao fim, têm passado, como quaisquer outros, pelas fases de inferioridade e respectivas provas.

Isto posto, nada mais justo que a liberdade de ação a cada um concedida. O caminho da felicidade a todos se abre, como a todos as mesmas condições para atingi-la. A lei, gravada em todas as consciências, a todos é ensinada. ‘Deus fez da felicidade o prêmio do trabalho e não do favoritismo’ para que cada um tivesse seu mérito.

O bem como o mal são voluntários e facultativos: livre, o homem não é fatalmente impelido para um nem para outro.

Código Penal da Vida Futura: Resumo em três princípios

33° - Não obstante a diversidade de gêneros e graus de sofrimentos dos Espíritos imperfeitos, o código penal da vida futura pode resumir-se nestes três princípios.

1° - O sofrimento é inerente à imperfeição.

2° - Toda imperfeição, assim como toda falta dela decorrente, traz consigo o próprio castigo nas conseqüências naturais e inevitáveis; assim, a moléstia pune os excessos, e da ociosidade nasce o tédio, sem que haja necessidade de uma condenação especial para cada falta ou cada indivíduo.

3° - Podendo todo homem libertar-se das imperfeições por efeito da vontade, pode igualmente anular os males consecutivos e assegurar a futura felicidade.

A cada um segundo as suas obras, no Céu como na Terra: essa é a lei da Justiça Divina.

CAPÍTULO VI

DEPOIMENTOS DE SUICIDAS (ESPÍRITOS)

LIVRO: “O CÉU E O INFERNO”

ALLAN KARDEC

(Editora LAKE, trad. João Teixeira de Paula, 8ª. ed., 1997)

Este Capítulo, podemos dizer, é a nítida comprovação de tudo o que se afirmou até agora em relação às “colheitas” felizes ou infelizes, na vida futura, vida esta a que todos estamos sujeitos, mas, especialmente, da situação terrível dos suicidas, pois são eles próprios, que vêm testemunhar suas dores, decepções e frustrações ocasionadas pelo gesto trespouco.

Allan Kardec selecionou, de seu trabalho científico, registrado em seu grande laboratório – Revista Espírita, 12 volumes, nos anos de 1858 a 1869, com mais de 5.000 páginas -, os casos e depoimentos que abrangessem as mais diversas circunstâncias e motivações ao suicídio e transcreveu-os na Segunda Parte do livro “O Céu e o Inferno”, publicado em 1865 e nós os reproduzimos agora, como não poderíamos, jamais, deixar de fazê-lo. Como já dito, apenas este Capítulo seria suficiente ao nosso propósito de prevenção ao Suicídio.

Duvidamos que alguém, em sã consciência, e destituído de preconceitos, após a leitura deste Capítulo, venha a acalantar, ainda que remotamente, a idéia desastrosa.

Acompanhemos esses depoimentos!

SUICIDAS

1. O SUICIDA DA SAMARITANA

(Suicídio de alguém deprimido pelo abandono)

A 7 de abril de 1858, pelas 7 horas da noite, um homem de cerca de 50 anos e decentemente trajado apresentou-se no estabelecimento da Samaritana, de Paris, e mandou que lhe preparassem um banho. Decorridas perto de 2 horas, o criado de serviço, admirado pelo silêncio do freguês, resolveu entrar no seu cômodo, a fim de verificar o que ocorria.

Deparou então com um quadro horroso: o infeliz degolara-se com uma navalha e todo o seu sangue misturava-se à água da banheira. E como a identidade do suicida não pode ser averiguada, foi o cadáver removido para o necrotério.

1. **Evocação** (Resposta do médium) – Esperai, ele aí está.

2. Onde vos achais hoje? - R. Não sei... dizei-mo.

3. Estais numa reunião de pessoas que estudam o Espiritismo e que são benévolas para convosco. – R. Dizei-me se vivo, pois este ambiente me sufoca.

Sua alma, posto que separada do corpo, está ainda completamente imersa no que poderia chamar-se o turbilhão da matéria corporal; vivazes lhe são as idéias terrenas, a ponto de se acreditar encarnado.

4. Quem vos impeliu a vir aqui? – R. Sinto-me aliviado.

5. Qual motivo que vos arrastou ao suicídio? – R. Morto? Eu? Não... que habito o meu corpo... Não sabeis como soffro!... Sufoco-me... Oxalá que mão compassiva me aniquilasse de vez!

6. Por que não deixaste indícios que pudessem tornar-vos reconhecível? – R. Estou abandonado; **fugi ao sofrimento para entregar-me à tortura.**

7. Tendes ainda os mesmos motivos para ficar incógnito? – R. Sim; não revolveis com ferro candente a ferida que sangra.

8. Podereis dar-nos o vosso nome, idade, profissão e domicílio? – R. Não, de forma alguma.

9. Tíneis família, mulher, filhos? – R. Era um desprezado, ninguém me amava.

10. Que fizestes para ser assim repudiado? – R. Quantos o são como eu!... Um homem quando ninguém o preza, pode viver abandonado no seio da família.

11. No momento de vos suicidardes não experimentastes qualquer hesitação? – R. Ansiava pela morte... Esperava repousar.

12. Como é que a idéia do futuro não vos fez renunciar a tal projeto? – R. Não acreditava nele, em absoluto. Era um desiludido. O futuro é a esperança.

13. Que reflexões vos ocorreram ao sentirdes a extinção da vida? – R. Não refleti, senti ... Mas a vida não se extinguiu... minha alma está ligada ao corpo... **Sinto os vermes a corroerem-me.**

14. Que sensação experimentastes no momento decisivo da morte? – R. Pois ela se completou?

15. Foi doloroso o momento em que a vida se vos apagou? – R. Menos doloroso que depois, só o corpo sofreu.

16. (Ao Espírito de S. Luís) – Que quer dizer o Espírito afirmando que o momento da morte foi menos doloroso que depois? – R. O Espírito descarregou o fardo que o oprimia, ressentia-se da voluptuosidade da dor.

17. Esse estado sobrevém sempre ao suicídio? – R. Sim. O Espírito do suicida fica ligado ao corpo até o termo da vida. A morte natural é o livramento da vida; o suicida a intercepta completamente.

18. Dar-se-á o mesmo nas mortes acidentais, embora involuntárias, mas que abreviam a existência? – R. Não. Que entendeis por suicídio? O Espírito só responde pelos seus atos.

Esta dúvida da morte é muito comum nas pessoas recentemente desencarnadas e sobretudo naquelas que, durante a vida, não elevam a alma acima da matéria. É um fenômeno que parece singular à primeira vista, mas que se explica naturalmente.

Se a um indivíduo, pela primeira vez posto em estado sonambúlico, perguntarmos se dorme, ele responderá quase sempre que não e essa resposta é lógica: o interlocutor parece que faz mal a pergunta, servindo-se de um termo impróprio. Na linguagem comum, a idéia do sono prendeu-se à suspensão de todas as faculdades sensitivas; ora, o sonâmbulo que pensa, que vê e sente, que tem consci-

ência da sua liberdade, não se crê adormecido e de fato não dorme, na acepção vulgar do vocábulo. Eis a razão por que responde não, até que se familiariza com essa maneira de apreender o fato.

O mesmo acontece com o homem que acaba de desencarnar; para ele a morte era o aniquilamento do ser, e, tal como o sonâmbulo, ele vê, sente e fala, e assim não se considera morto e isto afirma até que adquira a intuição de seu novo estado. Essa ilusão é sempre mais ou menos dolorosa, uma vez que nunca é completa e dá ao Espírito uma tal ou qual ansiedade. No exemplo em apreço ela constitui verdadeiro suplício pela sensação dos vermes que corroem o corpo, sem falarmos da sua duração, que deverá equivaler ao tempo de vida abreviada. Esse estado é comum nos suicidas, ainda que nem sempre se apresente em idênticas condições, variando de duração e intensidade, conforme as circunstâncias atenuantes ou agravantes da falta.

A sensação dos vermes e da decomposição do corpo não é tampouco privativa dos suicidas: sobrevém igualmente aos que viveram mais da matéria que do espírito. Em tese, não há falta isenta de penalidade, mas também não há regra absoluta e uniforme nos meios de punição.

2. O PAI E O CONSCRITO

(Suicídio do pai para eximir o filho de servir na guerra)

No começo da guerra da Itália, em 1859, um negociante de Paris, pai de família, gozando de estima geral por parte dos seus vizinhos, tinha um filho que fora sorteado para o serviço militar. Impossibilitado de o eximir desse serviço, ocorreu-lhe a idéia de suicidar-se a fim de o isentar dele, como filho único de mulher viúva. Um ano mais tarde foi evocado na Sociedade de Paris a pedido de pessoa que o conheceu, desejosa de certificar-se do seu destino no mundo espiritual.

(A S. Luís). – Podereis dizer-nos se é possível evocar o Espírito a que vimos de nos referir? – R. Sim, e ele ganhará com isso, porque ficará mais aliviado.

1. **Evocação.** – R. Oh! obrigado! Sofro muito, mas... é justo. Contudo, ele me perdoará.

O Espírito escreve com grande dificuldade; os caracteres são irregulares e mal formados; depois da palavra mas, ele para, e, procurando em vão escrever, apenas consegue fazer alguns traços indecifráveis e pontos. É evidente que foi a palavra **Deus** que ele não conseguiu escrever.

2. Tende a bondade de preencher a lacuna com a palavra que deixastes de escrever. – R. Sou indigno de escrevê-la.

3. Dissestes que sofreis; compreendeis que fizestes muito mal em vos suicidar; mas o motivo que vos acarretou esse ato não provocou qualquer indulgência? – R. A punição será menos longa, mas nem por isso a ação deixa de ser má.

4. Podereis descrever-nos essa punição? – R. Sofro duplamente, na alma e no corpo; e sofro neste último, conquanto o não possua, como sofre o operado de um membro amputado.

5. A realização do vosso suicídio teve por causa unicamente a isenção do vosso filho ou concorreram para ele outras razões? – R. Fui completamente inspirado pelo amor paterno, porém, mal inspirado. Em atenção a isso, a minha pena será abreviada.

6. Podeis precisar a duração dos vossos padecimentos? – R. Não lhes entrevejo o fim, mas tenho certeza de que ele existe, o que é um alívio para mim.

7. Há pouco não vos foi possível escrever a palavra Deus, e no entanto temos visto Espíritos muito sofredores fazê-lo; será isso uma consequência de vossa punição? – R. Poderei fazê-lo com grandes esforços de arrependimento.

8. Pois então fazei esses esforços para escrevê-lo, porque estamos certos de que sereis aliviado. (O Espírito acabou por traçar esta frase com caracteres grossos, irregulares e trêmulos: – **Deus é muito bom**).

9. Estamos satisfeitos pela boa vontade com que correspondestes à nossa evocação e vamos exorar a Deus para que estenda sobre vós a sua misericórdia. – R. Sim, obrigado.

10. (A S. Luís). Podereis ministrar-nos a vossa apreciação sobre esse suicídio? – R. Este Espírito sofre justamente, pois lhe faltou a confiança em Deus, falta que é sempre punível. A punição seria maior e mais duradoura, se não houvera como atenuante o motivo louvável de evitar que o filho se expusesse à morte na guerra. Deus, que é justo e vê o fundo dos corações, não o pune senão de acordo com suas obras.

Observações: À primeira vista, como ato de abnegação, este suicídio poder-se-ia considerar desculpável. Efetivamente assim é, mas não de modo absoluto. A esse homem faltou a confiança em Deus, como disse o Espírito de S. Luís. A sua ação talvez impediu a realização dos destinos do filho; ao demais, ele não tinha a certeza de que aquele sucumbiria na guerra e a carreira militar talvez lhe fornecesse ocasião de adiantar-se. A intenção era boa, e isso lhe atenua o mal provocado e merece in-

dulgência; mas o mal é sempre o mal e se o não fora, poder-se-ia, escudado no raciocínio, desculpar-se todos os crimes e até matar a pretexto de prestar serviços.

A mãe que mata o filho, certa de o enviar ao céu, seria menos culpada por tê-lo feito com boa intenção? Aí está um sistema que chegaria a justificar todos os crimes cometidos pelo cego fanatismo das guerras religiosas. Esta vida lhe foi dada visando deveres a cumprir na Terra, razão bastante para que não a abrevie voluntariamente, sob pretexto algum. Mas ao homem – uma vez que tem o seu livre arbítrio – ninguém impede a infração dessa lei. Sujeita-se porém às suas conseqüências.

O suicídio mais severamente punido é o resultado do desespero, que visa a redenção das misérias terrenas, misérias que são ao mesmo tempo expiações e provações. Furtar-se a elas é recuar ante a tarefa aceita e, às vezes, ante a missão que se devera cumprir.

O suicídio não consiste somente no ato voluntário que produz a morte instantânea, mas em tudo quanto se faça conscientemente para apressar a extinção das forças vitais. Não se pode chamar de suicida aquele que dedicadamente se expõe à morte para salvar o seu semelhante, primeiro, porque, no caso, não há intenção de se privar da vida, e, segundo, porque não há perigo do qual a Providência nos não possa subtrair, quando a hora não seja chegada. A morte nessas circunstâncias é sacrifício meritório, como ato de abnegação em proveito de outrem. (O Evangelho Segundo o Espiritismo, cap. V., nos. 55, 65, 66 e 67).

3. LOUVEST FRANÇOIS-SIMON - (Do Havre)

(Oprimido pela miséria, entregou-se à embriaguez)

A seguinte comunicação foi dada espontaneamente, em um reunião espírita do Havre, a 12 de fevereiro de 1863:

“Tereis piedade de um pobre miserável que passa há muito por cruéis torturas?! Oh! o vácuo... o Espaço... despenho-me... caio... morro... Acudí-me! Deus, eu tive uma existência tão miserável... Pobre diabo, sofri fome muitas vezes na velhice e foi porisso que me habituei a beber, a ter vergonha e desgosto de tudo.

“Quis morrer, e atirei-me... Oh! meu Deus! Que momento! E para que esse desejo, quando o termo estava tão próximo? Oraí para que eu não veja incessantemente este vácuo debaixo de mim... Vou despedaçar-me de encontro a essas pedras! Eu vo-lo suplico, a vós que conheceis as misérias daqueles que não mais pertencem a esse mundo.

Não me conheceis, mas eu sofro tanto... Para que mais provas? Sofro! Não será isso o bastante? Se eu tivera fome em vez deste sofrimento mais terrível e aliás im-

perceptível para vós, não vacilaríeis em aliviar-me com um migalha de pão. Pois eu vos peço que oreis por mim... Não posso permanecer por mais tempo neste estado... Perguntai a qualquer desses felizes que aqui estão e sabereis quem fui. Orai por mim.

François Simon-Louvet.”

O guia do médium. – “Esse que acaba de se dirigir a vós foi um pobre infeliz que teve na Terra a prova da miséria; vencido pelo desgosto, faltou-lhe a coragem, e, em vez de olhar para o céu como devia, entregou-se à embriaguez; desceu aos extremos últimos do desespero, pondo termo à sua triste provação atirando-se da Torre Francisco I, no dia 22 de julho de 1857. Tende piedade de sua pobre alma, que não é adiantada, mas que lobriga da vida futura o suficiente para sofrer e desejar uma reparação. Rogai a Deus lhe conceda essa graça e com isso tereis feito obra meritória.

Buscando-se informes a propósito do assunto, encontrou-se no Journal du Havre, de 23 de julho de 1857, a seguinte notícia que resumimos.

“Ontem, às 4 horas da tarde, os transeuntes dos cais foram dolorosamente impressionados por um horrível acidente: um homem atirou-se da torre, vindo despedaçar-se nas pedras. Era um velho puxador de sirga, cujo pendor à embriaguez o arrastara ao suicídio. Chamava-se François-Victor-Simon Louvet. O corpo foi transportado para a casa de uma das filhas, na Rua Corderie.

Tinha 67 anos de idade”.

Seis anos fazia que esse homem morrera e ele se via ainda cair da torre, despedaçando-se nas pedras... Aterra-o o vácuo, horroriza-o a perspectiva da queda... e isso há 6 anos! Quanto tempo durará esse estado? Ele não o sabe e essa incerteza lhe aumenta as angústias. Isso não equivale ao inferno com suas chamas?

Quem revelou e inventou esses castigos? Pois são os próprios padecentes que os vem descrever, como outros o fazem das suas alegrias. E fazem-no muita vez, espontaneamente, sem que neles se pense – o que exclui toda hipótese de sermos nós o juguete da própria imaginação.

4. MÃE E FILHO

(Suicídio da mãe para unir-se ao filho que morrera doente)

Em março de 1865 o Sr. C., negociante em pequena cidade perto de Paris, tinha em sua casa, gravemente enfermo, o mais velho dos filhos, que contava 21 anos

de idade. Este moço, prevendo o desenlace, chamou a mãe e teve forças ainda para abraça-la. Esta, vertendo copiosas lágrimas, disse-lhe: “Vai, meu filho, precede-me, que não tardarei a seguir-te”. Dito isto, retirou-se, escondendo o rosto entre as mãos.

As pessoas presentes a essa cena contristadora, consideravam simples explosão de dor as palavras da Sra. C., dor que o tempo acalmaria. Morto o doente, procuraram-na por toda a casa e foram encontrá-la enforcada num celeiro. O enterro da suicida foi juntamente com o do filho.

Evocação deste, muitos dias depois do fato. – P. Sabeis do suicídio de vossa mãe, em consequência do desespero que lhe causou a vossa perda?

R. Sim, e, sem o pesar causado por essa fatal resolução da parte dela, julgaria-me completamente feliz. Pobre, excelente mãe! Não pode suportar a prova dessa separação momentânea e tomou, para se unir ao filho, o caminho que dele mais deveria afastá-la. E por quanto tempo! Assim, retardou indefinidamente uma reunião que tão pronta teria sido se sua alma se conformasse submissa às vontades do Senhor; se fosse resignada, humilde, arrependida ante a provação que se lhe impunha, da expiação que deveria purificá-la! Orai, oh! orai por ela!... e sobretudo não a imiteis, vós outras, mães que vos comoveis com a narrativa da sua morte. Não acrediteis que ela amasse mais que as outras mães a esse filho que era o seu orgulho, não; é que lhe faltaram a coragem e resignação.

Mães, que me ouvis, quando a agonia empanar o olhar dos vossos filhos, lembrai-vos de que, como o Cristo, eles sobem ao cimo do Calvário, de onde deverão elevar-se à glória eterna.

Benjamim C...”

Evocação da mãe. – R. Quero ver meu filho. Tendes o poder de dar-mo? Cruéis! ... Tomaram-mo para levá-lo à luz e a mim me deixaram em trevas. Quero-o, quero-o porque me pertence!... Nada vale então o amor materno? Pois quê! Tê-lo carregado no ventre por nove meses, tê-lo amamentado, nutrido a carne da sua carne, sangue do seu sangue, guiado os seus primeiros passos; ensinado a balbuciar o sagrado nome de Deus e doce nome de mãe; ter feito dele um homem cheio de atividade, de inteligência, de probidade, de amor filial, para perdê-lo quando realizava as esperanças concebidas a seu respeito, quando brilhante futuro se lhe antolhava!

Não, Deus não é justo; não é Deus das mães, não lhes compreende as dores e desesperos... E quando me dava à morte para me não separar de meu filho, eis que novamente mo roubam!... Meu filho!, meu filho, onde estás?

Evocador. – Pobre mãe, compartilhamos da vossa dor. Buscastes, no entanto, um triste recurso para vos reunirdes ao vosso filho: O suicídio é um crime aos olhos de Deus e deveis saber que Deus pune toda infração das suas leis. A ausência do vosso filho é a vossa punição.

Ela. – Não; eu julgava Deus melhor que os homens; não acreditava no seu inferno, porém cria na reunião das almas que se amaram como nós nos amávamos... Enganei-me... Deus não é justo nem bom, porisso que não compreende a grandeza da minha dor como do meu amor!... Oh! quem me dará meu filho! Tê-lo-ei perdido para sempre? Piedade! piedade, meu Deus!

Evocador. – Vamos, acalmai o vosso desespero; considerai que se há um meio de ver vosso filho, não é blasfemando contra Deus, como ora o fazeis. Com isso, em vez de atrairdes a sua misericórdia, fazei jus a maior severidade.

Ela. – Disseram-me que não mais o tornaria a ver e compreendi que o haviam levado ao Paraíso. E eu estarei, acaso, no inferno? no inferno das mães? Ele existe, demais o vejo...

Evocador. – Vamos, acalmai o vosso desespero; considera que o tornareis a ver, mas é preciso merecê-lo pela submissão à vontade de Deus, ao passo que a revolta poderá retardar indefinidamente esse momento.

Ouvi-me: Deus é infinitamente bom, mas é também infinitamente justo. Assim ninguém é punido sem causa e se sobre a Terra Ele vos infligiu grandes dores, é porque as merecestes. A morte de vosso filho era uma prova à vossa resignação; infelizmente a ela sucumbistes quando em vida e eis que após a morte de novo sucumbis; como pretendeis que Deus recompense os filhos rebeldes?

A sentença não é porém inexorável e o arrependimento do culpado é sempre acolhido. Se tivésseis aceito a provação com humildade; se houvésseis esperado com paciência o momento da vossa desencarnação, ao entrardes no mundo espiritual, em que vos achais, teríeis imediatamente avistado vosso filho, o qual vos receberia de braços abertos. Depois da ausência, vê-lo-ias radiante. Mas o que fizestes e ainda a-

gora fazeis, coloca entre vós e ele uma barreira. Não o julgueis perdido nas profundezas do Espaço, antes mais perto do que supondes – é que véu impenetrável o subtrai à vossa vista.

Ele vos vê e ama sempre, deplorando a triste condição em que caístes pela falta de confiança em Deus e aguardando ansioso o momento feliz de se vos apresentar. De vós, somente, depende abreviar ou retardar esse momento. Orai a Deus e dizei comigo: “Meu Deus, perdoai-me o ter duvidado da vossa justiça e bondade; se me punistes, reconheço merecida a punição. Dignai-vos aceitar meu arrependimento e submissão à vossa santa vontade”.

Ela. – Que luz de esperança acabais de fazer despontar em minha alma! É como relâmpago em a noite que me cerca. Obrigada, vou orar... Adeus.

A morte, mesmo pelo suicídio, não produziu nesse Espírito a ilusão de se julgar ainda vivo. Ele apresenta-se consciente do seu estado – é que para outros o castigo consiste naquela ilusão, pelos laços que os prendem ao corpo. Essa mulher quis deixar a Terra para seguir o filho na outra vida, era pois necessário que soubesse aí estar realmente, na certeza da desencarnação, no conhecimento exato da sua situação. Assim é que cada falta é punida de acordo com as circunstâncias que a determinam e que não há punições uniformes para as faltas do mesmo gênero.

5. DUPLO SUICÍDIO POR AMOR E POR DEVER

(Dois suicídios simultâneos para não traírem o dever conjugal)

É de um jornal de 13 de junho de 1862 a seguinte narrativa:

“A jovem Palmira, modista que residia com seus pais, era dotada de aparência encantadora e de caráter afável. Porisso também muito requestada a sua mão. Entre todos os pretendentes ela escolheu o Sr. B., que lhe retribuía essa preferência com a mais viva das paixões. Não obstante essa afeição, por deferência aos pais, Palmira consentiu em desposar o Sr. D., cuja posição social se afigurava mais vantajosa àquelas do que a do seu rival.

Os Srs. B. e D. eram amigos íntimos e posto nã houvesse entre eles quaisquer relações de interesse, jamais deixaram de se avistar. O amor recíproco de B. e Palmira, que passou a ser a Sra. D., de modo algum se atenuara e como se esforçassem ambos por contê-lo, aumentava-se ele de intensidade na razão direta daquele esforço.

Visando extinguí-lo, B. tomou o partido de se casar, e desposou, de fato, uma jovem possuidora de eminentes predicados, fazendo o possível por amá-la.

“Cedo, contudo, percebeu a impossibilidade do expediente. Decorreram quatro anos sem que B. ou a Sra. D. faltassem aos seus deveres.

“O que padeceram, só eles o sabem, pois D., que estimava deveras o seu amigo, atraía-o sempre ao seu lar, insistindo para que nele ficasse quando tentava retirar-se.

“Aproximados um dia por circunstâncias fortuítas e independentes da própria vontade os dois amantes deram-se ciência do mal que os torturava e acharam que a morte era, no caso, o único remédio que se lhes entolhava. Assentaram que se suicidariam juntamente, no dia seguinte, em que o Sr. D. estaria ausente de casa mais prolongadamente.

Feitos os últimos preparativos, escreveram longa e tocante missiva, explicando a causa da sua resolução: para não prevaricarem. Essa carta terminava pedindo que lhes perdoassem e, mais, que os enterrassem na mesma sepultura.

“De regresso à casa, o Sr. D. encontrou-os asfixiados. Respeitou-lhes os últimos desejos, e, assim, não consentiu fossem os corpos separados no cemitério.”

Sendo esta ocorrência submetida à Sociedade de Paris, como assunto de estudo, um Espírito respondeu:

“Os dois amantes suicidas não vos podem responder ainda. Vejo-os imersos em perturbação e aterrorizados pela perspectiva da eternidade. As conseqüências morais da falta cometida lhes pesarão por migrações sucessivas, durante as quais suas almas separadas se buscarão incessantemente, sujeitas ao duplo suplício de se sentirem e desejarem em vão.

“Completa a expiação, ficarão reunidos para sempre, no seio do amor eterno. Dentro de oito dias, na próxima sessão, podereis evocá-los. Eles aqui virão sem contudo se avistarem, porque profundas trevas os separarão por muito tempo.”

1. Evocação da suicida. – Vêdes o vosso amado, com o qual vos suicidastes? – R. Nada vejo, nem mesmo os Espíritos que comigo erram neste mundo. Que noite! Que noite! E que véu espesso me circunda a fronte.

2. Que sensação experimentastes ao despertar no outro mundo? – R. Singular! Tinha frio e escaldava. Tinha gelo nas veias e fogo na frente! Coisa estranha, conjunto inaudito! Fogo e gelo pareciam consumir-me! E eu julgava que ia sucumbir uma segunda vez...

3. Experimentais qualquer dor física? – R. Todo o meu sofrimento reside aqui, aqui...

- Que quereis dizer por aqui, aqui? – R. Aqui no meu cérebro, aqui no coração...

É provável que, visível, o Espírito levasse a mão à cabeça e ao coração.

4. Acreditais na perenidade dessa situação? – R. Oh! sempre! sempre! Ouço às vezes risos infernais, vozes horríficas que bradam: sempre assim!

5. Pois bem: podemos com segurança dizer-vos que nem sempre assim será. Pelo arrependimento obtereis o perdão. – R. Que dizeis? Não ouço.

6. Repetimos que os vossos sofrimentos terão um termo, que os podereis abreviar pelo arrependimento, sendo-nos possível auxiliar-vos com a prece. – R. Não ouvi, além de sons confusos, mais que uma palavra. Essa palavra é: - graça! Seria efetivamente graça o que pronunciastes? Falastes em graça, mas sem dúvida o fizestes à alma que por aqui passou junto de mim, pobre criança que chora e espera.

Uma senhora, presente à reunião, declarou que fizera fervorosa prece pela infeliz, o que sem dúvida a comoveu, e que de fato, mentalmente, havia implorado em seu favor a graça de Deus.

7. Dissestes estar em trevas e nada ouvir? – R. É-me permitido ouvir algumas das vossas palavras, mas o que vejo é apenas um crepe negro, no qual de quando em quando se desenha um semblante que chora.

8. Mas uma vez que ele aqui está sem o avistardes, nem sequer vos apercebeis da presença de vosso amado? – R. Ah! não me faleis dele. Devo esquecê-lo presentemente para que do crepe se extinga a imagem retratada.

9. Que imagem é essa? – R. A de um homem que sofre e cuja existência moral na Terra aniquilei por muito tempo.

Da leitura dessa narrativa logo se depreende haver neste suicídio circunstâncias atenuantes, encarando-o como ato heróico provocado pelo cumprimento do dever. Mas reconhece-se, também, que, contrariamente ao julgado, longa e terrível deve ser a pena dos culpados por se terem voluntariamente refugiado na morte para evitar a luta. A intenção de não faltar aos deveres era, efetivamente, honrosa, e lhes será levada em conta mais tarde, mas o verdadeiro mérito consistiria na resistência, tendo eles procedido como o desertor que se esquiva no momento do perigo.

A pena consistirá, como se vê, em se procurarem debalde e por muito tempo, quer no mundo espiritual, quer noutras encarnações terrestres; pena que ora é agravada pela perspectiva da sua eterna duração. Essa perspectiva, aliada ao castigo, faz que lhes seja defeso ouvirem palavras de esperança que porventura lhes dirijam. Aos que acharem esta pena longa e terrível, tanto mais quanto não deverá cessar senão depois de várias encarnações, diremos que essa duração não é absoluta, mas depende da maneira por que suportarem as futuras provações, além do que podem eles ser auxiliados pela prece. E serão assim, como todos, os árbitros do seu destino. Não será isso, ainda assim, preferível à eterna condenação, sem esperança, a que ficam irrevogavelmente submetidos segundo a doutrina da Igreja, que os considera votados ao inferno e para sempre, a ponto de lhes recusar, com certeza por inúteis, as últimas preces?

6. LUÍS E A PESPONTADEIRA DE BOTINAS

(Um falso amor provoca o suicídio)

Havia sete para oito meses que Luís G., oficial-sapateiro, namorava uma jovem, Vitorina R., com a qual em breve deveria casar-se, já tendo mesmo corrido os proclamas do casamento.

Estando neste pé as coisas, consideravam-se quase definitivamente ligados e, como medida econômica, diariamente vinha o sapateiro almoçar e jantar em casa da noiva.

Um dia, ao jantar, sobreveio uma controvérsia a propósito de qualquer futilidade, e, obstinando-se os dois nas opiniões, foram as coisas ao ponto de Luís abandonar a mesa, protestando não mais voltar.

Apesar disso, no dia seguinte veio pedir perdão. A noite é boa conselheira, como se sabe, mas a moça, prejulgando talvez pela cena da véspera o que poderia acontecer quando não há mais tempo de remediar o mal, recusou-se à reconciliação. Nem protestos, nem lágrimas, nem desesperos puderam demovê-la. Muitos dias ainda se passaram, esperando Luís que a sua amada fosse mais razoável, até que resolveu fazer uma última tentativa.

Chegando à casa da moça, bateu de modo que fosse reconhecido, mas a porta permaneceu fechada, recusaram abrir-lhe.

Novas súplicas do repellido, novos protestos não ecoaram no coração da sua pretendida. “Adeus, pois, cruel! – exclamou o pobre moço – adeus para sempre. Trata de procurar um marido que te estime tanto como eu”. Ao mesmo tempo a moça ouvia um gemido abafado e logo após o baque como que de um corpo escorregando pela porta. Pelo silêncio que se seguiu, a moça julgou que Luís se assentara à soleira da porta e protestou a si mesma não sair enquanto ele ali se conservasse.

Decorrido um quarto de hora é que um locatário, passando pela calçada e levando luz, soltou um grito de espanto e pediu socorro.

Depressa acorre a vizinhança, e Vitorina, abrindo então a porta, deu um grito de horror, reconhecendo estendido sobre o lagedo, pálido, inanimado, o seu noivo. Cada qual se apressou em socorrê-lo, mas para logo se percebeu que tudo seria inútil, visto como ele deixara de existir. O desgraçado moço enterrara uma faca na região do coração e o ferro ficara-lhe cravado na ferida.

(Sociedade Espírita de Paris, agosto de 1858)

1. **Ao Espírito de S. Luís** – A moça, causadora involuntária do suicídio, tem responsabilidade? – R. Sim, porque o não amava.

2. Então para prevenir a desgraça deveria desposá-lo a despeito da repugnância que lhe causava? – R. Ela procurava uma ocasião de descartar-se e assim fez em começo da ligação o que viria a fazer mais tarde.

3. Neste caso, a sua responsabilidade decorre de haver alimentado sentimentos dos quais não participava e que deram em resultado o suicídio do moço? – R. Sim, exatamente.

4. Mas então essa responsabilidade deve ser proporcional à falta e não tão grande como se consciente e voluntariamente houvesse provocado o suicídio? – R. Sim, exatamente.

5. E o suicídio de Luís tem desculpa pelo desvario que lhe acarretou a obstinação de Vitorina? – R. Sim, pois o suicídio oriundo do amor é menos criminoso aos

olhos de Deus, de que o suicídio de quem procura libertar-se da vida por motivos de covardia.

(Ao Espírito de Luís G., evocado mais tarde, foram feitas as seguintes perguntas):

1. Que julgais da ação que praticastes? – R. Vitorina era uma ingrata e eu fiz mal em suicidar-me por sua causa, pois ela não o merecia.

2. Então não vos amara? – R. Não. A princípio iludia-se, mas a desavença que tivemos abriu-lhe os olhos e ela até se deu por feliz achando um pretexto para se livrar de mim.

3. E o vosso amor por ela era sincero? – R. Paixão somente, creia; pois se o amor fosse puro eu me teria poupado de lhe causar um desgosto.

4. E se acaso ela adivinhasse a vossa intenção, persistiria na sua recusa? – R. Não sei, penso mesmo que não, porque ela não é má. Mas, ainda assim, não seria feliz, e melhor foi para ela que as coisas se passassem dessa forma.

5. Batendo-lhe à porta, tínheis já a idéia de vos matar, caso se desse a recusa? – R. Não pensava naquilo ainda, porque também não contava com a sua obstinação. Foi somente à vista desta que perdi a razão.

6. Parece que não lamentais o suicídio senão pelo fato de Vitorina o não merecer... É realmente o vosso único pesar? – R. Neste momento, sim; estou ainda perturbado, afigura-se-me estar ainda à porta, conquanto também experimente outra sensação que não posso definir.

7. Chegareis a compreendê-la mais tarde. – R. Sim, quando estiver livre desta perturbação. Fiz mal, deveria resignar-me... Fui fraco e sofro as conseqüências da minha fraqueza. A paixão cega o homem a ponto de obrigá-lo a praticar loucuras e infelizmente ele só o compreende muito tarde.

8. Dizeis que tendes um desgosto... qual é? – R. Fiz mal em abreviar a vida. Não deveria fazê-lo. Era preferível tudo suportar a morrer antes do tempo. Sou portanto infeliz; sofro e é sempre ela que me faz sofrer, a ingrata. Parece-me estar sempre à sua porta, mas... não falemos nem pensemos mais nisso, que me incomoda muito. Adeus.

Por isto se vê ainda uma nova confirmação da justiça que preside à distribuição das penas, conforme o grau de responsabilidade dos culpados. Neste caso, é à moça que cabe a maior responsabilidade, por haver entretido em Luís um amor que não sentia, por brincadeira. Quanto ao moço, este já é de sobejo, punido pelo sofrimento por que passa, mas a sua pena é leve, porquanto apenas cedeu a um movimento irrefletido, em momento de exaltação e não à fria premeditação dos suicidas que ousam subtrair-se às provações da vida.

7. UM ATEU

(Suicídio de um materialista)

O Sr. M.J.B.D., era um homem instruído, porém em extremo saturado de idéias materialistas, não acreditando em Deus nem na existência da alma. A pedido de um parente, foi evocado na Sociedade Espírita de Paris, dois anos depois de desencarnado.

1. **Evocação** – R. Sofro. Sou um réprobo.

2. Fomos levados a evocar-vos em nome de parentes que, como parentes, desejam saber da vossa sorte. Podereis dizer-nos se esta nossa evocação vos é penosa ou agradável? – R. Penosa.

3. A vossa morte foi voluntária? – R. Sim.

4. Tende calma, que nós pediremos a Deus por vós. – R. Sou forçado a crer nesse Deus.

5. Que motivo poderia ter-vos levado ao suicídio? – R. O tédio de uma vida sem esperança.

Concebe-se o suicídio quando a vida é sem esperança; procura-se fugir então dela a qualquer preço. Com o Espiritismo, ao contrário, a esperança fortalece-se porque o futuro se nos desdobra. O suicídio deixa de ser objetivo, uma vez reconhecido que apenas se isenta a gente do mal para arrostar com um mal cem vezes pior. Eis por que o Espiritismo tem sequestrado muita gente a uma morte voluntária. Grandemente culpados são aqueles que se esforçam por acreditar, com sofismas científicos e a pretexto de uma falsa razão, nessa idéia desesperadora, fonte de tantos crimes e males, de que tudo acaba com a vida. Esses serão responsáveis não só pelos próprios erros, como igualmente por todos os males a que os mesmos deram causa.

6. Quisestes escapar às vicissitudes da vida... Ganhastes alguma coisa? Sois agora mais feliz? – R. Por que não existe o nada?

7. Tende a bondade de nos descrever do melhor modo possível a vossa atual situação. – R. Sofro pelo constrangimento em que estou de crer em tudo quanto negava. Meu Espírito está como um braseiro, horrivelmente atormentado.

8. De onde provinham as vossas idéias materialistas de outrora? – R. Em anterior encarnação eu fora mau e porisso condenei-me na seguinte aos tormentos da incerteza e assim foi que me suicidei.

Aqui há todo um corolário de idéias. Muitas vezes nos perguntamos como pode haver materialistas quando, tendo eles passado pelo mundo espiritual, deveriam ter dele a intuição; ora, é precisamente essa intuição que é recusada a alguns Espíritos que, conservando o orgulho, não se arrependem das próprias faltas. Para esses, a prova consiste na aquisição, durante a vida corporal e à custa do próprio raciocínio, da prova da existência de Deus e da vida futura que tem, por assim dizer, incessantemente debaixo dos olhos. Muitas vezes, porém, a presunção de nada admitir, acima de si, os empolga e absorve. Assim sofrem eles a pena até que, domado o orgulho, se rendem à evidência.

9. Quando vos afogastes, que idéia tínheis das conseqüências? Que reflexões fizestes nesse momento? – R. Nenhuma, pois tudo era o nada para mim. Depois é que vi que, tendo cumprido toda a sentença, teria de sofrer mais ainda.

10. Estais bem convencido, agora, da existência de Deus, da alma, da vida futura? – R. Ah! Tudo isso muito me atormenta!

11. Tornastes a ver vosso irmão? – R. Oh! não.

12. E por que não? – R. Para que confundir os nossos desesperos? Exila-se a gente na desgraça e na ventura se reúne, eis o que é.

13. Incomodar-vos-ia a presença de vosso irmão, que poderíamos atrair aí para junto de vós? – R. Não o façais, que não o mereço.

14. Por que vos opondes? – R. Porque ele também não é feliz.

15. Receiais a sua presença e no entanto ela só poderia ser benéfica para vós. – R. Não; mais tarde...

16. Tendes algum recado para os vossos parentes? – R. Que orem por mim.

17. Parece que na roda das vossas relações há quem partilhe das vossas opiniões. Quereis que lhes digamos alguma coisa do assunto? – R. Oh! os desgraçados!

Assim possam eles crer em outra existência, eis quanto lhes posso desejar. Se eles pudessem avaliar a minha triste posição, muito refletiriam.

(Evocação de um irmão do precedente, que professava as mesmas teorias, mas que não se suicidou. Posto que também infeliz, este se apresenta mais calmo; a sua escrita é clara e legível.)

18. Evocação – R. Possa o quadro dos nossos sofrimentos ser útil lição, persuadindo-vos da realidade de outra existência, na qual se expiam as faltas oriundas da incredulidade.

19. Vós, e vosso irmão que acabamos de evocar, vos vedes reciprocamente? – R. Não; ele me foge.

Poder-se-ia perguntar como é que os Espíritos se podem evitar no mundo espiritual, uma vez que aí não existem obstáculos materiais nem refúgios impenetráveis à vista. Tudo é, porém, relativo nesse mundo e conforme a natureza fluídica dos seres que o habitam. Só os Espíritos superiores têm percepções indefinidas, que nos inferiores são limitadas. Para estes, os obstáculos fluídicos equivalem a obstáculos materiais.

Os Espíritos furtam-se às vistas dos semelhantes por efeito volitivo, que atua sobre o envoltório perispiritual e fluidos ambientes. A Providência, porém, como mãe, por todos os seus filhos vela e individualmente lhes concede ou nega essa faculdade, conforme as suas disposições morais, o que constitui, conforme as circunstâncias, um castigo ou uma recompensa.

20. Estais mais calmo do que vosso irmão. Podereis dar-nos uma descrição mais precisa dos vossos sofrimentos? – R. Não sofreis aí na Terra no vosso orgulho, no vosso amor próprio, quando obrigados a reconhecer os vossos erros?

O vosso Espírito não se revolta com a idéia de vos humilhades a quem vos demonstre o vosso erro? Pois bem! Julgai quanto deve sofrer o Espírito que por toda a sua vida se persuadiu de que nada existia além dele e que sobre todos prevalecia sempre a sua razão.

Encontrando-se de súbito em face da verdade imponente, esse Espírito sente-se aniquilado, humilhado. A isso vem ainda juntar-se o remorso de haver por tanto tempo esquecido a existência de um Deus tão bom, tão indulgente.

A situação é insuportável; não há calma nem repouso; não se encontra um pouco de tranquilidade senão no momento em que a graça divina, isto é, o amor de

Deus, nos toca, pois o orgulho de tal modo se apodera de nós, que de todo nos embo-
ta, a ponto de ser preciso ainda muito tempo para que nos despojemos completamente
dessa roupagem fatal. Só a prece dos nossos irmãos pode ajudar-nos nesses transes.

21. Quereis falar dos irmãos encarnados, ou dos Espíritos? – R. De uns e ou-
tros.

22. Enquanto nos entretínhamos com o vosso irmão, uma das pessoas aqui
presentes orou por ele; essa prece lhe foi proveitosa? – R. Ela não se perderá. Se ele
agora recusa a graça, outro tanto não fará quando estiver em condições de recorrer a
essa divina panacéia.

Aqui lobrigamos outro gênero de castigo, mas que não é o mesmo em todos os cétricos. Para
este Espírito é independente do sofrimento a necessidade de apregoar a verdade, que repudiara quando
encarnado. As suas idéias atuais revelam certo grau de adiantamento, comparado ao de outros Espíritos
persistentes na negação de Deus. Confessar o próprio erro é já alguma coisa, porque é premissa de hu-
mildade. Na subsequente encarnação é mais que provável que a incredulidade ceda lugar ao sentimento
inato da fé.

Transmitindo à pessoa que no-la havia solicitado o resultado das duas evoca-
ções, tivemos dela a seguinte resposta:

“Não podeis imaginar, meu caro senhor, o grande benefício advindo da evo-
cação de meu sogro e de meu tio. Reconhecemo-los perfeitamente. A letra do primei-
ro, sobretudo, é uma analogia notável com a que ele tinha em vida, tanto mais quanto,
durante os últimos meses que conosco passou, essa letra era sofreada e indecifrável.
Aí se verificam a mesma forma de pernas, do etc. e de certas letras. Quanto ao voca-
bulário e ao estilo, a semelhança é ainda mais frisante; para nós, a analogia é comple-
ta, apenas com maior conhecimento de Deus, da alma e da eternidade que ele tão
formalmente negava outrora. Não nos restam dúvidas, portanto, acerca da sua identi-
dade.

(...)

8. FELICIANO

(Perdeu a fortuna e suicidou-se)

Era um homem rico, instruído, poeta espirituoso, possuidor de caráter são, obsequioso e ameno, de perfeita honradez.

Falsas especulações comprometeram-lhe a fortuna, e, não lhe sendo possível repará-la em razão da idade avançada, cedeu ao desânimo, enforcando-se em dezembro de 1864, no seu quarto de dormir.

Não era materialista nem ateu, mas um homem de gênio um tanto superficial, ligando pouca importância ao problema da vida de além-túmulo. Conhecendo-o intimamente, evocamo-lo, quatro meses após o suicídio, inspirados pela simpatia que lhe dedicávamos.

Evocação – Choro a Terra na qual tive decepções, porém menores do que as experimentadas aqui. Eu, que sonhava maravilhas, estou abaixo da realidade do meu ideal. O mundo dos Espíritos é bastante promíscuo e para torná-lo suportável fora mister uma boa triagem. Não torno a ele. Que esboço de costumes espíritas se poderia fazer aqui! O próprio Balzac, estando no seu elemento, não faria esse esboço senão de modo rústico. Não o lobriguei, porém... Onde estarão esses grandes Espíritos que tão energicamente profligaram os vícios da Humanidade! Deviam eles, como eu, habitar por aqui antes de se lançarem a regiões mais elevadas. Apraz-me observar este curioso pandemônio e assim fico por aqui.

Apesar de o Espírito nos declarar que se acha numa sociedade assaz promíscua e, por conseguinte, de Espíritos inferiores, surpreendeu-nos a sua linguagem, dado o gênero de morte, ao qual, aliás, não faz qualquer referência. A não ser isso, tudo mais refletiu seu caráter. Essa circunstância deixava-nos em dúvida acerca da identidade.

P. Tende a bondade de nos dizer como morrestes... – R. Como morri? Pela morte por mim escolhida, a que mais me agradou, sendo para notar que meditei muito tempo nessa escolha com o intuito de me livrar da vida. Apesar disso, confesso que não ganhei grande coisa: libertei-me dos cuidados materiais, porém, para encontrá-los mais graves e penosos na condição de Espírito, da qual nem sequer prevejo o fim.

P. (ao Guia do médium). O Espírito em comunicação será efetivamente o de Feliciano? Esta linguagem, quase despreocupada, torna-se suspeita em se tratando de um suicida... – R. Sim. Entretanto, por um sentimento justificável na sua posição, ele não queria revelar ao médium o seu gênero de morte. Foi por isso que dissimulou a frase, acabando no entanto por confessá-lo diante da pergunta direta que lhe fizestes e

não sem angústias. O suicídio fá-lo sofrer muito e porisso desvia, o mais possível, tudo o que lhe recorde o seu fim funesto.

P. (ao Espírito). A vossa desencarnação tanto mais nos comoveu, quanto lhe prevíamos as tristes conseqüências, além da estima e intimidade das nossas relações. Particularmente não me esqueci do quanto éreis obsequioso e bom para comigo. Seria feliz se pudesse testemunhar-vos a minha gratidão, fazendo alguma coisa por vós. – R. Entretanto, eu não podia furtar-me de outra maneira aos empecilhos da minha posição material. Agora, só tenho necessidade de preces, orai, principalmente, para que me veja livre desses hórridos companheiros que aqui estão junto de mim, obsidiando-me com gritos, sorrisos e infernais motejos. Eles chamam-me covarde, e com razão, porque é covardia renunciar à vida. É a quarta vez que sucumbo a essa provação, não obstante a formal promessa de não falir... Fatalidade!... Ah! Orai... Que suplício o meu! Quanto sou desgraçado! Orando, fazeis por mim mais que por vós pude fazer quando na Terra; mas a prova, ante a qual fracassei tantas vezes, aí está retraçada, indelével, diante de mim! É preciso tentá-la novamente em tempo oportuno... Terei forças? Ah! recomeçar a vida tantas vezes; lutar por tanto tempo para sucumbir aos acontecimentos, é desesperador, mesmo aqui! Eis por que tenho necessidade de força. Dizem que podemos obtê-la pela prece... Orai por mim, que eu quero orar também.

Este caso particular de suicídio se bem que realizado em circunstâncias vulgares, apresenta uma característica especial. Ele mostra-nos um Espírito que sucumbiu muitas vezes à provação, que se renova a cada existência *e que se renovará até que ele tenha forças para resistir*.. Assim se confirma o fato de não haver proveito no sofrimento, sempre que deixamos de atingir o fim da encarnação, sendo preciso recomeçá-lo até que saíamos vitoriosos da refrega.

Ao Espírito do Sr. Feliciano - Ouvi, eu vo-lo peço, ouvi e meditai nas minhas palavras. O que denominais fatalidade é apenas a vossa fraqueza, pois se a fatalidade existisse o homem deixaria de ser responsável pelos seus atos. O homem é sempre livre e na liberdade está o seu maior e mais belo privilégio. Deus não quis fazer dele um autômato obediente e cego, e, se essa liberdade o torna falível, também o torna perfectível, sem o que somente pela perfeição poderá atingir a suprema felicidade.

O orgulho somente pode levar o homem a atribuir ao destino as suas infelicidades terrenas, quando a verdade é que essas infelicidades promanam da sua própria incúria. Tendes disso um exemplo bem patente na vossa última encarnação, pois tínheis tudo que se fazia necessário à felicidade humana na Terra: espírito, talento, fortuna, merecida consideração; nada de vícios ruinosos, mas, ao contrário, apreciáveis

qualidades... Como pois ficou tão comprometida a vossa posição? Unicamente pela vossa imprevidência.

Haveis de convir que, agindo com mais prudência, contentando-vos com o muito que já vos coubera, antes que procurando aumentá-lo sem necessidade, a ruína não sobreviria. Não havia nisso nenhuma fatalidade, uma vez que podíeis ter evitado o acontecido. A vossa provação consistia num encadeamento de circunstâncias que vos deveriam dar não a necessidade mas a tentação do suicídio; desgraçadamente, apesar do vosso talento e instrução, não soubestes dominar essas circunstâncias e sofreis agora as conseqüências da vossa fraqueza.

Essa prova, como o presentis com razão, deve renovar-se ainda; na vossa próxima encarnação tereis de enfrentar acontecimentos que vos sugerirão a idéia de suicídio e sempre assim acontecerá até que de todo tenhais triunfado.

Longe de acusar o destino que é a vossa própria obra, admirai a bondade de Deus, que, em vez de condenar irremissivelmente pela primeira falta, oferece sempre os meios de repará-la.

Assim sofrereis não eternamente, mas por tanto tempo quanto reincidirdes no erro. Depende de vós, no estado espiritual, tomar a resolução bastante enérgica de manifestar a Deus um sincero arrependimento, solicitando instantemente o apoio dos bons Espíritos. Voltareis então à Terra, escudado na resistência a todas as tentações.

Uma vez alcançada essa vitória, que sob outros aspectos o vosso progresso é já considerável, como vedes, há ainda um passo a vencer, para o qual vos auxiliaremos com as nossas preces. Estas só serão improfícuas se nos não ajudardes com os vossos esforços.

Resposta – Oh! Obrigado! Oh! obrigado por tão boas exortações. Delas tenho tanto maior precisão quanto sou mais desgraçado do que aparentava. Vou aproveitá-las, garanto, no preparo da próxima encarnação, durante a qual farei todo o possível por não sucumbir. Já me custa suportar o meio ignóbil do meu exílio.

Feliciano.

9. ANTONIO BELL

(Obsessor, vítima de assassinato, provoca suicídio)

Era o caixa de uma casa bancária do Canadá e suicidou-se a 28 de fevereiro de 1865. Um dos nossos correspondentes, médico e farmacêutico residente na mesma cidade, deu-nos dele as informações que se seguem:

“Conheci-o, havia perto de 20 anos, como homem pacato e chefe de numerosa família. De certo tempo para cá imaginou ter comprado um tóxico na minha farmácia, do qual se serviu para envenenar alguém. Muitas vezes vinha suplicar-me para lhe dizer a época daquela compra, tomado então de alucinações terríveis.

Perdia o sono, lamentava-se, batia no peito. A família vivia em constante ansiedade das 4 da tarde às 9 da manhã, hora esta em que se dirigia para a casa bancária, onde aliás, procedia com muita regularidade, aos seus serviços de escriturações, sem que jamais tivesse cometido um só erro. Habitualmente dizia sentir dentro de si um ente que o fazia desempenhar com acerto e ordem a sua contabilidade. Quando se dava por convencido da extravagância das suas idéias, exclamava: “Nao, não; quereis iludir-me... lembro-me... é verdade.”

A pedido desse amigo, foi ele evocado em Paris, a 17 de abril de 1865.

1. **Evocação.** – R. Que pretendeis de mim? Sujeitar-me a um interrogatório? É inútil, tudo confessarei.

2. Bem longe de nós o pensamento de vos afligir com perguntas indiscretas; desejamos saber apenas qual a vossa posição nesse mundo, bem como se vos poderemos ser úteis... – R. Ah! Se for possível, ser-vos-ei extremamente grato. Tenho horror ao meu crime e sou muito infeliz!

3. Temos a esperança de que as nossas preces atenuarão as vossas penas. Parece-nos que vos achais em boas condições, visto como o arrependimento já vos assedia o coração – o que constitui um começo de reabilitação. Deus, infinitamente misericordioso, sempre tem piedade do pecador arrependido. Orai conosco. (Faz-se a prece pelos suicidas, a qual se encontra n’O Evangelho Segundo o Espiritismo).

Agora, tende a bondade de nos dizer de quais crimes vos reconheceis culpados. Essa confissão, humildemente feita, ser-vos-á favorável. – R. Deixai primeiro que vos agradeça por esta esperança que fizestes raiar no meu coração. Oh! há já bas-

tante tempo que vivia numa cidade banhada pelo Mediterrâneo. Amava, então, uma bela moça que me correspondia; mas, pelo fato de ser pobre, fui repellido pela família. a minha eleita participou-me que desposaria o filho de um negociante cujas transações se estendiam para além de dois mares e assim fui eu preterido.

Louco de dor, resolvi acabar com a vida, não sem deixar de assassinar o detestado rival, saciando o meu desejo de vingança. Repugnando-me os meios violentos, horrorizava-me a perpetração do crime, porém, o meu ciúme a levou de vencida. Na véspera do casamento, morria o meu rival envenenado, pelo meio que me pareceu mais fácil. Eis como se explicam as reminiscências do passado... Sim, eu já reencarnei, e preciso é que reencarne ainda... Oh! meu Deus, tende piedade das minhas lágrimas e da minha fraqueza!

4. Deploramos essa infelicidade que retardou vosso progresso e sinceramente vos lamentamos; dado, porém, que vos arrependais, Deus se há de compadecer de vós. Dizei-nos se chegastes a executar o vosso projeto de suicídio... – R. Não e confesso, para vergonha minha, que a esperança se me despontou novamente no coração, com o desejo de me aproveitar do crime já cometido. Traíram-me, porém, os remorsos e acabei por expiar, no último suplício, aquele meu desvario: enforquei-me.

5. Na vossa última encarnação tínheis a consciência do mal praticado na penúltima? – R. Nos últimos anos somente e eis como se dava o fato: eu era bom por natureza, e, depois de submetido, como todos os homicidas, ao tormento da visão perseverante da vítima, que me perseguia qual vivo remorso, dela me desvencilhei depois de muitos anos, pelo meu arrependimento e pelas minhas preces. Recomecei outra existência, a última que atravessei calmo e tímido. Tinha em mim como que vaga intuição da minha inata fraqueza, bem como da culpa anterior, cuja lembrança em estado latente conservara.

Mas um Espírito obsessor e vingativo, que não era outro senão o pai da minha vítima, facilmente se apoderou de mim e fez reviver no meu coração, como em mágico espelho, as lembranças do passado.

Simultaneamente influenciado por ele e pelo meu Guia, que me protegia, eu era o envenenador e ao mesmo tempo o pai de família angariando pelo trabalho o sustento dos filhos. Fascinado por esse demônio obsessor, deixei-me arrastar para o suicídio. Sou muito culpado realmente, porém menos do que se deliberasse por mim mesmo. Os suicidas da minha categoria, incapazes por sua fraqueza de resistir aos ob-

sessores, são menos culpados e menos punidos do que aqueles que abandonam a vida por efeito exclusivo da própria vontade.

Oraí comigo para que o Espírito que tão fatalmente me obsidiou renuncie à sua vingança e oraí por mim para que adquira a energia, a força necessária para não ceder à prova do suicídio voluntário, prova a que serei submetido, dizem-me, na próxima encarnação.

Ao Guia do médium – Um Espírito obsessor pode, realmente, levar o obsdiado ao suicídio? – R. Certamente, pois a obsessão que, por si mesma, já é um gênero de provação, pode revestir todas as formas. Mas isso não quer dizer isenção de culpa. O homem dispõe sempre do livre arbítrio e conseqüentemente está em si o ceder ou resistir às sugestões a que o submetem.

Assim é que, sucumbindo o faz sempre com assentimento da própria vontade. Relativamente ao mais, o Espírito tem razão dizendo que a ação incitada por outrem é menos culposa e repreensível do que quando voluntariamente cometida. Contudo, nem por isso se inocenta de culpa, visto como, afastando-se do caminho reto, mostra que o bem ainda não estava vinculado no seu coração.

6. Como, não obstante a prece e o arrependimento terem libertado esse Espírito da visão tormentosa da sua vítima, pôde ele ser atingido pela vingança de um obsessor na última encarnação? – R. O arrependimento, bem o sabeis, é apenas a preliminar indispensável à reabilitação, mas não é o suficiente para libertar o culpado de todas as penas. Deus não se contenta com promessas, sendo preciso a prova por atos, do retorno ao bom caminho. Eis por que o Espírito é submetido a novas provações que o fortalecem, crescendo-lhe um merecimento ainda maior quando delas sai triunfante.

O Espírito só arrosta (se defronta) com a perseguição dos maus, dos obsessores, enquanto estes o não encontram bastante forte para resistir-lhes. Encontrando resistência, eles o abandonam convictos da inutilidade de seus esforços.

Estes dois últimos exemplos mostram-nos a renovação da mesma prova em sucessivas encarnações e por tanto tempo quanto o da sua ineficácia. Antônio Bell mostra-nos enfim o fato muito instrutivo do homem perseguido pela lembrança de um crime cometido em anterior existência, como um remorso e um aviso.

Vemos ainda por aí que todas as existências são solidárias entre si; que a justiça e bondade divinas se ostentam na faculdade ao homem conferida de progredir gradualmente, sem nunca privá-lo do resgate das faltas; que o culpado é punido pela própria falta, sendo esta punição, em vez de uma vingança de Deus, o meio empregado para fazê-lo progredir.

CAPÍTULO VII

SUICÍDIOS

REVISTA ESPÍRITA – ALLAN KARDEC

(EDICEL – S.Paulo, Trad. de Júlio Abreu Filho)

JORNAL DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS

O que foi explanado, preliminarmente, no Capítulo anterior, VI (Suicídios, livro “O Céu e o Inferno”), é perfeitamente aplicável a este, pois aqui são citados os demais casos de suicídios constantes da Revista Espírita, que não foram registrados, por Allan Kardec, em “O Céu e o Inferno”. Como apresentam certas peculiaridades diferentes dos outros, resolvemos transcrevê-los aqui, embora parte de nossos propósitos já terem sido atingidos com os relatos precedentes.

Queremos, com este Capítulo, principalmente, reforçar aos simpatizantes da doutrina espírita, aos militantes e leitores em geral que, além dos livros básicos da Codificação Espírita, há, também, esse manancial extraordinário, registrado nessa Coleção: “Revista Espírita”, elaborada, também, por Allan Kardec, quase desconhecida, aguardando aos que desejam, realmente, adquirir a Sabedoria Plena, caminhar em busca da Verdade Absoluta.

Assim sendo,

1. PROBLEMAS MORAIS

SOBRE O SUICÍDIO (1858/NOVEMBRO - Pág. 314.)

PERGUNTAS DIRIGIDAS A SÃO LUÍS ATRAVÉS DO SR. C., MÉDIUM FALANTE E VIDENTE, NA SESSÃO DE 12 DE OUTUBRO DE 1858, NA SOCIEDADE PARISIENSE DE ESTUDOS ESPÍRITAS

1. – Por que motivo o homem, que tem a firme intenção de se matar revoltar-se-ia contra a idéia de ser morto por um outro e defender-se-ia contra os ataques, no mesmo instante em que vai cumprir o seu desígnio?

- Porque o homem tem sempre medo da morte. Quando se suicida, está superexcitado, com a cabeça transtornada, e realiza esse ato sem coragem nem medo e, por assim dizer, sem ter conhecimento do que faz; ao passo que se lhe fosse dado raciocinar não veríamos tantos suicídios. O instinto do homem o leva a defender a própria vida e, durante o tempo que decorre entre o momento em que o seu semelhante se aproxima para o matar e o momento em que o ato é cometido, tem ele sempre um movimento de repulsa instintiva da morte; e este o leva a repelir esse fantasma, só aterrorizante para um Espírito culposo. O homem que se suicida não experimenta tal sentimento porque se acha cercado de Espíritos que o impelem, que o ajudam em seus desejos e lhe fazem perder completamente a lembrança do que não seja ele mesmo, isto é, dos pais, daqueles que o amam e de uma outra existência. Nesse momento o homem é todo egoísmo.

2. – Aquele que, desgostoso da vida, mas não quer suicidar-se e deseja que sua morte sirva para alguma coisa será culpado se a buscar no campo de batalha, defendendo o seu país?

- Sempre. O homem deve seguir o impulso que lhe é dado. Seja qual for a vida que leve, é sempre assistido por Espíritos que o conduzem e o dirigem, malgrado seu. Ora, procurar agir contra os seus conselhos é um crime, pois que aqueles aí estão para nos dirigir e, quando queremos agir por nós mesmos, esses bons Espíritos estão prontos a ajudar-nos. Entretanto, se o homem, arrastado por seu próprio Espírito, quer deixar esta vida, é abandonado; mais tarde reconhece que terá de recomeçar uma outra existência. Para elevar-se, deve o homem ser provado. Parar a sua ação, pôr um entrave em seu livre arbítrio seria ir contra Deus e, neste caso, as provas tornar-se-iam inúteis, porque os Espíritos não cometeriam faltas. O Espírito foi criado simples e ignorante; então, para chegar às esferas felizes, é necessário elevar-se em Ciência e em sabedoria e é somente na adversidade que adquire um coração elevado e melhor compreende a grandeza de Deus.

3. – Um dos assistentes observou que notava uma contradição entre estas últimas palavras de São Luís e as precedentes, quando disse que o homem pode ser arrastado ao suicídio pelos Espíritos que a isto o excitam. Nesse caso cederia a um impulso estranho.

- Não existe contradição. Quando disse que o homem impelido ao suicídio era cercado de Espíritos que a isto o solicitavam, não me referia aos bons Espíritos, que fazem todo esforço para o evitar; isto deveria estar subentendido; sabemos todos que temos um anjo da guarda ou, se preferis, um guia familiar. Ora, o homem tem o seu livre arbítrio; se, a despeito dos bons conselhos que lhe são dados, persevera nesta idéia criminosa, ele a realiza, no que é ajudado pelos Espíritos levianos e impuros, que o cercam e que se sentem felizes por ver que ao homem, ou Espírito encarnado, também falta a coragem para seguir conselhos de seu bom guia, por vezes de Espíritos de parentes mortos que o rodeiam, sobretudo em circunstâncias semelhantes.

2. UMA SEMENTE DE LOUCURA

(ESPIRITISMO PREVINE CONTRA

A LOUCURA E O SUICÍDIO)

(1860/JUNHO – Pág.191)

O Journal de la Haute-Saône citou, ultimamente, o seguinte fato:

“Viram-se reis destronados sepultar-se nas ruínas de seus palácios; vêm-se jogadores infelizes renunciar à vida após a perda da fortuna; mas um proprietário que se suicida para não sobreviver à expropriação de um bosque, é o que talvez nunca se viu, antes do caso que relatamos. Um proprietário de Saint-Loup recebeu comunicado de que um de seus bosques seria expropriado a 14 de maio, pela Companhia de Estradas de Ferro do Leste. A informação o afetou profundamente. Não podia suportar a idéia de separar-se de seu bosque, e deu sinais de alienação mental. A 2 de maio saiu de casa, às três da manhã, e afogou-se no ribeirão de Combeauté.”

Com efeito, é difícil suicidar-se por uma causa tão fútil; e um ato tão desarrazoado só se explica por um desarranjo no cérebro. Mas o que foi que produziu o desarranjo? Com certeza, não foi a crença nos Espíritos. O fato da desapropriação do campo? Nesse caso, por que todos os que sofrem desapropriações não ficam loucos? Dirão que é porque nem todos têm o cérebro tão fraco. Então, admitis uma predisposição natural para a loucura. E não poderia ser de outra forma, desde que a mesma causa nem sempre produz o mesmo efeito, já o dissemos muitas vezes, em resposta aos que acusam o Espiritismo de provocar a loucura. Que digam se, antes de tratar-se de Espíritos, não havia loucos, e se não há loucos entre os que não crêem nos Espíri-

tos? Uma causa física ou uma violenta comoção moral só produzirão uma loucura instantânea. Fora disso, se examinar-mos os antecedentes, sempre serão encontrados sintomas, que uma causa fortuita pode desenvolver. Então a loucura toma o caráter da preocupação principal. O louco fala do que o preocupa, mas a causa não é esta preocupação; esta é uma espécie de forma de manifestação. Assim, havendo uma predisposição para a loucura, aquele que se ocupa de religião terá uma loucura religiosa; o amor produzirá a loucura amorosa; a ambição, a loucura das honras e das riquezas, etc. No caso acima referido, seria absurdo ver outra coisa além de um simples efeito, que qualquer outra causa teria provocado, pois existia a predisposição. Agora, vamos mais longe: dizemos bem alto que se esse proprietário, tão impressionável quanto ao seu bosque, estivesse imbuído profundamente dos princípios do Espiritismo, não teria enlouquecido nem se afogado; duas desgraças teriam sido evitadas, como nos mostram numerosos exemplos. A razão disso é evidente. A loucura tem como causa primeira uma relativa fraqueza moral, que torna o indivíduo incapaz de suportar o choque de certas impressões, em cujo número figuram, ao menos em três quartas partes, a mágoa, o desespero, o desapontamento e todas as tribulações da vida. Dar ao homem a força necessária para ver essas coisas com indiferença, é atenuar a causa mais freqüente que leva à loucura e ao suicídio. Ora, essa força ele a tira da doutrina espírita bem compreendida. Ante a grandeza do futuro que ela desenrola aos nossos olhos, e de que dá prova patente, as tribulações da vida se tornam tão efêmeras, que deslizam sobre a alma como água sobre o mármore, sem deixar traços. O verdadeiro Espírita não se liga à matéria senão o quanto é preciso para as necessidades da vida. Mas, se lhe falta alguma coisa, resigna-se, porque sabe estar aqui de passagem e que uma sorte muito melhor o aguarda. Também não se aborrece por encontrar acidentalmente uma pedra em seu caminho. Se o nosso homem estivesse imbuído dessas idéias, em que se teria tornado o bosque aos seus olhos? A contrariedade sofrida seria insignificante ou nula, e uma desgraça imaginária não o teria arrastado a uma desgraça real. Em resumo, um dos efeitos, e nós podemos dizer, um dos benefícios do Espiritismo, é o de dar à alma a força que lhe falta em muitas circunstâncias, e é nisto que ele pode reduzir as causas de loucura e de suicídio. Como se vê, os mais simples fatos podem ser uma fonte de ensinamentos para quem quer refletir. É mostrando as aplicações do Espiritismo aos mais vulgares casos, que se fará compreender toda a sua sublimidade. Não está nisso a verdadeira filosofia?

3. UMA PAIXÃO DE ALÉM-TÚMULO

MAXIMILIANO V..., DE DOZE ANOS,

SUICIDA-SE POR AMOR

(1862/MAIO – Pág.139)

Lê-se no *Século* de 13 de janeiro de 1862:

“Maximilien V..., rapazinho de doze anos, morava com os pais à rue des Cordiers e estava empregado como aprendiz num tapeceiro. Tinha o hábito de ler romances-folhetins. Todos os momentos que podia subtrair ao trabalho dedicava-os à leitura, que lhe superexcitava a imaginação e lhe inspirava idéias acima de sua idade. Assim, imaginou que sentia paixão por uma criatura que tinha ocasião de ver algumas vezes e que estava longe de pensar que tivesse inspirado tal sentimento. Desesperado de ver a realização dos sonhos produzidos pelas leituras, resolveu matar-se. Ontem o porteiro da casa onde trabalhava encontrou-o sem vida num gabinete no terceiro andar, onde trabalhava sózinho. Enforcara-se numa corda que prendera numa viga, com um enorme prego.”

As circunstâncias de uma tal morte, numa idade tão precoce, deram a pensar que a evocação desse menino poderia fornecer assunto para um ensino útil. Foi feita na sessão da sociedade, a 24 de janeiro último, pelo médium sr. E. Véry.

No caso há um difícil problema de moral, quiçá impossível de resolver pelos argumentos da filosofia ordinária e, ainda menos, pela filosofia materialista. Pensam que tudo está explicado dizendo que é uma criança precoce. Mas isto nada explica; é absolutamente como se se dissesse que é dia porque o sol saiu. De onde tal precocidade? Por que certas crianças ultrapassam a idade normal para o desenvolvimento das paixões e da inteligência? Eis uma das dificuldades contra as quais esbarram todas as filosofias, porque suas soluções deixam sempre uma questão não resolvida e a gente sempre pode indagar do porquê do por que. Admita-se a existência da alma e o desenvolvimento anterior e tudo se explica da maneira mais natural. Com este princípio a gente remonta à causa e à fonte de tudo.

1. – (Ao guia espiritual do médium). Poderia dizer-nos se podemos evocar o Espírito do menino a que acabamos de nos referir? – Sim; conduzi-lo-ei, porque está sofrendo. que a sua aparição em vosso meio sirva de exemplo e seja uma lição.

2. – (A Maximilien) Você se dá conta de sua situação? – Não sei bem dizer onde estou. Como que há um véu em minha frente; falo, mas não sei como falo e co-

mo me escutam. Contudo aquilo que até há pouco ainda era obscuro, já posso ver; so-fria e neste instante me sinto aliviado.

3 – Lembra-se bem das circunstâncias de sua morte? – Parecem muito vagas; sei que me suicidava sem motivo. Entretanto, poeta numa outra encarnação, tinha uma espécie de intuição de minha vida passada; criava sonhos e quimeras; enfim, eu amava.

4. – Como foi possível chegar a tal extremo? – Acabo de responder.

5. – É singular que um menino de doze anos seja levado ao suicídio, sobretudo por um motivo como esse que o arrastou. – Vocês são interessantes! Não disse eu que, poeta numa outra encarnação, minhas faculdades tinham ficado mais amplas e desenvolvidas que nos outros? Oh! ainda na noite em que me encontro agora vejo passar essa sílfide de meus sonhos na Terra; e isto é o castigo que Deus me inflige, de ver bela e leviana como sempre, passar à minha frente e eu, ébrio de loucura e de amor, quero me atirar... mas, ah! é como se estivesse preso a um anel de ferro... Chamo... mas em vão; ela nem vira a cabeça... Oh! como sofro então!

6. – Pode descrever a sensação que experimentou quando se reconheceu no mundo dos Espíritos? – Oh! sim, agora que estou em contato com vocês. Meu corpo lá estava, inerte e frio e eu planava em volta dele; chorava lágrimas quentes. Vocês se admiram das lágrimas de uma alma. Oh! como são quentes e escaldantes! Sim, eu chorava, porque acabava de reconhecer a enormidade de meu erro e a grandeza de Deus!... Entretanto não tinha certeza de minha morte; pensava que meus olhos se fossem abrir... Elvira! chamava eu... supondo vê-la... Ah! é que eu a amo desde muito tempo; amá-la-ei sempre! Que importa se tiver de sofrer por toda a eternidade, se puder um dia possuí-la noutras encarnações!

7. – Qual o efeito que sente por estar aqui? – Faz-me bem e mal ao mesmo tempo. Bem, porque sei que compartilham de meu sofrimento; mal, porque apesar de toda a vontade que tenho de os agradar, aceitando as suas preces, não posso, porque então deveria seguir um outro caminho, diferente daquele de meus sonhos.

8. – Que podemos fazer que lhe seja útil? – Orar. Porque a prece é o orvalho divino que refresca o coração, das nossas pobres almas em pena e em sofrimento. Orar. Entretanto parece que se vocês me arrancassem do coração o meu amor e o subs-

tituísem pelo amor divino, então!... não sei... creio! ... Olhem! neste instante eu choro... ah!... Ah!... orem por mim!

9. – (Ao guia do médium). Qual a punição para este Espírito por se haver suicidado? À vista de sua idade, sua ação é tão culposa quanto a dos outros suicidas? – A punição será terrível, porque foi mais culpado que os outros; ele já possuía grandes faculdades: à força de amar a Deus de maneira poderosa e de fazer o bem. Os suicidas sofrem longos castigos; Deus pune ainda mais os que se matam com grandes idéias na mente e no coração.

10. – Disse que a punição de Maximilien será terrível. Poderá dizer-nos em que consiste? Parece que ela já começa. Ser-lhe-á reservado mais do que o que já sente? – Sem dúvida, pois sofre um fogo que o consome e o devora e que não cessará senão pelos esforços da prece e do arrependimento.

OBSERVAÇÃO: Sofre um fogo que o consome e o devora. Não é a imagem do fogo do inferno, apresentado como um fogo material?

11. – Há possibilidade de ser atenuada a sua punição? – Sim: orando-se por ele; e, sobretudo, se Maximilien se unir a essas preces.

12. – O objeto da paixão compartilha de seus sentimentos? Os dois seres estarão destinados a unir-se um dia? Quais as condições de sua união e quais os obstáculos que agora a impedem? – Os poetas amam as mulheres na Terra? Eles o acreditam por um dia, ou uma hora. O que eles amam é o ideal, é uma quimera criada por sua imaginação ardente: amor que não pode ser satisfeito senão por Deus. Todos os poetas têm uma ficção no coração – a beleza ideal que julgam ver passar na Terra; e quando encontram uma linda criatura que não deverão possuir jamais, então dizem que a realidade tomou o lugar do sonho. Mas se tocarem a realidade cairão das regiões etéreas na matéria e, não mais reconhecendo o ser que sonhavam, criam outras quimeras.

13. – (A Maximilien) Desejamos ainda fazer outras perguntas, que talvez lhe dêem alívio. Em que época você viveu como poeta? Tinha um nome conhecido? – No reinado de Luís XV. Era pobre e desconhecido; amava a uma mulher, um anjo que vi passar num parque, um dia de primavera. Depois só a revi em meus sonhos; e meus sonhos prometiam que eu a possuiria um dia.

14. – O nome Elvira nos parece muito romântico e nos leva a pensar que se trate de um nome imaginário. – Sim: era uma mulher. Sei o seu nome porque um cavalheiro que passa a seu lado a chamou Elvira. Ah! era bem a mulher que a minha imaginação havia sonhado. Eu a vejo linda, sempre bela e embriagadora. Ela é capaz de me fazer esquecer a Deus para vê-la e segui-la ainda.

15. – Você sofre e poderá sofrer ainda muito tempo. De você depende abreviar os tormentos. – Que me faz o sofrimento? Vocês não sabem o que é um desejo insatisfeito. Meus desejos serão carnis? Entretanto me queimam e as pulsações do coração, ao pensar nela, são mais fortes do que seriam se pensasse em Deus.

16. – Nós o lamentamos sinceramente. Para trabalhar pelo próprio adiantamento você deve tornar-se útil e pensar em Deus mais do que o faz. É necessário pedir uma reencarnação visando apenas reparar os erros e a inutilidade das últimas existências. Não se diz que esqueça a Elvira, mas que pense um pouco menos nela e um pouco mais em Deus, que pode abreviar os seus tormentos, se você fizer o que é necessário. Pela prece nós auxiliaremos os seus esforços. – Obrigado! Orem e tentem arrancar Elvira de meu coração. Talvez um dia eu lhes agradeça.

4 O PADEIRO DESUMANO – SUICÍDIO

(1862/MAIO – Pág.149)

Uma correspondência de Crefeld, Prússia Rhenana, de 25 de janeiro de 1862, e inserta em o *Constitutionnel* de 4 de fevereiro, contém o seguinte fato:

“Uma pobre viúva, mãe de três filhos, entra numa padaria e pede insistentemente que lhe vendam um pão fiado. O padeiro recusa. A viúva reduz o pedido a meio pão e, por fim, a uma libra de pão, apenas, para os filhos famintos. O padeiro recusa ainda, deixa o lugar e vai para o fundo da padaria. Crendo não ser vista, a mulher toma um pão e sai. Mas o roubo, imediatamente descoberto, é denunciado à polícia.

“Um agente vai à casa da viúva e a surpreende cortando o pão em pedaços para os filhos. Ela não nega o roubo, mas se desculpa com a necessidade. Embora censurando a dureza do padeiro, o agente insiste para que ela o acompanhe até o comissariado.

“A viúva pede apenas alguns instantes para trocar de roupas. Entra no quarto, mas demora bastante até que o agente perdendo a paciência, resolve abrir a porta: a infeliz estava estirada no chão, inundada de sangue. Com a mesma faca com que cortava o pão para os filhos tinha posto fim a seus dias.”

Tendo sido lida a notícia na sessão da Sociedade de 14 de fevereiro de 1862, foi proposta a evocação dessa infeliz, quando ela mesma veio manifestar-se espontaneamente, na comunicação que segue. Acontece muitas vezes que assim se revelam Espíritos de quem falamos. É fora de dúvida que são atraídos pelo pensamento, o que é uma espécie de evocação tácita. Sabem que a gente se ocupa deles, e vêm; então se comunicam, se o momento é propício ou se acham o médium que lhes convém. De acordo com isto, compreende-se que não há necessidade de ser um médium, e nem mesmo de ser espírita para atrair os Espíritos de que a gente se ocupa.

“Deus foi bom para a pobre alucinada e venho agradecer-vos a simpatia que tivestes a bondade de me testemunhar. Ah! diante da miséria e da fome de meus filhos, esqueci-me e fali. Então me disse: Desde que és impotente para alimentar teus filhos e que o padeiro recusa o pão aos que não podem pagar; desde que não tens dinheiro nem trabalho, morre! desde que não estejas mais com eles, virão em seu auxílio. Com efeito, hoje a caridade pública adotou esses pobres órfãos. Deus me perdoou, porque viu a razão vacilar no meu atroz desespero. Fui a vítima inocente de uma sociedade má, muito mal regulada. Ah! agradecei a Deus por vos ter feito nascer neste belo país da França, onde a caridade vai descobrir e aliviar todas as misérias.

“Orai por mim, a fim de que possa em breve reparar a falta que cometi, não por covardia, mas por amor materno. Como os vossos Espíritos protetores são bons! Eles me consolam, me fortificam, me encorajam, dizendo que o meu sacrifício não foi desagradável ao grande Espírito que, sob o olho e a mão de Deus, preside aos destinos da humanidade.”

(Médium: sr. d’Ambel)

A POBRE MARY

Em seguida à comunicação o Espírito de Lamennais fez a seguinte apreciação sobre o fato:

“Esta infeliz mulher é uma das vítimas do vosso mundo, de vossas leis, de vossa sociedade. Deus julga as almas, mas também julga os tempos e as circunstâncias; julga as coisas forçadas e o desespero; julga o fundo e não a forma. E ousou afirmar: esta infeliz matou-se não por crime, mas por pudor, por medo da vergonha. É que onde a justiça humana é inexorável, julga e condena os fatos materiais, a justiça divina constata o fundo do coração e o estado de consciência. Seria desejável que em certas naturezas privilegiadas fosse desenvolvido um dom que seria muito útil, não para os tribunais, mas para o adiantamento de algumas pessoas: esse dom é uma espécie de sonambulismo do pensamento que descobre muitas vezes as coisas ocultas, mas que o homem habituado à corrente da vida negligencia e atenua por sua falta de fé. É certo que um médium desse gênero, examinando esta pobre mulher, teria dito: esta mulher é abençoada por Deus porque é infeliz e este homem é amaldiçoado porque recusou o pão. Oh Deus! quando, pois, todos os teus dons serão reconhecidos e postos em prática? Aos olhos de tua justiça, o que recusou o pão será punido, porque o Cristo disse: “Aquele que dá pão a seu próximo, a mim o dá.”

LAMENNAIS

(Médium: sr. A. Didier)

5. SUICÍDIO DOS ANIMAIS

(1867/FEVEREIRO – Pág.51)

Contava o *Morning-Post*, há dias, a estranha história de um cão que se teria suicidado. O animal pertencia a um sr. Home, de Frinsbury, perto de Rochester. Parece que certas circunstâncias o tinham como suspeito de hidrofobia e que, por conseguinte, o evitavam e o mantinham afastado da casa tanto quanto possível. Ele parecia experimentar muito desgosto por ser assim tratado e, durante alguns dias notaram que estava de humor sombrio e magoado, mas sem mostrar ainda qualquer sintoma de raiva. Sexta-feira viram-no deixar o seu nicho e dirigir-se para a residência de um amigo íntimo de seu dono, em Upnor, onde recusaram acolhê-lo, o que lhe arrancou um grito lamentável.

“Depois de esperar algum tempo diante da casa, sem lhe darem entrada, decidiu-se a partir e viram-no ir para o lado do rio, que passa perto de lá, descer a barranca com passo deliberado; depois, voltando-se soltou uma espécie de uivo de adeus,

entrou no rio, mergulhou a cabeça na água e, ao cabo de um ou dois minutos, reapareceu à tona, sem vida.

“Este ato de suicídio extraordinário, segundo dizem, foi testemunhado por grande número de pessoas. O gênero de morte prova claramente que o animal não estava hidrófobo.

“Tal fato parece muito extraordinário. Sem dúvida encontrará incrédulos. Não obstante, diz o *Droit* que não lhe faltam precedentes.

“A história nos conservou a lembrança de cães fiéis, que se deram a uma morte voluntária, para não sobreviverem ao seu dono. Montaigne cita dois exemplos, tirados da antigüidade: “Hyrchanus, o cão do rei Lysimachus, seu senhor morto, ficou obstinado sobre sua cama, sem querer beber nem comer, e no dia em que queimaram o corpo, correu e atirou-se ao fogo, onde foi queimado. Como foi também o cão de um tal Pyrrhus, porque não saiu de cima do leito do seu dono desde que este morreu; e quando o levaram, deixou-se levar e, finalmente, lançou-se na foqueira onde queimavam o corpo de seu dono.” (*Essais*, liv. II, Cap. XII). Nós mesmos registramos, há alguns anos, o fim trágico de um cão que, tendo perdido a graça de seu dono, e não achando consolo, tinha-se precipitado do alto de uma passarela no canal Saint-Matin. O relato muito circunstanciado que então fizemos do caso jamais foi contraditado e não deu lugar a qualquer reclamação das partes interessadas.”

(*Petit Journal*, 15 de maio de 1866).

Não faltam exemplos de suicídio entre os animais. Como se disse acima, o cão que se deixa morrer de inanição pelo pesar de haver perdido o dono, realiza um verdadeiro suicídio. O escorpião, cercado por carvões acesos, vendo que não pode sair, mata-se. É uma analogia a mais constatar entre o espírito do homem e o dos animais.

A morte voluntária de um animal prova que ele tem consciência de sua existência e de sua individualidade; compreende o que é a vida e a morte, pois escolhe livremente entre uma e outra. Não é, pois, assim, uma máquina, e não obedece, assim, exclusivamente a um instinto cego, como o supõem. O instinto impele a procura dos meios de conservação, e não de sua própria destruição.

6. SUICÍDIO POR OBSESSÃO

(1869/JANEIRO – Pág.27)

Lê-se no *Droit*:

“O Sr. Jean-Baptiste Sadoux, fabricante de canoas em Joinville-le-Point, percebeu ontem um jovem que, depois de ter vagado durante algum tempo sobre a ponte, subiu no parapeito e se atirou ao Marne. Imediatamente foi em seu socorro e, ao cabo de sete minutos, retirou-o. Mas a asfixia já era completa e todas as tentativas para reanimar aquele infeliz foram infrutíferas.

“Uma carta encontrada com ele o faz reconhecer como o Sr. Paul D..., de vinte e dois anos, residente à Rua Sedaine, em Paris. A carta, dirigida pelo suicida ao seu pai, era extremamente tocante. Pedia perdão por abandoná-lo e dizia que havia dois anos era dominado por uma idéia terrível, por uma irresistível vontade de se destruir. Acrescentava que lhe parecia ouvir fora da vida uma voz que o chamava sem descanso e, a despeito de todos os esforços, não podia impedir de ir para ela. Encontraram, também, no bolso do paletó uma corda nova, na qual tinha sido feito um laço corrediço. Depois do exame médico-legal, o corpo foi entregue à família.”

A obsessão aqui está bem evidente, e o que não o está menos é que o fato nada tem a ver com o Espiritismo, nova prova de que o mal não é inerente à crença. Mas se o Espiritismo não entra neste caso, só ele dá a sua explicação. Eis a instrução dada a respeito por um dos nossos Espíritos familiares, e da qual ressalta que, malgrado o arrastamento a que o jovem cedeu para a sua infelicidade, não sucumbiu à fatalidade. Tinha o seu livre arbítrio e, com mais vontade, poderia ter resistido. Se tivesse sido espírita, teria compreendido que a voz que o solicitava não poderia ser senão de um mau Espírito e as conseqüências terríveis de um instante de fraqueza.

(PARIS, GRUPO DESLIENS, 20 DE DEZEMBRO DE 1868.

MÉDIUM: SR. NIVARD)

A voz dizia: Vem! vem! mas teria sido ineficaz essa voz do tentador, se a ação direta do Espírito não se tivesse feito sentir. O pobre suicida era chamado e impelido. Por que? Seu passado era a causa da situação dolorosa em que se achava; apegava-se à vida e temia a morte. Mas nesse apelo incessante que ouvia, pergunto eu, encontrou força? Não; encontrou a fraqueza que o perdeu. Venceu os temores, porque esperava

no fim encontrar do outro lado da vida o repouso que o lado de cá lhe negava. Foi enganado: o repouso não veio. As trevas o cercam, a consciência lhe censura o ato de fraqueza e o Espírito que o arrastou gargalha ao seu redor e o criva de motejos constantes. O cego não o vê, mas escuta a voz que lhe repete: Vem! vem! e depois zomba de suas torturas.

A causa deste caso de obsessão está no passado, como acabo de dizer. O próprio obsessor foi impelido ao suicídio por esse que acaba de fazer cair no abismo. Era sua mulher na existência precedente e tinha sofrido consideravelmente com o deboche e as brutalidades de seu marido. Muito fraca para aceitar a situação que lhe era dada, sem resignação e coragem, buscou na morte um refúgio contra os seus males. Ela vingou-se depois: sabeis como. Entretanto o ato desse infeliz não era fatal; tinha aceito os riscos da tentação; esta era necessária ao seu propósito, porque só ela poderia fazer desaparecer a mancha que havia sujado sua existência anterior. Ele tinha aceito os seus riscos, com a esperança de ser mais forte e se havia enganado: sucumbiu. Recomeçará mais tarde? Resistirá? Dele dependerá.

Rogai a Deus por ele, a fim de que lhe dê a calma e a resignação de que necessita, a coragem e a força para não falir nas provas que tiver de suportar mais tarde.

LOUIS NIVARD

CAPÍTULO VIII

CONCLUSÕES:

“PERFEIÇÃO MORAL”

1 – PREVENÇÕES CONTRA O SUICÍDIO

E TODOS OS MALES QUE INFELICITAM A HUMANIDADE

Este Capítulo é quase que redundante, considerando tudo o que já foi apresentado.

Entretanto, é justo registrar que “O Livro dos Espíritos” trata do tema “Perfeição Moral” no Cap. XII e o “Código de Direito Natural Espírita” nas Disposições Finais, Cap. I, páginas 713 a 730, onde é acrescentado de ilações, comentários, observações, etc., de categorizados autores encarnados e desencarnados, que desenvolvem o trabalho de Allan Kardec, mantendo a fidelidade e pureza dos postulados espíritas.

“A PERFEIÇÃO MORAL”

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA – (Págs. 713 a 743)

I – AS VIRTUDES E OS VÍCIOS – (Itens 893 a 906 de “O Livro dos Espíritos)

Artigo 288 – Todas as virtudes têm o seu mérito, porque todas são indícios de progresso no caminho do bem. Há virtude sempre que há resistência voluntária ao arrastamento das más tendências; mas a sublimidade da virtude consiste no sacrifício do interesse pessoal para o bem do próximo, sem segunda intenção. A mais meritória é aquela que se baseia na caridade mais desinteressada.

Prática espontânea do bem

Artigo 289 – Há pessoas que fazem o bem por um impulso espontâneo, sem que tenham de lutar com nenhum sentimento contrário. São as que já realizaram o progresso: lutaram anteriormente e venceram; é por isso que os bons sentimentos não lhes custam nenhum esforço e suas ações lhes parecem tão fáceis: o bem tornou-se para elas um hábito.

Indício mais característico da imperfeição: interesse pessoal

Artigo 290 – O indício mais característico da imperfeição é o ‘interesse pessoal’. As qualidades morais são geralmente como a douração de um objeto de cobre, que não resiste à pedra de toque. Um homem pode possuir qualidades reais que o fazem para o mundo um homem de bem; mas essas qualidades, embora representem um progresso, não suportam em geral certas provas, e basta ferir a tecla do interesse pessoal para se descobrir o fundo. O verdadeiro desinteresse é de fato tão raro na Terra que se pode admirá-lo como a um fenômeno, quando ele se apresenta. ‘O apego às coisas materiais é um indício notório de inferioridade, pois quanto mais o homem se apega aos bens deste mundo, menos compreende o seu destino. Pelo desinteresse, ao contrário, ele prova que vê o futuro de um ponto de vista mais elevado’.

Prodigalidade irrefletida

Artigo 291 – As pessoas que prodigalizam os seus haveres sem proveito real, têm o mérito do desinteresse, mas não o do bem que poderiam fazer. Se o desinteresse é uma virtude, a prodigalidade irrefletida é sempre, pelo menos, uma ‘falta de juízo’. A fortuna não é dada a alguns para ser lançada ao vento, como não o é a outros para ser encerrada num cofre. É um depósito de que terão de prestar contas, porque terão de responder por todo o bem que poderiam ter feito e não o fizeram; por todas as lágrimas que poderiam ter enxugado com o dinheiro dado aos que na verdade não estavam necessitados.

Caridade desinteressada e egoísmo

Artigo 292 – Aquele que faz o bem sem visar a uma recompensa na Terra, mas na esperança de que lhe seja levado em conta na outra vida, e que naquela a sua posição seja melhor, é repreensível, e esse pensamento prejudica o seu adiantamento. Pois, é necessário fazer o bem por caridade, ou seja, com desinteresse. Aquele que faz

o bem sem segunda intenção, pelo prazer único de ser agradável a Deus e ao seu próximo, já se encontra num grau de adiantamento que lhe permitirá chegar mais rapidamente à felicidade do que o seu irmão que, mais positivo, faz o bem por cálculo e não pelo impulso do ardor natural do coração.

Assim, aquele que calcula o que lhe pode render cada uma de suas boas ações, na outra vida ou mesmo na vida terrena, procede de maneira egoísta. Mas não há nenhum egoísmo em se melhorar com a intenção de se aproximar de Deus, pois esse é o objetivo que todos devem ter em vista.

Conhecimentos científicos que se referem somente às coisas e necessidades materiais

Artigo 293 – Embora a vida corpórea seja apenas uma efêmera passagem por este mundo, e que o nosso futuro deva ser a nossa principal ocupação, é útil esforçarmos por adquirir conhecimentos científicos que se referem somente às coisas e necessidades materiais: primeiro, porque isso nos torna capazes de aliviar os nossos irmãos; depois, nosso Espírito se elevará mais depressa se houver progredido intelectualmente. No intervalo das encarnações, aprenderemos em uma hora aquilo que na Terra demandaria anos. Nenhum conhecimento é inútil; todos contribuem mais ou menos para o adiantamento, porque o Espírito perfeito deve saber tudo e, devendo o progresso realizar-se em todos os sentidos, todas as idéias adquiridas ajudam o desenvolvimento do Espírito.

Dois ricos esbanjadores

Artigo 294 – De dois homens ricos, um nasceu na opulência e jamais conheceu a necessidade, o outro deve a sua fortuna ao seu próprio trabalho; e ambos a empregam exclusivamente em sua satisfação pessoal. Entre eles, o mais culpado é aquele que conheceu o sofrimento. Ele sabe o que é sofrer, conhece a dor que não alivia, mas como geralmente acontece, nem se lembra mais dela.

Acumular riquezas apenas para os herdeiros

Artigo 295 – Aquele que acumula sem cessar e sem beneficiar a ninguém, não terá uma desculpa válida ao dizer que junta para deixar aos herdeiros. É um compromisso de má consciência.

Dois avarentos e dois ideais diferentes

Artigo 296 – De dois avarentos, o primeiro se priva do necessário e morre de necessidade sobre o seu tesouro; o segundo é avaro só para os demais e pródigo para consigo mesmo; enquanto recua diante do mais ligeiro sacrifício para prestar um serviço ou fazer uma coisa útil, nada lhe parece muito para satisfazer aos seus gostos e às suas paixões. Peçam-lhe um favor, e estará sempre de má vontade, ocorra-lhe, porém, uma fantasia, e estará sempre pronto a satisfazê-la. O mais culpável deles e que terá o pior lugar no mundo dos Espíritos é aquele que goza. É mais egoísta do que avarento. O outro já recebeu uma parte de sua punição.

Cobiçar a riqueza com o desejo de praticar o bem

Artigo 297 – Não é repreensível cobiçar a riqueza com o desejo de praticar o bem; o sentimento é louvável, sem dúvida, quando puro. Mas esse desejo é sempre bastante desinteressado? Não trará oculta uma segunda intenção pessoal? A primeira pessoa a quem se deseja fazer o bem não será muitas vezes a si próprio?

Há culpa em estudar os defeitos alheios?

Artigo 298 – Há muita culpa em estudar os defeitos alheios se é com o fito de criticar e divulgar, porque isso é faltar com a caridade. Se é com intenção de proveito pessoal, para evitar aqueles defeitos, pode ser útil. Mas não se deve esquecer que a indulgência para com os defeitos alheios é uma das virtudes compreendidas na caridade. Antes de censurar as imperfeições dos outros, vede se não podem fazer o mesmo a vosso respeito. Tratai, pois, de possuir as qualidades contrárias aos defeitos que criticais nos outros. Esse é um meio de vos tornardes superior. Se os censurais por serem avarentos sede generosos; por serem orgulhosos, sede humildes e modestos; por serem duros, sede dóceis; por agirem com mesquinhez, sede grandes em todas as vossas ações. Em uma palavra, fazei de maneira que não vos possam aplicar aquelas palavras de Jesus: “Vedes um argueiro no olho do vizinho e não vedes uma trave no vosso”.

É culpado o escritor que sonda os males da sociedade e os desvenda?

Artigo 299 – É preciso levar em conta o sentimento daquele que sonda os males da sociedade e os desvenda. Se o escritor só quer fazer escândalo, é um prazer pessoal que se proporciona, apresentando quadros que são, em geral, antes um mau

do que um bom exemplo. O Espírito faz uma apreciação, mas pode ser punido por essa espécie de prazer que sente em revelar o mal.

Julgar, nesse caso, a pureza das intenções e a sinceridade do escritor, nem sempre é útil. Se ele escreve boas coisas, procure aproveitá-las; se escreve más, é uma questão de consciência que a ele diz respeito. De resto, se ele quer provar a sua sinceridade, cabe-lhe reforçar os preceitos com o seu próprio exemplo.

Parágrafo único – “Moral sem ações”- Alguns autores publicaram obras muito belas e moralmente elevadas, que ajudam o progresso da Humanidade, mas das quais eles mesmos não tiraram proveito. Como Espíritos não lhes será levado em conta o bem que fizeram por meio de suas obras. A moral sem ações é como a semente sem o trabalho. De que vos serve a semente se não a fizerdes frutificar para vos alimentar? Esses homens são mais culpáveis porque tinham inteligência para compreender; não praticando as máximas que ofereciam aos outros, renunciaram a colher os seus frutos.

Auto-reconhecimento do bem que se faz

Artigo 300 – Aquele que, fazendo conscientemente o bem e reconhecendo que o faz, não pode ser responsabilizado por reconhecer que triunfou das más tendências e por estar satisfeito por isso, desde que não se envaideça, com o que cairia em outra falta. Desde que pode ter consciência do mal que fizer, deve tê-la igualmente do bem, a fim de saber se age bem ou mal. É pesando todas as suas ações na balança da lei de Deus, e sobretudo na da lei da justiça, do amor e da caridade, que ele poderá dizer a si mesmo se as suas ações são boas ou más e aprová-las ou desaprová-las. (Ver item 919 de O Livro dos Espíritos).

II – DAS PAIXÕES – (Itens 907 a 912)

Uso e Abuso das Paixões: Limites de sua utilidade

Artigo 301 – O princípio das paixões, sendo natural, não é mau em si mesmo. A paixão está no excesso provocado pela vontade, pois o princípio foi dado ao homem para o bem e as paixões podem conduzi-lo a grandes coisas. O abuso a que ele se entrega é que é a causa do mal. As paixões são como um cavalo que é útil quando governado e perigoso quando governa. Uma paixão se torna perniciosa ao homem no

momento em que ele se deixa governar por ela e quando resulta num prejuízo qualquer para ele ou para seu semelhante.

301.1 – “As paixões e os desígnios da Providência”- Comentário de Kardec no item 908 de O Livro dos Espíritos:

As paixões são alavancas que decuplicam as forças do homem e o ajudam a cumprir os desígnios da Providência. Mas, se em vez de as dirigir, o homem se deixa dirigir por elas, cai no excesso e a própria força, que em suas mãos poderia fazer o bem, recai sobre ele e o esmaga.

Todas as paixões têm seu princípio num sentimento ou necessidade da Natureza. O princípio das paixões não é portanto um mal, pois repousa sobre uma das condições providenciais de nossa existência. A paixão propriamente dita é o exagero de uma necessidade ou de um sentimento; está no excesso e não na causa; e esse excesso se torna mau quando tem por consequência algum mal.

Toda paixão que aproxima o homem da Natureza animal o afasta da Natureza espiritual.

Todo sentimento que eleva o homem acima da Natureza animal anuncia o predomínio do Espírito sobre a matéria e o aproxima da ‘perfeição’.

A “força de vontade” e a vitória sobre as paixões

Artigo 302 – O homem poderia sempre vencer as suas más tendências pelos seus próprios esforços e, às vezes, com pouco esforço; o que lhe falta é a vontade. Ah, como são poucos os que se esforçam! E, se orarem a Deus e ao seu bom gênio com sinceridade, os bons Espíritos virão certamente em seu auxílio, fortalecer-lhe a vontade, porque essa é a sua missão. (Ver item 459 de O Livro dos Espíritos).

Paixões irresistíveis

Artigo 303 – Não existem paixões de tal maneira vivas e irresistíveis que a vontade seja impotente para as superar. Há muitas pessoas que dizem: “Eu quero!” mas a vontade está somente em seus lábios. Elas querem, mas estão muito satisfeitas de que assim não seja. Quando o homem julga que não pode superar suas paixões é que o seu Espírito nelas se compraz, como consequência de sua própria inferioridade. ‘Aquele que procura reprimi-las compreende a sua natureza espiritual; vencê-las é pa-

ra ele um triunfo do Espírito sobre a matéria. E o meio mais eficaz de se combater a predominância da natureza corpórea é praticar a abnegação (renúncia)’.

III – DO EGOÍSMO (Itens 913 a 917)

Perfeição moral e egoísmo (verdadeira chaga da sociedade)

Artigo 304 – Entre os vícios, o que podemos considerar radical é o egoísmo. Dele deriva todo o mal. Estudando todos os vícios veremos que no fundo de todos existe egoísmo. Por mais que lutemos contra eles não chegaremos a extirpá-los enquanto não os atacarmos pela raiz, enquanto não houvermos destruído a causa. Que todos os nossos esforços tendam para esse fim, porque nele se encontra a verdadeira chaga da sociedade. Quem nesta vida quiser se aproximar da perfeição moral deve extirpar do seu coração todo sentimento de egoísmo, porque é incompatível com a justiça, o amor e a caridade: ele neutraliza todas as outras qualidades.

O egoísmo e a educação

Artigo 305 – Estando o egoísmo fundado no interesse pessoal, parece difícil extirpá-lo inteiramente do coração do homem. Chegaremos a isso, entretanto, à medida que os homens se esclareçam sobre as coisas espirituais, dando menos valor às materiais; em seguida, é necessário reformar as instituições humanas, que o entretêm e excitam. Isso depende da educação.

O egoísmo e as reencarnações dos Espíritos

Artigo 306 – Sendo o egoísmo inerente à espécie humana, não será um obstáculo permanente ao reino do bem absoluto sobre a Terra?

- É certo que o egoísmo é o vosso mal maior, mas ele se liga à inferioridade dos Espíritos encarnados na Terra e não à Humanidade em si mesma. Ora, os Espíritos se purificam nas encarnações sucessivas, perdendo o egoísmo assim como perdem as outras impurezas. Não tendes na Terra algum homem destituído de egoísmo e praticante da caridade? Existem em maior número do que julgais, mas conheceis poucos porque a virtude não se procura fazer notar. E se há um, porque não haverá dez? Se há dez, por que não haverá mil, e assim por diante?

O egoísmo e seu crescimento: necessidade urgente de destruí-lo

Artigo 307 – O egoísmo, longe de diminuir, cresce com a civilização, que parece excitá-lo e entretê-lo. Como poderá a causa destruir o efeito?

- Quanto maior é o mal, mais horrível se torna. Era necessário que o egoísmo produzisse muito mal para fazer compreender a necessidade de sua extirpação. Quando os homens se tiverem despedido do egoísmo que os domina, viverão como irmãos, não se fazendo o mal, e se ajudarão reciprocamente pelo sentimento fraterno de ‘solidariedade’. Então, o forte será o apoio e não o opressor do fraco e não mais se verão homens desprovidos do necessário, porque todos praticarão a lei da justiça. Esse é o reino do bem que os Espíritos estão encarregados de preparar. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

Meios de destruir o egoísmo

Artigo 308 – De todas as imperfeições humanas, a mais difícil de desenraizar é o egoísmo, porque se liga à influência da matéria, da qual o homem, ‘ainda muito próximo da sua origem’, não pôde libertar-se. Tudo concorre para entreter essa influência: suas leis, sua organização social, sua educação. O egoísmo se enfraquecerá com a predominância da vida moral sobre a vida material, e sobretudo com a compreensão que o Espiritismo vos dá quanto ao vosso estado futuro ‘real’ e não desfigurado pelas ficções alegóricas (céu, inferno etc.). O Espiritismo bem compreendido, quando estiver identificado com os costumes e as crenças, transformará os hábitos, as usanças e as relações sociais. ‘O egoísmo se funda na importância da personalidade (orgulho); ora, o Espiritismo bem compreendido, repito-o, faz ver as coisas de tão alto que o sentimento da personalidade desaparece de alguma forma perante a imensidade. Ao destruir essa importância, ou pelo menos ao fazer ver a personalidade naquilo que de fato ela é, ele combate necessariamente o egoísmo’.

É o contato que o homem experimenta do egoísmo dos outros que o torna geralmente egoísta, porque sente a necessidade de se pôr na defensiva. Vendo que os outros pensam em si mesmos e não nele, é levado a ocupar-se de si mesmo mais que dos outros. Que o princípio da caridade e da fraternidade seja a base das instituições sociais, das relações legais de povo para povo e de homem para homem, e este pensará menos em si mesmo quando vir que os outros o fazem; ‘sofrerá, assim, a influência moralizadora do exemplo e do contato’. Em face do atual desdobramento do egoísmo é necessária uma verdadeira virtude para abdicar da própria personalidade em provei-

to dos outros, que em geral não o reconhecem. É a esses, sobretudo, que possuem essa virtude, que está aberto o reino dos céus; a eles sobretudo está reservada a felicidade dos eleitos, pois em verdade vos digo que no dia do juízo, quem quer que não tenha pensado senão em si mesmo será posto de lado e sofrerá no abandono. (Ver item 785 de O Livro dos Espíritos – o orgulho e o egoísmo).

308.1 – “O Egoísmo e a Educação Moral”- Comentário de Kardec no item 917 de O Livro dos Espíritos:

Louváveis esforços são feitos, sem dúvida, para ajudar a Humanidade a avançar; encorajam-se, estimulam-se, honram-se os bons sentimentos, hoje mais do que em qualquer outra época, e, não obstante, o verme devorador do egoísmo continua a ser a praga social. É um verdadeiro mal que se espalha por todo o mundo e do qual cada um é mais ou menos vítima. É necessário combatê-lo, portanto, como se combate uma epidemia. Para isso, deve-se proceder à maneira dos médicos: remontar à causa. Que se pesquisem em toda a estrutura da organização social, desde a família até aos povos, da choupana ao palácio, todas as causas, as influências patentes ou ocultas que excitam, entretêm e desenvolvem o sentimento do egoísmo. Uma vez conhecidas as causas, o remédio se apresentará por si mesmo; só restará então combatê-las, senão a todas ao mesmo tempo, pelo menos por parte, e pouco a pouco o veneno será extirpado. A cura poderá ser prolongada porque as causas são numerosas, mas não se chegará a esse ponto se não se atacar o mal pela raiz, ou seja, com a EDUCAÇÃO. Não essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas a que tende a fazer HOMENS DE BEM. A educação, se for bem compreendida, será a CHAVE DO PROGRESSO MORAL. Quando se conhecer a ARTE DE MANEJAR OS CARACTERES como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireitá-los, da mesma maneira como se endireitam as plantas novas. Essa arte, porém, requer MUITO TATO, MUITA EXPERIÊNCIA E UMA PROFUNDA OBSERVAÇÃO. É um grave erro acreditar que basta ter a ciência para aplicá-la de maneira proveitosa. Quem quer que observe, desde o instante do seu nascimento, o filho do rico e do pobre, notando todas as influências perniciosas que agem sobre eles em consequência da fraqueza, da incúria e da ignorância dos que os dirigem, e como em geral os meios empregados para MORALIZAR fracassam, não pode admirar-se de encontrar no mundo tanta confusão. Que se faça pela moral tanto quanto se faz pela inteligência e ver-se-á que, se há naturezas refratárias, há também, em maior número do que se pensa, as que requerem apenas boa cultura para darem bons frutos. (Ver item 872 de O Livro dos Espíritos).

O homem quer ser feliz e esse sentimento está na sua própria natureza; eis por que ele trabalha sem cessar para melhorar a sua situação na Terra e procura as causas de seus males para os remediar. Quando compreender bem que o egoísmo é uma dessas causas, aquela que engendra o orgulho, a ambição, a cupidez, a inveja, o ódio, o ciúme, dos quais a todo momento ele é vítima, que leva a perturbação a todas as relações sociais, provoca as dissensões, destrói a confiança, obrigando-o a se manter constantemente numa atitude de defesa em face ao seu vizinho, e que, enfim, do amigo faz um inimigo, então ele compreenderá também que esse vício é incompatível com a sua própria segurança. Dessa maneira, quanto mais sofrer mais sentirá a necessidade de o combater, como combate a peste, os animais daninhos e todos os outros flagelos. A isso será solicitado pelo seu próprio interesse. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

O EGOÍSMO É A FONTE DE TODOS OS VÍCIOS, COMO A CARIDADE É A FONTE DE TODAS AS VIRTUDES. Destruir um e desenvolver a outra deve ser o alvo de todos os esforços do homem, se ele deseja assegurar a sua felicidade neste mundo tanto quanto no futuro.

IV – “EGOÍSMO E ORGULHO”: ‘Causas, Efeitos e Meios de Destruí-los’ – (Vide Livro ‘Obras Póstumas’ de Allan Kardec, Ed.Lake, 11ª ed.1995. Tradução de João Teixeira de Paula. Introdução de José Herculano Pires.)

O Egoísmo tem origem no Orgulho

Artigo 309 – É fato reconhecido que a maior parte das misérias da vida provém do egoísmo dos homens. Desde que cada um só pensa em si sem pensar nos outros e ainda só quer a satisfação dos próprios desejos, é natural que a procure a todo preço, sacrificando, embora, os interesses de outrem, quer nas pequenas, quer nas maiores coisas, tanto na ordem moral, como na material. Daí, todo o antagonismo social, todas as lutas, conflitos e misérias, visto como cada um quer pôr o pé adiante dos outros.

O egoísmo tem origem no orgulho. A supremacia da própria individualidade arrasta o homem a considerar-se acima dos demais. Julgando-se com ‘direitos preferenciais’, molesta-se por tudo o que, em seu entender, o prejudica. A importância que, por orgulho, atribui à sua pessoa, naturalmente o torna egoísta.

O Egoísmo e o Orgulho têm origem no Instinto de Conservação

Artigo 310 – O egoísmo e o orgulho, têm origem num sentimento natural: o instinto de conservação. Todos os instintos têm razão de ser e utilidade, pois que Deus não faz coisa inútil. Deus não criou o mal; é o homem que o produz por abuso dos dons divinos, em virtude do livre-arbítrio.

Este sentimento (instinto de conservação) contido em justos limites é bom em si; a sua exageração é que o torna mau e pernicioso. O mesmo acontece às paixões, que o homem desvia do seu fim providencial. Deus não criou o homem egoísta e orgulhoso, mas simples e ignorante; foi o homem que, ao malversar o instinto, que Deus lhe deu para a própria conservação, se tornou egoísta e orgulhoso.

Egoísmo e Orgulho: obstáculos à paz, fraternidade, liberdade e igualdade

Artigo 311 – Os homens não podem ser felizes enquanto não viverem em paz, isto é, enquanto não forem animados pelos sentimentos de benevolência, indulgência e condescendência recíprocas e enquanto procurarem esmagar uns aos outros. ‘A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais, mas reclamam abnegação’. Ora, a abnegação é incompatível com o egoísmo e com o orgulho; logo, com estes vícios não pode haver verdadeira fraternidade, e, em consequência, igualdade e liberdade; porque o egoísta e o orgulhoso tudo querem para si. Serão sempre eles os vermes roedores de todas as instituições progressistas, e, enquanto reinarem, os mais generosos sistemas sociais, os mais sabiamente combinados, cairão aos golpes deles.

Faz gosto ver proclamar-se o reino da fraternidade, mas para que fazê-lo, se uma causa destrutiva existe? É construir na areia; o mesmo fora decretar a saúde numa região malsã. Em tal região, para que os homens passem bem, não bastará se mandem médicos, pois que estes morrerão como os outros. Insta destruir as causas da insalubridade.

Se quiserdes que os homens vivam como irmãos, na Terra, não basta dar-lhes lições de moral; é preciso destruir a causa do antagonismo existente e atacar a origem do mal: o orgulho e o egoísmo. É aquela a chaga que deve merecer toda a atenção daqueles que desejem seriamente o bem da humanidade. Enquanto subsistir aquele obstáculo, estarão paralisados os seus esforços, não só por uma resistência de inércia, como, também, por uma força ativa que trabalhará incessantemente para destruir a

obra que empreendam; porque toda idéia grande, generosa e emancipadora arruina as pretensões pessoais.

Meios de destruir o egoísmo e o orgulho: identificação do homem com a vida futura

Artigo 312 – Destruir o egoísmo e o orgulho é impossível, dir-se-á, porque esses vícios são inerentes à espécie humana. Se assim fosse, impossível seria o progresso moral; entretanto, quando consideramos o homem em diversas épocas, reconhecemos, à evidência, um progresso incontestável. Logo, se temos sempre progredido, em progresso continuaremos. Por outro lado, não haverá algum homem limpo de orgulho e de egoísmo? Não há exemplos de uma pessoa dotada de natureza generosa, em quem o sentimento do amor ao próximo, da humildade, do devotamento e da abnegação, parece inato? O número é inferior ao dos egoístas, bem o sabemos, e se assim não fosse, estes não fariam a lei; mas não é tão reduzido, como pensam, e se parece menor é porque a virtude, sempre modesta, se oculta na sombra, ao passo que o orgulho se põe em evidência. Se, pois, o egoísmo e o orgulho fossem condições de vida, como a nutrição, então, sim, não haveria exceção.

O essencial, portanto, é fazer que a exceção passe a ser regra e, para isso, incumbe destruir as causas produtoras do mal. A principal é, evidentemente, a falsa idéia, que faz o homem da sua natureza, do seu passado e do seu futuro. Não sabe donde vem, julga-se mais do que é; não sabendo para onde vai, concentra todos os pensamentos na vida terrestre. Deseja viver o mais agradavelmente, procurando a realização de todas as satisfações, de todos os gozos. É por isso que investe contra o vizinho, se este lhe opõe obstáculo; então entende dever dominar, porque a igualdade daria aos outros o direito que ele quer só para si, a fraternidade lhe imporá sacrifícios em detrimento do próprio bem-estar, e a liberdade, deseja-a só para si, não concedendo a outrem senão a que não fira as suas prerrogativas. Se todos têm essas pretensões, hão de surgir perpétuos conflitos, que farão comprar bem caro o pouco gozo, que conseguem fruir.

Identifique-se o homem com a vida futura e a sua perspectiva mudará inteiramente, como acontece a quem sabe que pouco tempo deve estar em ruim pouso e que dele saindo alcançará um excelente para o resto da vida.

A importância da presente vida, tão triste, tão curta e efêmera, desaparece diante do esplendor da vida futura infinita, que se abre à frente. A consequência natural

e lógica desta certeza é o sacrifício voluntário do presente fugidio a um futuro sem fim, ao passo que antes tudo era sacrificado ao presente. Desde que a vida futura se torna o fim, que importa gozar mais ou menos nesta? Os interesses mundanos são acessórios, em vez de principais. Trabalha-se no presente a fim de assegurar-se uma boa posição no futuro, sabendo quais as condições para alcançá-la. Em matéria de interesses mundanos, podem os homens opor obstáculos que ocasionem a necessidade de combatê-los, o que gera o egoísmo. Se, porém, erguerem os olhos para onde a felicidade não pode ser perturbada por ninguém, nenhum interesse se lhe deparará em oprimir a quem quer que seja e, conseqüentemente, não haverá razão de ser para o egoísmo, embora subsista o estimulante do orgulho.

Crença em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são os principais requisitos para destruir o orgulho.

Artigo 313 – A causa do orgulho está na crença que o homem tem, da sua superioridade individual, e aqui se faz ainda sentir a influência da concentração do pensamento nas coisas da vida terrestre. O sentimento de personalidade arrasta o homem que nada vê diante de si, atrás de si ou acima de si; então o seu orgulho não conhece medidas.

A incredulidade, além de não ter meio para combater o orgulho, estimula-o e dá-lhe razão, pelo fato de negar a existência de um poder superior à humanidade. O incrédulo só crê em si; é, portanto, natural que tenha orgulho, não vendo nos contratempos que se lhe oferecem senão obra do acaso; ao passo que o crente vê a mão do Senhor naqueles contratempos e curva-se submisso, enquanto o outro se revolta.

Crer em Deus e na vida futura é pois a principal condição para quebrar o orgulho; mas não é a única. Conjuntamente com o futuro, é preciso ter em vista o passado, para poder fazer justa idéia do presente. ‘Para que o orgulhoso cesse de crer em sua superioridade, é preciso provar-lhe que ele não é mais que os outros e que todos lhe são iguais, que a igualdade é um fato e não uma teoria filosófica. São verdades que derivam da preexistência da alma e da reencarnação’.

Sem a preexistência da alma, o homem, que crê em Deus, é levado a acreditar que Deus lhe conferiu vantagens excepcionais; e o que não crê em Deus rende graças ao acaso e ao seu próprio mérito. A preexistência, dando-lhe a noção da vida anterior da alma, ensina-o a distinguir a vida espiritual, infinita, da vida corporal, temporária. Ele chega por aí a compreender que as almas saem iguais das mãos do Criador, têm o

mesmo ponto de partida e o mesmo fim – a perfeição -, que todos atingirão em mais ou menos tempo, segundo os esforços empregados; que ele próprio não chegou ao ponto em que se acha senão depois de ter longa e penosamente vegetado, como os outros, nos planos inferiores; que não há entre os mais e os menos adiantados senão questão de tempo; que as vantagens do nascimento são puramente corporais e não afetam o Espírito; que o proletário pode, noutra existência, nascer em um trono e o mais poderoso vir como proletário.

O orgulho, as desigualdades sociais e as vidas sucessivas (reencarnação)

Artigo 314 – Se o homem não considerar senão a vida corporal, vê as desigualdades sociais e não as pode explicar; mas se lançar a vista para o prolongamento da vida espiritual, para o passado e o futuro, desde o ponto de partida até o terminal, todas aquelas desigualdades se lhe desfazem perante os olhos e reconhecerá que Deus não deu a nenhum de seus filhos vantagens que negasse a outros; que fêz a partilha com a mais rigorosa igualdade, não preparando o caminho melhor para uns do que para outros; que o mais atrasado de hoje, dedicando-se à obra do seu aperfeiçoamento, pode ser amanhã mais adiantado; enfim, reconhece que, não se elevando ninguém a não ser pelos esforços pessoais, ‘o princípio da igualdade tem o caráter de um princípio de justiça e de lei natural’, diante das quais não prevalece o orgulho dos privilégios.

A reencarnação, provando que os Espíritos podem renascer em diferentes condições sociais, quer como expiação, quer como prova, faz-nos saber que muitas vezes tratamos desdenhosamente uma pessoa que foi noutra existência nosso superior ou igual, amigo ou parente. Se soubéssemos disso, tratá-lo-íamos com atenção, mas neste caso não haveria nenhum mérito; e, se soubéssemos que o amigo de hoje fôra antes um inimigo, um servo, um ‘escravo’, não o repeliríamos? Deus não quis que fosse assim, e por isso lançou um véu sobre o passado para que em todos víssemos irmãos e iguais, como é mister para estabelecer-se a ‘fraternidade’; sabendo que podemos ser tratados como houvermos tratado os outros, firmaremos o princípio de ‘caridade como dever e necessidade, fundados nas leis da natureza’.

Caridade, igualdade, fraternidade são leis naturais, como prova o

Espiritismo

Artigo 315 – Jesus assentou o princípio da caridade, da igualdade e da fraternidade, fazendo dele uma condição expressa para a salvação; mas, estava reservado à terceira manifestação da vontade de Deus, ao Espiritismo, pelo conhecimento que facultada da vida espiritual, pelos novos horizontes que desvenda e pelas leis que revela, sancionar esse princípio, provando que ele não encerra uma simples doutrina moral, mas uma ‘lei da Natureza’ que o homem tem o máximo interesse em praticar. Ora, ele a praticará desde que, deixando de encarar o presente como o começo e o fim, compreenda a solidariedade que existe entre o presente, o passado e o futuro. No campo imenso do infinito, que o Espiritismo lhe faz entrever, anula-se a sua importância capital e ele percebe que, por si só, nada vale e nada é; que todos têm necessidade uns dos outros e que uns não são mais do que os outros: ‘duplo golpe, no seu egoísmo e no seu orgulho’.

A Fé Cega e a Fé Raciocinada

Artigo 316 – Para a realização do que foi dito no artigo anterior, porém, é preciso que os homens tenham fé, sem a qual ficarão detidos dentro do círculo do presente, mas não a fé cega, que foge da luz, que acanha as idéias e, portanto, alimenta o egoísmo, ‘mas sim a fé inteligente, racional’, que pede a luz e não as trevas, que rasga, ousadamente, o véu dos mistérios e alarga os horizontes. Essa fé, elemento essencial de todo progresso, é a que o Espiritismo proclama: fé robusta, porque se firma na experiência e nos fatos, dá as provas palpáveis da imortalidade da alma e nos ensina donde ela vem, para onde vai e porque está na Terra e, finalmente, fixa as nossas idéias a respeito do futuro.

Uma vez encaminhados por esta larga via, não daremos mais ao orgulho e ao egoísmo o pasto, que os alimenta, resultando daí o seu aniquilamento progressivo e a modificação de todos os laços sociais pela caridade e pela fraternidade bem compreendidas.

Pode dar-se essa modificação bruscamente? Não, isso é impossível, pois nada vai de um salto em a natureza; a saúde não volta subitamente; e, entre a moléstia e a cura, há sempre a convalescença. O homem não pode, instantaneamente, mudar de sentimentos e elevar os olhos da terra ao céu; o infinito deslumbra-o e confunde-o; precisa de tempo para assimilar as novas idéias.

**Espiritismo: elemento mais potente de moralização e de prevenção
contra o suicídio.**

Artigo 317 – O Espiritismo é, sem contestação, o elemento mais potente de moralização, porque mina pela base o egoísmo e o orgulho, dando sólido fundamento à moral; faz milagres de conversão. Não são ainda, é certo, senão curas individuais, e, quase sempre, parciais; mas o que ele produz nos indivíduos é prenúncio do que produzirá um dia nas massas populares. Não pode, de uma vez, arrancar toda a erva daninha; mas dá a fé, que é boa semente e que não precisa senão de tempo para germinar e frutificar. Eis porque ainda não são todos perfeitos. Ele encontrou o homem no meio da vida, no ardor das paixões, na força dos preconceitos, e se em tais condições tem operado prodígios, como não operará quando o tomar no berço, virgem de todas as impressões maléficas, quando lhe der, com o leite, a caridade, e o acalantar com a fraternidade, quando, enfim, uma geração inteira vier alimentada por idéias que a razão fortificará em vez de debilitar? ‘Sob o império dessas idéias, que serão mandamentos de fé racional para todos’, o progresso, limpando a estrada de egoísmo e orgulho, penetrará nas instituições que se reformarão a si mesmas, e a humanidade caminhará rapidamente para os destinos que lhe estão prometidos na Terra, enquanto não chega a hora de alcançar os do céu.

V – CARACTERES DO HOMEM DE BEM (Item 918)

O verdadeiro homem de bem é o que pratica a lei de justiça, de amor e de caridade na sua mais completa pureza

Artigo 318 – O Espírito prova a sua elevação quando todos os atos da sua vida corpórea constituem a prática da lei de Deus e quando compreende por antecipação a vida espiritual.

318. 1 – “ O verdadeiro homem de bem” – Comentário de Kardec no item 918 de O Livro dos Espíritos:

O verdadeiro homem de bem é aquele que pratica a ‘lei de justiça, de amor e de caridade’ na sua mais completa pureza. Se interroga sua consciência sobre os atos praticados, perguntará se não violou essa lei, se não cometeu nenhum mal, se fez todo o bem ‘que podia’, se ninguém teve de se queixar dele; enfim, se fez para os outros tudo o que gostaria que os outros lhe fizessem.

O homem possuído pelo sentimento de caridade e de amor ao próximo faz o bem pelo bem, sem esperança de recompensa, e sacrifica o seu interesse pela justiça.

Ele é bom, humano e benevolente para com todos, porque vê irmãos em todos os homens, sem exceção de raças ou de crenças.

Se Deus lhe deu o poder e a riqueza, olha essas coisas como ‘um depósito’ do qual deve usar para o bem, e disso não se envaidece porque sabe que Deus, que lhas deu, também poderá retirá-las.

Se a ordem social colocou homens sob a sua dependência, trata-os com bondade e benevolência porque são iguais perante Deus; usa de sua autoridade para lhes erguer a moral e não para os esmagar com o seu orgulho.

É indulgente para com as fraquezas dos outros, porque sabe que ele mesmo tem necessidade de indulgência e se recorda destas palavras do Cristo: “Que aquele que estiver sem pecado atire a primeira pedra”.

Não é vingativo; a exemplo de Jesus, perdoa as ofensas para não se lembrar senão dos benefícios, porque sabe ‘que lhe será perdoado assim como tiver perdoado’.

Respeita, enfim, nos seus semelhantes, todos os direitos decorrentes da ‘lei natural’, como desejaria que respeitassem os seus.

VI – CONHECIMENTO DE SI MESMO – (Itens 919 e 919-a)

Meio prático mais eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal

Artigo 319 – Qual o meio prático mais eficaz para se melhorar nesta vida e resistir ao arrastamento do mal?

- Um sábio da Antigüidade vos disse: “Conhece-te a ti mesmo”.

- A dificuldade está precisamente em se conhecer a si próprio. Qual o meio de se chegar a isso?

319.1 – “Conhecimento de si mesmo: meio de se chegar a ele”- Explicação do Espírito Santo Agostinho, no item 919-a de O Livro dos Espíritos:

Fazei o que eu fazia quando vivi na Terra: no fim de cada dia interrogava a minha consciência, passava em revista o que havia feito e perguntava a mim mesmo se não tinha faltado ao cumprimento de algum dever, se ninguém teria motivo para se queixar de mim. Foi assim que cheguei a me conhecer e ver o que em mim necessitava de reforma. Aquele que todas as noites lembrar-se de todas as suas ações do dia, e se perguntar o que fez de bem ou de mal, pedindo a Deus e ao seu anjo guardião que o esclareçam, adquirirá uma grande força para se aperfeiçoar, porque, acreditai-me, Deus o assistirá. Formulai, portanto, as vossas perguntas, indagai o que fizestes e com que fito agistes em determinada circunstância, se fizestes alguma coisa que censuraríeis nos outros, se praticastes uma ação que não ousaríeis confessar. Perguntai ainda isto: Se aprovesse a Deus chamar-me neste momento, ao entrar no mundo dos Espíritos, onde nada é oculto, teria eu de temer o olhar de alguém? Examinai o que pudésseis ter feito contra Deus, depois contra o próximo e, por fim, contra vós mesmos. As respostas serão motivo de repouso para vossa consciência ou indicarão um mal que deve ser curado.

Como julgar a si mesmo?

O conhecimento de si mesmo é portanto a chave do melhoramento individual. Mas, direis, como julgar a si mesmo? Não se terá a ilusão do amor-próprio, que atenua as faltas e as torna desculpáveis? O avaro se julga simplesmente econômico e previdente, o orgulhoso se considera tão somente cheio de dignidade. Tudo isso é muito certo, mas tendes um meio de controle que não vos pode enganar. ‘Quando estiverdes indecisos quanto ao valor de uma de vossas ações, pergunteis como a qualificaríeis se tivesse sido praticada por outra pessoa’. Se a censurardes em outros, ela não poderia ser mais legítima para vós, porque Deus não usa de duas medidas para a justiça. Procurai, também, saber o que pensam os outros e não negligencieis a opinião dos vossos inimigos, porque eles não têm nenhum interesse em disfarçar a verdade e, geralmente, Deus os colocou ao vosso lado como um espelho, para vos advertirem com mais franqueza do que o faria um amigo. Que aquele que tem a verdadeira vontade de se melhorar explore, portanto, a sua consciência, a fim de arrancar dali as más tendências como arranca as ervas daninhas do seu jardim; que faça o balanço da sua jornada moral como o negociante o faz dos seus lucros e perdas, e eu vos asseguro que o primeiro será mais proveitoso que o outro. Se ele puder dizer que a sua jornada foi boa, pode dormir em paz e esperar sem temor o despertar na outra vida.

Consagrar alguns minutos diários à conquista da felicidade eterna

Formulai, portanto, perguntas claras e precisas e não temais multiplicá-las; pode-se muito bem consagrar alguns minutos à conquista da felicidade eterna. Não trabalhais todos os dias para ajuntar o que vos dê repouso na velhice? Esse repouso não é objeto de todos os vossos desejos, o alvo que vos faz sofrer as fadigas e as privações passageiras? Pois bem: o que é esse repouso de alguns dias, perturbado pelas enfermidades do corpo, ao lado daquilo que aguarda o homem de bem? Isto não vale a pena de alguns esforços? Sei que muitos dizem que o presente é positivo e o futuro incerto. Ora, aí está, precisamente, o pensamento que fomos encarregados de destruir em vossas mentes, ‘pois desejamos fazer-vos compreender esse futuro de maneira a que nenhuma dúvida possa restar em vossa alma’. Foi por isso que chamamos primeiro a vossa atenção por meio de fenômenos capazes de ferir-vos os sentidos, ‘e depois vos demos instruções que cada um de vós tem o dever de difundir. Foi com esse propósito que ditamos O Livro dos Espíritos’.

319.2 – “Muitas faltas que cometemos nos passam despercebidas”- Comentário de Kardec no item 919-a de O Livro dos Espíritos:

Muitas faltas que cometemos nos passam despercebidas. Se, com efeito, seguindo o conselho de Santo Agostinho, interrogássemos mais freqüentemente a nossa consciência, veríamos quantas vezes falimos sem disso nos apercebermos, por não perscrutarmos a natureza e o móvel dos nossos atos. A forma interrogativa tem alguma coisa de mais preciso do que uma máxima que, em geral, não aplicamos a nós mesmos. Ela exige respostas categóricas, por um “sim” ou um “não”, que não deixam lugar a alternativas; respostas que são outros tantos argumentos pessoais, pela soma das quais podemos computar a soma do bem e do mal que existe em nós.

*

2 – SUICÍDIO: RESUMO DAS CONSEQÜÊNCIAS

(Espírito Emmanuel; livro “Religião dos Espíritos”, Ed. FEB, 1978)

No suicídio intencional, sem as atenuantes da moléstia ou da ignorância, há que considerar não somente o problema da infração ante as Leis Divinas, mas também o ato de violência que a criatura comete contra si mesma, através da premeditação mais profunda, com remorso mais amplo.

Atormentada de dor, a consciência desperta no nível de sombra a que se precipitou, suportando compulsoriamente as companhias que elegeu para si própria, pelo tempo indispensável à justa renovação.

Contudo, os resultados não se circunscrevem aos fenômenos de sofrimento íntimo, porque surgem os desequilíbrios conseqüentes nas sinergias do corpo espiritual, com impositivos de reajuste em existências próximas.

É assim que após determinado tempo de reeducação, nos círculos de trabalho fronteiriços da Terra, os suicidas são habitualmente reinternados no plano carnal, em regime de hospitalização na cela física, que lhes reflete as penas e angústias na forma de enfermidades e inibições.

Ser-nos-á fácil, desse modo, identificá-los, no berço em que repontam, entremostrando a expiação a que se acolhem.

Os que se envenenaram, conforme os tóxicos de que se valeram, renascem trazendo as afecções valvulares, os achaques do aparelho digestivo, as doenças do sangue e as disfunções endocrínicas, tanto quanto outros males de etiologia obscura; os que incendiaram a própria carne amargam as agruras da ictiose ou do pênfigo; os que se asfixiaram, seja no leito das águas ou nas correntes de gás, exibem os processos mórbidos das vias respiratórias, como no caso do enfisema ou dos cistos pulmonares; os que se enforcaram carregam consigo os dolorosos distúrbios do sistema nervoso, como sejam as neoplasias diversas e a paralisia cerebral infantil; os que estilhaçaram o crânio ou deitaram a própria cabeça sob rodas destruidoras, experimentam desarmonias da mesma espécie, notadamente as que se relacionam com o cretinismo, e os que se atiraram de grande altura reaparecem portando os padecimentos da distrofia muscular progressiva ou da osteíte difusa.

Segundo o tipo de suicídio, direto ou indireto, surgem as distonias orgânicas derivadas, que correspondem a diversas calamidades congênitas, inclusive a mutilação e o câncer, a surdez e a mudez, a cegueira e a loucura, a representarem terapêutica providencial na cura da alma.

Junto de semelhantes quadros de provação regenerativa, funciona a ciência médica por missionária da redenção, conseguindo ajudar e melhorar os enfermos de conformidade com os créditos morais que atingiram ou segundo o merecimento de que disponham.

Guarda, pois, a existência como dom inefável, porque teu corpo é sempre instrumento divino, para que nele aprendas a crescer para a luz e a viver para o amor, ante a glória de Deus.

*

Como já esclarecido, todos nós, um dia, atingiremos a perfeição possível, aproximando-nos do Criador, pois, uma de suas leis, irrevogável também, é a do Progresso. Todavia, no precário grau evolutivo em que ainda nos encontramos, permanecemos muito arraigados à matéria, devido ao orgulho, egoísmo, paixões inúmeras, já fartamente comentadas, que nos estimulam à prática do mal, afastando-nos, conseqüentemente, do bem e dando causa às tragédias que nos envolvem, dentre as quais foram destacadas para nosso estudo: “o suicídio, o induzimento, instigação e auxílio ao suicídio e a eutanásia”.

*

3 – PREVENÇÃO EFICAZ CONTRA O SUICÍDIO:

CUMPRIMENTO DA LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE

*A Lei de Justiça, Amor e Caridade (Capítulo XI de “O Livro dos Espíritos”), determina-nos a prática da **Caridade** (**BIP**=**B**enevolência **P**ara **C**om todos, **I**ndulgência **P**ara **C**om as Imperfeições **A**lheias e **P**erdão das Ofensas) e, que, observemos os princípios de **Justiça** (**Que**queque=Querer para os outros o **Que** **Queremos** para nós), única que, se praticada integralmente, “até o último jota e o último ponto” poderá nos conduzir à Perfeição Moral e à Salvação, isto é, libertar-nos dos aguilhões da matéria e permitir que alcemos o vôo rumo à Angelitude.*

*A **Prevenção Eficaz Contra Todos os Males e, principalmente, o Suicídio**, finalidade principal do nosso estudo, só pode ser encontrada, repetimos, no cumprimento da Lei de Justiça, Amor e Caridade, que envolve todas as demais Leis Morais já referidas, constantes de “O Livro dos Espíritos” e de seu derivado “Código de Direito Natural Espírita”. E, para tanto, urge o estudo sistemático da Doutrina Espírita, através de todas as suas obras básicas: O Livro dos Espíritos, O Livro dos Médiuns, O Evangelho Segundo o Espiritismo, O Céu e o Inferno, A Gênese, sem esquecer, também, Obras Póstumas e os doze volumes da Revista Espírita, tudo, tudo de Allan Kardec. Sugerimos, ainda, a consulta ao Código de Direito Natural Espírita,*

projeto comentado de autoria de José Fleurí Queiroz (Editora Mundo Jurídico, 2006) onde são arroladas as correntes do Direito Natural, através dos tempos, até os dias atuais, com a proposta do Direito Natural à luz do Espiritismo, como modelo aos Códigos do Direito Positivo. A Felicidade Eterna tem seu preço: Mãos e cérebros à obra, portanto!

Recomendamos, outrossim, como subsídio à nossa reeducação moral, a leitura do livro “A Educação, Como Direito e Dever, À Luz da Filosofia e do Direito Natural” (de José Fleurí Queiroz, Ed. Mundo Jurídico, 2003). O conhecimento geral, então adquirido, propiciará a elevação da Fé Cega para a Fé Raciocinada, que é “aquela que pode enfrentar a Razão, face a face, em qualquer época da Humanidade”; crê-se porque se compreende, e compreende quem sabe e só sabe quem conhece a Verdade e quem CONHECE A VERDADE SE LIBERTA dos agulhões da infelicidade para a Felicidade Absoluta dos Espíritos Puros (conforme a Escala Espírita de “O Livro dos Espíritos” – itens 100 a 113).

BIBLIOGRAFIA

KARDEC, Allan. Revista Espírita, tradução de Julio Abreu Filho e José Herculano Pires, EDICEL, São Paulo.

- O Livro dos Espíritos, trad. de José Herculano Pires, 10^a. edição, FEESP, São Paulo, 2001.
- O Evangelho Segundo o Espiritismo, trad. de José Herculano Pires, 15^a. edição, FEESP, São Paulo, 2001.
- O Céu e o Inferno, trad. de João Teixeira de Paula, 8^a. edição, LAKE, 1997.

PIRES, José Herculano. Introdução à Filosofia Espírita, 1^a. ed., S.Paulo, Ed. FEESP, 1993.

QUEIROZ, José Fleurí. Código de Direito Natural Espírita (Projeto). Editora Mundo Jurídico, São Paulo, 2006.

- A Educação Como Direito e Dever À Luz da Filosofia e do Direito Natural, Editora Mundo Jurídico, São Paulo, 2003.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Em Defesa da Vida. Editora Saraiva, São Paulo, 1995.

NOTA: Bibliografia Complementar constante do Código de Direito Natural Espírita (Projeto de José Fleurí Queiroz. Editora Mundo Jurídico, São Paulo. 2006).

CONTRA-CAPA

SUICÍDIO: Estatísticas; Generalidades.

(Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre; <http://pt.wiki/Suicídio>. 13/12/2005).

No mundo, 815.000 pessoas cometeram suicídio no ano 2000, o que perfaz 14,5 mortes por 100.000 habitantes (uma morte a cada 40 segundos). fonte (PDF), em francês (http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/chap7fr.pdf).

Japão. O Japão tem a mais alta taxa de suicídio do mundo industrializado (24,1 por 100.000 habitantes). Os suicídios atingiram o número recorde de 34.427 em 2003 (+ 7,1% com relação a 2002) (fonte: AFP 22/11/2004). A taxa de suicídios por 100.000 habitantes era de 26,1 em 1998, um pouco atrás da taxa dos 3 países bálticos e da Rússia, Hungria e Eslovênia, onde a taxa é próxima de 30 pessoas por 100.000 (fontes diversas).

França. Em 1996, a França teve 12.000 suicídios por 160.000 tentativas; com 62 milhões de habitantes, esses números representam aproximadamente 19 suicídios por 100.000 habitantes, ou seja, um suicídio por 5.000 pessoas, e uma tentativa por 400 pessoas. A França ocupa o quarto lugar entre os países desenvolvidos. Esses números são mais ou menos estáveis desde 1980. O suicídio é uma *causa mortis* mais importante que os acidentes de trânsito.

Brasil. No Brasil, 4,9 pessoas a cada 100 mil morrem por suicídio. É uma das menores métricas do mundo. Os maiores índices são do Rio Grande do Sul (11 para cada 100 mil). A cidade brasileira com o maior índice é o Município de Venâncio Aires, com mais de 40 casos a cada 100 mil habitantes. Uma das causas apontadas é o agrotóxico Tamaron, utilizado em larga escala no cultivo do fumo.

*

REVISTA ESPÍRITA – JULHO/1862

ALLAN KARDEC

O Espiritismo nos revela a causa primeira do suicídio: expiações de faltas de vidas passadas. Tendência à novo suicídio, como expiação.

(...) Além disso o Espiritismo nos revela a causa primeira do suicídio – e só ele o poderia fazer. As tribulações da vida, por vezes são expiações de faltas de vidas passadas, e provas para o futuro. O próprio Espírito as escolhe, visando progredir; mas pode acontecer que, posto na obra, ache a carga muito pesada e recue na sua execução; é, então, que recorre ao suicídio, o que o retarda. Acontece, ainda, que um Espírito suicidou-se em precedente encarnação e, como expiação, é-lhe imposto, na seguinte, lutar contra a tendência para o suicídio. Se for vitorioso, progride; se for vencido, terá que recomeçar uma vida talvez mais penosa ainda que a precedente, e deverá lutar assim até que haja triunfado, pois toda recompensa na outra vida é fruto de uma vitória, e quem diz vitória, diz luta. O Espírito encontra, pois, na certeza deste estado de coisas, uma força de perseverança que nenhuma outra filosofia lhe poderia dar.

JOSÉ FLEURÍ QUEIROZ

Nascido na cidade de Buri-SP, aos 16/10/1941 é Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, aposentado em 1991; bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo – Fundação Álvares Penteado (1966); bacharel em Direito pela Faculdade FKB, de Itapetininga (1973). Pós-graduado em Direito Penal – lato sensu -, pela FMU-SP – Faculdades Metropolitanas Unidas – (1996); Mestre em Filosofia do Direito e do Estado – scripto sensu -, pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica – (1998). Advogado criminalista e professor universitário, a partir de 1998, nas cadeiras de Direito Penal, Instituições de Direito Público e Privado, Filosofia Geral, Filosofia do Direito e do Estado, Filosofia e Ética Profissional, nas Faculdades de Direito de Itapetininga-SP (FKB) e de Administração de Itapeva-SP (FAIT). É autor dos livros: “A Educação Como Direito e Dever À Luz da Filosofia e do Direito Natural” (Editora Mundo Jurídico, 2003) e “CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA”. Projeto Comentado (mesma Editora, 2006).

ALLAN FRANCISCO QUEIROZ

Filho de José Fleurí Queiroz e Domitila Meira de Vasconcellos, nascido na cidade de São Paulo, aos 10/10/1987, concluiu os primeiros estudos – Curso Fundamental e Colegial – na cidade de Buri-SP, onde reside, atualmente, com seus pais. Nesta data, às vésperas de completar 19 anos (Outubro de 2006), frequenta o 2º. ano de Direito na FKB, de Itapetininga, (seguindo os passos dos pais, ambos advogados), com invejável aproveitamento. Foi o idealizador do tema desenvolvido neste livro, realizando as pesquisas necessárias, conjugando decisões e sugestões com o fito principal de encontrar soluções preventivas, eficazes, contra esse mal, uma vez que sofreu, recentemente, grande impacto emocional com o suicídio de um grande colega e amigo. Nas horas vagas dedica-se à música, aperfeiçoando-se como guitarrista, compositor e cantor de rock, tendo já formado sua banda, composta, também, pelo baterista Giliard, Juninho no contra-baixo e Kayo, guitarrista. “Allan”, de Allan Kardec e “Francisco”, de Francisco Cândido Xavier (Chico Xavier) são indícios seguros da Doutrina Espírita que o alimenta desde o berço, com a supervisão dos pais.